

Mauro Cezar Vaz de Camargo Junior

**“Escrever uma história do Paraná para torná-la conhecida pelos paranaenses e pelos brasileiros”:**  
A construção de espaços de produção histórica no Paraná (1890-1930)

Tese submetida como requisito final  
para a obtenção do grau de Doutor em  
História pela Universidade Federal de  
Santa Catarina

Orientadores: Profa. Dra. Leticia  
Borges Nedel(UFSC).

Florianópolis  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC

Vaz de Camargo Junior, Mauro Cezar

Escrever uma história do Paraná para torná-la conhecida pelos paranaenses e pelos brasileiros : A construção de espaços de produção histórica no Paraná (1890-1930) / Mauro Cezar Vaz de Camargo Junior ; orientadora, Leticia Borges Nedel, 2018.  
323 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. História. 2. História, Historiografia, Paraná . I. Borges Nedel, Leticia . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

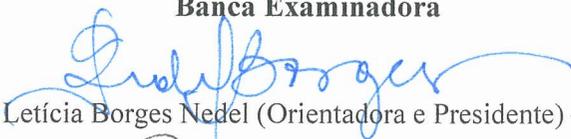
# PELOS PARANAENSES E PELO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE PRODUÇÃO HISTÓRICA NO PARANÁ (1890-1930)

## Mauro Cezar Vaz de Camargo Junior

Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de:

### DOUTOR EM HISTÓRIA CULTURAL

#### Banca Examinadora



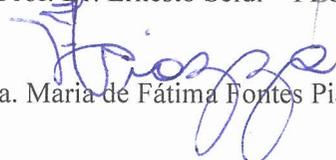
Profa. Dra. Letícia Borges Nedel (Orientadora e Presidente) – PPGH/UFSC



Profa. Dra. Mara Cristina de Matos Rodrigues - PPGH /UFRGS



Prof. Dr. Ernesto Seidl – PPGSP/UFSC



Profa. Dra. Maria de Fátima Fontes Piazza - PPGH/UFSC

Profa. Dra. Maria Bernardete Ramos Flores (Suplente interno) – UFSC

Prof. Dr. Marília Mezzomo Rodrigues (Suplente externo) – UFSC

**Profa. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian**  
Coordenadora do PPGH/UFSC  
Florianópolis, 19 de abril de 2018



Para Kelly



## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família que acompanha e apoiam meus projetos. Meu agradecimento a Professora Letícia Nedel que nas orientações e debates contribuiu para pensar e desenvolver este estudo.

A CAPES e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que financiaram e proporcionaram as estruturas necessárias para a execução desta pesquisa.

Esta pesquisa foi viabilizada pela colaboração dos funcionários de instituições como a Biblioteca Pública do Paraná, o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Arquivo Público do Paraná e da Biblioteca Nacional.

Ainda fica a minha gratidão aos amigos e colegas que cruzaram trajetórias nestes anos de estudo e formação, pessoas que contribuíram para a existência deste trabalho e as concepções que contidas nele.



## **RESUMO**

Este estudo problematiza o enquadramento da memória e a construção de espaços de produção de conhecimento histórico no Paraná entre os anos de 1890 e 1930. O período congregava interesses na escrita de um passado para o estado, que foi o último a ser criado antes da proclamação da república e edificar uma história que servia à formação de um discurso de pertencimento para a população local, assim como a busca por reconhecimento nacional. Esta transformação de capital cultural em político era do interesse dos grupos ligados à produção de erva-mate em estabelecer-se no poder, assegurar seu projeto de estado, assim como afirmar-se nas disputas em nível nacional, principalmente nos litígios territoriais com os estados vizinhos. Para uma melhor compreensão da produção da história regional, esta análise baseia-se na rede de intelectuais da geração de 1890 que se tornou dominante até a década de 1930, sobretudo por atuar nas intersecções entre o campo cultural e o político. Trata-se de um movimento de institucionalização do discurso histórico em que estes intelectuais em posição periférica buscavam atualizar e validar seu discurso em relação aos debates nacionais.

**Palavras-chave:** Intelectuais. História. Identidade.



## **ABSTRACT**

This study problematizes the memory framing and the construction of spaces for production of historical knowledge in the state of Paraná between 1890 and 1930. In those decades there were many political interests in what was being written about the state's past. Paraná was the last emancipated state before the proclamation of the Republic, therefore it was necessary a history for the formation of a discourse of belonging to the local population, as well for national recognition. This transformation of cultural capital in political capital was important for the group related to the producers of *erva mate*. They intended to maintaining political influence in Paraná, but also in the national politics, mainly because of the issue of the state boundaries. For better understanding the making of the regional history, this research analyses the network of intellectuals of the 1890s generation which was dominant until the 1930s. This was the period that the historical discourse was in process of institutionalization and when those intellectuals, that were in peripheral position, were trying to validate their discourses in relation to the national debates.

**Keywords:** Intellectuals. History. Identity.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - capa de O Guarany, janeiro de 1891.....	49
Figura 2: Capa de O Guarany, março de 1891 .....	50
Figura 3 – Charge de O Guarany, abril de 1891.....	51
Figura 4: Charge de O Guarany junho de 1891.....	52
Figura 5: folha e rosto de História do Paraná (1899) .....	109
Figura 6 - Mapa da região do Contestado .....	172
Figura 7: Capa Revista Electra.....	191
Figura 8 - Capa da revista Paraná:.....	200
Figura 9: Amolatori.....	206
Figura 10: Itala-Brasileira .....	207
Figura 11:Piquenique de alemães.....	208
Figura 12: Capa <i>Olho da Rua</i> , 03.10.1908.....	219
Figura 13: Mapa assinado por Romário Martins.....	229
Figura 14: Divisão do território Contestado.....	246
Figura 15: Capa Ilustração Paranaense.....	301
Figura 16: motivos indígenas I.....	305
Figura 17: motivos indígenas II.....	306
Figura 18: coluna Paranista .....	307
Figura 19:Fachada de uma casa projetada por Turin.....	308
Figura 20:Texto de Romário Martins na abertura de Ilustração Paranaense .....	311
Figura 21:Bom Dia Paraná, Romário Martins.....	315
Figura 22:Entrevista com Plínio Salgado .....	325
Figura 23: Retrato de Affonso Camargo por A. Nisio .....	326
Figura 24: Foto do Interventor Mario Tourinho na Capa da Ilustração Paranaense .....	332
Figura 25: Cobertura da Chegada de Vargas a Curitiba.....	333



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Perfis Intelectuais da Geração de 1890 .....	27
Tabela 2:: Datas de Fundação de Institutos Históricos estaduais ...	146
Tabela 3: Sócios Fundadores.....	154
Tabela 4: Sócios Convidados em 1906 .....	182
Tabela 5: Sócios convidados 1911 .....	231
Tabela 6 - Geração de 1890 em 1920.....	268
Tabela 7 - Academia de Letras - Patronos e Acadêmicos .....	274



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

Academia Brasileira de Letras (ABL)

Academia de Letras do Paraná (ALP)

Centro de Letras do Paraná (CLP)

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR)

Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC)

Liga de Defesa Nacional (LDN)

Partido Republicano Federal (PRF)

Partido Republicano Paranaense (PRP)

Revista do Club Curitybano (RCC)

Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro (SGRJ)

União Republicana Paranaense (URP)



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	21
1. FORMAÇÃO INTELECTUAL DA GERAÇÃO DE 1890. ....	37
1.1 BREVE APRESENTAÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO DA PROVÍNCIA.....	39
1.2 – FORMAÇÃO DA GERAÇÃO DE 1890: “MODERNIZAÇÃO E PERIFERIA” .....	43
1.2.1 - ROMÁRIO MARTINS .....	54
1.3- REVISTA AZUL: SIMBOLISTA, QUEM SABE? .....	58
1.2 A REVOLTA FEDERALISTA COMO MARCO GERACIONAL .....	65
1.5 O CENÁCULO.....	67
1.5.1 Um tipo local.....	74
1.5.1.1 – Os Indígenas como origem e distinção local.....	75
1.5.1.2 Costumes paranaenses: caboclos e mestiços .....	82
1.5.2 Contribuições de O Cenáculo: Índios, Caboclos, Modernização, Anticlericalismo, Ciência e Literatura. ....	93
1.6 - ENSAIOS DE MEMÓRIA E HISTÓRIA: O ALMANCK DO PARANÁ, A REVISTA A PENNA E NO JORNAL A REPÚBLICA.	95
2. “ESCREVER UMA HISTÓRIA DO PARANÁ PARA TORNÁ- LA CONHECIDA PELOS PARANAENSES E PELO BRASIL”.107	
2.1 HISTÓRIA DO PARANÁ DE ROMÁRIO MARTINS.....	109
2.2 CHOROGRAPHIA DO PARANÁ – SEBASTIÃO PARANÁ DE SÁ SOTTOMAIOR.....	124
2.3 PARANÁ NO CENTENÁRIO – ROCHA POMBO .....	130
3. O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ: USOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SABER HISTÓRICO	143
3.1 UM INSTITUTO HISTÓRICO PARA “INFLUÊNCIA EM QUESTÕES DE ALTA TRANSCENDÊNCIA PARA O PARANÁ”	146
3.2- ENTRE O LOCAL E O NACIONAL: O IHGPR COMO LUGAR DE VALIDAÇÃO DA ESCRITA DA HISTÓRIA. ....	152
3.3 MEMÓRIA, LITERATURA E CIÊNCIA: O QUE PRODUZIAM OS CONVIDADOS A SÓCIOS .....	161

<b>3.4 OS PRIMEIROS ANOS: A DEMARCAÇÃO DAS FRENTES DE ATUAÇÃO E A DIFICULDADE DE ORGANIZAÇÃO .....</b>	<b>165</b>
<b>3.4.1 - O Teatro: “Civilização”, Memória e Identidade.....</b>	<b>165</b>
<b>3.4.2 – A mobilização do passado na disputa territorial.....</b>	<b>170</b>
<b>3.5 REORGANIZAÇÃO DE 1906: ENTRE UM INTERESSE COMUM E OS PROJETOS DIVERSOS.....</b>	<b>180</b>
<b>3.6 DISSIDÊNCIAS NO IHGPR: O CASO DOS CATÓLICOS, ANTICLERICAIS E POSITIVISTAS.....</b>	<b>187</b>

<b>4. UMA HISTÓRIA PARA UM PROJETO DE ESTADO, JURÍDICO E CIENTIFICO .....</b>	<b>197</b>
<b>4.1 A REVISTA <i>PARANÁ</i>: A FORMAÇÃO DO “TIPO LOCAL” E A MODERNIZAÇÃO .....</b>	<b>197</b>
<b>4.2 A ESCRITA DA HISTÓRIA: O DISCURSO CIENTÍFICO E O LITÍGIO TERRITORIAL .....</b>	<b>212</b>
<b>2.4.1 Os Congressos Brasileiros de Geografia .....</b>	<b>213</b>
<b>4.2.2 O I Congresso de História Nacional .....</b>	<b>234</b>
<b>4.3 UM NOVO MOMENTO DO IHGPR: A FUNDAÇÃO DO BOLETIM E A RESOLUÇÃO DA QUESTÃO DE LIMITES (1916) 240</b>	
<b>4.3.1 – O Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a construção da própria memória .....</b>	<b>249</b>
<b>4.3.2 A ciência como estruturante da história e da identidade.....</b>	<b>252</b>

<b>5 PARANISMO: CRISE DA OLIGARQUIA ERVATEIRA E A EXALTAÇÃO DO REGIONALISMO.....</b>	<b>265</b>
<b>5.1 ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS: MONOPÓLIO DE CONSAGRAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DOS INTELLECTUAIS .....</b>	<b>270</b>
<b>5.2 O PARANISMO.....</b>	<b>287</b>
<b>5.2.1 A denominação paranista .....</b>	<b>291</b>
<b>5.2.2 A <i>Ilustração Paranaense</i>: .....</b>	<b>298</b>
<b>5.2.2.1 - A arte e um projeto de estado.....</b>	<b>300</b>
<b>5.2.2.2 - Os textos de Abertura: lendas.....</b>	<b>310</b>
<b>5.2.2.3 -Projeto: Influencias e diretrizes.....</b>	<b>320</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>336</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>340</b>

## INTRODUÇÃO

O debate que constitui essa tese surgiu das problematizações da bibliografia que utilizei em pesquisas anteriores sobre a identidade paranaense, que, a partir das discussões dentro do curso de doutorado, propuseram o questionamento sobre a escrita da história local. Assim, mais do que pensar sobre a imagem construída pelos textos, o foco passou a ser o processo de construção das obras dedicadas à história paranaense e suas formas de conceber, validar e escrever diferentes visões sobre o passado.

A escrita histórica está diretamente ligada aos padrões acadêmicos e sociais legitimados em determinada época. Elementos que remetem ao autor enquanto sujeito estruturante e estruturado pela sociedade, além disso expressam perspectivas sobre o passado e concepções sobre o futuro, o que faz com que obras e seus processos produtivos servissem de fonte para a compreensão dos processos de organização social.

Ao analisar a bibliografia de referência para a discussão sobre a ocupação do estado e a produção de sua identidade<sup>1</sup>, foi possível demarcar alguns pontos que formavam uma trajetória da historiografia local, pensando em continuidades e rupturas e diferentes lugares de fala. Orientado pela perspectiva de que a escrita histórica tem sua validação em uma normatização da área, mas também no reconhecimento dos seus leitores, chamou a atenção o fato que a diferenciação entre os espaços de produção e as gerações de escritores era metodológica, geralmente pautada pela adequação a padrões de veracidade e reconhecimento externos ao debate local.

Outro fator que despertou interesse foi a memória reproduzida em obras ao longo do século XX, que manteve signos e narrativas produzidas no início do mesmo século, demonstrando que aquele momento era central para a compreensão do enquadramento da memória local. Essa constatação levou a reconsiderar o tema do trabalho, visando uma leitura mais aprofundada sobre o processo de afirmação da área da história no Paraná, entre o final do século XIX e o início do XX. A opção

---

<sup>1</sup> MARTINS, Romário, História do Paraná 1899; PARANÁ, Sebastião, Chorographia do Paraná 1900; CARNEIRO David história do período Provincial do Paraná (1960); BALHANA, Altiva, MACHADO, Brasil; WESTPHALEN, C. Maria. História do Paraná (1969); WACHOWICZ, R. História do Paraná. (1995) e Mensus e colonos: História do Oeste Paranaense (1987); NADALIN, Sérgio Odilon Paraná: ocupação do território, população e migrações (2001)

por este recorte se explica por corresponder ao processo de institucionalização do discurso sobre o passado local. Por institucionalização compreende-se a enunciação de uma produção sobre o tema, a formação de regras de validação e reconhecimento do discurso historiográfico, além da fundação de espaços de consagração próprios a essa prática. Por isso, o tema desta tese passou a ser a ação de um grupo de escritores paranaenses entre as décadas de 1890 e 1930, quando foram publicados os primeiros livros dedicados a uma história regional e criado o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR). O objetivo é discutir os interesses e ações que moldaram a memória histórica local e os espaços de sua elaboração, com as hierarquias de autoridade impressas a essa produção histórica. Para realizar essa proposição, me detive sobre os escritores, suas compreensões sobre história e as relações com os pares e projetos intelectuais da época. Considerando que a produção de uma memória local é permeada pela ação de muitos agentes e que não seria possível, neste estudo, estabelecer um panorama amplo sobre as diferentes interpretações daquele período, tomei como referência o discurso dominante nas instituições de promoção e construção da memória, entre os anos de 1890 e 1930, quando havia centralidade de um grupo de intelectuais nascidos entres as décadas de 1860 e 1870.

Este grupo foi denominado por autoras como Cassiana Lacerda Carollo (1980), Marilda Binder Samways (1988) e Maria Tarcisa Bega (2002) como “geração de 1890” ou “geração Simbolista”. Esta segunda definição justifica-se por ter sido o movimento literário Simbolista a principal influência destes escritores em seu processo de afirmação no campo cultural. Tal estética literária servia em nível local como diferencial em relação à geração anterior, que possuía uma filiação ao Romantismo; e, em nível nacional, os colocou frente ao movimento Parnasiano. O Simbolismo serviu para que alguns destes escritores fossem reconhecidos e, assim, definissem uma identidade geracional. Vários trabalhos<sup>2</sup> apontam para a centralidade desta geração no processo de criação de uma identidade paranaense, além da importância deste grupo para a literatura do estado. Foi a primeira a “deixar seguidores” e “fazer escola”, o que significa que se tornaram dominantes e estabeleceram os padrões definidores do campo literário local. Essa

---

<sup>2</sup>Alguns dos autores que discutem a centralidade desta geração são: Carollo (1980), Samways (1988) Szesz (1997), Pereira (1998), Marchette (1999), Bega (2002), Beltrami (2002), Corrêa (2006), Bahls (2007), Camargo (2007), Mello, (2008), Rosevics (2009) e Cordova (2009). Seus estudos são apresentados ao longo dos capítulos e são referências para esta análise.

influência que tiveram nas gerações posteriores e nos esforços de construção de lugares de memória os consagrou com a alcunha de “geração fundadora” do campo cultural paranaense.

A seleção deste grupo de escritores canonizados criou a necessidade de uma melhor compreensão do conceito de “geração” - e, para tanto tomamos o alerta feito por Jean François Sirineli, que destaca dois problemas nesta categoria:

a banalidade e a generalidade [...]. Banalidade porque a sucessão das faixas etárias é a própria essência das sociedades humanas; generalidade porque, por essa mesma razão, o uso da noção de geração fica às vezes na superfície das coisas, sendo antes elemento de descrição do que fator de análise. (SIRINELLI, 2001, p.132).

De acordo com o autor, é preciso que a leitura de uma geração seja feita para além de sua existência enquanto faixa demográfica, mas que se compreenda a existência de uma identidade para a comunidade estudada, pensado seu evento inaugurador, produções e inserções sociais. Os autores nascidos na segunda metade do século XIX cresceram em meio às ideias do republicanismo e o abolicionismo, que os acompanharam até a juventude, a partir da Abolição em 1888 e a proclamação da República em 1889. Vivenciaram a crise da estrutura imperial e a formação de novas relações de poder. Nesses debates, marcaram a escrita dos autores a busca por um projeto de nação e a inclusão do Paraná numa representação sobre o Brasil – problemática central para estes agentes, nascidos nas primeiras décadas de existência da província do Paraná, emancipada em 1853. Entende-se que a definição da identidade regional compreendia também a intenção de dotar-se de uma identidade social positiva. Os interesses de seus escritos convergiam no esforço de reversão do estigma de local isolado, desabitado e atrasado, substituindo-o por um emblema de “promissão”, de uma “terra do futuro”.

Uma das experiências mais significativas desta geração foi a participação na Revolta Federalista em 1893, conflito que mobilizou a população local – tanto em apoio às tropas de Gumercindo Saraiva, quanto de Floriano Peixoto<sup>3</sup>. A sociedade paranaense ficou cindida pelos

---

<sup>3</sup> O evento provocou muitos traumas e mudanças na sociedade local, como o alistamento destes jovens; a batalha da Lapa, que se construiu como local de

traumas do conflito e, ao mesmo tempo, ampliou o discurso nacionalista de alinhamento ao poder do governo florianista. O tom assumido nas revistas desse período demarca um discurso nacionalista, civilizador e modernizador, o qual conviveu com a introdução do Simbolismo no Paraná, que figura nas páginas de revistas como *Revista Azul* (1893), *O Cenáculo* (1895) e *Turris Erbunea* (1900). Apesar da importância dos manifestos que buscavam demarcar os grupos de escritores e suas propostas de rompimento, compreendo que essas confluências geracionais não necessitam necessariamente estar implícitas em documentos. Como argumenta Raymond Williams, ao discutir o caso do grupo de Bloomsbury:

Os princípios que unem um grupo podem ou não estar codificados, um certo tipo de análise é imediatamente relevante. Mas existem grupos culturais muito importantes que têm em comum um corpo de práticas ou um *ethos* que os distinguem, ao invés de princípios ou objetivos definidos em um manifesto. O que o próprio grupo não formulou até pode ser reduzido a um conjunto de formulações que pode levar a uma redução, simplificação, ou até mesmo a um empobrecimento de seu significado (WILLIAMS, 1999, p. 141)

O Simbolismo participa da conformação de um *ethos* geracional, qual seja, o Decadentismo, aliado aos hábitos de corte que formaram o padrão intelectual das associações literárias e até mesmo das formas de vestir. Quando se amplia essa análise, é preciso destacar também que não se compreende aqui geração como um grupo homogêneo, mas como um “recorte social”, composto por microclimas, formados por diferentes formas de assimilação de influências, ideias e experiências, mesmo que pareçam comuns. Essa diversidade na apreensão e reprodução das vivências tem relação com as diferentes formas de os agentes interpretarem suas trajetórias e as “heranças” de outras gerações. Assim, toma-se Mannheim como referência, quando afirma:

---

memória do alinhamento do Paraná ao governo federal; e, posteriormente, o assassinato de Idelfonso Pereira Correia (o Barão de Serro Azul) pelo tribunal marcial dos apoiadores da revolta – ele era um dos principais nomes da política e também grande exportador de erva-mate.

A geração não é um grupo concreto no sentido de uma comunidade, isto é, um grupo que não pode existir sem os seus membros terem um conhecimento concreto uns dos outros, e que cessa de existir como uma unidade mental e espiritual assim que é abolida a proximidade física (MANNHEIM, 1952, p. 68).

Com a amplitude do conceito e em vista da diversidade interna a uma geração, o foco do estudo passa a ser a rede de intelectuais que se formou e fortaleceu em torno das revistas literárias já citadas<sup>4</sup> e que tornaram-se canônicos no campo intelectual local. Eles delimitaram suas posições no campo cultural local, se autoproclamando um “novo grupo”, por meio de textos e manifestos. Afirmavam-se como uma geração “renovadora” e “modernizadora”, sob o discurso de um engajamento na “missão” de construir uma cultura para o estado e, igualmente, divulgar o Paraná em nível nacional.

Mas como expressei anteriormente, meu objetivo não é construir um panorama de toda a faixa demográfica de nascidos entre 1860 e 1870, mas atentar para uma rede de intelectuais que se tornou dominante na produção da memória local. Utilizei a ideia de rede de intelectuais a partir da leitura de *Apresentando amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões*, de Jeremy Boissevan (2010). O autor explana sobre as relações de amizade no meio acadêmico e alerta para a necessidade de se evitar um modelo baseado apenas em padrões, pois o estudo de comunidades permeia ações de redes, que compreendem manipuladores e coalizões, ligações por vezes temporárias, que podem se tornar definitivas ou recorrentes, funcionando como alianças que pressionam os campos de forma direta ou indireta. Nesse sentido, busquei analisar a composição de redes de intelectuais para além de modelos estáticos, atentando às trajetórias dos escritores e pensando nas mobilidades destes agentes dentro dos partidos, redações e clubes. Houve momentos de aproximação e distanciamento entre estes, de acordo com os interesses em jogo e as proximidades existentes para além dos debates literários e acadêmicos. Tais relações são analisadas tendo como diretriz a produção sobre a memória e a institucionalização do campo da história. Minha leitura não se propõe a uma totalização das redes, mas à análise

---

<sup>4</sup> Como as publicações *Revista Azul* (1893), *O Cenáculo* (1895) e *Turris Erbunea* (1900)

dos seus movimentos em torno da composição desta autoridade sobre um saber histórico. Para tanto a proposição é de análise dos escritores que tornaram-se canônicos no campo cultural paranaense, essa opção permite um maior adensamento sobre seus processos de consagração, assim como de suas atuações no uma memória local, também foi relevante para tal recorte a viabilidade material da pesquisa, pois sendo o Paraná um estado periférico mostrou-se inviável a construção séries documentais sobre autores menos celebrados do período de transição do século XIX para o XX. Assim delimitou-se como a pesquisa com o seguinte grupo:

Tabela 1 - Perfis Intelectuais da Geração de 1890

<b>Nome</b>	<b>Data e lugar de nascimento</b>	<b>Profissão do Pai</b>	<b>Curso Superior</b>	<b>Obra de estreia</b>	<b>Profissão</b>
José Candido da Silva Muricy	1863, Curitiba (PR)	Médico, Militar Político	Militar- escola da Praia Vermelha	Foz do Iguassu (1896)	Militar/Político e escritor
Sebastião Paraná de Sá Sottomaior	1864, Curitiba (PR)	Militar e Político	Direito e Ciências Políticas e Sociais – Rio de Janeiro	Esboço geográfico do Paraná (1899)	Advogado/Professor do Ginásio Paranaense (Geografia)
Emiliano Pernetta	1866, Pinhais (PR)	Comerciante	Direito – Faculdade de Direito do Largo de São Francisco	Musicas (1888)	Advogado, Jornalista e professor
Emilio Nunes Correia de Menezes	1966, Curitiba (PR)	Funcionário público, poeta		Marcha Fúnebre (1892)	Jornalista
Nestor Pereira De Castro	1867, Antonina (PR)			Brindes (1899)	Jornalista
Nestor Victor dos Santos	1868, Paranaguá (RJ)			Signos (1897)	Jornalista/professor/ crítico literário

Dario Persiano de Castro Vellozo	1869, Rio de Janeiro (RJ)	Comerciante e Político		Ephemeras (1890)	Professor do Ginásio Paranaense (História Universal)
Júlio Pernetta	1869, Pinhais (PR)	Comerciante		Razões por que... (1896)	Jornalista/funcionário da secretaria de obras.
Jayme Ballão	1869, Curitiba (PR)		Direito em 1922 – Faculdade do Rio de Janeiro	Ceci (1896)	Jornalista/ professor/Político
João Itiberê da Cunha	1870, Cerro Azul (PR)	Funcionário Público (Diretor de Instrução Pública), Musico, Político.	Direito - Universidade de Bruxelas	Prelude (1890)	Jornalista/ compositor/ crítico
Ermelino agostinho de Leão Junior	1871, Curitiba (PR)	Desembargador, Industrial ervateiro, político	Direito – Faculdade do Largo de São Fransico.	Memorial sobre a questão de limites Paraná – Santa Catarina (1897)	Advogado/ empresário – Ervateiro
Manuel Azevedo da Silveira Neto	1872, Morretes (PR)		Bellas Artes, Humanidades (incompleto)	Pela Consciência (1898)	Funcionário da Fazenda Federal
Alfredo Romário Martins	1874, Curitiba (PR)	José Antônio Martins Florência Severina Ferreira Martins		Vozes intimas (1893)	Jornalista

A maioria desses homens se encontrou ainda no período de suas formações escolares em Curitiba, a capital do estado, onde estavam as principais instituições de ensino. Naquele período, formaram alianças e mesmo concorrências em revistas juvenis, grêmios e concursos escolares. Iniciaram como escritores nos periódicos locais, produzindo seus primeiros textos e trabalhando como tipógrafos em jornais maiores. A circulação desses intelectuais em espaços comuns auxiliou na construção de redes de sociabilidade, que se articulam em torno de revistas e grupos de leitura. Eram proximidades que ocorriam tanto por relações de amizade quanto pela convergência de ideias, servindo à formação de um grupo mais restrito. O fortalecimento dessa rede encontrava apoio em sua origem na classe dominante, sendo que a autoridade e o reconhecimento tornaram seu discurso central para a produção da cultura local.

O entendimento destas hierarquias é importante para a localização social deste grupo. Entendo o espaço de ação intelectual como definido por Gisele Sapiro (2012, p. 21): “a interseção do campo político e dos campos de produção cultural específicos, o campo intelectual participa do campo de produção ideológica.”. A referência da autora é Pierre Bourdieu, que definiu essa parcela da sociedade como a “parte dominada da elite dominante” (Bourdieu, 1990, p. 174). Com isso, atentei para a relação de dependência que havia entre estes agentes e os grupos dirigentes. Como afirma Silvia Sigal (2012, p. 63), a intervenção do campo político nos espaços de produção intelectual se acentua, e:

é possível afirmar que a atividade cultural nas sociedades periféricas remete a instâncias de consagração externas e, ao mesmo tempo, interioriza critérios externos de valorização. Estas duas dimensões se determinam reciprocamente: a importância acordada aos centros culturais metropolitanos acentua o caráter escorregadio das hierarquias internas, estimulando a busca de instâncias exteriores incontestáveis. Este processo de retroalimentação, por sua vez, influi sobre as relações entre poder e cultura na medida em que a vacilante legitimidade das instituições culturais diante dos intelectuais eles mesmos, faz com que sejam vulneráveis às intervenções do poder político.

A relação heteronômica do campo caracteriza-se por uma aproximação entre as pautas do debate intelectual e os interesses políticos; e a intervenção do campo político influi em processos como a viabilidade da produção e mesmo a sua legitimidade. A autora alega que a dependência existente em campos periféricos torna difícil a leitura a partir de uma perspectiva “engessada” da teoria bourdesiana, uma vez que essa interação, por vezes, é garantidora de uma produção intelectual.

Outra dificuldade em se estudar um campo periférico, foi que ao longo da pesquisa nos deparamos com uma escassez de fontes, o que implica em casos de incompletude de séries de periódicos, ausência de documentos e informações sobre participes dos movimentos literários, Institutos e Academias. Esses esquecimentos não são ignorados no debate e estão contidos nas análises propostas nesta tese.

No caso paranaense, trata-se de uma província emancipada em 1853, quer dizer, 47 anos antes do período no qual se formou esta geração. O Paraná ocupava uma posição periférica em relação a estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, tanto na economia, quanto na política e na cultura. A economia local era dedicada à produção e exportação de erva mate, mas apesar de financeiramente importante para a elite do estado, se tratava de uma atividade menos importante comparada à cafeicultura, que era central ao país naquele período<sup>5</sup>. Essa condição fazia com que fosse mais difícil para a elite paranaense converter seu capital econômico em político, pois tinha interesses diversos do grupo dominante nacionalmente. Tal situação interferia na expressividade cultural, pois o Paraná, com existência relativamente recente, construía seus signos de representação que proporcionassem uma diferenciação do território ao qual pertencia, ou seja, a província de São Paulo – que se colocava como uma das principais praças de produção intelectual do país, além de disputar espaço como fundante no “panteão” nacional.

Essas condições faziam com que o campo intelectual fosse atravessado, quando não dominado, pelos interesses do campo político. Este, por sua vez, buscava na produção dos intelectuais sua legitimação e representatividade; em contrapartida, servia como financiador e promotor

---

<sup>5</sup> Exemplar é que o mercado exportador do Paraná era a América do Sul, enquanto o café era destinado a América do Norte e Europa.

daqueles escritores. Sigal ao analisar o campo intelectual argentino conclui que a intervenção do campo político fortalecia a ação dos intelectuais, viabilizando a sua existência. A autora aponta igualmente que estes intelectuais cumprem na América Latina o papel de mediadores entre espaços culturais, pois o continente estaria na periferia, e sua ação seria a de debater as ideias “externas”, em diálogo com as “ambiguidades” locais.

Quando se aplicam essas concepções ao caso do Paraná, no final do século XIX e início do XX, depara-se com a disputa interna da elite local, que opunha o grupo ascendente, ligado à produção e exportação de erva-mate, e o decadente, ligado à pecuária. Nessa disputa, o grupo ervateiro se reafirmava no poder e propagava um discurso de industrialização e urbanização, que estava de acordo com os debates nacionais, e mesmo internacionais, sobre a modernização. Esse conceito era idealizado na sociedade local, em oposição a um atraso associado ao passado rural. Assim, os ervateiros financiavam a imprensa local, sendo proprietários e diretores de jornais, revistas, tipografias, além de fomentar outros espaços de produção cultural, como clubes e teatros. Tais iniciativas serviam ao lazer e à informação, mas também faziam parte da construção de uma imagem civilizacional do estado, que encontrava como símbolo a cultura, sobretudo a letrada. O domínio da produção cultural servia aos interesses de conformação de aparatos simbólicos de dominação social, atendendo às demandas daquele grupo político e econômico para se afirmar no poder.

Como dito anteriormente, trata-se de um período no qual se objetivava a construção de um imaginário regional que conferisse autoridade ao grupo dominante, servisse à promoção da “jovem província” e atualizasse os signos de representação do grupo local, em função do regime republicano instalado em 1889. Como afirma Eric Hobsbawm (1997, p. 12-3), estas mudanças desencadeiam na sociedade um movimento de “invenção de novas tradições”:

Quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destói os padrões sociais para os quais as “velhas” tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velas tradições juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, são mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da

flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta.

Nesse sentido, uma nova produção simbólica se colocava neste processo de transformação social, no qual as tradições e signos do Império brasileiro precisavam ser substituídos. Em nível local, essa “atualização” discursiva se somou à construção de uma identidade, pois era interesse dos detentores do poder a promoção de um discurso performativo sobre o estado, com a ritualização de hábitos e posturas, que acabavam por “naturalizar” ações autoritárias, como as que definiram o que representava ou não a região. Para que essa performance conquistasse a “crença” dos membros do grupo, foi necessário que se investisse de autoridade seus enunciadores. Os intelectuais da geração de 1890 apresentavam-se como detentores dos saberes locais e articulados com os debates nacionais, com isso legitimavam e ajudavam a moldar os projetos de estado dominantes. Desse modo, aqueles “jovens”, que buscavam consagração e inserção nos debates públicos, encontraram nas pautas da elite dirigente um espaço de inserção. Ainda vale ressaltar que, como apresentado na tabela 1, a maior parte deles atuava no funcionalismo público ou na imprensa partidária, uma estrutura que reforçava a intersecção entre estes diferentes campos.

Gisele Sapiro (2012, p. 22) aponta que é possível definir diferentes formas do engajamento intelectual, as quais devem ser interpretadas seguindo os “três fatores que estruturam o campo intelectual: o capital simbólico; a autonomia frente à demanda política; o grau de especialização”. A autora aponta alguns tipos de intelectuais, entre eles, o “generalista” e o “especialista”, que apresentam como característica central o papel de “consultor” da classe dirigente. Os escritores construam seus capitais sociais pela herança que traziam de suas origens familiares, às quais se somava a educação formal. Isso se revertia em inserção no campo cultural, com a editoração e a publicação em revistas literárias e na imprensa local.

Os intelectuais da rede analisada almejavam participar do campo literário em 1890, época em que não havia uma divisão acentuada entre as áreas do conhecimento, geralmente concentradas na literatura. Aqui, interessa esse processo de construção de divisões entre as diversas áreas,

assim como o estabelecimento de regras de consagração e validação de uma produção entendida como científica. O debate se aprofunda de forma mais específica sobre a estruturação dos padrões e signos que conferiam legitimidade à produção de uma memória local e à escrita da história. Essa construção de espaços de produção de memória vinha fortalecer o processo de “enquadramento” desta. Tomei a formação da memória como um movimento de disputas, no qual diferentes agentes concorriam para assegurar uma reprodução de suas versões, pois eram constituintes da identidade individual e também coletiva. Em sendo uma construção, como alerta Pollak (1992), a memória é passível de reorganizações e composições. Nesse enquadramento, o objetivo é constituir e manter uma coerência, o que resulta numa memória que, assimilada coletiva ou individualmente.

No caso paranaense, a institucionalização passava pela estratégia do grupo dominante em validar sua versão<sup>6</sup>. Isso também faz parte das estratégias de poder, que recorrem a um reconhecimento normatizado para construir suas argumentações e projetos ideológicos. Nesse sentido, a história é um meio de legitimação científica desta memória. Penso a história na perspectiva de Michel de Certeau, ou seja, a de uma prática disciplinar, tendo como resultado um discurso sancionado por uma instituição. É importante ressaltar que neste estudo entende-se que história é igualmente uma prática; o historiador, um agente situado em determinado lugar social; e o texto, a organização de “unidades de sentido” submetidas a uma metodologia e a aceitação social. Com essas compreensões, proponho analisar a memória construída por uma rede de escritores paranaenses, assim como discutir os padrões estabelecidos pela institucionalização da produção do conhecimento histórico no Paraná.

Para tanto, percorri a trajetória dos textos publicados nas revistas literárias, os primeiros livros sobre a história local e a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR). A partir de tais debates, interessa aqui a mobilização e os discursos que permeavam os primeiros anos da instituição da área, até a reorganização dos espaços de sua produção e consagração local, em 1920. Este último período foi

---

<sup>6</sup> Silvia Sigal propõe uma atenção maior com os espaços de produção relacionados a história e sociologia, as quais atribui uma maior vulnerabilidade, pois ambas têm “caráter tão frequentemente misto de intelectuais implicados ao mesmo tempo nos valores de sua disciplina e nos de um campo ideológico-político mais amplo.” (SIGAL, 2012, p. 60)

marcado pela ascensão do movimento regionalista e pela crise da elite local, retirada do poder em 1930 pelo movimento varguista.

Assim esse estudo se dedica a gênese dos investimentos em representação e formação de uma identidade paranaense e foi organizado em cinco capítulos divididos da seguinte forma: o primeiro tem como proposição analisar a formação da geração de 1890, a memória que construíram sobre o Paraná e sua apropriação e disseminação em outros espaços. Objetiva compreender as referências que influenciavam esses autores, as redes que se incluíam e os espaços em que produziam. A partir dessas definições, há uma análise das produções sobre a memória do Paraná, pensando os signos que eleitos como representantes da identidade local, assim como as regras que guiavam sua validação, também, o trabalho detém-se na circulação desses debates e na sua utilização. Destaca-se que essa primeira parte do estudo promove uma análise da produção deste grupo, a qual é composta por variados textos em revistas literárias e na imprensa local. Ao analisar este material optou-se pela não separação entre as produções de interesse historiográfico e as consideradas literárias, isso porque compreendo como fundamental para a pesquisa a compreensão da interação entre o campo literário e historiográfico, este espaço se mostrou determinante no processo de construção da memória e do regionalismo.

Ainda neste primeiro momento ao destacar a formação do grupo de escritores tem destaque a trajetória de Alfredo Romário Martins, isso porque esse agente se construiu como referência para o debate sobre a memória local, tanto pela produção escrita como pela mediação entre espaços .

O segundo capítulo se concentra no lançamento de três livros dedicados a narrar a história local, entre os anos de 1899 e 1900. A proximidade entre as obras *Chorographia do Paraná* (1899), *História do Paraná* (1899) e *O Paraná no Centenário* (1900) serve de questionamento sobre a utilização e a construção da memória local naquela virada de século. Por meio da análise desses livros e dos seus autores, busco uma compreensão sobre o que se entendia como uma produção histórica e quais os interesses nela implicados.

A formação do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR), em 1900, é o tema do terceiro capítulo. A análise se volta para os movimentos que levaram a sua fundação, propondo a discussão de dois interesses imbricados: o de prover um passado ao estado e o de fixar suas divisas em meio às disputas com os estados vizinhos. A opção de Paraná

e Santa Catarina por uma saída diagnóstica para a disputa elevou a importância da institucionalização da história e do interesse na criação de um espaço legitimado de produção de conhecimento sobre o tema. Com isso, analiso os sócios convidados a compor o quadro institucional, suas produções e trajetória social, para entender as alianças e tensões presentes nesse novo espaço.

No quarto capítulo, o estudo mantém seu foco no IHGPR, mas atenta para as movimentações internas e as influências externas, que promovem articulações e desarticulações. A leitura evidencia a dependência da instituição ao quadro político, que interfere em sua estabilidade e mesmo em sua composição de sócios. É apresentada igualmente a influência das normatizações e do fortalecimento das fronteiras disciplinares em nível nacional, a partir dos congressos de geografia, realizados entre 1909 e 1911, e de história, em 1914. É importante para a compreensão dessa institucionalização da história (e dos usos da memória) a confrontação da produção associada ao IHGPR com outras publicações paralelas; para tanto, me detive em revistas e publicações em jornais sobre o tema.

O último capítulo trata do auge e da crise dessa perspectiva sobre a memória local. A década de 1920 simboliza o surgimento de movimentos políticos e artísticos que fazem críticas à estrutura dominada pela oligarquia. No campo cultural, ganha forma o Movimento Modernista, que propõe novas leituras estéticas, num debate que se torna dominante e impõe uma rearticulação das normas de consagração. Nesse processo, alguns dos principais nomes da geração de 1890 se reuniram em torno do Movimento Paranista (1927) que, liderado por Alfredo Romário Martins, propunha uma leitura do regionalismo mantendo a concepção de história daquela geração, adaptada aos padrões do Modernismo. Para melhor compreender esse movimento, faz-se uma leitura da revista *Ilustração Paranaense* (1927-1930). O capítulo se encerra nesse momento, pois com a instalação do novo regime, houve a desestruturação das bases que financiavam e valorizavam a produção do grupo. O movimento de 1930 foi a ocasião para que uma nova geração ocupasse os espaços de poder no estado e, com os novos interesses, outros grupos passaram a ocupar os espaços de produção cultural.



## 1. FORMAÇÃO INTELECTUAL DA GERAÇÃO DE 1890.

Esta tese se detém sobre as formas de conformação da memória regional paranaense e de espaços de produção histórica para como validá-la enquanto narrativa histórica. Essa problemática exprime o entendimento de região como define Bourdieu em um ato de autoridade estabelecido nos conflitos pelas “conservações ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas; ou se prefere a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos (...) da identidade social” (Bourdieu, p.124, 2003).

Assim premissa desta análise é que tais delimitações do espaço são construções sociais e que os conflitos pelo seu domínio são centrais para os embates que envolvem sua nomeação e delimitação. Tal complexidade destas relações se manifesta na forma de visões e projetos sobre a região, que abrangem questões como qual atividade econômica deve ser desenvolvida, que perspectiva política deve guiar as ações do estado e mesmo qual população deve ocupar aquele território. A história compõe parte importante dentro deste imaginário, pois as leituras sobre o passado são utilizadas um outro campo de disputa que utiliza a trajetória regional para justificar a produção de signos e a superação de estigmas que sirvam para a construção de sentimentos de pertencimento e identificação a diferentes grupos sociais, e ainda que sirva como elemento de dominação e reconhecimento interno e externos.

Esse tipo de análise regional é por vezes entendido como uma oposição a uma história nacional, porém a leitura presente nessa pesquisa compreende que existe uma dinâmica nacional inter-regional e que esses movimentos são centrais para compreendermos o Brasil. Tal perspectiva possui uma ampla anterioridade recorremos a algumas leituras sobre o tema como a produção de Janaina Amado “Região, sertão, nação” (1995) e Lucia Lippi de Oliveira “A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro” (1998), em que as autoras apresentam o debate sobre as diferentes visões e entendimentos sobre o nordeste, e como estas

se colocam dentro das discussões sobre a história da “nação”. Para elas há uma vitória das narrativas sobre a unificação e a formação do país pelos bandeirantes, a qual acaba por se estabelecer como dominante e somada as narrativas sobre o Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil, ocorre a categorização dos processos ocorridos em outros espaços geográficos como periféricos.

Ainda na década de 1990 foi publicado o trabalho de Durval Muniz de Albuquerque “A invenção do Nordeste” (1999), onde o autor parte da literatura local e das relações diferenciação com o sul do país para apresentar uma construção de uma cultura nordestina, a análise de Albuquerque toma como central um discurso sobre o território que é transformado e associado a uma forma de falar, vestir e portar-se, o que inclui uma forte representação de gênero.

Outros trabalhos nos ajudam a pensar a questão das construções das culturas regionais e a busca pela visibilidade na representação nacional, como o texto de Leticia Nedel “Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul” (2005) em que a autora estuda a participação de diferentes vertentes intelectuais do Rio Grande do Sul no *Movimento Folclórico Brasileiro* apresentando os embates locais e os esforços de encontrar visibilidade em âmbito nacional. Fabio Franzine em *A Sombra Das Palmeiras* (2006). analisa a disputa entre São Paulo e Pernambuco que se propõe como espaços centrais no processo de ocupação do território brasileiro, embate ocorrido sobretudo entre as décadas de 1930 até 1950. Estes dentre outros trabalhos nos auxiliam a pensar que a identidade nacional se forma em meio as disputas de narrativas formadas em âmbito regional, que buscam se afirmar como memória coletiva nacional.

Assim este trabalho tem foco nas dinâmicas locais, mas com a preocupação de entendê-las dentro de uma lógica mais ampla dos movimentos nacionais, além disto problematizando a construção de uma histórica nacional como resultante de uma disputa entre regionalismo pela representatividade nacional. Dada esta projeção em escalas é importante uma breve apresentação da formação da província para a localização do leitor nestas dinâmicas internas e como elas interagem com as relações em nível nacional.

## 1.1 BREVE APRESENTAÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO DA PROVÍNCIA

O regime republicano permitiu a ampliação de espaços para produções de identidades locais, muito por conta da desconstrução de uma centralidade baseada na figura do imperador, da qual emanava o poder. Essa descentralização deu, assim, voz e mobilidade para que as elites interessadas na ressignificação da memória e da cultura afirmassem seu poder em nível local e concorrerem pelo domínio da representação da pátria.

No caso paranaense, o processo de formação da República implicou a reescrita e a ressignificação de um passado de proximidade com o poder imperial. Somava-se a isso o fato de o Paraná ter sido a última província do Império a ser criada. Nesse sentido, os esforços para a produção de uma memória local, ainda em processo de estabilização, acentuavam sua diferença em relação às províncias vizinhas. Intelectuais paranaenses tinham interesse em criar um novo aparato imaginário “regional”, que servisse para a promoção do “novo estado”. É necessário, assim, compreender o estabelecimento destes signos de pertencimento e reconhecimento, que encontrou maior estabilidade na década de 1890, por meio do financiamento dos grupos ervateiros que assumiram o poder estadual.

Para tanto, recua-se ao processo de emancipação da província e aos embates da década de 1840. Nesse período, a região correspondia à 5ª Comarca de São Paulo e era dividida politicamente entre o Partido Liberal –majoritariamente de latifundiários ligados à criação e comércio de gado<sup>7</sup> – e o Partido Conservador, – de empresários da erva mate<sup>8</sup>.

Neste ínterim, a produção de mate no Paraná, que se iniciou em torno dos anos 1820 no litoral e, na década seguinte, em Curitiba, já na década de 1850 correspondia a 85% das exportações da província. A produção e a comercialização da erva-mate rendiam bons frutos até chegar ao seu apogeu, que

---

<sup>7</sup> Atividade que se fortaleceu no século XVIII com o tropeirismo e se manteve dominante no estado até a metade do século XIX.

<sup>8</sup> O Partido Conservador passou a ocupar os centros administrativos a partir da década de 1820, quando seus quadros prosperaram com a exportação de erva-mate para Argentina e Uruguai.

viabilizou uma série de investimentos na modernização da capital. Enquanto na cena nacional o principal produto era o café, os paranaenses exploravam o mate, nicho econômico alternativo, que lhes proporcionou uma atividade comercial intensa principalmente com o mercado platino, impulsionado pela Guerra do Paraguai, que os livrou de seu principal concorrente. Este campo econômico estava centrado em uma indústria ao mesmo tempo mecanizada, de mão-de-obra livre e extrativista, e encontrava-se em expansão, embora fosse periférica em termos nacionais (CORRÊA, 2006, p. 22)

Além do crescimento econômico, que contribuiu para aumentar a insatisfação com o controle da região por São Paulo, a barganha pela emancipação se colocou quando o território se tornou importante ponto estratégico nas disputas entre as forças imperiais e as revoltas liberais. Nesse processo, o governo central buscou apoio das lideranças locais contra a Revolta Liberal de Sorocaba (1842) e a Revolta Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul. Durante as negociações para apoio às forças imperiais, vieram à tona as insatisfações da elite da comarca com o “descaso”<sup>9</sup> por parte do poder centralizado em São Paulo e mesmo pelo poder imperial.

Com a promessa de emancipação da região, firmou-se o acordo entre o Império e os grupos locais. Após a repressão das revoltas, teve início o processo de separação de São Paulo na Assembleia Geral, que aprovou, em 1853, a criação da Província do Paraná. Por conta dessa trajetória, o historiador Divonzir Lopes Beloto (1990) cunhou a expressão “emancipação conservadora”, uma definição que alude tanto à proximidade do poder imperial quando ao fortalecimento dos grupos conservadores da nova província. Pode-se dizer que o poder político dos conservadores foi “endossado” pela emancipação, fortalecendo os laços entre as lideranças locais do Partido Conservador e as nacionais, que indicaram a maioria conservadora para o governo da província recém-

---

<sup>9</sup> É necessário relacionar esse processo de questionamento da centralidade de São Paulo com o crescimento econômico das elites locais que buscavam maior poder político em nível nacional.

criada. Mas apesar das disputas entre conservadores e liberais, como afirma a socióloga Amélia Siegel Corrêa:

Os ervateiros conservadores lutavam pela hegemonia política da província contra os fazendeiros de gado, liberais. Revezavam-se no comando do Executivo, ao sabor das trocas de gabinete ocorridas na corte, não havendo diferenças ideológicas importantes entre os partidos, mas reivindicações específicas resultantes de seus interesses corporativos. (CORREA, 2006, p. 25)

A autora esclarece que as duas forças políticas convergiam em um ideário monarquista, havendo manifestações esparsas de viés republicano, as quais se fortaleceram em 1870 com o *Manifesto Republicano* atribuído a Quintino Bocaiúva, documento que teria sido base para a fundação de um clube republicano paranaense em 1885. Esse panorama permaneceu até a proclamação da República, quando os grupos políticos precisaram se reorganizar e articular novas coalizões. Assim, conservadores e republicanos, liderados respectivamente por Idelfonso Correia, Francisco Xavier da Silva e Vicente Machado, alinharam-se ao movimento nacional que criou o Partido Republicano Federal (PRF) em 1890. A oposição e as dissidências se organizaram no mesmo ano sob a legenda da União Republicana Paranaense (URP), tendo como principal nome Generoso Marques dos Santos, líder do antigo Partido Liberal. Sobre essas transformações, é emblemático um texto no número especial da *Revista do Club Curitibano*, sobre o primeiro aniversário da República e sua recepção em Curitiba:

Quando, a 15 de novembro de 89, naquele dia triste e enevoado – a sexta feira mais notável de nossa história - espelhou-se timidamente por esta capital o boato da proclamação da República, a pacatez beata da burguezia assustou-se, o commercio estremeceu, as famílias sobressaltaram-se, os políticos arregalaram os olhos espantadiços e pela espinha dorsal do governo da província correu um calafrio de morte.

A tarde, porém, um boletim d'A República esclareceu tudo. Estava Feita a Republica Brasileira! E dentro de poucas horas, a capital do Paraná era toda republicana... e no dia seguinte já não havia paranaense que não o fosse também... (REVISTA DO CLUB CURITIBANO, 1890, n. 21, p. 3)

O novo regime não significou o fim dos conflitos. A República manteve as estruturas de poder, com exceção da presidência do estado, na qual se revezaram seis nomes<sup>10</sup>. Essa perspectiva foi delineada por Vicente Machado, uma das lideranças do Partido Republicano, que se manifestou no jornal *A República*, em 1890:

À inauguração do governo republicano neste Estado estavam os liberais de posse de todas as posições officias. Todos, absolutamente todos os cargos policiaes eram exercidos ou não. Eram ocupados pelos adeptos do partido em cujas mãos a Monarquia agonizou e finou-se. Inaugurou-se o regimem republicano, qual foi a derrubada feita. Umas duas ou três exonerações, quando muito, não tiveram caracter partidário absolutamente e apenas foram ditadas por conveniencias públicas do serviço do Estado. (MACHADO, 1890 apud LOPES, 1996, p. 32)

O grupo do antigo Partido Conservador paranaense só conseguiu espaço quando Deodoro da Fonseca foi retirado do poder por Floriano Peixoto. A ação levou a Guarnição Militar de Curitiba a derrubar o grupo da União Democrática Federal (UDF), com o apoio dos oposicionistas

---

<sup>10</sup> Após a proclamação da república o Paraná foi governado por: Francisco José Cardoso Junior (17/11/1889 a 4/12/1889) após ele vieram José Marques Guimarães (até 18/2/1890), Uladislau Herculano de Freiras (até 4/3/1890), Américo Lobo Leite (28 de julho de 1890, Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva (28 de agosto de 1890), Serzendelo Correia (até 3/11/1890), Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva (até 27/12/1890), José Cerqueira de Lima (até 3 de junho de 1891), após essa instabilidade assume uma junta governativa em consonância com a subida de Floriano Peixoto no Governo Federal, processo que fortalece e empodera o grupo ligado ao antigo partido conservador no Paraná.

Francisco Xavier da Silva e Vicente Machado. Assim se estabeleceu uma estrutura de poder que perseverou até a Revolução Federalista, em 1893.

Consumado o novo regime, e com o foco das disputas nos embates locais, tornava-se necessária a afirmação da posição republicana. Isso implicava em uma “reescrita do passado”, sobre alianças e esforços de épocas anteriores para se aproximar do poder imperial. Além disso, como destacado anteriormente, era necessária a afirmação das diferenças em relação aos demais estados do país, em especial, São Paulo. Para a construção de uma cultura local, se estabeleceram diferentes espaços de produção cultural, nos quais é possível identificar a centralidade de um grupo de intelectuais nascidos entre 1860 e 1870, que veio a dominar os espaços de produção cultural após a década de 1890: Dario Velloso, Emiliano e Júlio Pernetta, Romário Martins, Agostinho Ermelino Leão, Silverira Netto e Sebastião Paraná. Busquei apreender os signos, valores e relações que permearam os primeiros anos de atuação desses escritores. Trata-se dos elementos que forjaram o repertório para a construção de identidades e memória locais. Tais narrativas e símbolos foram dominantes até a década de 1930 e são ainda visíveis atualmente.

## 1.2 – FORMAÇÃO DA GERAÇÃO DE 1890: “MODERNIZAÇÃO E PERIFERIA”

As últimas décadas do século XIX no Paraná foram marcadas por um crescimento populacional. Estradas e ferrovias passaram a ligar Curitiba ao interior e ao litoral, como a celebrada linha férrea de 1885, que facilitava o trânsito de mercadorias e pessoas. A instalação de indústrias ervateiras e a ampliação do comércio local começaram a conferir tons modernos à capital paranaense. Espaços de lazer foram criados, como o Clube Curitibano, em 1890; como afirma Silvia Melo (2008, p. 56), “é apenas na década de 1890 que as livrarias passarão a constituir ambientes eminentemente voltados à venda de livros e capazes de atrair a presença massiva da mocidade inclinada à leitura e à escrita”. A imprensa curitibana conheceu um período de expansão, estando ligada aos grupos ervateiros:

A burguesia ervateira, na figura do Barão do Serro Azul, fez inúmeros investimentos para a criação de um campo de produção cultural, adquirindo a Imprensa Paranaense, antiga Tipografia Lopes (a primeira da província) e a litografia do Comércio, de propriedade de Figueiras. Logo, serviam não só para a produção dos rótulos, mas também para fomentar a imprensa, área estratégica dos investimentos do Barão. (CORRÊA, 2006, p. 34).

Idelfonso Pereira Correia, o barão do Serro Azul, foi um dos principais empresários do setor ervateiro que investiram no setor da imprensa. Havia um interesse por parte desses empresários em demonstrar a existência de uma vida cultural ativa na capital paranaense, pois associavam seu projeto para o estado a industrialização, modernização e civilidade, ou seja, o oposto da visão rural que se tinha do Paraná em nível nacional. Localmente, tal projeto era utilizado como signo de progresso, em oposição ao grupo dos criadores de gado.

Apesar de Curitiba ser uma cidade relativamente pequena, entre a metade e o fim do século XIX foram ali publicadas ao menos 30 revistas, com manifestos partidários, abolicionistas, republicanos, de associações e clubes. A partir destas publicações, começou a se afirmar uma nova geração de intelectuais, que contava com nomes como Nestor Victor, Ermelino de Leão, Silveira Netto, Leôncio Correa, Antônio Braga, Emiliano e Júlio Pernetá, Dario Vellozo e Alfredo Romário Martins. Estes escritores, editores ou colaboradores de publicações estudantis e revistas de artes viviam o processo de urbanização da cidade e as transformações advindas da crise do Império, com os movimentos abolicionistas e republicanos. Curitiba foi local de encontro e articulação destes escritores, pois “observa-se que aqueles que não eram da capital, para lá afluíram, muitas vezes a fim de cursar o preparatório no Instituto Paranaense” (MELO, 2008, p. 42). Assim, o chamado Instituto, principal escola do estado, foi espaço de formação da maior parte destes autores. Muitos se tornaram conhecidos por meio de revistas como *A Arte* e *A Ideia*, que circularam em 1888, editoradas por Mariano de Lima, diretor da Escola de Belas Artes e do Clube dos Estudantes, e organizada pela agremiação estudantil presidida por Ermelino Leão.

Em 1887, o grupo já aparecia na revista *Vida Litteraria*, que tinha como redator Jayme Ballão. O periódico era semanal, impresso na

Typographia Americana e circulou entre julho e outubro, num total de 13 números com quatro páginas cada. Na abertura da primeira edição, o expediente informava: “franqueamos as nossas columnas aos Srs. Domingos Nascimento, Emiliano Pernetá, Leôncio Correia, Emilio de Menezes, Nestor Victor, Estácio Correia e Sebastião Paraná”. (VIDA LITTERARIA, 1887, n.1, p. 1). Buscando se fortalecer no cenário literário, publicaram seus perfis na revista e a descrição de suas obras. Assim, textos de Domingos Nascimento, Leôncio Correa, Emiliano Pernetá, Nestor Victor e Rocha Pombo apareciam em *Vida Litteraria* juntamente com trechos de autores consagrados, como o francês Mallarmé e o português Ramalho Ortigão. Outras edições trouxeram matérias especiais sobre a Revolução Francesa e uma homenagem a Casemiro de Abreu. Mesmo com o fim da circulação da revista, é possível perceber uma continuidade desta rede de intelectuais em outras, como *Revista do Club Curitybano* (1891), *O Guarany* (1891), *O Futuro* (1892) e *Revista Azul* (1893). Nesses periódicos, visualiza-se a atuação dessa geração, seu percurso nos espaços de produção intelectual e os grupos aos quais pertencia. Os textos apresentam os interesses dos autores, preocupações e compreensões sobre a sociedade e o papel do intelectual. A partir dos referenciais que guiam a sua produção, pode-se pensar como participaram do debate e da construção de uma memória e uma identidade locais.

O Clube Curitibano<sup>11</sup> foi um dos principais espaços onde se travou o debate sobre a identidade local. Como afirma a historiadora Caroline Baron Marach (2013), estava associado ao grupo político-econômico dominante, organizado em torno de uma identidade luso-brasileira e ao qual se opunham clubes que reivindicavam outras identidades étnicas, como o de italianos e o de alemães. Entendemos que estes espaços servia mais a organização econômica e política do que uma celebração étnica, eram associações frequentada pelas famílias abastadas da capital paranaense, o Clube Curitibano era recreativo e foi criado em setembro de 1881, convertendo-se em importante lugar para a construção de redes de sociabilidade entre eruditos. Sua sede era frequentemente utilizada por grupos de estudo, tanto para discussões acerca da cultura local quanto para articulações políticas e partidárias.

---

<sup>11</sup> Optei pela grafia *Clube Curitibano* para me referir à entidade, mesmo que tenham existido outras com o passar do tempo, como *Club Corytibano* ou *Clube Curitybano*. Já para revista, conservei a grafia de sua publicação, *Revista do Club Curitybano*.

O clube reunia representantes de diferentes filiações partidárias, no entanto, na passagem do século XIX para o XX, a instituição teve marcadamente uma posição política a favor do abolicionismo e dos ideais liberais, tendo cedido seus salões para celebrações do Clube Abolicionista e do Clube Republicano de Curitiba. Os antigos conservadores ligados à produção e comercialização do mate, após a Proclamação, filiaram-se ao Partido Republicano Federal e passaram a exercer maior influência no clube, como Vicente Machado, Vítor Ferreira do Amaral e o Barão do Serro Azul. (MARACH, 2013, p. 30)

O capital político-econômico concentrado naquele espaço propiciou a criação de uma revista e, ao mesmo tempo, a formação de um público leitor. Ainda segundo Marach, por ter surgido em meio à expansão dos clubes literários na província, a *Revista do Club Curitybano* (RCC) também teve grande receptividade em Paranaguá, Antonina e Ponta Grossa, por meio de remessas e intercâmbios, contribuindo para a longevidade de sua circulação, entre 1890 e 1912<sup>12</sup>. Seu texto de abertura apresentava como objetivos “pôr os sócios a par de seu movimento litterário e diversivo e concorrer para educar-lhes e elevar-lhes o espirito e o coração, a inteligência e o sentido” (RCC, 1890, n. 1, p. 1). Reivindicava o papel de divulgadora e fomentadora de um cenário literário e civilizador.<sup>13</sup> Era quinzenal e tinha distribuição gratuita para os sócios, trazendo, sobretudo, informes administrativos e algumas contribuições literárias. Sua redação contava com o padre Alberto José Gonçalves, João Ferreira Leite e Cunha Brito. Uma importante mudança

---

<sup>12</sup> Marach compreende a trajetória do periódico em três fases: entre 1890 e 1893; entre 1894 até 1900; e um breve retorno entre 1912 e 1913.

<sup>13</sup> Os textos tinham forte tom cristão, por influência do Padre Gonçalves, e traziam afirmações como a atribuição da formação da sociedade a deus, dedicando várias páginas à promoção dos costumes. São exemplares os textos editoriais que tratam de temas como a educação dos filhos, presente em uma série de textos contidos nos oito primeiros números de 1890, sobre a importância da religião e da família. Deste período, apenas o número nove foi especial, para a comemoração do segundo aniversário da Lei Áurea.

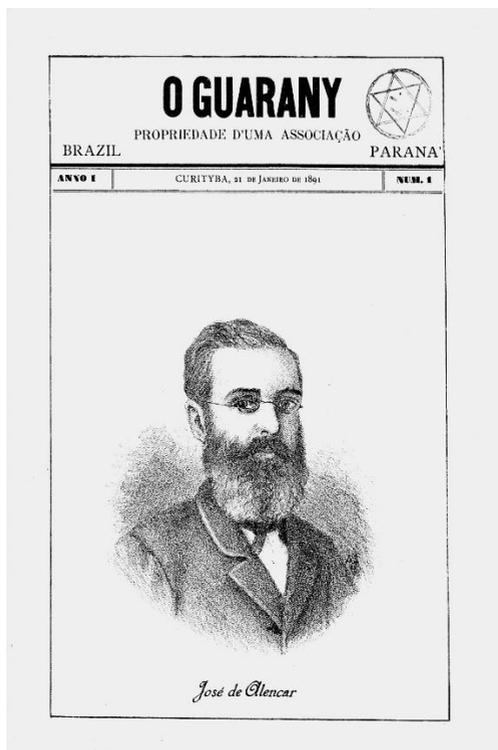
ocorreu na linha editorial da revista em seu segundo ano de circulação, quando Dario Vellozo substituiu Cunha Brito.

Dario era filho do baiano Cyro Vellozo, que se instalou em Curitiba em 1885, vindo com a família do Rio de Janeiro. Na capital paranaense, Cyro foi comerciante e representante das loterias para o Paraná, chegando a ser prefeito da cidade em 1895 e também presidente do Clube Curitibano. Aos 16 anos, Dario Vellozo entrou no Ginásio Paranaense, tornando-se colega de Silveira Netto, Emiliano Pernetá, Nestor Victor, entre outros. Trabalhou na tipografia do jornal *Dezenove de Dezembro* e, como relata Rafael Beltrami, iniciou nesse período sua trajetória como escritor, quando “cria sua primeira associação e sua respectiva revista: *O Mosqueteiro*, congregação dos amigos Dario Vellozo (Aramis), Licio de Carvalho (Portos), Mario Tourinho (Atos) e Júlio T. Guimarães (Dartagnan).” (BELTRAMI, 2002, p. 27). Impresso nas máquinas do jornal *A República*, contendo quatro páginas, *O Mosqueteiro* circulou em Curitiba durante 1887. O reconhecimento que conquistou com suas primeiras experiências literárias, somado à posição de direção de seu pai, contribuíram para que Dario Vellozo obtivesse projeção na *Revista do Club Curitybano*, na qual alcançou a função de editor literário. Percebe-se na revista o predomínio de autores que compunham a rede de sociabilidade de Vellozo, como Antônio Braga, Ermelino Agostinho de Leão, Emiliano Pernetá, Leôncio Correia, Silveira Neto, Jayme Ballão e Sebastião Paraná. Estes mantinham um discurso sobre o futuro e a construção do “novo”. Suas expectativas se colocavam em torno de um novo regime e as promessas de “modernização”. O passado surgia, assim, como forma de lastrear os feitos do presente e para demarcar especificidades nacionais e locais. Todavia, essa preocupação era mais marcada em *O Guarany*, do que na *Revista do Club Curitybano*.

O jornal *O Guarany* teve dez edições e circulou no ano de 1891. Redigido por Silveira Netto, Augusto Stresser, Brazilio Costa e Antônio Braga, se apresentava como um jornal de experimentação, de “propriedade de uma associação”, com “redação de Augusto Stresser”:

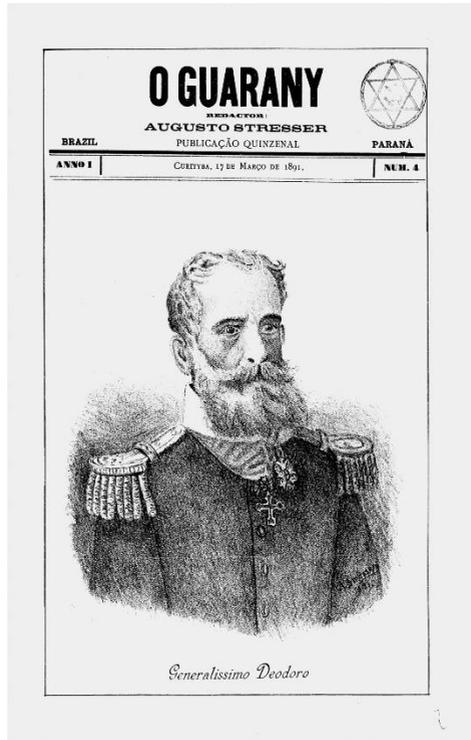
e com a esperança animadora na coadjuvação dos que amam ao trabalho e interessam-se pelo adiantamento, atiramo-nos ao caminho escabroso do jornalismo, dispostos a cumprir o nosso dever, isto é, combater pelo progresso que, como diz Palletan, só pode existir com a condição de ser uma lei da sociedade (O GUARANY, 1891, p.2)

O grupo entendia estar se lançando em um campo novo, com um manifesto propondo diferentes leituras de mundo. Os jovens autores associavam os conceitos de jacobinismo, socialismo e positivismo, em defesa de um progresso percebido como lei a ser seguida, por “ambição ou necessidade”. A partir desses elementos, formaram sua leitura sobre identidade nacional, tida como uma teleologia na qual a República era o ponto de inflexão. Além disso, buscavam heróis a serem construídos entre os nomes que consideravam os maiores expoentes dessa cultura brasileira. Ainda na primeira edição, justificaram a escolha do nome, dedicado “à memória do maior vulto do romance brasileiro – José de Alencar; e em homenagem ao extraordinário artista brasileiro, o imortal Carlos Gomes” (O GUARANY, 1891, n.1 p. 3). Essa preocupação com a construção e a divulgação de “heróis nacionais” marca todas as edições da revista, trazendo retratos em capa (figuras 1 e 2) e textos elogiosos nas primeiras páginas.

Figura 1 - capa de *O Guarany*, janeiro de 1891

Fonte: Hemeroteca digital/Biblioteca Nacional

Figura 2: Capa de *O Guarany*, março de 1891



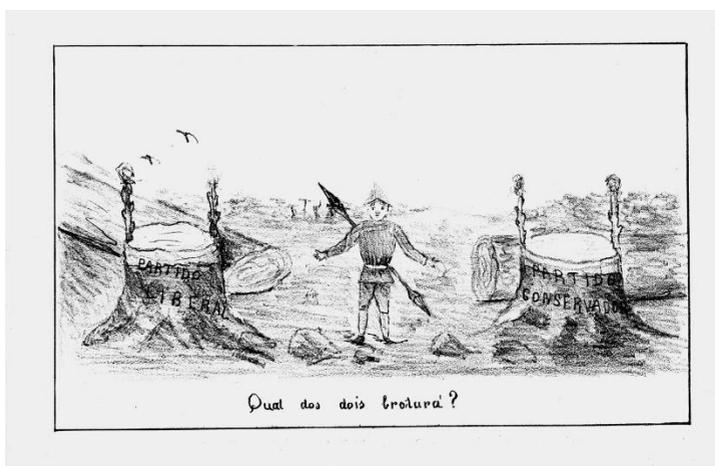
Fonte: Hemeroteca digital/Biblioteca Nacional

Entre os nomes celebrados nas capas como construtores de uma “visão científica” da república, figuravam o marechal Deodoro da Fonseca, indicado como seu fundador, e Tiradentes, acompanhado da legenda “A morte pelo ideal” (O GUARANY, n. 6, p. 4). A justificativa para tais qualificativos era a inspiração progressista que provocariam nas novas gerações.<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Outro elemento de relevo desta publicação é a constante referência aos cursos e concursos realizados pela Escola de Belas Artes e seu diretor Mariano Lima,

Poemas e crônicas dos editores se alternavam entre as ilustrações de Silveira Netto e Augusto Stresser, que estampavam sessões de homenagens ou apareciam em forma de charges, na última página de cada edição. Foi por meio destas charges que a revista acompanhou o processo de recomposição dos partidos após a proclamação da República. Em uma delas (figura 3), o personagem símbolo do jornal aparece entre dois troncos de árvores cortados junto à base, representando o Partido Liberal e o Partido Conservador. Na legenda, a questão: “Qual dos dois brotará primeiro?” (O GUARANY, 1891, n. 7, p. 8). A edição seguinte trouxe a mesma imagem, desta vez com um ramo nascente no tronco do Partido Liberal e legenda: “O tronco liberal brotou primeiro..., mas isso cheira ainda a monarquia” (O GUARANY, 1891, n. 8, p. 8).

Figura 3 – Charge de *O Guarany*, abril de 1891

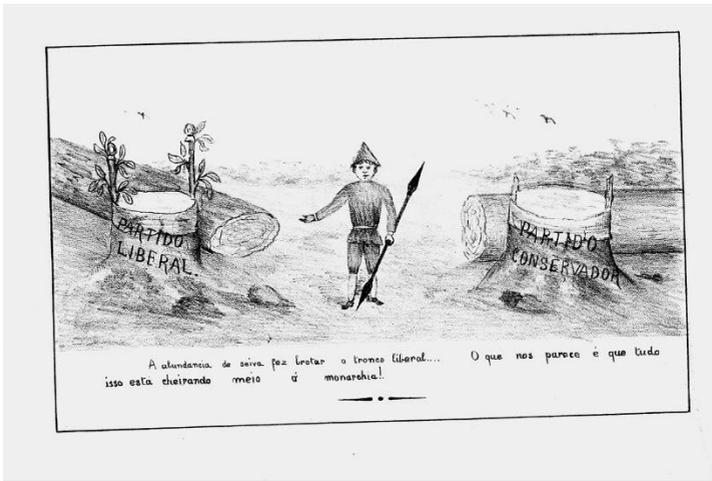


Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional

---

numa demonstração das influências e ligações que mantinham com seu espaço de formação.

Figura 4: Charge de O Guarany junho de 1891



Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional

A edição de 21 de junho de 1891 trouxe um texto parabenizando o presidente de província recém-eleito, Generoso Marques, com seu retrato ilustrando a capa. No editorial, lê-se que o nome de Generoso Marques fora uma boa escolha, além dos votos para que “o Paraná possa caminhar desassombrado na longa estrada do progresso e a par de outros Estados de 1ª ordem.” (O GUARANY, 1891, n. 8, p. 2). Afirmou-se, por fim, que o importante era a manutenção da democracia e a projeção para o futuro.

Além desta visão de progresso influenciada pelo debate positivista, outras ideias se destacavam nas revistas em que publicavam estes jovens. Em *O Futuro*, revista dirigida por Gabriel P. Martins Vaz, discutiu-se sobre o socialismo<sup>15</sup>, por exemplo. Este semanário teve 12

<sup>15</sup> No século XIX circulavam discussões sobre o socialismo com base em autores como Saint-Simon, Charles Fourier e Pierre-Joseph Proudhon. Da mesma forma, havia outras iniciativas de projetos socialistas e anarquistas implantados no Brasil – próximos da região onde vivia Martins, se destacam a Colônia Teresa Cristina (1847), implantada na região onde hoje se encontra a cidade de Ivaí, o Falanstério do Saí (1841), na região onde hoje é a cidade de São Francisco do Sul (SC), além da Colônia Cecília (1890-1895). Esta última, uma experiência de criação de uma sociedade anarquista, era liderada pelo italiano Giovanni Rossi; sua proposta era

números e circulou entre setembro e novembro de 1892. Com quatro páginas, era produzido na tipografia do Partido Democrático e aceitava contribuições em diversos formatos, como poemas, contos e reportagens. Contava com textos de Dario Vellozo, Júlio Perneta, Damasceno Vieira e Ismael Martins, entre outros, que assinavam seus escritos com pseudônimos. Em sua segunda edição, o editorial *Tende esperanças proletários, o fim do século é vosso* afirmava ser aquele o momento de valorização do trabalhador e de construção de uma sociedade igualitária. O texto se colocava contra o processo de exploração causado pela industrialização (O FUTURO, 11/09/1892, p. 2). O número seguinte convocava a população a indignar-se contra crise vivida na transição da República, com o texto *O Povo Soffre!* (O FUTURO, 18/09/1892, p. 2). Para os editores das revistas, a implantação da República manteve o sistema de benefícios a um pequeno setor da sociedade em detrimento dos outros. Nesse sentido, consideravam a permanência da desigualdade e da miséria como uma traição às promessas republicanas. O texto não defendia a monarquia, mas frisava a necessidade de um levante popular que pressionasse o poder público.

Os intelectuais ligados a *O Guarany* e *O Futuro* pertenciam à rede estabelecida em experiências anteriores, como o, periódico *Vida Litteraria*. A marca dos escritos que circularam nesse periódico era o questionamento das estruturas inalteradas na transição do Império para a República. Aos olhos dos jovens literatos paranaenses, as transformações advindas com a República eram lentas e insuficientes. Mas isso não significa que não tenha havido transformações no cenário local. A própria aparição dessas publicações era efeito do fortalecimento de novos nomes no cenário político e cultural. Nessa reorganização dos poderes locais e

---

ali instalar colonos italianos em terras doadas ainda no período do Império (o local é hoje a cidade de Palmeira-PR). A iniciativa não obteve sucesso, por diferentes motivos, como o conflito com as comunidades vizinhas e a dificuldade de adaptação dos imigrantes. Sobre a Colônia Cecília ver mais em: GATTAI, Zélia. *Anarquistas, Graças a Deus*. São Paulo: Record, 1984; SANCHES NETO, Miguel. *Um amor anarquista*. Rio de Janeiro: Record, 2005; FELICI, Isabelle. *A verdadeira história da Colônia Cecília de Giovanni Rossi*. Cad. AEL. n.8/9, 1998; GORDON, Eric Arthur. *Anarchism in Brazil: theory and practice, 1890-1920*. Ann Arbor University Microfilms International, 1978; MELLO NETO, C. *O anarquismo experimental de Giovanni Rossi*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 1998; SOUZA, Newton Stadler. *O anarquismo da Colônia Cecília*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970.

das autoridades de fala sobre a cultura local surgiram novos nomes, como o de Alfredo Romário Martins (1874-1948), que tem especial importância para este trabalho, por ter sido um dos principais incentivadores da construção de uma história local.<sup>16</sup> Busquei aqui estabelecer a centralidade de suas ações na construção de uma história local sem, entretanto, invisibilizar o grupo que integrava, tampouco as condições políticas e econômicas que influenciaram tais ações.

### 1.2.1 - ROMÁRIO MARTINS

Como dito na apresentação deste trabalho Alfredo Romário Martins é um autor central para o nosso debate sobre a gênese de espaços de produção de história, isso porque tomou parte nessas discussões dentro das revistas literárias, escreveu o primeiro livro intitulado História do Paraná, além de liderar os movimentos para a formação do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense,

Por esses motivos sua trajetória merece aqui uma ressalva, para que compreendamos as dinâmicas deste autor nas diversas vezes em que ele aparece ao longo do trabalho. Para localizar o autor dentro do campo social e assim analisar suas posições na discussão sobre cultura, história e política, busquei informações nos trabalhos de Décio Szvarça (1998) e Cassiana Lacerda Carollo (1980). Ambos informam que Alfredo Romário Martins era o filho mais novo de José Antônio Martins e Florência Severina Ferreira Martins, casal que havia se unido após ambos terem ficado viúvos. Traziam quatro filhos de suas antigas uniões. A família detinha capital econômico e social, já que o avô paterno de Romário Martins era o desembargador Manoel Felix Martins; seu pai era capitão do exército e membro do Partido Liberal; seu padrinho de batismo foi o

---

<sup>16</sup> Como apresentado no início do capítulo, Martins escreveu um dos primeiros livros de história local, *História do Paraná* (1899); foi o principal articulador da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (1900), diretor do Museu Paranaense entre 1902 e 1930 e idealizador do movimento regionalista denominado Paranismo em 1927.

Conselheiro Manoel Francisco Corrêa<sup>17</sup>, um dos políticos mais influentes da província, próximo do poder imperial (CARNEIRO, 2013, p. 96).

Embora não fossem por si suficientes para determinar sua trajetória, as condições sociais da família Martins foram recursos úteis, permitindo a conversão do capital econômico em capital intelectual, abrindo-lhe o acesso a espaços como o Colégio Curitibano<sup>18</sup>, estabelecimento de ensino que não possuía orientação religiosa. A notoriedade da instituição era atribuída por ter recebido alunos como Júlia Wanderley, João Pernetá, Dario Vellozo e Agostinho Ermelino de Leão, nomes que se fortaleceram no cenário cultural local. Não se trata de afirmar que este convívio escolar tenha sido o evento fundador da “geração simbolista”, mas de compreender essa fase de estudos como um período de gestação e afirmação de convicções em comum (SIRINELLI, 2010, p. 255). Um exemplo é a defesa do ensino não confessional, ao qual todos vieram a se dedicar anos mais tarde.

Uma ruptura profunda na biografia de Martins foi ocasionada pela morte de seu pai, obrigando-o a largar os estudos aos quinze anos. Ao discutir sobre essas rupturas em trajetórias individuais, Sérgio Miceli entende-os como momentos de reconfiguração dos modos de dependência parental por parte dos membros das oligarquias:

A orfandade, e, ainda mais, a morte do pai, parece constituir uma determinação essencial, uma vez que estabelece uma modalidade particular de dependência em face da oligarquia, qual seja, a sujeição passa pelas relações que a mãe mantém

---

<sup>17</sup> Manuel Francisco Correia (1831-1905) era de uma importante família ligada a exploração de erva-mate; tinha como um de seus irmãos Idelfoso Correia, o Barão de Serro Azul. Manuel Correia era bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1862, foi nomeado presidente da província de Pernambuco, tendo exercido o cargo de 30 de abril a 2 de outubro daquele ano. De 1869 a 1877, foi deputado geral pela província do Paraná, e de 1874 a 1875, exerceu a presidência da Câmara dos Deputados. Concomitantemente ao mandato de deputado geral, assumiu também o Ministério dos Estrangeiros, de 1871 a 1873. Informações disponíveis em: <cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes>. Último acesso em 07/09/2016.

<sup>18</sup> Instituição fundada em 1879 e dirigida por Nivaldo Teixeira Braga. Ver mais em: WERNECK, Maria da Luz Portugal. *História da educação no Paraná*. Curitiba: Executive, 1978

com os parentes ricos, com a família do marido (MICELI, 2001, p. 30).

As relações familiares não garantiram a Romário Martins a continuidade de seus estudos, mas a influência de seu padrinho, o conselheiro Manoel Correia, auxiliou em seu ingresso no campo das letras, primeiramente como tipógrafo no *Dezenove de Dezembro*<sup>19</sup>, principal jornal da capital paranaense. As tipografias permitiam acesso a carreiras no jornalismo e na literatura, tendo integrado o percurso de muitos intelectuais brasileiros na segunda metade do século XIX.

Após a ascensão de Floriano Peixoto, a imprensa paranaense foi alvo de ataques e censuras por parte dos grupos que assumiram o poder político no estado. As disputas levaram ao fechamento do *Dezenove de Dezembro* em 1890, fazendo com que Romário Martins fosse realocado no *Diário do Commercio*. Lá conviveu com jornalistas e polígrafos consagrados, detentores de grande capital político, como Justiniano Mello e José Francisco da Rocha Pombo. Após tais experiências, passou a integrar a equipe do jornal *A República*, órgão do Partido Republicano Federal (PRF), que assumiu o poder no Paraná com o novo regime político. Em pouco tempo, Romário Martins já se encontrava entre os nomes mais reconhecidos dentro do partido e da imprensa, o que auxiliou seu ingresso no serviço público. Com indicação de Vicente Machado, líder do PRF no Paraná, ele assumiu a Superintendência do Ensino Público. A partir desta primeira nomeação, é possível acompanhar seu trânsito dentro da estrutura administrativa do estado por meio do *Diário Oficial*. Ali está indicada, em 1893, a sua nomeação como segundo oficial da Secretaria do Interior. Este setor mudou de nome ao longo dos anos, mas Martins permaneceu ligado a ele até a década de 1930. Empregado na imprensa e na estrutura administrativa do estado, fez sua primeira tentativa no campo literário com o livro *Vozes Intimas* (1893), coletânea

---

<sup>19</sup> Este jornal era o mais antigo do estado e também o principal do período. Fundado em 1854, inicialmente era instrumento da administração pública e utilizado como órgão oficial do Partido Liberal, sendo propriedade de Jesuino da Silva Lopes e impresso na Typografia Dr. Westphalen. Circulava três vezes na semana e contava geralmente com quatro páginas. Encerrou suas atividades em 1890, com a reorganização social e política ocasionada pelo crescente poder político dos grupos ligados aos partidos Conservador e Republicano, além das transformações decorrentes da implantação do novo regime.

de poemas de inclinação simbolista. O livro foi bem recebido pelos críticos locais, jovens geralmente advindos da Escola de Artes e Ofícios e que ocupavam o espaço do Clube Curitibano.

Como citado anteriormente, um desses jovens era Dario Vellozo, então redator da *Revista do Club Curitybano*. Em artigo intitulado *Pela Litteratura*, considerava a produção literária paranaense até o momento como insuficiente e pouco representativa, atribuindo a sua geração a necessidade de fortalecimento desta em âmbito local:

O Paraná não tem literatura nem possui ainda valiosos subsídios para sua história. As raras tentativas literárias dos que teem procurado reagir contra a antipathia mesológica não encontraram reflexo na alma paranaense. (RCC, 30/06/1894, p. 1).

Vellozo atribuiu a sua geração o papel de fundadora da produção literária paranaense, memória que se estabeleceu até a década de 1920, quando houve a busca por uma genealogia da intelectualidade local. Percebe-se uma compreensão de tempo voltada ao futuro, sendo que o passado se apresenta como aquilo a ser superado. Especificamente, esse sentimento misturava a compreensão sobre a modernização com o processo de construção de uma identidade regional, que tinha seu passado atrelado ao de São Paulo.

A imagem da *fundação* de um campo literário foi o movimento de afirmação desta geração, que teria sido uma reação à “antipatia local” pela literatura. Em seu artigo, Vellozo tentou demarcar a existência de um volume de publicações que justificasse seu argumento. E foi nesse levantamento de novos autores que o Martins figurava, com seu livro *Vozes Intimas*. Para Vellozo, fora uma boa estreia, mas destituída de público. Ele apelava aos escritores que se dedicassem aos romances, para ampliar o público leitor do estado, pois o gênero teria a capacidade de mobilizar sentimentos que a poesia não conseguia. Essa proposição tomou forma na *Revista Azul*, na qual era igualmente redator, ao lado de Júlio Perneta, que a dirigia. A proposta dos autores revela a construção de um espaço de produção cultural destinado a fortalecer um grupo de escritores em nível local e também nível nacional. Para isso, iniciaram uma aproximação com o Movimento Simbolista, buscando alinhar-se ao que compreendiam ser a vanguarda.

### 1.3- REVISTA AZUL: SIMBOLISTA, QUEM SABE?

O simbolismo no Paraná teve como uma de suas primeiras manifestações a *Revista Azul*, que circulou em 1893 e era dirigida por Dario Vellozo e Júlio Pernetá. Entre os seus colaboradores, Leôncio Correia, João Itiberê, Mariana Coelho, Antônio Braga e Silveira Netto, os mesmos escritores presentes no mensário *O Futuro*, dirigido por Gabriel Vaz, que tinha encerrado suas atividades seis meses antes (BEGA, 2001; BELTRAMI, 2002). Apesar dessa continuidade, a *Revista Azul* propunha uma renovação:

Ahi vae, adorável leitora, o primeiro número da Revista Azul. É mais uma sincera tentativa em pról da sacrossanta cruzada das letras, mais uma esperança lisonjeira que confiamos à vivificante carícia de vossas puríssimas affeições. (...) A Revista Azul procurará sempre e sempre colocar-se a altura de vossas aspirações. Ella não traz desfraldado nenhum estandarte de eschola, porquanto não admite o partidarismo litterario; banindo tão somente de suas columnas o que for indigno de vosso finíssimo critério (REVISTA AZUL, nº1, 08/1893, p. 1)

A composição heterogênea da redação da revista é um indício da unificação de interesses em torno da necessidade de formação e afirmação cultural no estado. Mais do que um rompimento, pela assimilação de uma escola ou um padrão estético, o que se percebe é a busca pelo fortalecimento do campo literário local. Mas mesmo com um texto editorial que não demarcava filiações literárias, outros jornais do período associaram este discurso renovador ao Simbolismo. Em nota do jornal *A República*, a revista foi anunciada nos seguintes termos: “A Revista Azul, symbolista – quem sabe? –, é a alvorada azul e límpida d’essa almejada época” (A REPÚBLICA, 17/08/1893, p. 2). O questionamento sobre a inclinação estética da revista, apontando-a como inauguradora de uma

época aguardada, representava o anseio pela introdução de tal modelo de produção artística no Paraná. Nesse sentido, o Simbolismo era visto como uma forma de romper com o Romantismo dominante nas produções das gerações anteriores, além de ser entendido como uma alternativa ao Parnasianismo. O Movimento Simbolista conquistou muitos adeptos no Paraná, sob a alegação de ser um padrão estético marcado pela primazia da técnica aplicada à poesia, o que era associado a um “refinamento da arte”.

No Brasil do final do século XIX intensificou-se a circulação de ideias e textos de Charles Baudelaire, Paul Verlaine e Stéphane Mallarmé, autores associados ao Simbolismo francês. Em 1892, surgiram revistas que se propunham como experiências simbolistas, como a *Padaria Espiritual*, em Fortaleza, e a *Folha Popular*, no Rio de Janeiro. A publicação carioca contava com nomes como o do catarinense Cruz e Souza e do fluminense Bernardino Lopez, além dos paranaenses Emiliano Pernetta e Nestor Victor. A centralidade do grupo no campo literário se deu pela publicação do *Manifesto do Movimento Simbolista* já em 1891.

Emiliano Pernetta, irmão de Júlio, foi um importante mediador no processo de construção do Simbolismo no Paraná. Nascido na cidade de Pinhais<sup>20</sup> em 1866, participou ativamente dos grupos abolicionistas locais e da rede de jovens escritores que passaram pela imprensa curitibana e pelas escolas de Artes e Ofícios. Mudou-se para São Paulo em 1885, para cursar Direito na Faculdade do Largo São Francisco, de onde mantinha contato com seus conterrâneos e contribuía com revistas da capital paranaense, como a do Clube Curitibano. Em 1888, em breve estadia no Paraná, trabalhou no jornal *A República*. Quando de seu retorno a São Paulo, o jornal publicou:

Tendo por única ambição um nome na lista dos artistas, nome que vae formando e que há de firmar de tal modo que ultrapassará a expectativa mesma da maior parte dos admiradores que vae creando (...) porém, apesar de suas tendências literárias, ele pelo seu caracter intrépido e altivo, não se nega a prestar os seus serviços como cidadão, sendo na pratica um convencido republicano brasileiro (*A REPÚBLICA*, 15/03/1888, p. 3)

---

<sup>20</sup> Cidade vizinha a Curitiba.

Destaca-se na nota a ambição de Pernetta em tornar-se escritor consagrado, mesmo que essa intenção tivesse que conviver com a prestação de “serviços como cidadão”. Mais do que uma incompatibilidade entre as atribuições para um intelectual, esse trecho aponta o interesse destes escritores na construção de um mercado cultural que absorvesse a produção local. Entendiam que isso dependeria da ampliação do letramento e também do hábito da leitura, o que denota uma compreensão da literatura como contribuição da elite letrada para a construção do Estado republicano.

Ainda sobre a volta de Emiliano Pernetta para São Paulo, também lhe foi dedicado um poema (anônimo) na revista *A Mocinha*<sup>21</sup>, no qual há referências a suas relações: “E vai partir o Emiliano/ com que saudade e com que amor/ há de chorar o Luiz Mariano/ O Jayme, o Alfredo e o Nestor” (*A MOCINHA*, 04/03/1888, p. 3). Em outra passagem irônica, na mesma revista, lê-se: “O Emiliano que vá e que não volte mais até, se quiser, não faz falta o seu baudelairismo, simplesmente serve para incomodar a burguezia honesta.” (*A MOCINHA*, 04/03/1888, p. 1). O trecho do poema demonstra a continuidade nas relações do grupo filiado ao Simbolismo, apresentando mais nomes – Nestor Victor, Luiz Mariano e Jayme Ballão, que aparecem juntos igualmente na redação da revista *O Cenáculo*. O jornal *A República* destacava ainda: “moços como aquelle fazem falta, porque (...) é muito estreito o círculo dos homens de primeira plana, quanto mais aqui, n’esta Curitiba do Pernetta” (*A REPÚBLICA*, 15/03/1888, p. 3). A rede de interesses construída com estas aproximações também incluía auxílio e incentivos, como elogios, convites para publicação, citações e dedicatórias. Trata-se de elementos definidores das regras que limitavam o acesso aos espaços de produção cultural.

Na capital paulista, Emiliano Pernetta também participou da direção de periódicos, como *Vida Semanária* (1887), juntamente com Olavo Bilac, seu colega de faculdade, e *Folha Litterária* (1888), com Afonso de Carvalho e Edmundo Lins. Em 1890, estabeleceu-se no Rio de Janeiro, onde trabalhou na revista *Folha Popular*, uma das principais representantes do Simbolismo, na qual atuava Cruz e Souza. Na capital

---

<sup>21</sup> A revista, que circulou em 1888, era dirigida por Jayme Ballão e contava com Emiliano Pernetta na direção; tinha como subtítulo *A folha dedicada as moças* e era composta por poemas, recados e “banalidades”.

federal, Emiliano se associou a um grupo de escritores conhecidos por suas obras, mas também pelo seu estilo de vida:

O dia-a-dia no Rio de Janeiro e as disputas literárias amenizadas posteriormente na boêmia, nos cafés, na Confeitaria Colombo, na cervejaria Maruim, no Café Java, foram vividas por Emiliano, que convivia com Bilac, Alphonsus de Guimarães, Gonzaga Duque, Emílio de Menezes, Raul Braga, Coelho Neto e tantos outros (BEGA, 2001, p.188)

Essa trajetória ajuda a compreender a relação de hierarquia aplicada à produção cultural do país, na qual os escritores paranaenses ocupavam uma posição menor em relação ao centro da produção cultural nacional, Rio de Janeiro e São Paulo. Estes locais eram espaços de consagração de reconhecimento nacional, promoviam as normas e as críticas às quais se submetiam os espaços periféricos. Emiliano Pernetta e outros paranaenses deixavam a província para ali se estabelecer, buscando afirmar seus nomes. Recorriam a redes de amizade para integrar grupos e espaços consagrados e atingir um mercado cultural mais amplo e um reconhecimento que nem sempre obtinham em seus estados natais<sup>22</sup>. Como afirma Odaci Coradini em sua análise sobre a elite do Rio Grande do Sul:

Essas limitações, ou a maior heteronomia da produção e consagração culturais, teriam dois condicionantes básicos, decorrentes das condições “periféricas”: uma maior importância das instâncias e dos critérios externos de consagração e

---

<sup>22</sup> Existia no Rio de Janeiro um espaço chamado “Centro Paranaense”, que servia como lugar de encontro de paranaenses residentes na capital federal. Eram frequentadores deste espaço escritores, políticos, comerciantes, fazendeiros, militares. O centro possuía uma diretoria e um estatuto; teve como presidentes Nestor Victor e José Cândido Muricy. O Centro servia a reuniões políticas e econômicas, como nas negociações dos acordos de exportação da erva-mate. Na produção cultural, haviam palestras e grupos de estudo sobre literatura e sobre a representação do estado. Entre os frequentadores, figuravam Rocha Pombo, Emiliano Pernetta, Emílio de Menezes, Leôncio Correia, Silveira Netto, entre outros.

uma maior associação e dependência, assim, vulnerabilidade – relativamente à esfera política. (CORADINI, 2003, p. 126).

A importância atribuída a um *ethos* intelectual estava associada a certa “excentricidade” de comportamento, que se tornava fator de diferenciação, pois eram signos valorizados em um espaço provinciano. Mais ainda, dentro de uma estética simbolista que valorizava a ritualização, com uma espécie de uma sociedade de corte, na qual o intelectual ocupava a emblemática “torre de marfim”.

Em 1893, Pernetta envolveu-se na chamada “batalha dos novos”, como descreve Ivan Santana (2015). Foi um debate literário que opôs o grupo dos simbolistas ao dos críticos literários, em especial, Silvio Romero e José Verissimo, que não teriam dado uma boa recepção às poesias do grupo. O ocorrido acabou por desgastar as relações de Emiliano Pernetta no Rio de Janeiro e, em fevereiro de 1893, ele “se transferiu para o interior de Minas Gerais, onde atuou como promotor na cidade de Caldas, e juiz municipal em Santo Antônio do Machado, a convite do amigo e então governador do estado de Minas, João Pinheiro.” (SANTANA, 2015, p.12). Sua trajetória fora de Curitiba e os contatos com outros escritores renomados o tornavam um nome de grande prestígio, o que se provou em seu retorno, quando se estabeleceu nas revistas e no serviço público. Júlio Pernetta, seu irmão, também valeu-se deste capital simbólico, chegando à direção da *Revista Azul*, citada anteriormente<sup>23</sup>.

Nas páginas da revista, aparece outro nome de grande importância para a afirmação do Simbolismo no Paraná, Jean Itiberé. Ele foi considerado por Cassiana Carolo (1997) como um “informante”, responsável pela comunicação de ideias que circulavam em Bruxelas aos seus amigos em Curitiba. Nascido João Itiberê da Cunha, na cidade de Cerro Azul, em 1870, estudou na Bélgica, onde teve contato com participantes da escola simbolista belga, que se organizava em torno de Iwan Gilkin e da revista *Jeune Belgique* (1881-1887). Conquistou seu capital simbólico por meio dos contatos que estabeleceu e pelas

---

<sup>23</sup> Mesmo que naquele momento Júlio estivesse sob a influência e convertendo para si valores associados ao seu irmão, quando se acompanha sua carreira percebe-se que suas questões giravam em torno de temas como o regionalismo e o anticlericalismo.

publicações que fez na Europa. Regressou a Curitiba em 1893, onde foi recebido com animação por Romário Martins, Dario Vellozo, Júlio e Emiliano Pernetá. Causava-lhes curiosidade a mudança de nome e a forma de vestir-se do recém-chegado, que destoava do habitual na Curitiba do fim do século XIX:

Pois, quem voltava não era mais o João Itiberê da Cunha, mas Jean Itiberé, antigo aluno do Colégio Saint-Michel em Bruxelas, o colega de Maeterlinck, Verhaeren, Ivan Gilkin, do rei Alberto, o doutor em direito formado pela Universidade de Bruxelas, e participante do movimento de La Jeune Belgique, um dos mais importantes do simbolismo europeu, o colaborador do *Le Figaro* de Paris. Era o autor dos *Préludes* (1890) obra editada por Paul Lacomblez, e exposta nas vitrines no mesmo dia que *Serres Chaudes* de seu amigo Maeterlinck, e que recebeu por ocasião de sua estréia cartas de Leconte de Lisle, Heredia, Henri Chenier, Sully Prud'homme (CAROLO, 1970, p. 67)

Segundo a autora, ele não se enquadrava na figura de um “renovador”, pois as ideias que abraçava já circulavam no Brasil. Porém, sua atuação teria sido responsável pela aproximação dos paranaenses com a escola simbolista belga. Itiberé trouxe para o grupo referências a debates ocultistas e esotéricos, além de suas publicações majoritariamente em língua francesa. Assim como no caso de Emiliano Pernetá, é possível perceber que Itiberé representava a heteronomia em relação à Europa, condição que reforçava o valor associado ao *ethos* de intelectual à posição de escritor prestigiado.

A *Revista Azul* era mantida por um grupo heterogêneo, divergindo da imagem tradicional de uma publicação simbolista. Ali foram publicados 61 textos, de 28 autores. Destacam-se oito produções de Dario Vellozo, seis de Silveira Netto, cinco de Leôncio Correa, quatro de Júlio Pernetá e quatro de Marianna Coelho. Há uma pluralidade de temas, desde *A Viagem*, relato de Silveira Netto sobre sua ida ao interior

do Paraná e sua chegada às quedas do rio Iguaçu<sup>24</sup>, passando pela série assinada por Cunha Brito, sobre o *Declínio da língua portuguesa*<sup>25</sup>, até a crítica de Coelho Netto sobre Guy de Maupassant<sup>26</sup>. Os textos se aproximam do Simbolismo pela posituação da métrica, pelo formalismo dos textos ou pela crítica ao Realismo, mas não evidenciam um pertencimento a uma escola literária. Isso indica que a importância do periódico não estava na divulgação do Simbolismo, mas no estabelecimento de um espaço de exposição e articulação para essa geração de autores paranaenses. A revista deixou de circular em 1893, principalmente por conta da Revolta Federalista e da consequente convocação de muitos desses escritores. Em seus últimos números, a *Revista Azul* apresentava essas tensões, como pode ser visto neste texto de Dario Vellozo, que abriu a quarta edição de setembro de 1893:

Hoje, que a Pátria sente o seio oppresso pela guante senil de atroz fatalidade; hoje, que os Brasileiros, amigos como enorme nimbo, vae, pouco a pouco, argumentando, distendendo-se, cobrindo o solo sacrossanto banhado das lagrimas de nossas mães, do sangue de nossos paes, do suor de nossos rostos; hoje que se adivinha: - permitir-me-hão, com certeza, em nome da Revista Azul, quiça traduzindo o anhelos de todos os que comprehendem o desastroso corollario das guerras civis, faça votos pelo prompto restabelecimento da ordem (REVISTA AZUL, nº4, 09/1893, p.1)

A Revolta Federalista tomou grandes proporções no sul do Brasil e mobilizou forças políticas e militares em variadas regiões do Paraná.

---

<sup>24</sup> Acompanhar o rio Iguaçu tinha o significado de atravessar o estado do Paraná, uma experiência realizada por poucas pessoas àquela época; tinha como auge a chegada na foz desse rio, onde estão as Cataratas do Iguaçu. Vale ressaltar que o texto foi publicado em seis partes, constando em todos os números da revista. A presença deste texto é importante indício dos debates sobre a paisagem local, tema central do texto e que vai marcar a produção dos membros desta geração.

<sup>25</sup> Fazia uma defesa da escrita formal e apresentava um cunho nacionalista de valorização do idioma.

<sup>26</sup> Exaltava o autor por trabalhar com a “realidade dos homens”.

Como afirma Caroline Marach, a maior parte dos intelectuais locais envolveu-se nos combates<sup>27</sup>, majoritariamente ao lado do governo central. Romário Martins, que serve de guia neste capítulo, alistou-se como cabo na Primeira Companhia do 5º Batalhão de Curitiba, após a publicação de uma *ordem do dia* conclamando a organização das defesas locais (A REPÚBLICA, 19/10/1893).

## 1.2 A REVOLTA FEDERALISTA COMO MARCO GERACIONAL

Os conflitos da Revolta Federalista ocorreram entre 1893 e 1895. O movimento de contestação do modelo republicano centralizador teve estopim no Rio Grande do Sul, quando da disputa entre os apoiadores de Júlio de Castilhos e os de Gaspar Silveira Martins. Ganhou força com as insatisfações causadas pelo governo de Floriano Peixoto, que levaram igualmente à Revolta da Armada (1893-1894), liderada pelo Almirante Custódio de Mello. Estavam em disputa diferentes projetos de nação.

No território paranaense, houve combates provocados por ambas as revoltas. A imprensa teve suas atividades suspensas nos locais em que havia simpatizantes do federalismo. A produção cultural foi englobada pelo conflito, que promoveu o acirramento das animosidades entre grupos da União Republicana Paranaense (URP) e do Partido Republicano Federal (PRF). Enquanto a primeira identificava-se com o movimento federalista que se articulava no Rio Grande do Sul, os signatários da segunda legenda se colocaram ao lado do poder central, em razão de “uma identificação e articulação política entre o PRF do Paraná, o Governo e os republicanos do Rio Grande do Sul” (MARACH, 2013, p. 105). Essa aproximação se deveu a uma aliança com os presidentes de estado do Paraná, Vicente Machado<sup>28</sup>, e do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, ambos alinhados ao grupo de Floriano Peixoto. Após 1893, o governo

---

<sup>27</sup> A historiadora Caroline Marach cita os exemplos de Leôncio Correia e Júlio Pernetta, que serviram no batalhão da Lapa, assim a atuação de Dario Vellozo na Guarda Nacional.

<sup>28</sup> Vicente Machado assumiu o poder em 1893, no lugar de Francisco Xavier da Silva, eleito um ano antes e afastado por motivos de saúde.

paranaense se colocou oficialmente como oposição ao grupo de Gumercindo Saraiva, um dos comandantes das tropas rebeldes federalistas. As tropas paranaenses estavam mobilizadas para a repressão aos avanços federalistas, que caminhavam para o Paraná depois da conquista de Santa Catarina. Em paralelo, houve a tomada de Paranaguá pela esquadra do almirante Custódio José de Mello, opositor de Peixoto, numa ação que se desdobrou na conquista de Curitiba.

Os combates de maior reverberação na memória histórica regional ocorreram no ano de 1894, principalmente o ocorrido na cidade da Lapa, próxima à divisa entre Paraná e Santa Catarina. A cidade, localizada a 62 km de Curitiba, foi sitiada pelos federalistas em 17 de janeiro. O regimento do exército ali instalado, sob o comando do coronel Antônio Ernesto Gomes Carneiro, resistiu às tropas de Gumercindo Saraiva até a assinatura da rendição da cidade, em 11 de fevereiro de 1894<sup>29</sup>. As tropas federalistas chegaram a Curitiba em janeiro daquele ano, e o governo local se transferiu para a cidade de Castro. As tropas de Gumercindo Saraiva permaneceram em Curitiba de 20 de janeiro a 25 de abril de 1894, quando recuaram em função dos avanços das tropas florianistas. Após a desocupação da capital, as tropas governamentais instalaram uma Corte Marcial, para o julgamento daqueles considerados traidores. Entre estes, estava o Barão de Serro Azul, empresário da indústria ervateira e um dos principais articuladores da cultura local, acusado de ter colaborado financeiramente com as tropas que ocupavam Curitiba. Os relatos dão conta que o Barão foi morto durante sua transferência por trem para o litoral, onde ficaria preso<sup>30</sup>. O fato causou revolta entre os grupos ervateiros que lideravam o PRF. Estes acusaram Vicente Machado de Silva e Lima pelo ocorrido, uma vez que ele ocupava o cargo de presidente interino do estado quando ocorreu o assassinato.

---

<sup>29</sup> O episódio se tornaria um marco na história oficial do estado; as memórias reconstruídas definem como um evento fundamental para o bloqueio dos federalistas, dando tempo para a reorganização das tropas florianistas; desta forma, o Paraná teria contribuído para o estabelecimento da República. Em narrativas as de David Carneiro, o evento se tornava também ponto de construção “moral” do paranaense, reafirmando valores como resistência e lealdade. David Carneiro foi um dos maiores defensores e propagadores do evento, sendo proponente da criação de um panteão para os “heróis” do conflito e incorporando variadas peças do conflito no Museu David Carneiro.

<sup>30</sup> Idelfonso Correia foi fuzilado pelos florianistas quando o trem parou na Serra do Mar a caminho do litoral, assim como os outros prisioneiros.

Os traumas de uma guerra civil com um número expressivo de mortos, a ocupação do território, o cerco da Lapa e o falecimento do líder do PRF são a parte mais conhecida de um processo que marcou uma geração de paranaenses e a história do estado. O fim do conflito trouxe muitas mudanças, como no governo, que passou a ser exercido por José Pereira Santos Andrade<sup>31</sup>. Sua administração foi marcada pelas rivalidades entre dois grupos, os *ximangos* e os *maragatos*. Diferentemente do que aconteceu no Rio Grande do Sul, onde a Revolta Federalista foi recalcada da historiografia, no Paraná, estes acontecimentos foram incorporados à memória oficial do estado. Não apenas nos conflitos, mas também no plano da narrativa, os federalistas foram derrotados, numa versão hegemônica em que o Paraná aparece como ator histórico fundamental para a estabilização da República. O cerco da Lapa passou a figurar como uma efeméride histórica, e com esse movimento, foram consagrados como heróis o General Carneiro e Idelfonso Correia, o Barão de Serro Azul.

## 1.5 O CENÁCULO

Os conflitos da Revolta Federalista interromperam a publicação da *Revista Azul*, entre outros impressos. A movimentação dos confrontos envolveu grande parte da população paranaense, incluindo os escritores ligados àquela publicação. Entretanto, não dispersou a rede de amizades entre os intelectuais locais. Por exemplo, dentro do Clube Curitibano, Dario Vellozo, Silveira Netto, Júlio Perneta e Antônio Braga foram “partícipes do grupo (...) chamado *Cenáculo* e se reuniram pela primeira vez em 1893”<sup>32</sup>. (MARACH, 2013, p. 123). O grupo tinha como intuito

---

<sup>31</sup> Até sua morte em 1900, indicado pelo poder federal, o então senador era ligado ao setor ervateiro e ocupou cargo de promotor no Paraná; dispunha de capital político local e contava ainda com uma relação de proximidade com Floriano Peixoto.

<sup>32</sup> Silvia de Melo, em tese intitulada *Esses moços do Paraná* (2008), em que trabalha essa geração, discute as memórias de Silveira Netto, onde narra que, ainda jovem, vindo do litoral paranaense, foi apresentado a Antônio Braga, com quem dividia uma admiração por Casemiro de Abreu; anos mais tarde, Braga foi citado de forma irônica em um folhetim e foi tomar satisfação com o seu diretor, Dario Vellozo. Após a confusão, tornaram-se amigos. Júlio Perneta, por sua vez,

discutir literatura, e apesar do quarteto fundador, era frequentado por outros escritores locais, para troca de conhecimentos e leituras. Disseminaram uma estética artística simbolista<sup>33</sup>, além de promoverem um intenso debate sobre a formação da nação, seus habitantes e sua organização política. Dessas discussões, surgiu, em 1895, a revista *O Cenáculo*, que circulou até 1897. As 27 edições foram impressas na Typographia da Companhia Impresso Paranaense. O periódico merece atenção por ter sido um dos principais veículos de expressão desta geração, disseminando signos e valores que se mantiveram nas primeiras três décadas do século XX. Esta *empresa* foi gestada dentro do Clube Curitibano, de acordo com Caroline Marach, que analisou os documentos produzidos por seus membros. Já a revista foi uma iniciativa em relação direta com o fim dos conflitos, pois seus editores acreditavam que a cultura contribuiria para a reorganização social, servindo de ferramenta para aproximação entre os indivíduos e como espaço para a circulação de ideias. Assim seus colaboradores tinham interesse na afirmação de uma voz legítima sobre a cultura paranaense, ainda de que tal projeto lhes permitisse alcançar uma consagração em nível nacional.

Como parte das estratégias dos editores da revista, percebe-se uma tentativa de mediação, buscando, de um lado, agregar diferentes contribuidores para o fortalecimento da publicação e, de outro, a inserção dos debates simbolistas como diferencial do empreendimento. Essa expressão aparece no primeiro número da revista, no qual Dario Vellozo afirmava:

O Cenáculo não vem pugnar dogmaticamente por nenhuma *eschola philosophica* ou *litteraria*, porquanto não admite exclusivismo partidário, nem reza liturgicamente as *litanias* modiadas pelo fanatismo *orthodoxo*; quer o sentimento pelo sentimento, e a verdade pela verdade (...) procurará, corajosamente, aproveitar os *minereos* –

---

era íntimo de Vellozo e não demorou a compor o grupo, que se reunia na casa de Vellozo, onde havia uma ampla biblioteca que emprestava aos amigos (2008, p. 5).

<sup>33</sup> Além das movimentações já apresentadas, de nomes como Emiliano Pernet e Jean Itiberé, durante a Revolta Federalista ocorreu a passagem do poeta Luiz Murat pelo Paraná. O carioca integrava o grupo do almirante Custódio de Mello e, durante a ocupação de Curitiba ficou responsável pela direção da imprensa, onde teve contato com alguns nomes desta geração.

heterogêneos embora, - que constituirão quiza o período primordial da literatura paranaense concorrer também ao certame científico-literario que já se vae acentuando em alguns dos demais Estados da República. (O CENÁCULO, 1895, p. 2)

Deste trecho da carta de apresentação, destaco três pontos: a construção de um discurso de integração, representado pela ideia de “ausência de dogmas e de escolas literárias”; o entendimento dos editores da revista quanto a constituir um “período primordial da literatura paranaense”; e, por fim, acentuação de sua finalidade, qual seja, a de promover a produção local em esfera nacional, colocando como missão do empreendimento “concorrer ao certame científico-literario” junto aos demais estados da República. Nos artigos de *O Cenáculo*, a Igreja Católica era vista como símbolo de atraso, e a ciência era representação da “modernidade”. Esse ideal remete aos conflitos advindos da crise do Império e da guinada conservadora pela qual passou a Igreja na década de 1860. Ângela Alonso cita como exemplar desse movimento a bula papal *Syllabus*, de 1864, que condenava teorias científicas como a da evolução das espécies e a maçonaria. A bula subsequente, *Fé Católica* (1870), considerava liberalismo e socialismo como erros (ALONSO, 2002).

Os jovens autores da revista buscavam associar-se a um movimento renovador propondo debates e leituras como sobre positivismo, anarquismo e socialismo. E ainda na oposição ao catolicismo, se destacam suas leituras sobre satanismo e misticismo<sup>34</sup>. O conflito com o clero envolvia disputas por espaços locais, aparecendo de forma mais explícita a partir do número 11 da revista, que circulou em fevereiro de 1896. O texto de abertura, *A Imprensa e o Clero*, de Dario Vellozo, dirigia pesadas críticas ao então bispo do Paraná, José de Camargo Barros, clérigo responsável pela diocese instalada dois anos antes em Curitiba e que tinha como principal bandeira a expansão do ensino confessional pelo estado. O projeto foi fortemente atacado no

---

<sup>34</sup> O Misticismo era um dos pilares da visão simbolista, sendo amplamente estudado por Dario Velloso; o Satanismo, por sua vez, teve como principal representante Julio Perneta, que, anos depois, juntamente com Euclides Bandeira, liderou a Liga Anticlerical no Paraná.

artigo, que alegava que o desenvolvimento da ciência só ocorreria sob uma instrução laica e não dogmática. Vellozo considerava nociva a entrega das escolas ao controle dos jesuítas, utilizando como exemplo das ações daquela ordem religiosa nas reduções, associando suas ações de conversão dos indígenas a ameaças às organizações dos Estados nacionais. O texto trazia igualmente uma convocação para a imprensa:

É dever de todo aquele que preza de possuir uma pena – de aço ou de outro, que importa? – mostrar e demonstrar ao povo ingênuo e crédulo a impropriedade do ensino religioso, a falsidade das doutrinas da Igreja romana, a esterilidade de seu dogmatismo (O CENÁCULO, 1896, p. 38)

Estas críticas eram seguidas de uma projeção de futuro, que encerraria uma sociedade ideal e socialista. O socialismo era compreendido como estágio final da evolução da sociedade, uma vitória da razão. Por isso Vellozo afirmava: “o socialismo não vem da imaginação de um vidente, vem da razão dos séculos e dos homens. Ele, como Cristo, não vem destruir a lei, vem reformal-a.” (O CENÁCULO, 1896, p. 38). A referência de socialismo de Vellozo é o livro de Joaquim Pedro de Oliveira Martins<sup>35</sup>, *A Teoria do Socialismo* (1872). Esse autor português acreditava em uma sociedade socialista como auge da “evolução humana”, um destino que “fatalmente” ocorreria. Dois meses depois, *O Cenáculo* publicava o artigo *Socialismo e Clero*, de autoria de Silveira Netto. Nele, o autor explicitou sua referência de socialismo: “Benôit Malon, ‘o chefe ilustre do socialismo científico em França’, considera inevitável uma transformação social, sob o ponto de vista da evolução econômica”. Na sequência, Silveira Netto desenvolveu a ideia

---

<sup>35</sup> Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894), historiador português, se popularizou no Brasil na década de 1870, com obras de história de Portugal, que incluíam suas colônias, além do livro *O Brasil e as Colônias portuguesas*, no qual exprime uma visão negativa da expansão ultramarina. Como afirma Angela Alonso, em sua perspectiva, “A forma da colonização é o fator de explicação para a incompletude da nação. Teria impedido a formação do Estado-Nação ao negar-lhes seu elemento decisivo: o povo” (Alonso, 2002, p. 194). A preocupação com a formação de um “povo” para o Brasil é uma ideia que não advém apenas do debate deste autor, mas sua circulação soma para tal debate, proposto pelo grupo de *O Cenáculo*.

de uma América predestinada a realizar o ideal do socialismo antes de outras regiões do mundo, pois neste continente não teria se enraizado a monarquia nem os grupos religiosos, simbolizados pelos “janízaros de Ignácio de Loyola (...) com sua medonha leva de horrores com que devastavam, em nome de Christo” (O CENÁCULO, 1896, p. 11).

Havia nos artigos uma visão que contrapunha catolicismo e socialismo, comparando-os: enquanto o primeiro era marcado pelo dogmatismo e pelo conservadorismo, o segundo era apresentado como sinônimo de progresso e ciência. Nas reuniões, além de textos de Joaquim Pedro de Oliveira Martins e Benoît Malon, um dos dirigentes da Comuna de Paris, lia-se *Socialismo na Europa*, livro de Sebastião Magalhães Lima, autor português identificado com a organização maçônica do Grande Oriente. No Paraná, uma das primeiras obras a serem publicadas sobre o tema foi o opúsculo *Socialismo*, de Romário Martins<sup>36</sup>, produzido na Tipografia da Companhia Impressora Paranaense em 1895. Martins fez uma apresentação sobre o tema elencando algumas leituras que buscavam esclarecer o socialismo, em oposição a leituras que considerava “equivocadas”, pois geravam preconceito nos setores mais conservadores da sociedade. Dario Vellozo apresenta o livro na seção *Respigas*:

Nesse trabalho, o ilustre moço analiza os diversos systemas sociais, espõe com reflexão os atrasos e prejuízos do convenzionalismo nas sociedades actuaes, e, n’uma revolta justíssima, clama pela destruição das mesmas “não com a dynamite do anarchista, nem com o alvião desorientado do fanático”. É preciso destruir estas subdivisões sociais para que se organise uma sociedade única. Onde a sociedade seja o povo. (O CENÁCULO, 1895, p. 184-5).

---

<sup>36</sup> Houve no Paraná, em 1890, a instalação de uma colônia italiana no modelo de comuna anarquista, a qual, segundo Brasil Pinheiro Machado agiu sobre os pensamentos dessa geração. A influência teria ocorrido não apenas pela circulação destas ideias, mas também pela aproximação dos atores. Machado relata que o líder da Colônia Cecília, Giovani Rossi, era próximo de Rocha Pombo e frequentava os mesmos círculos que Martins. Ver: MACHADO, Brasil Pinheiro. Prefácio In: POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no centenário: 1500-1900*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980 [1900].

Essa obra serviu à reconversão de capital de seu autor, que transitou da posição de poeta para a de partícipe dos debates sobre ciência. Até essa publicação, Martins tinha como produção mais expressiva o livro *Vozes Intimas* (1893), que não teve grande repercussão e que buscava alinhar-se aos debates sobre literatura e ciência que se faziam nas reuniões do grupo no Clube Curitibano. O que se percebe é que, após 1895, suas publicações em *O Cenáculo* voltaram-se a ciência e evolução da sociedade: *Progresso das Edades*, *Mysticismo*, *A eletricidade*, *Abaré*. *Abaré! A Parábola do Amor e Festa de N. S. do Pillar*, todos de 1896. A mudança de temática começou a aparecer em *Progresso das Edades*, que integrava a quarta edição de *O Cenáculo*, sendo apresentado como parte de um livro ainda inédito. Discutia temas como *O homem primitivo*, *A época das pedras*, *A época do bronze*, *Espiritismo e Espiritualismo*. Iniciava-se com a frase: “A geologia é o compendio que acompanha a vida da Terra e descreve o progresso das edades, até ao ponto em que a história não pode chegar” (*O Cenáculo*, 1896, p.18). Sua descrição propõe etapas para o desenvolvimento do ser humano que inicia com os “troglodytas”, passa pelos “selvagens Persas”, até o que classifica como “período agrícola”. Em seguida, questiona as relações que existiriam entre esses ancestrais e o homem do século XIX. Sua conclusão volta-se para a espiritualidade: “É muito importante notar-se que o homem primitivo, guiando-se quase exclusivamente pelo instinto, trouxe sempre gravada no coração a lembrança de um creador para tudo o que via (...) e como não ver em tudo isso um facto Espirita! (...) O Espirita vê na marcha evolutiva o progresso humano.” (idem)<sup>37</sup>

O progresso aparece como um movimento irreversível, um benefício acompanhado de novas complexidades, com as quais os seres humanos precisavam aprender a se relacionar. Essa referência era constante na obra de Martins, ou seja, o futuro como um tempo enraizado no passado, buscando estabelecer continuidades no “desenvolvimento”. Exemplar dessa sua forma de pensar é o artigo dedicado à eletricidade, que descreve como “a alma do futuro”. (idem) O desenvolvimento é apresentado em uma perspectiva linear, sendo necessário recorrer às

---

<sup>37</sup>Ele era espírita e a sua atuação social ligava-se à caridade promovida pelos centros curitibanos. Pregava em seus textos uma visão filosófica que condicionava o desenvolvimento social ao espiritual. Naquele período, Martins escrevia um livro dedicado à vida de Alan Kardec, que foi lançando em 1895, sob o título *Noites e Alvorada*, pela Livraria Econômica de Annibal Requião.

experiências no Oriente, na Grécia Antiga, passando pelas descobertas de Thomas Edison para só então se compreender a eletricidade ao final século XIX. Essa concepção teleológica apontava para um futuro, mas por conta de uma concepção de “evolução” por etapas, também criava o interesse em formatar um passado ideal, fosse nacional ou regional. Essas ideias se ligavam a proclamação da República, reestruturação da sociedade após a abolição da escravidão e fim dos conflitos da Revolta Federalista. Em carta publicada na edição de janeiro de 1896, Vellozo reforçava os compromissos da revista com seu público leitor, propagando o debate sobre a ciência e a formação nacional:

Queremos o auxílio e apoio dos que labutam valorosamente para que o Paraná se não conserve alheio ao movimento Científico-literário do Brasil, para que o Paraná tenha literatura, para que o Paraná reaja contra a fratrecida inercia do Indiferentismo sem nervos. Concorrendo com robustos para a autonomia da Pátria, reagindo contra o derrocar de nossas tradições, contra o cosmopolitismo que nos avassala, que no corrompe, que nos submerge, esmaga e destrõe. (O CENÁCULO, 1896, p. 2)

É preciso esclarecer que o *cosmopolitismo* também tinha, no período, uma conotação negativa, pois destruiria as tradições nacionais. Percebe-se que a influência decadentista do Simbolismo, associada a um discurso regionalista, e mesmo ao nacionalismo, criavam um discurso de oposição a uma cultura estrangeira. Havia, ainda, uma associação entre cosmopolitismo e o Império, como aponta Ângela Alonso, pois estava introjetado no modo de pensar da elite imperial brasileira, que alimentava um repertório europeu, consequência da formação que recebiam (ALONSO, 2002, p. 53). Houveram poucos debates sobre a concepção de cosmopolitismo na imprensa curitibana, mas aparecem, por exemplo, na publicação da mensagem de Floriano Peixoto aos senadores. Nela, o marechal buscava justificar as ações autoritárias de seu governo, afirmando que “temeu pela fraternidade do povo brasileiro” e explicando que, “a princípio, receei que o cosmopolitismo, dissolvido na densidade da alma nacional, houvesse-lhe enfraquecido a coesão e as virtudes cívicas” (A REPÚBLICA, 19/05/1894, p. 1). A matéria, publicada na

capa, associava o nacionalismo à existência de um “povo brasileiro”. Isso é um dado relevante para a compreensão da rede de intelectuais paranaenses, que, entre outras coisas, também dirigia o jornal *A República* (Leôncio Correia) e o redigia (Júlio Pernetta e Romário Martins).

Apesar de certa resistência presente no texto, a visão que os “cenaculistas” tinham do futuro era positiva. Após os recentes conflitos decorrentes da Revolta Federalista, celebravam a urbanização de Curitiba, a construção de estradas de ferro, a afirmação do novo regime republicano, a abolição da escravidão e a prosperidade da indústria ervateira paranaense. Esses sentimentos aparecem na maior parte dos textos de *O Cenáculo*. Por outro lado, esses escritores foram criados em instituições tradicionais, apegadas a valores e distinções ligadas à monarquia e aos hábitos rurais – práticas que prevaleciam no Paraná na virada do século XX. Somava-se a isso a valorização do *ethos* aristocrático, incentivado pelo próprio Movimento Simbolista.

### 1.5.1 Um tipo local

Essas concepções de modernidade são úteis para esta análise, pois influenciaram as proposições de uma escrita sobre o passado. Nesse sentido, uma visão modernizadora se fundia com valores conservadores nas páginas de *O Cenáculo*, em textos que recorriam à ciência para prognosticar o futuro. A edificação de uma memória local era justificada como análise social. À minha pesquisa interessa perceber quais os signos eleitos para a construção dessa identidade e de uma memória histórica para o Paraná, bem como os interesses implicados nessas seleções.

Era interessante ao poder local que se afirmassem a participação da região na construção nacional, seu potencial econômico e político, assim como seus limites territoriais. E na revista *O Cenáculo*, percebe-se uma preocupação com a afirmação de um “tipo local”, que fosse capaz de estabelecer um sentimento de pertencimento e de promover o Paraná em nível nacional. As referências que faziam ao passado local objetivavam promover uma noção de *anterioridade* à população paranaense, lembrando a emancipação ocorrida em 1853. Da mesma forma, o passado era importante para afirmar que a população paranaense, que além de apresentar características física e psicologicamente específicas, seria dotada de uma cultura com valores “ancestrais” que a diferenciavam das outras. Esse estereótipo mantinha relação com o mito de fundação

nacional e propunha uma mescla de portugueses e indígenas, na figura do *caboclo*. Os textos apontavam a existência de ambos os grupos, vivendo no que seria um “estágio superado”, ou a superar, da evolução social. Mas era necessária a valorização destes tipos, numa análise que incluía sua “civilização”. Na sequência, busquei compreender que narrativas foram construídas sobre esse passado português e indígena e sobre essa população. Isso é importante por se tratar de um discurso que se perpetuaria em produções desses escritores paranaenses e no imaginário coletivo.

#### 1.5.1.1 – Os Indígenas como origem e distinção local.

Os intelectuais ligados a *O Cenáculo* tomaram parte no debate sobre o indígena como representação de uma especificidade nacional, o elemento originário do “tipo local”. Esse debate se espalhava, como citado anteriormente, com o anticlericalismo dos autores, que escreviam em defesa dos indígenas em relação aos jesuítas. Essa tomada de posição foi coletiva e definida pelo grupo no dia 7 de dezembro de 1895, em reunião oficial. A partir dali, ficava definido como projeto para o próximo número um debate sobre a questão indígena. Esta proposição efetivou-se com a veiculação de variados artigos sobre o tema nas edições da revista que circularam em 1896. Na edição de janeiro, Dario Vellozo assim apresentou o tema:

Como Brasileiro almejo ver aproveitado nosso elemento selvagem – esses míseros índios escurraçados e esquecidos, que são, incontestavelmente, necessário elemento à compleição do typo nacional – fator preciosíssimo que nos traria por certo uma característica, apresentando corrente oposta à que nos avassala, enérgico elemento de reação contra o desmembrar de nossa autonomia, - elemento fetichista, elemento auctohtone, que tem as suas tradições neste solo, que não conserva reminiscências de outra pátria e não sente nostalgia de outro ceo (...) pugnar pelo nosso pobre selvagem, violentado e zurzido pelos corípeos do cosmopolitismo que se não dignam, entretanto, lançar os olhos para as

nossas florestas e procurar trazer para a civilização os preciosos destroços de altiva e sobranceira raça, dizimada cruelmente em pelejares heroicos. (O CENÁCULO, n. 13, 1896, p.1)

A afirmação sobre o indígena apresenta dois ângulos: por um lado, o discurso é de valorização de uma memória heroica, atribuída aos grupos que habitavam a região, na resistência à ocupação pelos europeus. Por outro lado, a preocupação de Vellozo concentrava-se na “civilização dos selvagens”, entendendo se tratar de um problema da sociedade e dever do Estado. Para ele, havia que se promover o “resgate” e a adaptação do indígena a uma cultura “moderna”, entendendo-o como um sujeito potencialmente produtivo.

O debate que recorre à imagem do “nativo” como “essência” do povo brasileiro se construiu com o pensamento de Silvio Romero. Segundo a historiadora Caroline Marach (2013), o intelectual sergipano era a referência central utilizada para se pensar os elementos fundamentais de uma brasilidade<sup>38</sup>. Isso era condizente com a visão dos intelectuais de *O Cenáculo*, que também alertavam, como visto, sobre os prejuízos do chamado cosmopolitismo, com adesão a pensamentos estrangeiros que levariam à destruição da “essência nacional”. Outra questão que propiciou a emergência do debate sobre as populações indígenas foi o conflito entre fazendeiros e os grupos indígenas das

---

<sup>38</sup> Este debate se refere às questões levantadas no livro ROMERO, Silvio. *Ethnologia selvagem: estudo sobre a memória, região e raças selvagens do Brasil do Dr. Couto de Magalhães*. Recife: Typ. da Provincia, 1875. Neste texto, Romero se detém sobre os estudos de Couto Magalhaes, das origens dos habitantes dos indígenas, recorre às teorias de Buckle, sobre uma “formação espontânea” da população no continente, pensando na formação de uma “civilização” pela convergência de diferentes movimentos; mas entende que deveria se compreender indígenas e seus descendentes – caboclos – como parte de um estágio inicial da evolução humana e social. O fato de estarem em um estágio de caçadores e de *astrolatria* os transformava em um objeto de estudo científico.

regiões de Canoinhas e do Rio das Cobras<sup>39</sup>, que naquele momento era amplamente divulgado pelos jornais curitibanos.

Com uma ideia em comum, os escritores de *O Cenáculo* apresentavam diferentes ângulos possíveis para abordar o tema. Em julho de 1896, Dario Vellozo publicou o segundo texto de uma série intitulada *Pelos Índios!*. Apresentava discussões sobre o surgimento dos seres humanos, mais especificamente, sobre sua origem monogênica ou poligênica<sup>40</sup>. A defesa da segunda teoria permitia a valorização da população nacional: “O Brazil possui certa unidade ethnica que lhe tem garantido sua existência até hoje. Mas não deve ser perturbada com a ingestão systematica de elementos estrangeiros em privilegiada zona do paiz.” (O CENÁCULO, 04/1896, p. 8). Assim o indígena seria a base na qual se assentava a mestiçagem nacional e garantiria sua diferenciação em relação aos outros países. Para embasar suas ideias, recorreu a uma discussão paleontológica, citando autores como Camille Flammarion<sup>41</sup> (*O Mundo Antes da Criação dos Homens*, 1886), Jean-Louis Quatrefages (*Introdução ao Estudo das Raças Humanas*, 1887) e Carl Claus (*Tratado de Zoologia*, 1889), contrapondo-os a Louis Mortillet. Vale frisar que a visão do autor era igualmente balizada pela oposição às crenças religiosas, o que é reafirmado no fim de seu artigo, com a frase “contra a hipocrisia dos jesuítas” (O CENÁCULO, 04/1896, p.9)

Vellozo aproximava-se dos postulados dos grupos spenceristas, pois pensava na evolução social da humanidade em diferentes estágios de desenvolvimento, com etapas definidas e que levariam a um estágio ideal de toda a espécie humana. Nesse sentido, para ele, o indígena, e depois

---

<sup>39</sup> Maria Tarcisa Bega atesta que havia uma referência destes temas também na *Revista do Club Curitybano*, na qual se apresentava a preocupação com os Caingangues (2001, p. 229)

<sup>40</sup> Como indica Lilian Shcwarz, essa disputa entre concepções foi retomada na segunda metade do século XIX: “o pensamento social da época também acabará sendo influenciado por esse tipo de reflexão [sociologia evolutiva de Spencer], reorientando-se antigos debates teóricos. Assim enquanto a etnografia cultural adaptava a noção monogenista aos novos postulados evolucionistas, darwinistas sociais ressuscitavam, com nova força, as perspectivas poligenistas de início do século. Era preciso pensar na antiguidade da seleção natural e na nova realidade que se apresentava a mestiçagem racial.” (Shcwarz, 1993, p.56)

<sup>41</sup> Flammarion (1842-1925) era fortemente influenciado pelas leituras sobre ocultismo e espiritismo; o contato com os ensinamentos de Allan Kardec influenciou a leitura sobre a astronomia.

dele o caboclo, eram etapas deste desenvolvimento, mas também possuíam “valores fundamentais” caros à sociedade “desenvolvida”.

Outro autor que contribuiu para o debate no mesmo número da revista foi Rocha Pombo. Seu texto *Os Índios*, dedicado a Silveira Netto, foi assim justificado: “Aqui tive hontem occasião de receber o seo bilhete, pedindo-me alguma cousa para o número especial do Cenáculo consagrado aos estudos indianos” (O CENÁCULO, 04/1896, p.13). Para além do debate sobre o tema propriamente dito, o artigo demarcava a relação de Rocha Pombo, então morando no Rio de Janeiro, com o grupo de *O Cenáculo*. Demonstrava os laços de amizade com seus conterrâneos pelas trocas intermediadas com Silveira Netto – para a revista, tratava-se de um correspondente na Capital, e para o autor, era a manutenção de sua visibilidade na província paranaense. Rocha Pombo tratou das origens linguísticas dos povos latino-americanos. Essa discussão era parte dos estudos que desenvolvia para um livro publicado anos depois (*História da América*, 1900), cuja principal referência era Max Müller<sup>42</sup>. Apesar de não aprofundar seus argumentos no artigo, ele buscava, por meio da etimologia e da teoria poligênica, o reconhecimento de duas correntes de ocupação territorial no Paraná. Os povos indígenas locais, assim, seriam os descendentes de migrações advindas de ambos os extremos longitudinais do continente americano. Resultado de um cruzamento entre grupos do continente americano, o indígena presente no território paranaense seria mais adaptado, logo, mais evoluído.

Romário Martins e Júlio Pernetta apresentavam outras perspectivas para o tema, menos leituras etnológicas e mais voltadas às narrativas sobre a ocupação do território e os valores morais. *O Selvagem Brasileiro*, de Júlio Pernetta, inicia com a frase “o ideal sublime da liberdade, o amor instintivo do solo, eis o que sempre levou o selvagem brasileiro ao campo da lucta, onde se batia com extraordinário heroísmo” (O CENÁCULO, 05/1896, p.7). E prosseguiu, na mesma linha:

Por mais que alguns escriptores queiram fazer do sympathico e denodado índio um animal selvagem, elle se nos apresenta, através das páginas da

---

<sup>42</sup> Friedrich Max Müller (1823-1900), linguista alemão, estudioso da mitologia, desenvolveu estudos com apoio da Coroa britânica e da East India Company (1847). Foi professor de filosofia comparada na Universidade de Oxford, onde desenvolveu sua principal obra, *Sacred Books of the East*, cinquenta volumes publicados entre 1879 e 1910.

História, como um protesto sublime em prol da liberdade, da autonomia das suas florestas, contra a sanha hedionda dos seus supostos civilizadores, que com o pretexto da falsa catechese, praticaram todos os crimes que a cobiça baixa engendrava, fizeram de uma raça selvagem, mas aperfeiçoável, uma gente abastarda, dissimulada, odiando a civilização ou amando unicamente os vícios que fatalmente ella acarreta. (O CENÁCULO, 05/1896, p. 8)

Essas ideias eram balizadas pela leitura de autores como José Veríssimo<sup>43</sup> e sua obra *Cenas da Vida Amazônica* (1886). Além disso, Julio Pernetta também recorria à pesquisa de João Francisco Lisboa sobre o padre Antônio Vieira (biografia inacabada). A visão positivista e a centralidade dos fatores mesológicos como determinantes no desenvolvimento das raças forneciam mais do que um elogio aos indígenas, mas buscava demonstrar a naturalidade de sua forma de viver – o que correspondia ao conceito de liberdade, característica primordial dos povos indígenas. Havia uma crítica aos portugueses e à intervenção radical no meio em nome da modernização, feita de forma violenta. O exemplo mais marcante para o autor (assim como para seus colegas) era o dos jesuítas, contra os quais considerava justo o ódio nutrido pelos indígenas. Júlio Pernetta frisou que a catequese os tinha “transformado em escravos da civilização” e não em um “povo livre”. Apontou, ainda que essa raiva permanecia, sendo a explicação para os ataques e conflitos que se sucediam em território local e nacional.

Romário Martins foi um dos colaboradores da edição especial da revista com o artigo *Abaré! Abaré!* seguindo a mesma linha anticlerical e de valorização do indígena como elemento base para um “tipo brasileiro”:

---

<sup>43</sup> José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916) foi jornalista, professor, educador, crítico e historiador literário, fundador da cadeira n. 18, da Academia Brasileira de Letras, instituição com quem rompeu ligações após a eleição de Lauro Müller, a quem não considerava um “homem de letras”. A ABL o define em seu site como: “José Veríssimo constitui com Araripe Júnior e Sílvio Romero a trindade crítica da era naturalista, influenciada pelo evolucionismo e pela doutrina determinista de Taine; mas seus pontos de vista e processos eram diferentes.” Disponível em <<http://www.academia.org.br/academicos/jose-verissimo/biografia>>. Último acesso em 9 de fevereiro de 2017.

E estas plagas, erguidas a altura dos colossos da natureza vegetal, destinadas para throno de todas as grandezas, formas regadas pelo sangue sadio dos naturaes do Paiz, n 'um atropelo mercenário, exercido pelo jesuíta à sombra das forças conquistadoras (...). E o jesuíta invadia as brasileiras florestas desmatando-as como já o havia feito nas mattas sombias do Paraguay e em toda a obra em prol da civilização, feita no velho continente (...) listrado ainda de urucú da última festança, internava-se nas florestas, alarmando as aldeias selvagens e convidando-as para a resistência e para a guerra gritando hororisados: - “Abaré! Abaré” (Padre! Padre). (...) Mais tarde, as tribos internavam-se, devastadas... vencidas, nunca! E o Jesuíta, expulso da França, de Portugal, da Prússia, cahia por toda a parte, aniquilado e vencido! (O CENÁCULO, 05/1896, p.24-25).

O autor opunha uma paisagem naturalista a um cenário construído pelas estruturas das reduções jesuíticas. Seu discurso faz o movimento de transposição da pureza da primeira descrição aos aspectos sombrios das ações jesuítas. Nesta narrativa, buscava apontar quem seriam os vencedores desta “guerra”, entendendo o discurso de uma civilização apresentado pelos jesuítas em oposição a uma origem nacional de autonomia e liberdade dos indígenas, entendidos como brasileiros e paranaenses. Para Martins, apesar de a resistência das tribos locais não ter levado a uma vitória imediata, a derrota dos religiosos se deu a longo prazo, como parte de um processo mais amplo de “justiça e de desenvolvimento”. Nesse sentido, entendia-se que os indígenas colocavam os paranaenses em uma genealogia diversa da de outros estados do Brasil, pois seriam seus descendentes diretos, atacados pelos bandeirantes e escravizados pelos jesuítas. Essa posição colocava os paranaenses em alteridade com relação aos paulistas (bandeirantes) e aos portugueses (expressão da Europa no território). Era do interesse do grupo de intelectuais paranaenses afirmar esse signo de origem, num empenho de invenção de uma tradição e uma cultura próprias e demarca uma relação conflituosa com a Igreja e com Portugal, referências associadas ao sistema imperial.

Este número especial de *O Cenáculo* também tinha como preocupação se diferenciar de outras manifestações, como as dos românticos e indianistas, simbolizados pela obra de José de Alencar, como ressaltava o próprio Dario Vellozo:

Não pretendemos continuar a literatura indianista, nos moldes vazados por Domingos de Magalhães e José de Alencar; procuraremos interpretar o índio elucidando-o, - se assim é possível - apresentando-o como verdadeiramente se o encontra, - estudando-o como fator indispensável à característica do povo Brasileiro” (O CENÁCULO, 05/1896, p. 6)

A busca por uma visão “realista”, baseada em um discurso compromissado com a ciência e a verdade, queria problematizar a pureza e a inocência do indígena idealizado pela literatura. O grupo de *O Cenáculo* pugnava pela crítica à assimilação de um repertório “civilizador” europeu, buscando apresentar uma especificidade nacional. Apesar de pregar um distanciamento do Romantismo e da utilização de referências como Silvio Romero e Alexandre José de Mello Moraes Filho<sup>44</sup>, o que se percebe é que também entendiam o indígena de uma forma idealizada, pensando-o como elemento de diferenciação e contraposição à Europa<sup>45</sup>.

Essas diretrizes da revista se aprofundaram em anos posteriores. Romário Martins recriou lendas indígenas como discurso de origem para o estado paranaense, além de apresentar em seus contos caciques da região como fundadores do estado. Isso se opunha a uma origem bandeirante ou lusitana, compreendendo que estes grupos populacionais foram posteriormente assimilados, dando origem a um “tipo próprio”. Tal

---

<sup>44</sup> Alexandre José Melo Moraes Filho (1844-1919), tinha sua formação em medicina na faculdade de Bruxelas, era poeta, escritor, dedicou estudos a história da literatura brasileira e também ao estudo do folclore, onde realçou festejos e costumes. Publicou *Escravos Vermelhos* em 1887.

<sup>45</sup> Essa concepção sobre o Romantismo é visível na análise de Ângela Alonso, que afirma o papel do Conselheiro do Império José Alencar em sua produção literária como parte de um projeto de invenção das tradições para o Brasil, provendo uma língua, uma história, um povo, isto em uma narrativa acessível ao gosto médio da população nacional, facilitando seu espraiamento (ALONSO, 2002, p.58).

leitura, como apontado anteriormente, se enquadrava na teoria spencerista de evolução social, sendo os indígenas representantes da etapa basilar da população local. A miscigenação com os europeus e negros representaria outro estágio, aquele que teria originado o “caboclo”, figura rural dotada de uma cultura própria.

#### 1.5.1.2 Costumes paranaenses: caboclos e mestiços

Em meio aos debates sobre a construção de uma identidade nacional durante a instalação da República, o interesse do grupo de *O Cenáculo* era promover uma produção cultural que estabelecesse convergências com o plano nacional, mas também delimitasse as especificidades locais de uma província que possuía pouco mais de quarenta anos.

Uma das estratégias nacionais traçava um discurso de origem comum para os brasileiros que resultava em um “tipo” marcado pela união de indígenas, negros e portugueses. No Paraná, os intelectuais locais recorreram à mesma narrativa, mas com a alegação de uma diferença. Afirmavam que a população local teria peculiaridades físicas, psíquicas e de costumes marcadas pela influência mesológica da região e pelo processo de ocupação. Havia também a relativização da escravidão no estado, sob a alegação de que, diferentemente do que ocorrera no Nordeste, no Paraná não houve uma produção de grande escala, como a da cana-de-açúcar. Assim, a população paranaense teria sido composta originalmente por uma população cabocla<sup>46</sup>, como o restante do país, estando este mestiço num processo de desenvolvimento da “espécie humana” e que viria a ser, aos poucos, superado pelo processo de modernização e civilização da região. Foi a partir desta leitura que Júlio Perneta compreendeu as transformações da sociedade paranaense e o desaparecimento de algumas práticas. Seus textos foram importantes para a construção da memória sobre as tradições locais, em um processo de memorialização que exaltava determinadas práticas e costumes, ao

---

<sup>46</sup> A definição de caboclo está associada a uma alegada “construção étnica”, mas na leitura destes textos, e mesmo em outras análises, percebemos que as descrições fazem poucas menções a características físicas, mas sim a costumes e condições sócias. Caboclos são descritos geralmente como pessoas pobres, de costumes rurais, com pouca instrução formal.

mesmo tempo em que fazia uma seleção e as colocava como objetos do passado. Esse lugar de rememoração era ocupado pelos hábitos rurais de uma população cabocla, que estariam sendo “ultrapassados” pela urbanização e pela industrialização.

A principal influência neste aspecto (o caboclo como o elemento mais expressivo da realidade nacional) foi o livro *Festas e Tradições* (1888) de Alexandre José de Melo Moraes Filho<sup>47</sup>. Nesta obra, o autor se propunha catalogar as tradições nacionais, numa visão conservadora da desconstrução de hábitos e costumes relacionados à crise do sistema imperial. Atuando nas fronteiras indefinidas entre folclore, sociologia e literatura, Júlio Pernetta fez uma análise do livro de Moraes Filho, publicada no quarto número de *O Cenáculo*:

Recordar as nossas festas e tradições populares que vão soturnamente desaparecendo, amortalhadas pela indiferença de alguns e pelo convencionalismo pedante da civilização impostada, é exaltar velhos costumes verdadeiramente brasileiros, ainda não maculados pelo importuno bafejo das manufacturas estrangeiras; é folhear, pagina, por pagina, o sacratíssimo missal, onde avulta tudo quanto um povo tem de mais nobre e venerável. A Mello Moraes Filho devemos o não olvidamento completo de nossos costumes (O CENÁCULO, 07/1896, p. 5)

---

<sup>47</sup> Aqui encontramos novamente a referência ao médico Alexandre José de Melo Moraes Filho, citado no subtítulo anterior por suas teorias sobre os indígenas e sua importância para a construção de uma característica própria para a nação brasileira. Mello Moraes Filho é entendido por Martha Abreu (1998) como um precursor do folclorismo; sua posição era conservadora de contemplação de uma sociedade carioca que se transformava no final do século XIX, tinha uma formação fortemente influenciada pela igreja católica, mas suas concepções eram contrárias a política de branqueamento e com defensoras de um nacionalismo que resistisse a uma cultura estrangeira, para a historiadora seu pensamento se ladeava com o de autores como Araripe Junior, Joaquim Nabuco, Alberto Torres e Manoel Bomfim. Segundo Abreu (1998), em *Festas e Tradições Populares* (1888), várias partes se dedicam a festas religiosas, populares, momentos históricos e o que o autor chama de “episódios da regência”, em que narra eventos da história negra.

A sacralização das “tradições populares” colocava-as na posição de expressão máxima da cultura brasileira, pois seriam manifestações contrapostas ao que considerava estrangeirismos. Para embasar essa ideia, recorreu a Silvio Romero: “que vae esquecendo o seo passado, perdendo o seo character nativo, olvidando as suas lendas (...) mascarando a physionomia tão singela e prazeteira na sua originalidade, com os ouropéis de umas estrangeirices importunas” (O CENÁCULO, 07/1896, p.7)<sup>48</sup>. A visão de Júlio Pernetá sobre essa cultura local construía um encantamento bucólico, amparado nas definições simbolistas de decadência da sociedade moderna. Ao mesmo tempo, propunha que a “evolução” da sociedade era irreversível e o que teria validade na preservação destas memórias era a preservação de “valores morais” do caboclo e o registro dos rituais e costumes do campo.

Ele exprimiu em seus contos o interesse dos grupos hegemônicos locais em manter relações de reconhecimento e distanciamento entre seus hábitos e os do norte e nordeste do país. O Nordeste e o Sudeste eram dominantes na construção da identidade nacional, e os intelectuais paranaenses não se reconheciam nesse estereótipo de nação. Assim, buscavam imprimir marcas distintivas locais que, ao mesmo tempo, assegurassem a pretensa diferença em relação aos demais estados brasileiros e não os tornassem distantes da representação de Brasil. Da mesma forma, defendiam que a população local seria mais “evoluída”, na medida em que negavam ou relativizavam a presença dos negros na região sul do país. Por fim, associavam o clima da região ao clima europeu, ameno, oposto ao calor predominante no Norte e no Nordeste.

Júlio Pernetá recorreu às descrições de Mello Moraes Filho para sublinhar as diferenças culturais paranaenses. Tomou como exemplo o “casamento na roça”, realizado no Norte e Nordeste. Ele identificou as diferenças em relação aos costumes paranaenses, destacando a “vivacidade” e as características – para ele, “hilárias” – que aproximavam as cerimônias de recepção dos noivos ao carnaval. As tradições tomariam seus escritos posteriores, com narrativas em forma de contos, objetivando registrar um repertório de hábitos que considerava representativos dos costumes locais. Como exemplo, o texto *Lendas e Tradições*, publicado na *Revista do Club Curitybano*:

---

<sup>48</sup> Como é possível perceber, ambos os autores, Romero e Mello Moraes Filho, estão presentes nas referências de Dario Velloso na construção dos textos sobre os indígenas, indício da circulação destas leituras dentro do grupo de *O Cenáculo*.

A alma Brasileira só se manifesta sinceramente, na sua angélica primitividade, quando fala pelos lábios ingenuos do caboclo. É esse bello sertanejo, que habita o coração das mattas, que ahí guarda e transmite, religiosamente, a seos filhos as lendas e tradições que recebo de seus paes. (...) como é bello ouvir-o narrar á sua família as lendas e tradições da sua terra, despertando assim naquelles corações simples o amor pelo berço e pelo passado de luz da alma nacional. (RCC, 15/04/1896, p. 1)

O autor entendia as lendas e tradições dos caboclos como representação da “alma nacional”, logo, deveriam ser “preservadas e cultuadas”. A importância desses registros estaria na sua capacidade de gerar sentimento de pertencimento e serviria aos interesses do Paraná em construir sua unidade. A delimitação sobre cultura proposta pelo autor rejeitava uma identidade com signos de culturas estrangeiras, optando pelas chamadas “tradições populares”. Ao mesmo tempo em que estabelecia a importância das tradições, a iniciativa de registrá-las revelava igualmente a compreensão de que estavam fadadas ao desaparecimento, pois seriam substituídas por práticas “civilizadas e modernas”. Vale ressaltar que, no seu entendimento, para alcançar esse conhecimento “ancestral” seria necessário um levantamento de memórias, acessíveis por meio da tradição oral. Isso garantiria o registro mais “sincero” da “alma nacional. Como o autor entendia que a população denominada cabocla era majoritariamente analfabeta, a oralidade e as práticas seriam os principais meios de conservação das suas memórias.

Após a publicação de *Lendas e tradições*, seguiu-se uma série de quatro contos intitulada *Costumes Paranaenses*, publicada na revista *O Cenáculo*. Os contos eram *Amor Bucólico* (05/1895, p. 17), *O Exorcismo* (10/1895, p. 22), *Benedicto Buzina* (12/1895, p. 17) e *Totó Bueno* (06/1896, p. 15). Nestes textos, Julio Perneta apresentou personagens que eram o estereótipo do caboclo como população local. Associou-o aos hábitos rurais, como plantio e venda de produtos agrícolas, corridas de cavalos e bailes realizados em galpões, além de características como o pouco estudo formal e a crença em elementos místicos. Os hábitos descritos pelo autor contrastavam com o ideal de modernidade e civilização que circulava na própria revista, mas as narrativas eram

condizentes com o discurso de construção moral de um tipo local, valorizando características psicológicas como a inocência, a contenção e a pureza.

Em *Amor Bucólico*, no qual o próprio título remete à apreciação romântica do campo, o escritor narrou a união do casal Nhô Lao e Nhá Tudinha, em uma história que ocupou 14 das 35 páginas da revista. O conto foi dividido em cinco partes, que vão do momento em que os dois protagonistas se conheceram, seu noivado, seu casamento até o início de sua vida comum na roça. Apresentou Nhô Lao como “o gaúcho mais guapo da circunvizinhança”, que tinha “a vida despreocupada de um fazendeiro”. O protagonista estudara na capital por iniciativa do pai, oportunidade que pouco aproveitou, mas que muito lhe servia no convívio na roça<sup>49</sup> e garantia posição social e popularidade na cidade. A rotina de Nhô Lao era ligada à atividade do plantio de milho e feijão, mas principalmente às corridas de cavalo e aos fandangos<sup>50</sup>:

Salão enorme, alumiado tristemente por velas, enredomadas em lanternas de vidro, dando aos semblantes um tom sombrio e grave (...) mulheres papudas percorriam o salão oferecendo chimarrão aos convidados (...) a cuia passava de mão em mão, calma e pacatamente. Grupos, nos cantos, tratavam de eleições e da corrida do Picaço, que tinha ganho de *paleta*, isso mesmo porque enterraram Santo Antônio na raia. Súbito, todos os olhos se voltaram para a entrada do salão; era Nho Lao que chegava, fazendo retinir pelo soalho as rosetas das suas grandes chilenas prateadas, de fazendeiro. (O CENÁCULO, 05/1895, p. 18)

---

<sup>49</sup> O personagem teria feito até o oitavo ano, o bastante para considerarem ele como rapaz estudado, ainda tão importante quanto isso era o fato de ter morado na capital.

<sup>50</sup> O Fandango é uma expressão cultural tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que o define como “forma de expressão possui uma estrutura bastante complexa e se define em um conjunto de práticas que perpassam o trabalho, o divertimento, a religiosidade, a música e a dança, prestígios e rivalidades, saberes e fazeres. O Fandango Caiçara se classifica em batido e bailado ou valsado, cujas diferenças se definem pelos instrumentos utilizados, pela estrutura musical, pelos versos e toques”. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/83/>>. Último acesso em 05/11/2017.

Essa apresentação define hábitos como a organização dos fandangos, do consumo do chimarrão, além das conversas sobre cavalos e política. Também demarca meios de diferenciação social, pois Nho Lao era reconhecido por seu cavalo campeão, pela roupa e mesmo pelo modo de falar, sem erros de pronúncia. O fandango foi reiteradamente afirmado por Júlio Pernetta como um ritmo que representava a população local. Em suas descrições, tem relação com a apropriação e adaptação de ritmos europeus às condições e gostos da população rural. Trata-se da mesma estratégia que Mello Moraes Filho utilizou para descrever os lundus, fados e chulas na sociedade carioca. Mais do que o ritmo, importava a ritualização nos espaços do fandango, com suas coreografias e disputas de rima, nas quais se apresentavam hierarquias e valores da sociedade local. Por meio destas relações, Nhô Lao se tornava superior aos seus amigos, levando vantagem por ter estudado. Foi com os versos que conquistou sua futura esposa. Outra estratégia que chama atenção é a descrição dos detalhes, atentando para cenários e hábitos cotidianos. Isso fazia com que o leitor compreendesse tais práticas como recorrentes entre aquela população. Exemplar é o momento em que Nhô Lao faz o pedido de casamento, sendo recebido com a hospitalidade local e “matte, chimarrão e cigarro”. Como bom visitante, ele “palestrou” sobre a eleição e a corrida de cavalos. No âmbito da representação sentimental, a aparente frieza entre os personagens é contraposta à sinceridade. Em suas conversas, o casal trata de temas como a colheita, o comércio e a família, mas não há declarações de sentimentos – apenas no início do conto, durante o fandango em que se conheceram. Ao autor justifica esse comportamento pela timidez, explicando que ambos os personagens sabiam da existência de um amor. A história continua na festa de casamento, com a competição de versos, comportamentos à mesa e o funcionamento dos salões de festa. Nesta última descrição, há similaridade com o conto *Casamento na roça*, de Mello Moraes filho, pois ambos falam da existência de um salão para as valsas e um para as danças populares. No texto de Júlio Pernetta, é Nhô Lao quem descreve as diferenças, pois, por mais que estivesse contente no salão das valsas, “fugiu” para o outro, mais animado, com disputas de rima.

O autor romantizava as relações estabelecidas no campo e acentuava o lugar das festas como espaço de convívio entre diferentes grupos econômicos e políticos. O tom “bucólico” do título repousaria nos elementos cotidianos que são descritos de forma “sacralizada”,

estabelecendo uma memória para hábitos que, na sua perspectiva, desapareciam naquela virada de século. Essa intenção de “conservação de um passado” aparece também no conto *O Exorcismo*, que tem como personagem principal Vadosinho – o Vado –, um campesino nascido “no fundo de uma vila pobre”, que se dispunha a apresentar algumas de suas memórias. Vado, como gostava de ser chamado, dizia ser um homem letrado,<sup>51</sup> e esse conhecimento lhe valia para ensinar os outros membros de sua família. Por conta disso, seu pai, com a ajuda de um coronel da política local, conseguira sua nomeação como mestre-escola. As relações clientelistas, que marcavam as relações entre fazendeiros ricos e agricultores mais pobres, foram apresentadas nessa intensa negociação. A nova posição de Vado permitiu a realização de um sonho, mas também se mostrou ser um tormento: “A família se dispersara pelo interior da casa, pererecando n’um contentamento enlugarado em sombras de tristezas; porque, apesar de ignorante, ella tinha a intuição, que é o patrimônio das almas simples: realisar um ideal é a maior de todas as infelicidades.” (O CENÁCULO, 10/1895, p. 26). Vado atribuía sua simplicidade e a crise interior pela qual passava à leitura que fizera de *As Primaveras*, de Casemiro de Abreu (1860), e à paisagem local, com pouca luz e clima ameno. A segunda lembrança de Vado refere-se à sua maturidade, quando, já casado com Josepha, contava histórias de lobisomem e boitatás para assustar as crianças. Contudo, ele próprio se assustava com a menção às “assombrações”. Neste momento podemos perceber o caráter da narrativa de Júlio Perneta que, além de literária, buscava a análise social:

A superstição faz parte da crença religiosa do nosso caboclo; elle ouve, a roda do fogo, essas narrativas contadas pelos paes e as trasmitte aos filhos; e assim vão de geração em geração, correctas e argumentadas como os almanaks de notícias. Não ser supersticioso, é não crer em Deos. O caboclo vê nas menores cousas o prenuncio de uma fatalidade. Se lhe passa por sobre a casa o tesoureiro zirrando a cauda em V, é que no céu talha uma mortalha para alguma pessoa da família (O CENÁCULO, 10/1895, p. 28)

---

<sup>51</sup> No sentido de conhecimentos de letramento básico

Para resolver seus problemas com as assombrações, Vado conta que chamou Tio Chico, que possuía um “laboratório”. Ali, acondicionava e manipulava suas plantas medicinais colhidas na floresta, úteis para combater venenos e melhorar humores. Essas práticas se cruzam com orações e cantos católicos. A última parte do texto descreve a benzedura feita por Tio Chico na casa de Vado, apresentando o ritual como resultado de uma sabedoria rudimentar, com credibilidade por estar imersa nos valores e crenças locais. O misticismo é, assim, apresentado como a característica do caboclo. Sua interação com Deus se dava por meio de feiticeiros e não por intermédio de padres. Apesar de o autor conferir a inocência como característica marcante do caboclo, a sua crença não é tratada com desdém, mas como ação cultural. Tal perspectiva e a própria valorização de sua religiosidade são compreensíveis pela participação do autor no movimento anticlerical e por sua simpatia pelo satanismo<sup>52</sup>. Deste modo, percebe-se que sua literatura não se vincula apenas a uma construção consciente do estereótipo paranaense, mas incorpora suas experiências e memórias da realidade que vivia.

Em *Benedito Buzina*, o foco está no personagem homônimo. No conto, também são descritos costumes locais, expostos desde o diálogo inicial:

- O Benedito da Chica Gorda é um rapaz cuéra às direitas, comentavam os desocupados bajuladores da Villa, n'uma proclamação de entusiasmo e respeito.

- Mecê não vio no dia das eleições compadre, o que elle fez ali no largo da Egreja! Pulaco, rapaz! Que se pinchou em cima do nho Néco do Boqueirão com saudade de sangue, e mêmê sabe que nho Néco não é dos peor. Se não fosse seo padre, a cousa fedia a porva. (O CENÁCULO, 12/1895, p. 17)

Há uma ênfase nas formas de falar, buscando dar identidade à fala popular, na qual expressões como “pulaco”, “cuéra” e “pinchou”<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> O Satanismo era uma influência de textos como Flores do Mal de Baudelaire, que se tomam Satan como uma contextualização da sociedade e de culto a arte, um signo de revolta.

<sup>53</sup> Tais expressões são regionalismos: “pulaco” (polaco) se refere comumente a pessoas loiras de pele clara, o que nem sempre remete a origem polonesa, “cuéra”

compõem uma espécie de dialeto. O tema que leva os dois personagens descritos à briga é uma eleição, imaginando a participação dessa população nas disputas políticas e, igualmente, a forma peculiar dessa participação. A conversa ocorre à porta de uma igreja em Curitiba, em um cenário com senhoras carolas, cobertas com lenços pretos, de um lado, e a preparação de uma pista para corridas de cavalos, de outro. Ou seja, os valores conservadores da igreja e paralelamente à prática associada a apostas e bebida. A visão de uma capital com ares rurais incluía ainda a trajetória dos sujeitos que conversavam, ambos moradores de regiões periféricas e dedicados ao plantio e venda de alimentos. Neste contexto surge a descrição do protagonista:

O Benedito era um desses typos, como infelizmente os há muitos, mesmo em Curitiba, e para os quaes as autoridades tem sempre aberto os pórticos do templo da justiça protetora – indolente, creado vagando pelas estradas, ou chucurreando vinténs de agoa ardente nas vendas, incapaz de suportar um dia de trabalho (O CENÁCULO, 12/1895, p.18)

O personagem era uma espécie de anti-herói, distante do ideal do caboclo idealizado por Júlio Perneta, mas que, a seu ver, correspondia a uma figura popularizada do tipo, com um temperamento instável e não afeito ao trabalho. Em contrapartida, era afirmada a preocupação das “autoridades” com tais sujeitos, corroborando a ideia de desenvolvimento do Paraná. Por outro lado, Benedito era provido da inocência e da autenticidade dos fazeres cotidianos, da sobrevivência e da simplicidade que, ligadas ao primitivismo da área rural, resistiam nos hábitos destes personagens.

Outra estratégia literária utilizada pelo autor foi a manutenção de personagens em várias histórias, como Tio Chico, que também aparece no último conto veiculado pela revista, *Totó Bueno*. A narrativa conta o último dia de vida do personagem que dá título ao texto, um homem que não conseguia dormir, prevendo que algo ruim iria acontecer. Diante do mal-estar, passa a madrugada na beira do fogo, tomando chimarrão e

---

é um adjetivo de posituação de uma pessoa, que transmite confiança, força; e “pinchou” se aproxima do verbo “jogar” ou, nesse caso, “se jogar”.

olhando os presságios da natureza – como um grilo no canto da sala. A compreensão do mau agouro foi compartilhada com seus companheiros de trabalho, que julgaram o caso sério e concordaram que algo ruim deveria acontecer. No trabalho na roça, Totó foi picado por uma cobra, e Tio Chico foi chamado para atendê-lo, assim como “Nho Maneco Bemfica que era *surgião*”. Diziam:

- Que menzinha fizeram?

Tio Chico abriu o bocó e mostrou-lhe a pharmacia.

- Eu curo com isto.

Nho Maneco Bemfica reprovou o tratamento; e os dous surtiões discutiram profissionalmente o meio único aplicável na ocasião.

Tio Chico discordou, e retirou-se meneando a cabeça.

- Não amanhece, garanto, e retirou-se meneando a cabeça.

Nho Maneco Bemfica, cõscio da infabilidade de sua therapeutica, desfez o serviço de Tio Chico e começou outro, como elle entendia. (O CENÁCULO, 06/1896, p.16)

As discordâncias entre os dois “especialistas” não são exploradas, e a história se dirige para a morte do protagonista, ainda na madrugada, como predisse Tio Chico. Outra contraposição entre a cultura popular e a “civilizada” se apresenta durante a preparação do velório. Júlio Perneta descreve a vigília na residência do falecido, onde algumas pessoas propuseram “falas e ladainhas, algumas leituras fonéticas de latim”, reforçando a crítica do autor à manutenção dos ritos católicos em latim, o que fazia com que os que professavam essa fé não compreendessem os conteúdos das orações. Entre os presentes, começou a circular a lenda contando que, em algum país qualquer, “um homem foi amaldiçoado pelo padre, porque não ia a missa e não se confessava”. Naquele momento, as velas se apagaram e, uma vez reacesas, o corpo tinha sumido. Alguns dos que ouviram a história foram procurar o padre, que lhes disse:

- É isso mesmo, meos filhos; foi satanáas que levou o corpo, porque lhe pertencia; o morto era amaldiçoado; e assim acontece a todos os que não vierem à igreja e

não respeitarem os padres que são ministros privados de Deos.

O Pedrinho que escutava a história interrompeo os commentarios:

- Qual o que, os padres são assim mesmo; dizem isso para enganar o povo; mas a mim mesmo eles não enganam, porque conheço quem eles são: uma sucia de vadios que vivem do suor do povo. Porque não vão trabalhar na roça, puchar o cabo de uma foice. Eu se fosse subdelegado, punha tudo que é padre na cadeia. Eu não acredito nisso. É bobagem inventada para eles roubarem dinheiro do povo. (O CENÁCULO, 06/1896, p.17)

O conflito entre as diferentes crenças era uma estratégia para uma nova aparição da posição mística e anticlerical predominante na revista e defendida pelo autor. Assim, a “sabedoria” do caboclo continha uma resistência à exploração atribuída à Igreja católica. Júlio Perneta conferia à população local uma “essência mística”, eleita como uma das características culturais que deveriam resistir ao processo de modernização, o que tinha representação real nas figuras dos curandeiros, que passaram a ser desacreditados pela imprensa no final do século XIX.

Romário Martins também se dedicou ao tema das tradições locais, entendendo igualmente que a sociedade se desenvolvia em etapas e que um desses graus de “evolução” do “tipo local” era o caboclo, reconhecido por suas práticas associadas a uma vivência rural. Martins entendia que as “tradições” deveriam ser registradas, e o fez em forma de crônicas. A primeira circulou em *O Cenáculo*<sup>54</sup> sob o título *As Festas de Nossa Senhora do Pilar, em Antonina*. No texto, Martins descreveu:

E por isso [para agradecer à proteção de Nossa Senhora] o caboclo, por longos dias, internava-se nas selvas, machado ao hombro, e ia derrubar a altiva gabirobeira para roubar-lhe o inchú, que lhe

---

<sup>54</sup> Romário Martins publicou outras crônicas e contos sobre cotidiano local em jornais, revistas e em livros. Diferentemente de Júlio Perneta, inicia com a descrição de cotidianos “populares” e, com o tempo, opta por aprofundar-se em “lendas indígenas”, as quais dão forma a sua produção, estando presentes na revista *Ilustração Paranaense* (1927-1930) e no livro *Paiquere* (1940).

devia fornecer a cêra para a vela que sua mulher, a defunta Nha Chica Tiburcia, promettera a Sancta antes de morrer; ou para o cumprimento de uma promessa da filha mais velha, que quase morreo de máo olhado. (O CENÁCULO, 07/1896, p. 26)

O autor identifica a ação dos personagens à fé católica, ao menos, suas celebrações, que mesclavam a devoção à santa com crenças como “mau olhado”. Explica que a festa não era apenas popular, mas atraía os “rudes Burgueses”, o que para ele, significava a rememoração de um passado no qual as crenças eram partilhadas também pela elite local. Cita especificamente o ano de 1714, data do mais antigo registro sobre aquela festividade que se realizava na fazenda do capitão-mor da cidade. A participação dos “burgueses” revela um compartilhamento da inocência, simbolizada pela fé dos diferentes grupos dociais, convivendo na festa. Em meio à descrição, o autor exclama “Deos, como elles eram felizes!”, constatando, em seguida “Tudo se foi!... Foi-se para sempre...” (O CENÁCULO, 07/1896, p. 27), reafirmando uma visão edífica das práticas e afirmando a sua finitude. Percebe-se um saudosismo que implica na consolidação destas tradições como formadoras da sociedade local e, igualmente, na sua “superação”.

### 1.5.2 Contribuições de O Cenáculo: Índios, Caboclos, Modernização, Anticlericalismo, Ciência e Literatura.

Ao pensarmos em *O Cenáculo*, é preciso ampliar a visão para além da revista, pensando no grupo de discussão mantido pelos autores. Isso informa sobre seu funcionamento como espaço de circulação de ideias, por meio de palestras, debates e mesmo empréstimo de livros. Essa convivência colocou em contato diferentes escritores, que se confrontaram e acabaram dando formas a um pensamento representativo de *O Cenáculo*. O mote principal era a literatura, e o grande diferencial era a associação com a estética simbolista. Mas também é presente o embate com os católicos, sobretudo quanto ao ensino e à valorização da ciência, a qual aparece cultuada em diversos poemas. A ciência aparece como saber central para o desenvolvimento humano, por esse motivo, o grupo de *O Cenáculo* publicou textos sobre geologia, etnologia e astronomia.

Parte dessas posições era uma resposta à expansão do ensino confessional no Paraná, discussão que se encontrava com a construção de um passado para o estado. A província não possuía 50 anos de existência ainda e passava pelo processo de afirmação de signos locais, por conta disso, a elite política e econômica associada à produção de erva-mate tinha interesse em produzir signos que representassem o estado paranaense, construindo, assim, uma ideia de pertencimento para a população local. Para isso os intelectuais paranaenses dessa geração, sobretudo aqueles organizados em torno de *O Cenáculo*, havia que se buscar uma imagem local que mantivesse proximidade com os signos nacionais, ao mesmo tempo em que marcasse sua diferença em relação aos demais estados do Brasil. Para tanto, recorreram a uma origem indígena em grupos locais, sobretudo os do oeste do estado, que teriam confrontado jesuítas e bandeirantes, afirmando a posse das terras. Como citado anteriormente, essa narrativa recorria às teorias spenceristas de uma “evolução do tipo local” que, pela miscigenação, formara o caboclo, estereótipo de hábitos rurais portador de valores morais como a sinceridade, a inocência e a religiosidade. Nesta linha evolutiva, os agentes do século XIX seriam a parte mais “evoluída”, concentrando esforços num projeto de futuro, com uma modernidade marcada pela urbanização e pela industrialização.

A revista *O Cenáculo* deixou de circular em 1897, mas seus membros e colaboradores deram continuidade aos debates e produção de signos em outros periódicos, como *A Penna* (1897), de Romário Martins e Júlio Pernetá, e *Pallium* (1898), fundada por Emiliano Pernetá. Essas ideias e a simbologia para a identidade local permaneceram hegemônicas até a década de 1930, quando os remanescentes deste grupo perderam força econômica e política, com a crise do sistema oligárquico. O questionamento mais efetivo de tais ideias veio com o Modernismo e a chamada Geração de 1945<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> O grupo mais expressivo deste “movimento iconoclasta” esteve ligado a revista *Joaquim* que circulou entre 1945 e 1947. O periódico era liderado pelo escritor Dalton Trevisan, contando com a contribuição de nomes como Wilson Martins e Erasmo Pilloto, ainda recebeu apoio de nomes como Antônio Candido e Carlos Drummond de Andrade. Seus textos referiam-se aos simbolistas e as produções deste período como provincianas e promotoras de uma visão ilusória da realidade local.

## 1.6 - ENSAIOS DE MEMÓRIA E HISTÓRIA: O ALMANCK DO PARANÁ, A REVISTA A PENNA E NO JORNAL A REPÚBLICA.

Com o fim de *O Cenáculo*, Romário Martins<sup>56</sup> e Júlio Pernetá continuaram a se dedicar aos temas da memória paranaense, mantendo as mesmas diretrizes que traziam da rede de intelectuais à qual estavam ligados. Ambos dividiam alguns espaços, pois trabalhavam na administração pública, atuando na mesma secretaria, a de Obras Públicas e Colonização; participavam ativamente das campanhas do Partido Republicano Federal (PRF) e ainda trabalhavam juntos na redação do jornal *A República*, em Curitiba. No ano de 1896, Martins incursionou novamente pelo romance, desta vez por meio do folhetim *Pthysica*<sup>57</sup>, publicado em *A República*. O fato foi anunciado nos seguintes termos: “Começamos hoje a publicar um interessante romance realista do nosso talentoso amigo Romário Martins. Acreditamos que o nome do literato que firma-o é maior que todas as recomendações que poderemos fazer” (A REPUBLICA, 22/02/1896, p.1). Não encontrei dados sobre a repercussão do texto, mas neste espaço dedicado aos folhetins não foram mais publicadas outras produções de Martins. Seu nome passa a ser associado a outro projeto: o *Almanach do Paraná*, do qual foi o redator-chefe.

---

<sup>56</sup>A aproximação com o grupo de *O Cenáculo* rendeu a sua proposição como sócio do Clube Curitibano, uma ação de Julio Pernetá, Tito Vellozo e Antônio Braga (*Revista do Club Curitybano*, 15/02/1896, p.7). Dessa forma Martins, alcançava o reconhecimento do grupo enquanto escritor e, ao mesmo tempo, passava a pertencer oficialmente àquele espaço.

<sup>57</sup> A narrativa não apresentava uma regularidade no jornal, se estendendo até o ano seguinte; a história é sobre Cínara, uma menina com tuberculose encaminhada ao tratamento no interior, longe de Guaratuba, onde vivia. Martins relata as angústias da personagem e seus questionamentos sobre a sociedade, o que é representada nas descrições do ambiente e na convivência da menina com seu pai e os outros moradores do local, um senhor descrito como “um velho rheumatico e até as orelhas cheio dos preconceitos sociais” (A REPUBLICA 26/01/1896, p.1) e sua acompanhante uma “negrinha esperta”. Um texto produzido em um momento que ele próprio esteve afastado por motivos de saúde.

O periódico tinha como editor e proprietário Anníbal Requião<sup>58</sup> e era impresso na tipografia de *A República*. Sua proposta era atingir uma grande circulação e, para isso, atentava para elementos cotidianos: “Tarifas de estradas de ferro, tabelas de cambio, grade número de informações de utilidade pública e uma escolhida parte literária” (ALMANACH, 1896, p. 1). Na apresentação do periódico, era afirmada a intenção de elevar-se a imagem local:

Antes de tudo, este Almanach é essencialmente Paranaense. Na ausência de outro mérito que o recomende, saibam os Paranaenses apoiá-lo em atenção ao menos, já não diremos na audácia da tentativa, mas à vontade que tivemos de tornar o “Almanach do Paraná” genuinamente paranaense. (ALMANACH, 1896, p.1)

Com relação ao “mérito” citado no trecho, observa-se uma ironia dirigida a outra publicação local, chamada *Almanach Paranaense*, de José Gonsalves de Moraes (editorado na tipografia Jesuino Lopes & Cia), que também começou a circular em 1896. Buscando marcar uma diferença, a apresentação do *Almanach do Paraná* frisava seu conteúdo local no subtítulo *Comércio, História e Literatura*<sup>59</sup>, temas que orientavam a divisão do periódico. A parte de literatura ficava a cargo de Rocha Pombo, Francisco Guimarães, Corrêa Neto, Jayme Ballão, Antenor Monteiro, Claudino dos Santos, Sebastião Paraná, Mesquita Junior, Nestor de Castro, Antônio Braga, Ricardo de Lemos, Affonso Camargo, Dario Vellozo, Domingos Nascimento, Leôncio Correia, Silveira Netto, Júlio Perneta, Jean Itiberé, Victor do Amaral, todos pertencentes à rede de intelectuais anteriormente ligados à publicação dos periódicos *Revista do Club Curitybano*, *O Cenáculo*, *Revista Azul* e *Vida Litterária*, o que acentuava o caráter local do almanaque.

---

<sup>58</sup>Anníbal Requião (1875-1929) trabalhava com artes gráficas e em 1900 abriu a Livraria Econômica, que publicou numerosos títulos desta geração. Teve sua trajetória ligada as empresas fotográficas e cinematográficas.

<sup>59</sup>Se lemos a crítica da publicação de Jesuino Lopes, compreendemos que o cisma se deu pelo espaço cedido a autores de outros lugares “Sabemos da dificuldade com que se luta para obter boa colaboração litteraria nesta graciosa terra Paranaense; sabe-se que nossos escritores (...) esperam ser solicitados por convite para abrihantar as publicações” (O CENÁCULO, 04/1896, p.31)

A seção dedicada à história tinha como título *Chronica da Revolução*, na qual acompanhava-se a Revolta Federalista no Paraná, com a esquadra rebelde de Custódio de Mello ao litoral, a tomada da cidade de Paranaguá, a ocupação de Curitiba, o combate na Lapa, a concentração de forças federalistas na capital paranaense, até a chegada das tropas legalistas, a retomada do litoral, da capital e, posteriormente, dos Campos Gerais, onde os federalistas tinham maior apoio. A maioria dos parágrafos se detém em datas, com breves descrições dos ocorridos, mas algumas opiniões dos autores são apresentadas de forma mais clara. Por exemplo, sobre a tomada de Paranaguá, atribuiu-se a derrota da guarnição local pela presença de apoiadores da revolta entre os paranaenses. Ou ainda, quando foi descrita a conquista de Curitiba pelos rebeldes federalistas, sublinharam-se os combates e a destruição, com grande ênfase no reaparecimento do jornal *A Federação*, e a atuação de Luiz Murat e Jácques Ourquis em solo paranaense. Por último, atribuem grande heroísmo ao grupamento da Lapa, menos pelo texto e mais pela foto de soldados legalistas na última página da seção. No concorrente *Almanach Paranaense*, a seção de história trazia *Uma minuciosa chronica da invasão do Estado no ano de 1894*. Neste texto, a construção da cronologia se orientava por trechos do diário do almirante rebelde Custódio de Melo, do jornal federalista *A Federação* e do jornal *A República*.

Em ambos os *almanachs*, o tom é de crítica aos federalistas e ênfase no papel do quartel da Lapa na derrota do grupo de Gumercindo Saraiva. O texto de Romário Martins, porém, expôs menos nomes, concentrando-se nas descrições dos cenários e das batalhas. Essa postura menos enfática indica uma posição pacificadora em um momento de disputa pelas memórias sobre o conflito.

A busca de Martins, que era florianista<sup>60</sup>, por um texto ameno é indício da sensibilidade que ainda permeava o assunto. Contava ainda o fato de os quadros políticos locais que aderiram à revolta retomaram seu poder, compondo a Assembleia Estadual, fazendo oposição ao PRF. Assim, o silenciamento do conflito também interessava ao partido. Envolto neste debate, o nome de Martins se afirmava como autorizado sobre a produção da memória local. Ele e Júlio Perneta iniciam novo projeto em 1896, a revista *A Evolução*. O projeto foi anunciado no jornal

---

<sup>60</sup> Fazia parte do grupo do PRF que fundou, em 1896, o Clube Florianista Peixoto (A REPÚBLICA, 17/11/1895, p.1)

em que ambos trabalhavam, *A República*, não apenas pela posição dos autores dentro do diário, mas por que a revista também se propunha ser um órgão republicano. No início do periódico se explanava o seu título: “evolução quer dizer o movimento natural e fatal executado segundo uma lei do universo”. O trecho é da obra *A Teoria do Socialismo*, de Joaquim Pedro de Oliveira Martins, contraditório escritor português, antiliberal e evolucionista. As ideias deste autor se manifestavam nas palavras dos editores de *A Evolução*:

Evoluir é presentemente acompanhar as ideias do tempo em seu natural prolongamento até as reformas socialistas, moderadamente preconizadas pelas maiores notabilidades políticas da América e da Europa.

No momento actual, quando os polvos monarchico e jesuítico comecem a destentacular os membros da corrupção e do atraso pela nossa Patria, n'uma propaganda calamitosa e sofismas absurdos (A EVOLUÇÃO, 01/06/1896, p. 1)

Outro autor presente nos debates do grupo do *Cenáculo*, balizando a posição de Martins e Pernet, era Magalhães Lima, utilizado para afirmar a teoria que compreendia o republicanismo como organização política em direção a uma sociedade socialista.

A revista *A Evolução* circulou em edições de quatro páginas, uma delas dedicada à publicidade, e as demais, a notícias de outros estados e países, além de artigos e informações sobre as artes na capital paranaense<sup>61</sup>. Numa mesma página encontram-se os textos *Chronica* e *O*

---

<sup>61</sup> Cabe destacar o forte tom anticlerical presente em espaços como o noticiário; na nota sobre a capital federal se encontra um relato sobre a impossibilidade de Marcelo Soares realizar uma missa póstuma a seu irmão, pois este era grão-mestre da maçonaria no Brasil. O discurso reproduzido pelo jornal era de incitação a uma maior organização e manifestação da maçonaria nos espaços da sociedade. Ainda nas notas, a criação de um jornal gaúcho por Clarimundo de Almeida Santos, que teria como “intuito o combate ao jesuitismo” na região de São Leopoldo (A EVOLUÇÃO, 1/06/1896, p. 2); no que se referia a Minas Gerais, a informação era sobre uma série de assassinatos atribuídos ao padre João Martins de Abreu; o texto lamenta que esteja entregue a “este tipo de sujeito uma igreja chamada de Christo” (A EVOLUÇÃO, 1/06/1896, p. 2).

*Ensino Obrigatório.* O primeiro é assinado por Júlio Pernetta e faz uma crítica ao papa Leão XIII, acusando o líder católico de manter as estruturas feudais da religião por meio do que qualifica como jesuitismo, uma pregação e um domínio do ensino que seria anticientífico, responsável pelo atraso da sociedade. O segundo texto era de Alfredo Munhoz e defendia a criação de um ensino público sob responsabilidade do governo do estado do Paraná. Em sua opinião, tratava-se de “uma evolução”, pois seria um investimento que traria bons resultados a longo prazo, com a formação de uma intelectualidade independente. Retomando a campanha contra o ensino religioso em contraposição aos encaminhamentos da diocese de Curitiba, os autores buscavam se contrapor à ampliação do número de estabelecimentos de ensino católicos, resultado das ações do bispo José de Camargo Barros, em leitura da encíclica de Leão XIII.

A *Evolução* teve apenas um número, mas sua importância está na reafirmação de bandeiras defendidas em *O Cenáculo*, além de promover estes agentes à posição de editores, responsáveis pelas articulações, seleção das matérias e crítica, expondo suas impressões sobre o campo literário local. Desta experiência resultou a criação de outro periódico no ano seguinte: a revista *A Penna*, apresentada como herdeira de *O Cenáculo*. Encontram-se informação sobre *A Penna* em *A República* de 23 de janeiro de 1897. Em nota, Romário Martins e Júlio Pernetta informam sua saída da redação, esclarecendo: “para que os que exploram tudo, saibam que d’ali saímos por nossa espontanea vontade”. No dia 30 de janeiro, foi publicada a informação de que ambos haviam pedido para deixar a redação por “falta de tempo para o jornalismo” (*A REPÚBLICA*, 23/01/1897, p. 3).<sup>62</sup> A falta de tempo pode ser explicada pela realocação dos autores na administração pública. Martins foi requisitado pelo Tribunal do Júri, deixando suas funções na Secretaria de Obras Públicas e Colonização, enquanto Júlio Pernetta passava a ser oficial de inspetoria desta repartição. Mas havia, claro, a necessidade de dedicação ao novo projeto editorial.

A nova revista difere das anteriores por se declarar como um projeto artístico e não político, mesmo que um não se descole de outro.

---

<sup>62</sup> A saída, porém, só foi oficializada em 14 de outubro do mesmo ano, quando o jornal troca de dono e passa a ser reestruturado, comprado por Manoel A. Guimarães Neto e Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo; ocorrem mudanças no corpo editorial, com a chegada de Euclides Cesar Plaisant e a impressão em tipografia própria.

Leitores e colaboradores eram avisados: “A Penna recusa-se a tratar de assumptos individuaes abolindo igualmente as discussões sobre política local” (A PENNA, 04/04/1897, p.11). Adolpho Guimarães foi convidado para ser editor. A equipe de correspondentes contava com Silveira Netto, no Rio de Janeiro, e Saldanha Sobrinho, em Campinas. A publicação semanal teve dez números, os quais circularam entre 4 de abril e 16 de julho de 1897. Entre os seus colaboradores, nomes que pertenciam à rede de intelectuais locais: Dario Vellozo, Emiliano Pernet, Emílio de Menezes, Silveira Netto, Leôncio Correia, Euclides Plaisant, Sebastião Paraná e Luiz Murat. Uma das pretensões da revista era fixar o que Romário Martins nomeava de “marcas definidoras” do Paraná. Há novamente referência a Mello Moraes Filho, presente nas leituras dos autores e em trechos reproduzidos nas páginas da revista: “em certos dias, as festas de um povo nada mais são do que a romaria da posteridade” (A PENNA, 1104/1897, p. 2).

Julio Pernet havia lançado seu livro de poemas *Bronzes*, anticlerical, que se abria com o texto *Oração a Satan*. Suas contribuições eram, em grande medida, relacionadas à defesa do anarquismo e do socialismo. O escritor deixaria a redação de *A Penna* no dia 25 de abril de 1897, pois, segundo texto de abertura da edição, escrito por Adolpho Guimarães, ele estava atarefado com a confecção de três livros: *Pala Branco*, *Responso do Diabo* e uma novela chamada *Ezequias*. No mesmo número, Romário Martins convidava a “moderna geração paranaense” para traçar um rumo “em direção ao futuro” (A PENNA, 25/04/1897, p. 3).

Martins se dedicou a estudar lendas locais e crônicas regionais, descrevendo festas interioranas e romarias, como as que se dirigiam à “gruta do monge”<sup>63</sup>, na cidade da Lapa. Descrevendo um piquenique do qual participou, destacava valores morais da população rural, como a religiosidade e a inocência, que para ele eram expressão da “cultura popular estadual” e permitiam rememorar tradições que estavam “sumindo”. Em *Breve noticia histórica da cidade de Antonina*, discorreu sobre a nomenclatura da vila, anteriormente chamada de Guarapiróca, a partir de documentos do Arquivo Estadual. O autor analisou relatórios municipais e estaduais para construir a história de Antonina, retomando

---

<sup>63</sup>A gruta localizada nas proximidades da cidade da Lapa era local de peregrinação, a referência religiosa era o monge José Maria D’Agostine que na primeira metade do século XIX teria ali residido e realizado cerimônias.

os “homens do sambaqui”, a quem designou como “o grau ínfimo da evolução” (A PENNA, 2504/1897, p. 4). Explicou que não foram estes os sujeitos que os portugueses encontraram, mas os Guaranis provenientes de uma migração originária no Paraguai. Na edição seguinte, explicou o motivo de o nome indígena não ter sido mantido na localidade, a exemplo de Paranaguá. Na sequência, procurou apresentar ao leitor a definição semântica de Guarapirocaba, que seria “enseada do peixe que tem gordura”. Ao propor uma história de Antonina, partiu dos homens dos sambaquis, que teriam “evoluído” para os indígenas, que por sua vez deram forma a uma nova população ao se miscigenarem com os portugueses. O autor terminou a série de artigos na edição de número 8, explanando sobre as ruínas jesuíticas existentes naquela localidade e as romarias que se realizavam no local.

Estes ensaios serviram como repertório para sua escrita posterior, além de ampliar a sua relação com o estabelecimento da memória do Paraná. A posição de editor contou para sua condição de mediador, assumindo uma posição receptiva quanto às novas gerações, ao “convocar” nomes novos a enviar contribuições. Ao mesmo tempo, tecia elogios a autores da geração anterior, como na sessão *Perfil Literário*, dedicado a Rocha Pombo. Com o fim da revista<sup>64</sup>, em julho de 1897, Romário Martins e Júlio Pernetta foram reintegrados ao jornal *A República*. O período foi marcado pelas articulações para as eleições ao senado, fazendo com que se dedicassem aos trabalhos de campanha. Martins participou da promoção do nome de Joaquim Resende Correia de Lacerda, candidato do PRF<sup>65</sup> que concorria com Ubaldino do Amaral Fontoura, que já era senador e possuía grande influência política. Correia de Lacerda saiu vencedor e, com tal resultado, promoveu politicamente Romário Martins, que passou a ser cogitado para deputado estadual. Passados os compromissos de campanha, voltou a publicar artigos e contos. Em 1898, circulavam seus livros *Ruínas*, pela editora Annibal Rocha & Comp., e *Combate do Cormorant*, editado pela Livraria Econômica.

---

<sup>64</sup> O último número de *A Penna* não trazia uma explicação para o encerramento de suas atividades, mas ao seguirmos sua trajetória, ficamos sabendo que no dia 4 de julho daquele ano, Romário Martins havia se afastado para um tratamento de saúde fora do Paraná

<sup>65</sup> O político era comerciante da cidade da Lapa foi comandante de tropas da resistência na revolta federalista, e era próximo de Martins

A obra *Ruínas* apresentava uma composição de contos e poesias. Tratava dos diferentes contatos da sociedade com os vestígios deixados por populações do passado, sobretudo quando se habitam os mesmos locais. A recepção do livro demonstra um campo literário fortemente demarcado pelas construções de “escolas”, pois a principal crítica feita à obra era sobre a sua dificuldade de ser enquadrada em uma concepção estética e, mais que isso, se enquadrar como literatura. Esses pontos foram destacados no texto assinado por *B.*:

A liberdade é tão útil e essencial nos actos do pensamento como é na forma, na concepção, no estylo, em tudo o que constitue o verdadeiro trabalho literário; e a sua eliminação importa, não raras vezes, ficar tolhida a obra d’arte. (...) também não vemos no livrinho, pelo que o extranho rumo literário... (A REPUBLICA, 07/09/1907)

A crítica quase anônima, feita quase uma década após a publicação do livro, reitera o debate aqui proposto sobre a formação de um campo intelectual local que buscava firmar balizas para a avaliação das obras. A resposta ao crítico B. veio de Marianna Coelho<sup>66</sup>, sob o título *A Crítica da Crítica*. A escritora portuguesa radicada em Curitiba acusou o crítico anônimo de uma visão limitada, ao buscar em todas as produções os debates sobre Simbolismo e *nephelibatismo*. Em defesa de Martins, Mariana Coelho afirmou que o valor da obra se apresentava quando analisada sob a leitura de Spencer e na perspectiva do “progresso da mentalidade”:

O progresso da mentalidade de um povo depende do progresso concomitante do seu estado social (...). Spencer, o eminente constructor da sociologia, demonstra mais amplamente, em suas obras, a intuição dessa lei. E esta mesma verdade nós vemos constatada pela história. (A REPUBLICA, 09/09/1907)

---

<sup>66</sup> Mariana Coelho (1857-1954) imigrou para o Brasil em 1892; autora de vários livros, pertenceu a Academia Paranaense Feminina de Letras, ao Instituto Pitagórico e se destacou nos debates feministas. publicando o livro *A Evolução do Feminismo* (1933).

Mariana Coelho pertencia à rede de escritores paranaenses, era próxima de Romário Martins, partilhava das mesmas leituras e debates. Colocando-se ao lado dele, também optava pela validação do discurso “histórico e científico”. Esse debate amplia a visão sobre os elementos definidores da cultura local. O lugar comum das análises sobre a identidade paranaense se remete ao Simbolismo como elemento de diferenciação. Mas o quadro de referências ao passado, construído por Martins e Júlio Perneta, entre outros, traz uma influência do darwinismo social, do anticlericalismo positivista e de um folclorismo.

Outro livro de Martins a circular na década de 1890 foi *Combate do Cormorant*. Não era realmente um lançamento, pois tinha sido publicado primeiramente como folhetim, nos rodapés do jornal *A República*. A coluna *História do Paraná* assim anunciou a publicação:

Romário Martins, o incansável pesquisador de dados para a história do Paraná, que elle já enriqueceu com uma vasta e preciosa coleção de factos notáveis colhidos aqui e ali, nas mais insuspeitas fontes, n’uma investigação paciente de todos os dias, vão publicar, em folhetim, agora, neste mesmo rodapé (*A REPÚBLICA*, 10/07/1898, p. 1)

Selecionei o trecho que fala mais sobre o autor, do que sobre o texto propriamente dito, pelo valor que tem a descrição de “incansável” em sua dedicação à história local. Percebe-se que Romário Martins passava a ser a voz autorizada sobre estes assuntos, deixando em um segundo plano os romances e os poemas. Seu folhetim circulou em três partes, narrando o conflito entre moradores de Paranaguá e a tripulação do navio inglês que dá nome a história:

Um dia, surgiu à barra de Paranaguá o vulto negro de um navio de guerra – o *Cormorant*, da Real Marinha Inglesa. Era-lhe necessário um práctico, caçou-o na Ilha do Mel e seguiu.  
E fora feliz, o *Cormorant*, levando a guial e, na bahia paranaguense, o pescador Manoel Felippe,

que ainda hoje vive, talvez moirejando na sua bela ilha, vergando ao peso dos tempos.

Chegados ao porto, dêo-se o exôdo. As embarcações ali ancoradas foram aprisionadas pela marinhagem inglesa, que lhes cahio em cima de surpresa, no mais desenfreado desrespeito pelo paiz em cujas agoas se achavam.

Deo-se o saque quase sem protesto, tal fora a vehmencia do assalto da pirataria ao mando do capitão Hubert Schumberg.

Mas em terra paranaguense, preparava-se a reacção dignificafora.

Os briosos moços paranaguenses, sentindo no peito, desfraldado com um pavilhão vencedor, o seo patriotismo incendiado – legionários do Odio! – combinaram o plano da desforra e foram esculpir, nas muralhas da fortaleza da barra, as armas tradicionaes do seu valor antigo e do seo provado heroísmo.

La onde por uma centena de anos ia o mar, velho mar bater-se, aguerrido a nobre; lá seria o theatro da projectada acção, onde se lavaria com sangue a afforia no convés de John Bull. (A REPÚBLICA, 12/07/1898, p. 1)

O texto segue, descrevendo como os moradores de Paranaguá invadiram a fortaleza, dominando o guarda português, e usaram os canhões para destruir a casa de máquinas do *Cormorant*. Foi uma vitória parcial, que também contou com o incêndio dos *bergantins* e *fragatas* apreendidos pelos ingleses, além de um acordo entre os países pela manutenção da paz. Uma ressignificação fazia parte da projeção da imagem do estado e de uma anterioridade do “espírito paranaense”. O grupo de escritores, que participara de clubes abolicionistas, consagrou os litorâneos paranaenses que combateram um navio inglês. Esse navio, porém, patrulhava a costa brasileira combatendo o tráfico de escravos. Percebe-se assim, que em jogo estava o discurso da soberania nacional e da afirmação de uma participação local em prol deste fim. É preciso levar em conta que os participantes do levante eram parte da elite econômica do estado, que provavelmente pertenciam ao círculo do autor. Quando o folhetim foi publicado em livro, o jornal *A República* anunciou:

Sahiu á luz uma elegante brochura de interessante trecho da nossa história, descrito pelo talentoso litterato Romário Martins, e já publicado como folhetins n'esta folha. Aquelles editores destinam o producto da venda do magnifico livrinho, nítida e artisticamente impresso, aos pobres socorridos pela República e aos que dá assistência, mantida pelo centro Spiritica d'esta capital (A REPUBLICA, 27/12/1898, p. 1)

A trajetória de um escritor não é linear, e suas ações são guiadas pelos mais diversos motivos. Martins inclinava-se, assim, para a escrita sobre o passado, mas tinha compromissos com outras causas, sendo que uma produção não inviabilizava a outra, ao contrário: a articulação política fornecia importante rede de contatos para a produção e publicação das obras.

A trajetória de Romário Martins mostra a construção de seu reconhecimento como autor de estudos sobre a História local. Trata-se de um processo que envolve a sua formação intelectual e pelo espaço de agência que ocupou nos grupos dominantes, interessados em produzir narrativas sobre o passado local. Essa atuação levou à consagração de *História do Paraná* (1899) (tema aprofundado no próximo capítulo), visão teleológica que partiu dos indígenas locais e se estendeu até o processo de emancipação do Paraná, em 1853, continuidade que teria forjado os traços identitários próprios da sociedade paranaense. A síntese histórica foi pensada pelo autor para a aplicação escolar da narrativa, como manual aos alunos do Instituto Paranaense – como afirmou, “para fazer conhecer aos paranaenses sua própria história” (MARTINS, 1899, p.II). A composição de sua perspectiva recorreu a vários textos das revistas literárias, como *Abaré*, *Abaré*, de inspiração anticlerical, que circulou em *O Cenáculo*, ou o *Combate do Cormorant*, citado acima.



## 2. “ESCREVER UMA HISTÓRIA DO PARANÁ PARA TORNÁ-LA CONHECIDA PELOS PARANAENSES E PELO BRASIL”.

A virada do século XIX para o XX foi o momento de lançamento de três livros dedicados à história do Paraná, dois com aprovação para uso didático: *História do Paraná* (1899), de Romário Martins, *Chorographia do Paraná*, de Sebastião Paraná (1899), e *O Paraná no Centenário* (1900), de Rocha Pombo. Estes títulos foram selecionados por exprimirem a compreensão de história que tinha a geração de 1890 e por demarcarem um momento de enunciação dedicada ao tema. Estas obras foram as primeiras a fazer uma síntese sobre o Paraná, em meio ao processo da “invenção de tradições” e identidades para o estado, assim como de demarcação de uma produção científica e literária.

Como abordado no capítulo anterior, a rede de escritores paranaenses do período interessava-se pela edificação de um passado que servisse à consolidação de uma elite local. Isso se daria com a afirmação da ocupação do território pelos grupos advindos do litoral, uma miscigenação que demonstrasse uma “evolução” étnica e firmasse a alteridade entre a população “civilizada” e “moderna” em oposição a um passado de atraso. Mas apesar de demarcar essa anterioridade como precária, esses autores também a associaram a valores morais e capacidades de adaptação, que teriam dado as características de diferenciação da população local em relação às de outros estados. O mesmo esforço buscava sua inclusão na memória nacional, pois a posição de periferia do estado, associada ao seu breve período de autonomia (47 anos em 1900), resultava em invisibilidade e desconhecimento da região, mesmo pelos próprios dos paranaenses. Escritores como Romário Martins, Sebastião Paraná, Dario Velloso, Ermelino de Leão, Silveira Netto, Emiliano e Júlio Perneta utilizaram este estigma para demarcar suas produções como divulgadoras e/ou fundantes da cultura local.

Ao compreender cultura e política na perspectiva de Coradini (2003), percebe-se que em uma relação entre intelectuais de locais periféricos, como é o caso do Paraná, há maior heteronomia e interferência do campo político nas pautas culturais. Assim, no caso aqui estudado, é visível uma dependência das propostas sobre a história local em relação aos interesses dos grupos políticos dominantes.

Assim um interesse dos grupos que dominam o estado em construir um passado para o local é fundamental para o aparecimento

destas obras, ainda mais em nosso caso em que são publicados três livros em intervalo de um ano e todos com financiamento público, dois deles com aprovação para o uso didático.

Havia um interesse em acentuar um poder político e cultural dentro dos embates da nacionalidade frente o acirramento das disputas territoriais do Paraná. Após o conflito com a Argentina pela região de Palmas, em 1893, iniciaram-se as disputas jurídicas ao sul do estado com Santa Catarina e ao norte com São Paulo. Os intelectuais paranaenses compreendiam que era necessário afirmar no imaginário, local e nacional, as divisas locais, acentuando um sentimento de pertencimento. Para tanto, as obras de Romário Martins, Sebastião Paraná e Rocha Pombo serviam ao objetivo de disseminar a memória estruturada pelos debates realizados nos espaços de produção anterior (revistas, clubes e jornais), onde esses intelectuais construíram seus repertórios e adquiriram experiência como redatores, publicando poemas, romances, ensaios e contos sobre o passado. É importante, para melhor compreensão das obras, lembrar que Romário Martins e Sebastião Paraná tiveram uma formação próxima na infância. O segundo, com melhores condições financeiras, estudou no Rio de Janeiro, enquanto o primeiro iniciava a sua vida nas oficinas dos jornais, onde conheceu Rocha Pombo, grande influência em sua vida<sup>67</sup>. Quando do retorno de Sebastião Paraná a Curitiba, ambos se reaproximam, e juntamente com Rocha Pombo, se encontram nos mesmos espaços do Clube Curitibano, da revista *O Cenáculo*<sup>68</sup> e dos debates políticos nos jornais. A proximidade e a pouca autonomia em relação aos padrões estabelecidos pelos avaliadores políticos e acadêmicos contribuíram para a existência de pontos comuns nas obras dos três intelectuais paranaenses, como a formação étnica da sociedade local ou o ufanismo sobre o Paraná, como num tom publicitário. Apesar disso, há nas obras diferenças evidentes, desde as propostas explicitadas em seus títulos – uma história, um estudo corográfico e um panorama para a festividade do IV Centenário.

---

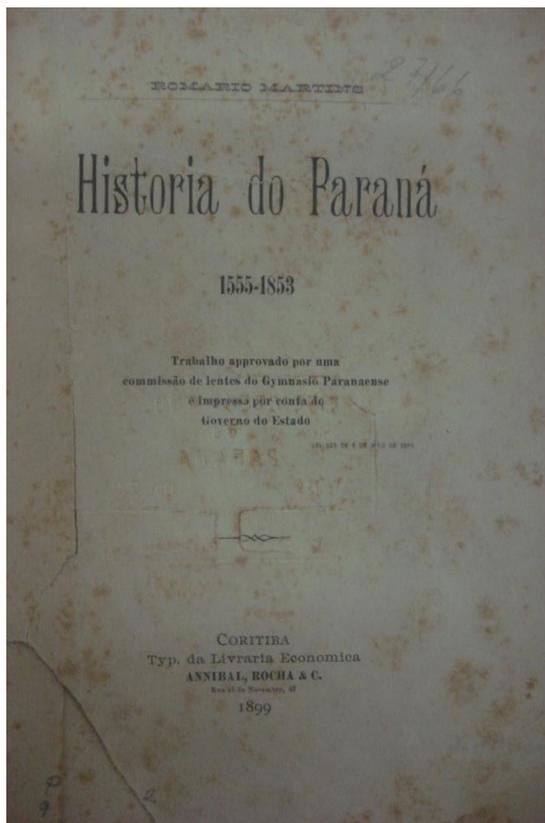
<sup>67</sup> Exemplar é o debate sobre socialismo, que tem grande significância nos primeiros escritos de Martins, tema em que Rocha Pombo era referência no período.

<sup>68</sup> Apesar de próximo, como alega Maria Tarcisa Bega (2001), é sempre importante ressaltar que Rocha Pombo não era um dos “moços” do grupo de *O Cenáculo*, mas ocupava a posição de um colaborador celebrado.

## 2.1 HISTÓRIA DO PARANÁ DE ROMÁRIO MARTINS

*História do Paraná*, publicado em 1899, tinha em sua primeira versão<sup>69</sup> 244 páginas e foi impresso na Typographia da Livraria Econômica de Annibal, Rocha e Cia.

*Figura 5: folha e rosto de História do Paraná (1899)*



---

<sup>69</sup> Outras versões foram impressas com revisões, a primeira delas em 1937 e a segunda em 1945.

Fonte: foto do acervo pessoal

A folha de rosto traz informações importantes para compreender a obra, pois trata-se de dados informados pelo autor ao seu leitor, como comunicação prévia sobre o caráter da obra. A primeira informação refere-se ao recorte temporal (1555-1853), pois o livro propõe uma síntese da história local detendo-se aos marcos temporais da chegada dos portugueses ao litoral do Paraná e se encerra com a emancipação política do estado. A opção por estes períodos revela uma intenção em prover o Paraná de uma anterioridade a sua emancipação. Seus argumentos recaem sobre uma linearidade histórica da formação populacional, na qual os paranaenses descenderiam dos agentes que habitaram a região por três séculos. Outro fator determinante desse pertencimento seria a formação natural, pois ao defender o fator mesolítico como definidor das características físicas e psicológicas dos habitantes locais, o autor construía outra continuidade entre passado e presente.

Voltando à folha de rosto do livro, a frase “Trabalho aprovado por uma comissão de lentes do Gymnasio Paranaense e impresso por conta do Governo do Estado” é utilizada para validá-lo. As duas instâncias avalizavam-no, viabilizando a proposta de Martins de transformar *História do Paraná* em livro escolar. O Gymnasio Paranaense era um dos espaços de reconhecimento e organização da inteligência local, a exemplo do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Os concursos para ingresso como professor eram disputados, em especial, por uma geração que compreendia o ensino como processo chave para a modernização. Além disso, havia uma disputa entre religiosos e anticlericais pela ocupação de tais espaços, que eram também de autoridade sobre o conhecimento<sup>70</sup>. Por esses motivos, a ratificação do Gymnasio Paranaense era uma das mais conceituadas da capital<sup>71</sup>. Essa

---

<sup>70</sup> A cadeira de história é um exemplo desta tensão; era considerada estratégica nos embates entre católicos e anticlericais. Dario Velloso era seu ocupante no período e se valia deste lugar para autorizar suas críticas sobre o papel da igreja na sociedade.

<sup>71</sup> Conta com nomes como Mario de Abreu, Camilo Vanzolini, Paulo Ildelfonso de Assumpção, Emiliano Perneta. Em pesquisas nos jornais do período, é possível saber, por uma nota, que no ano de 1900 estes professores foram indicados para compor a banca avaliadora e *História Universal* de Darío Velloso (A REPÚBLICA, 17/03/1900, capa)

relevância fazia com que os jornais anunciassem as obras que as bancas analisavam, como ocorreu com *História do Paraná*:

Em reunião do Gymnasio realizada hontem, foi pelo Dr. diretor da Instrução Pública nomeada uma comissão para com urgência dar parecer sobre os *Apontamentos para a História do Paraná* de Romário Martins. Essa comissão ficou composta dos seguintes lentes: Dario Vellozo, Dr Franco Valle, João Keating. O Dr Franco Valle foi nomeado relator dessa comissão. (A REPÚBLICA, 22/03/1899, p. 1)

Por meses, os três membros deliberaram sobre as qualidades do texto, e o relatório coube a José Joaquim Franco do Valle, professor de latim, membro com mais tempo de serviço e já consagrado na instituição:

Tenho a dizer que o trabalho de que nos occupamos merece ser publicado e mesmo adoptado nas escholhas primarias, porém com as devidas correções e additamentos, não só porque ele concorrerá para inclinar as tenras intelligencias infantis ao estudo da História, como também encaminhal-as-há convenientemente a ter em alta valia tudo quanto disser respeito ao seo torrão natal; já não falando do incitamento que d'ahi pode advir, não só para o seo próprio autor prosseguir em sua laborosa tarefa, como para aquelles que se sentirem com gosto e predilecção pelo estudo dessa interessante espécie. (A REPUBLICA, 05/12/1899, p. 2)

A decisão foi corroborada pelos outros integrantes da banca, Dario Vellozo, professor de história universal, e João Keating, de língua francesa. O veredito do avaliador indica a urgência de uma síntese que narrasse a história do estado. Como não houve ressalvas quanto ao conteúdo do livro, entende-se ter havido uma concordância quanto os eventos e personagens elencados. O destaque que Keating deu à obra sublinhou seu ineditismo e possibilidade de uso pedagógico, articulando a questão do conhecimento histórico com os elementos “cívicos” de

valorização do estado. Essa função da história como ferramenta de construção de uma comunidade imaginada<sup>72</sup> fundamentava os esforços de Martins, como ele próprio exprimiu na apresentação de seu livro:

O Paraná, pelo facto de ser o último a desagregar-se do extenso território que constituía a Capitania de S. Paulo, tem sido injustamente esquecido pelos historiadores nacionais. Entretanto, é relativamente grande a sua influência histórica na civilização brasileira (...). Tornar o Paraná conhecido dos paranaenses e do Brazil foi o móvel que me levou a escrever o livro (MARTINS, 1899, p. 9)

Com essas palavras, evidenciava o projeto do livro, ou seja, produzir um passado que promovesse uma anterioridade ao Paraná. Uma memória que ultrapassasse seus 47 anos de emancipação e pudesse conferir participação ao estado na formação nacional, convertendo esse passado em capital político e cultural. Esse discurso de “reparação” também aparece na epígrafe: “Nós vamos salvar da indigna obscuridade em que jazem muitas memórias da Pátria e os nomes de seus melhores filhos” (MARTINS, 1899, p. II)<sup>73</sup>. A frase do Cônego Januário, proferida na fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi utilizada por Martins como argumento para o reconhecimento de grupos periféricos colocados à margem do panteão construído pelas narrativas nacionais. Segundo ele, “foram relevantes os serviços prestados por seos filhos às guerras de conquista em nossa região occidental; nas cruentas luctas em prol da emancipação política, nos cargos de administração civil

---

<sup>72</sup> Compreendendo esse sentimento nos moldes da teoria de Benedict Anderson, que argumenta que esse discurso é produtor de uma identificação entre moradores de uma mesma nação, mesmo que estes nunca tenham se visto. Não se trata de afirmar a existência desse sentimento no Paraná, pois a pesquisa mostra as diferentes compreensões e projetos para o estado, mas nosso argumento entende que essa “comunhão” era objetivo destas criações de signos.

<sup>73</sup> Como o próprio autor explica em nota, a frase pertence ao discurso de cônego Januário na cerimônia de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 25 de novembro de 1838. O que nos diz sobre a influência desta instituição sob a sua perspectiva de escrita da história, pensada como estruturadora de uma nação.

e militar e do primeiro império.” (MARTINS, 1889, p. II). Assim se afirmava dentro de outro debate, o da autonomia da região. Sua versão concorda com a dos paulistas, a da construção do país pelas bandeiras, mas compreende que a província de São Paulo era muito extensa e que a 5ª Comarca, que deu origem ao Paraná, teria autonomia e características próprias.

O sumário do livro apresenta o esforço de Romário Martins em demonstrar essa movimentação da população local em todas as direções do território, mesmo que por expedições e ocupações temporárias. Afirma a “conquista” e a anterioridade da ocupação e da formação populacional:

Epocha I	Capitulo I	Descoberta de Paranaguá
	Capitulo II	Missões hespanholas
Epocha II	Capitulo I	Elevação de Paranaguá a Villa – O capitão Gabriel de Lara – Actas das eleições – Consequencias
	Capitulo II	Primeiros habitantes dos campos de Curitiba – a escolha do local para a povoação – Solenidade indigena – imigração de paulistas – Villa de Curitiba
	Capitulo III	Descoberta de minas em Paranaguá – Indios escravizados – trabalhos de mineração – interesse da metrópole – A casa de Fundação de Quintos de outro – Cartas d’El Rei – D. João V – D. João VI
	Capitulo IV	Sambaquys – Origem da cidade de Antonina – Sua primitiva denominação – Guarapirocaba
	Capitulo V	Descoberta dos campos de Guarapuava e Palmas
	Capitulo VI	Paranaenses notáveis – o Sertanista Antônio da Silveira Peixoto – O Padre João Gonçalves Lima – Coronel Trancoso
	Capitulo VII	Colégio de Jesuítas em Paranaguá – História de sua fundação.
	Capitulo VIII	Fortaleza da Barra de Paranaguá

Capítulo IX	Fortificações em Paranaguá
Capítulo X	O vice-reino – O Ideal da Independência – Paranaenses
Capítulo XI	Combate do Cormorant
Capítulo XII	Sucessos de S. José dos Pinhães em 1852
Capítulo XIII	Elevação da 5ª comarca a província – Factos históricos que motivaram este acontecimento.
Capítulo IV	A Província do Paraná

A preocupação em acentuar os limites do estado relacionava-se à constituição territorial, pois Santa Catarina contestava a delimitação da área paranaense ao sul<sup>74</sup>; São Paulo o fazia ao norte<sup>75</sup>; e a Argentina a oeste<sup>76</sup>. Outro argumento de Romário Martins que merece atenção é fazer “o Paraná ser conhecido pelos paranaenses”, pois, segundo ele, faltaria aos paranaenses um senso de pertencimento ao território e o conhecimento da cultura local, fatores de atraso do estado. Na reconstrução dos movimentos populacionais, o que se percebe é uma ênfase na ocupação de Leste a Oeste, iniciada com as incursões espanholas e a formação das reduções jesuíticas. Após este primeiro momento, teria se iniciado uma nova fase, a dos portugueses em Paranaguá, seguida da ocupação de Curitiba e dos campos de Palmas. Diminuir o papel das movimentações no sentido Norte-Sul era reduzir a participação de São Paulo na formação do estado. Da mesma forma, reduzia-se a importância dos fluxos ligados à pecuária, pois a memória

---

<sup>74</sup> Havia uma movimentação por parte de Santa Catarina pela resolução de uma contenda sobre as divisas com o Paraná, sobretudo a região do Rio Negro.

<sup>75</sup> Após a emancipação do Paraná do território paulista, a questão das divisas permaneceu contestada, sobretudo nas proximidades do rio Paranapanema, onde havia uma extensa área agricultável.

<sup>76</sup> A questão com a Argentina ainda era presente na imprensa local; a chamada Questão de Palmas foi uma disputa territorial entre Brasil e Argentina, que só se resolveu em 1895 pelo arbitramento do presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland.

do tropeirismo era associada ao grupo político do antigo Partido Liberal, opositores dos ervateiros<sup>77</sup> que estavam no poder.

Outra informação que se depreende do sumário de *História do Paraná* é que alguns capítulos do livro já eram conhecidos dos leitores, pois haviam sido publicadas em revistas ou jornais. São exemplos *Notícias Históricas Sobre a Cidade de Antonina* e o *Combate do Cormorant*, analisadas anteriormente. Trata-se de ensaios que iniciaram Martins nos debates sobre a memória local, com a aceitação de seus pares e veiculação na imprensa, que lhe conferiram credibilidade e autoridade para escrever o livro. Em um período com poucos recursos e espaços restritos para a pesquisa – como centros de documentação – Martins utilizou seu lugar privilegiado de contato com o público – o jornal – para angariar fontes. Em *A República* de 1898, ele solicitava:

Apelo aos paranaenses

Estando eu com um trabalho histórico sobre o Estado, quasi concluído, e para que elle não seja dado á publicidade com grandes lacunas, devido ás dificuldades que tenho encontrado na reunião de documentos – rogo ás pessoas que puderem elucidar-me em tão momentoso assumpto, o obsequio de remeterem-me informações que com elle tinham relação.

Peço e espero a cooperação de todos, pra que o utilíssimo trabalho que tenho em mãos possa perfeitamente preencher o fim a que se destina: o de tornar conhecidos a Nação, a índole enérgica, a fibra patriótica e o talhe vigoroso do antigo espirito paranaense.

Solicito, igualmente, notas biográficas e retratos dos nossos homens notadamente de Paula Gomes, vitorioso propagador da separação da ex-provincia.

---

<sup>77</sup> Como apresentado no primeiro capítulo, o grupo ervateiro que se tornou dominante nesse período era ligado ao Partido Conservador e tinha como oposição o Partido Liberal que era dominado por pecuarista, com a reorganização dos partidos, após a proclamação da República, a maior parte dos conservadores migraram para o Partido Republicano Federal (PRF) e os Liberais para a União Republicana Federal, as tensões tiveram auge durante a Revolta Federalista que teve apoio por parte dos filiados a URF. Estes conflitos não estavam totalmente resolvidos naquela última década do século XIX e o poder estadual estava nas mãos do PRF que articulava a formação da memória local.

Essas notas poder-me-ão ser enviadas ao meu gabinete à rua Alegre nº4 ou por intermédio desta redação.

Romário Martins (A REPÚBLICA, 14/04/1898, p.1)

Essa coluna foi republicada durante todo o ano de 1898, e além de demonstrar o modo de composição da obra, esclarece ainda mais sobre o entendimento que o autor construía sobre a sociedade local. A começar pela finalidade que atribui ao livro, a de tornar conhecida da nação a índole enérgica e patriótica local, acentua-se uma das suas preocupações, a de formar uma “imagem psicológica da população”, que serviria de inspiração para os jovens, em uma concepção da história factual e romântica que tinha Carlyle como sua principal influência. Com essa perspectiva, tramava as memórias, construindo uma visão “heroica” sobre os paranaenses, em uma cronologia que estabelecia também um discurso de “desenvolvimento”. Esse discurso “modernizador” se valeu das visões spenceristas, cruzadas com seu referencial espiritista e uma leitura positivista da ciência, além do repertório que trazia de seus artigos em *O Cenáculo*, *A Evolução* e *A Penna*, nos quais a modernização se apresentava em signos como a eletricidade, a urbanização e a industrialização.

Martins, assim como grande parte da rede em que estava incluso, entendia a miscigenação como agente de transformação, que ocorreria sob a influência da natureza “grandiosa” local. Os indígenas, miscigenados com os primeiros europeus e africanos, deram origem aos caboclos e estes, com os novos fluxos de europeus que se estavam se instalando no Paraná, formariam uma sociedade mais desenvolvida. Aos seus olhos, os intelectuais, “do alto de suas torres de marfim”, orientariam das ações dos caboclos, entendidos como agentes dessa transformação social.

A afirmação do passado indígena na introdução é representativa de uma ideia de “pré-história” do Paraná. A história teria se iniciado com a chegada dos espanhóis e se fez na relação entre esses grupos. O texto era uma releitura do que circulou em *A República* de 13 de maio de 1898. No livro, acrescentou-se o título *Situação Anterior*. O período é descrito por intermédio de um ritual, no qual

cantavam hinos acompanhados do íraca batendo no chão. Era a festa da tradição. Tudo nela tinha um

fim symbolico – o canto era expressado na antiga linguagem da tribo, e o iracá<sup>78</sup> ressoando no chão representava o amor do selvagem a terra onde nascera.

Pátria! – eis ahi está que vol-o dá o índio o mais sublime exemplo do seu muito amor a integridade do solo. Recebei-o como uma lição, selvagem embora, com tudo a mais dignificadora como modelo de alta abnegação patriótica.

Pátria! - As vossas florestas servem hoje de tumulto aos vossos filhos, exterminados pelo conquistador (MARTINS, 1899, p. 1)

O autor afirmava, assim, o pertencimento da região à nação, bem como o de seus habitantes, marcados pelo “amor ao solo”. Para Romário Martins, essa era a “lição e a missão” que os indígenas deixavam<sup>79</sup>. Ressaltava, ainda, o perigo dos conquistadores que teriam por objetivo enfraquecer a resistência dos grupos locais. Este texto de abertura do livro se originou dos debates no *Cenáculo* sobre a cultura nacional em oposição à importação de teorias e modelos.

Em *História do Paraná*, a representação dos indígenas é adotada como localmente original e permite ao autor marcar uma alteridade com relação aos paulistas – representados como bandeirantes:

...depois de heroica e ousada resistência foi afastado em quase absoluto da sub-raça que se devia estabelecer e formar o typo brasileiro, mestiçando-se (...) assim retardaria a sua emancipação e para que “filho de colono o brasileiro guardasse na alma a indefinida

---

<sup>78</sup> Martins faz notas no final do artigo com as traduções dos termos indígenas, Iraca, por exemplo, é explicada como “instrumento feito de 2 a 3 gomos de taquarussú e que produz um som idêntico ao do tambor” (MARTINS, 1899, p. 22). Esse recurso de traduzir os termos e utilizá-los era corrente em seus textos, serviam de signos dessa anterioridade associados ao regionalismo, além dos debates sobre as linguagens indígenas serem parte de um reconhecido saber social.

<sup>79</sup> No livro de Martins, a expressão “festa da tradição” é referenciada na obra de J.M. Berquó, enquanto as informações e a definição sobre a “exploração colonial” ao livro *História do Brasil* de Xavier Pinheiro.

nostalgia que vira bruxulear nos olhos dos paes”  
(MARTINS, 1899, p. 20)

Concluiu a primeira parte do prólogo com uma síntese da mestiçagem da população local, explicando que a população definida como cabocla, o “typo brasileiro” predominante<sup>80</sup> – possuía como característica igualmente a indefinição, por isso estaria vivendo em condições precárias. Em seguida, utilizou o texto *Abraré!...Abaré!...*, um de seus primeiros na revista de *O Cenáculo*<sup>81</sup>. O autor descreve que, uma vez as terras invadidas pelos jesuítas, restava aos indígenas escaparem pelas florestas, aos os gritos de “Abaré!..., Abaré!...”, (padre!...padre!...). Martins apontou o fato de as “tribos” continuarem a existir no Brasil e os jesuítas terem sido expulsos – para ele, significava uma vitória, mesmo que tardia.

Quanto à divisão cronológica do livro, o autor propôs duas partes. A primeira apresenta a análise de documentos sobre o movimento no litoral entre 1555 e 1629 (data da elevação de Paranaguá à vila). É o período das incursões portuguesas no litoral e espanholas no Oeste. Romário Martins atribuiu aos “moradores de São Vicente” as primeiras incursões, que alcançaram a baía de Paranaguá e depois a terra firme. O contato destes portugueses com os indígenas Carijós é descrito como “ignóbil tarefa de exterminação do elemento indígena pelas forças conquistadoras” (MARTINS, 1900, p. 28). A resistência dos indígenas é descrita como motivo para o recuo dos portugueses que, apesar do encanto pela natureza, só estabeleceriam vilas após 1560.

É importante que se note que Romário Martins propôs uma diferenciação entre os “portugueses de São Vicente” e “bandeirantes” (estes últimos chegados ao Paraná em 1580). Em que pese a dificuldade de precisar datas, nomes e feitos destes homens, o autor dá como certo que o Paraná teve sua ocupação iniciada pelo interior, em 1540, com o explorador espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca. A primeira povoação dataria de 1555, com o estabelecimento das reduções jesuíticas de Ontiveros e da Ciudad Real del Guayra (MARTINS, 1900, p. 37). Na lógica de conquistas dos invasores e resistência dos indígenas, o

---

<sup>80</sup> A definição que se coloca ao fim do parágrafo sobre o “filho de colono” é uma citação de Fialho de Almeida retirada de uma crítica do escritor Português ao poeta Luiz Guimarães filho

<sup>81</sup> Figurando na edição daquele periódico dedicado ao tema dos indígenas.

bandeirante foi descrito como “um conquistador ávido e violento”; os jesuítas aparecem como dominadores, uma ameaça à cultura “tradicional”; e os “nativos” são apresentados como portadores naturais de “um amor ao solo e de um espírito de resistência”, numa “prospera” ocupação da região do Guayra, com agricultura e vida comunitária. Esse período foi denominado como o das “missões espanholas”, que teria seu fim com a invasão dos bandeirantes. Para descrever o conflito, Martins lançou mão de uma epopeia para marcar a invasão das reduções jesuíticas e a fuga dos índios: “transmigração um tanto semelhante à de Moyses, quando do Egypto levou para a palestina o povo de Deus” (MARTINS, 1900, p. 54). Este conflito teria encerrado as “missões espanholas”. O autor então se dedica à ocupação do litoral pelos portugueses.

A segunda época foi demarcada entre 1630 até a emancipação, em 1853. O evento inaugural fora a elevação de Paranaguá à vila, simbólico da instalação de cidades, entendidas como ocupação “efetiva” do território. Os primeiros documentos administrativos dessa localidade sugerem para o autor a descoberta de ouro na região. A narrativa sobre a cidade de Antonina já havia sido publicada na revista *A Penna*, em 25 de abril de 1897. Começava com os estudos dos sambaquis e se estendia até o colégio jesuítico, questionando o abandono do nome indígena da região, Guarapirocaba. Retomou outro artigo que havia publicado em *O Cenáculo*, em 1896, sobre *As Festas de Nossa Senhora do Pilar, em Antonina*, apresentando-as como expressão da cultura popular do Paraná, prática que estaria desaparecendo. Diferentemente do artigo na revista, no livro o autor afirmou: “A vida que leva um povo que evolue é nefasta ao passado histórico do mesmo povo, quando essa transição social é como a nossa, feita por um cosmopolitismo nômade, levada a termo no dorso impotente de ondas insensíveis, que não estuam, nem rugem, nem riem.” (MARTINS, 1899, p. 96). A crítica às influências externas em relação ao que considerava “tradições populares” somou-se à imagem de inocência e misticismo da população no passado.

Sobre a fundação de Curitiba, o autor recorreu à estratégia de afirmar transcrever um documento e o relato de um habitante antigo da cidade. Seriam registros que lhes chegaram às mãos e que seriam então apresentados ao público, o alegado manuscrito descrevia que um paulista, cujo primeiro nome estaria rasurado no documento, após conflito com o governador daquela localidade, fugiu aos campos de Curitiba, descendo até Paranaguá. Escreveu então ao sogro, pedindo que trouxesse sua família, que ali estabeleceu. Este seria, segundo Romário Martins, o

primeiro habitante local, uma espécie de “dissidente” da autoridade de São Paulo. Estava fundado o povoado e, com o tempo, outras famílias se juntaram a eles, tornando necessário modificar o local das habitações:

Convidaram ao Cacique de uma orda de índios que morava nos campos de Tindiquéra, nas margens do rio Iguassú, para o consultarem, e designar o lugar. E este viéra com sua gente, e examinando o lugar onde os colonos pretendiam fazer o assento de sua povoação, e trazendo na mão uma grande vara, a fincou no chão e, virando-se para os colonos, disse “aqui”. (MARTINS, 1899, p. 83).

Ao contrário dos habitantes de outras vilas, surgidos a partir da miscigenação com grupos indígenas, os curitibanos teriam sua origem nos portugueses, mais especificamente, nos dissidentes da província paulista. Porém, sendo o indígena eleito o representante da especificidade nacional, ele foi incluído na narrativa como o conhecedor do território, amistoso aos grupos que ali se instalavam.

Após o capítulo dez, Martins passa a narrar as movimentações que julgava terem contribuído para a criação da província, a Independência e a Proclamação da República, incluindo o Paraná na memória nacional. A chegada da Corte ao Brasil teria causado revolta entre os paranaenses, por conta do recolhimento de contribuições entre os locais para o sustento da Coroa, descrita como “uma nuvem de gafanhotos”. O rei D. João IV foi assim descrito:

Epitaphio vivo dos Braganças, sombra espessa de uma série de reis doudos ou néptamente maos; D. João VI, já velho, pesadão, sujo, gorduroso, feio e obeso, com olhar morto, a face caída e tostada, o beço pendente, curvado sobre os joelhos inchados, baliçado como um fardo, entre as almofadas de veludo dos velhos e dourados coches de D. João V. (MARTINS, 1899, p. 135).

Essa imagem negativa era a personificação da monarquia portuguesa, representando uma decrepitude. Após o parágrafo dedicado ao escárnio de Dom João VI, são descritos os intelectuais contrários

àquela condição de dominação do Brasil. Entre eles, os paranaenses Ignacio Silveira da Motta e Saturnino, advogado; Alexandre Rodrigues Ferreira, cientista; e o padre João Gonçalves Lima. Não há detalhes sobre suas origens, apenas a afirmação de que pertenciam à sociedade local, da 5ª Comarca de São Paulo, e que estavam elencados em obras como *Novos Estudos de Literatura Contemporânea* (1898), de Silvio Romero, e *Florilégio da Poesia Brasileira* (1850) de Francisco Adolfo Varnhagem.

O evento narrado em *Combate do Cormorant*, publicado originalmente no jornal *A República*, em julho de 1898, também consta em *História do Paraná*. O texto refere-se ao episódio em que o navio inglês *Cormorant* aprisionou barcos brasileiros sob acusação de tráfico de escravos. Houve revolta de membros da elite local, que tomaram a fortaleza da Ilha do Mel e atacaram o navio, matando o seu capitão:

Finalizando este capítulo, talvez a mais bella pagina da história deste povo devido ao valor e ao patriotismo da brilhante mocidade Paranaense, ainda uma vez saudemos essa legião heroica que impedio, no dia 1º de julho de 1850, que o pavilhão nacional fosse arriado do topo dos nossos navios, sem uma repulsa digna e sem um protesto de sangue. (MARTINS, 1899, p. 180).

O episódio foi descrito como um ato de nacionalismo contra o poderio inglês, silenciando sobre o tráfico de escravos na região. O nacionalismo também foi destacado no último capítulo do livro, dedicado à elevação da 5ª Comarca de São Paulo à Província do Paraná, qualificando o movimento pela emancipação como ação política para a “formação nacional”. O texto foi acrescido de informações sobre a população litorânea e seus hábitos “populares”: “1850 – vinha de despertar o dia 29 de junho, e já os pescadores da *Ilha do Mel*, grandes chapéus de palha desabados, calças enrodilhadas até os joelhos, içavam largas vélas alvas às suas canôas, e nelas atiravam-se ao oceano, felizes (...) o pescador é o lavrador do mar (MARTINS, 1899, p. 163). Afirmava-se, assim, um estereótipo de mestiço litorâneo que equivaleria ao caboclo. Este foi retomado pelo autor em escritos posteriores.

Mesmo tendo demorado se “alforriar” de São Paulo, a região da 5ª Comarca já possuía, segundo Martins, influência na política, nas artes e nas ciências do país. São Paulo como defesa:

começou a viver de seu passado mágico e fantástico, que perustrava luminosamente todo o nosso vasto período de conquistas e descobrimento (...) recapitulou toda a sua história agitada e portentosa; e, como si ela fora uma santa e carinhosa mãe, chamou-lhe pelos nomes as suas zonas conquistadas a custa de seu sangue rubro e generoso, e, como se elas fossem uns insubmissos filhos pródigos não a ouviram e nem vieram” (Martins, 1899, p.203).

Seus habitantes passaram a propagandear a ideia de uma “vida própria”. A autonomia era rebatida por São Paulo, com o lema “unidos somos paulistas, divididos, presa fácil para o governo” (MARTINS, 1899, p. 206). O argumento unificador não surtiu efeito; em 1811, registrou-se o primeiro documento na Câmara de Paranaguá requerendo sua separação de São Paulo. O pedido não foi aceito pelo rei. Nesta narrativa, uma nova tentativa só teria possível em 1835, com o fim do domínio português e a criação de um movimento que resultou na emancipação, em 1853.

Como evento simbólico deste movimento, o autor indica que, em 1821, chegou à região o novo juiz de fora, Antônio de Azevedo Mello e Carvalho. Os simpatizantes da emancipação, liderados pelo capitão de milícia Bento Vianna, fizeram um acordo com o juiz: ao fazer seu juramento, este se autoproclamará governador independente da região. Durante do ato, porém, Mello de Carvalho deu ordem de prisão ao capitão Bento Vianna. Romário Martins o definiu como um “Tiradentes da causa local”. Outro “herói” edificado por Martins foi Francisco Paula Gomes, tropeiro com influência política apontado como divulgador e financiador da causa da emancipação. O livro termina narrando os primeiros anos da província do Paraná, com as primeiras eleições e a escolha de Curitiba como capital<sup>82</sup>.

*História do Paraná* teve grande aceitação dos intelectuais locais, passando a ser utilizado nas escolas da capital e vendido na *Livraria Econômica*. Os jornais valorizavam a obra por entender que tratava de um

---

<sup>82</sup> É preciso ressaltar ao leitor que a elite que dominava a região do litoral Paranaense se constituiu no império, famílias ligadas a exploração e exportação da erva-mate que receberam títulos de nobreza e continuavam a ocupar cargos administrativos, permanecendo fortes política e econômica.

tema inédito. Euclides Plaisant assim a descreveu, no jornal *A República*, cuja redação dividia com Romário Martins:

Só a crítica histórica pode apreciar sem outro interesse que não seja a verdade com que apprehende os acontecimentos da vida de um povo, para deduzir dele soluções para o futuro (...) há muito que se sentia uma imensa lacuna na concatenação dos preciosos materiais acumulados pelo passado e que representam a synthese histórica da nossa terra, tão cheia de ensinamentos e tão prospera, a seguir sem solução de continuidade a recta do progresso traçado pelos nossos antepassados (A REPÚBLICA, 05/02/1899, p.2).

Suas palavras apontam para a concepção então em vigor de que a história servia de ensinamento ao futuro. É relevante igualmente a ideia de síntese, com uma temática central em torno da qual se fez a composição de nomes e eventos. No caso de *História do Paraná*, a centralidade está na história do progresso do Paraná.

Nem todas as críticas ao livro de Martins foram integralmente positivas. O influente monsenhor Alberto Gonçalves, um dos principais nomes da igreja no debate com os anticlericais, elogiou o livro em carta publicada na primeira página de *A República*. Afirmou que a história deve preservar a verdade e admitiu que, nos primeiros anos da colonização, chegaram ao Brasil pessoas com todos os tipos de interesses, e isso se aplicava aos padres que cometiam abusos e explorações. Porém, ressaltou, não deveriam ser descartadas ações como as de Nóbrega e Anchieta, que “gritaram e pediram providencias” sobre estes “desvios”. O monsenhor Gonçalves terminou a carta afirmando que “os jesuistas catechisavam e civilizavam os índios, e ainda o fazem nas montanhas Rochosas, pelo trabalho, pelo ensino e pelo amor; e hoje, os modernos pregoeiros da filantropia, da civilização e do altruísmo o fazem pela bala.” (A REPÚBLICA, 30/11/1899, p. 1). Seja como for, houve um elogio quanto a uma obra que fornecia um passado ao território, entendendo que seu uso escolar serviria à disseminação de uma identidade local.

## 2.2 CHOROGRAPHIA DO PARANÁ – SEBASTIÃO PARANÁ DE SÁ SOTTOMAIOR

Sebastião Paraná de Sá Sotto Maior nasceu em Curitiba em 1864, filho do capitão do exército Inácio de Sá Sotto Maior. Em sua formação escolar, foi aluno do professor Nivaldo Braga, como citado no capítulo anterior a mesma escola em que estudaram Romário Martins, Júlia Wanderley, João Pernetá, Dario Persiano Vellozo e Agostinho Ermelino de Leão. Foi orador do Clube de Estudantes do Paraná, pela chapa vencedora das eleições para a entidade em 1890. O presidente era José Saldanha Sobrinho, Silveira Netto o vice, e Dario Vellozo era o secretário, entre estes nomes ocupar o cargo de orador era indício de sua posição de prestígio entre os colegas. Coursou direito no Rio de Janeiro, no período em que ocorreu a Revolta da Armada. Sebastião Paraná se alistou como voluntário nas tropas florianistas. Com a repressão à revolta, retornou a Curitiba, onde se tornou proprietário e redator de *A Tribuna*, também colaborando nos periódicos *O Município*, *Diário do Paraná* e *A República*.

Compunha a rede de escritores da geração de 1890, integrando *O Cenáculo* e se destacando na *Revista do Club Curitybano*, editada então por Dario Vellozo. Somente em 1896 foi aceito como sócio do clube, por indicação de Romário Martins<sup>83</sup>, passou a dirigir a revista juntamente com Júlio Pernetá. Foi homenageado em *A Penna*, na sessão *Perfis Litterários*. Em 1899, publicou *Chorographia do Paraná e Esboço Geográfico do Paraná*, o qual, segundo Romário Martins, “valeo para o seo ilustrado autor o diploma de sócio honorário do sábio *Instituto Geographico Argentino*”. (A PENNA, 1899, p. 18). Nesse período, passou a converter seu capital de escritor e advogado no de professor de geografia – *Chorografia do Paraná* surgiu como parte deste processo, durante o qual investiu na construção do conhecimento histórico e geográfico.

A obra foi lançada no mesmo ano que a *História do Paraná* de Romário Martins. Ambas se relacionam, dentro do movimento de conformação e disseminação de uma identidade local. Além disso, o governo paranaense tinha interesse na formação de uma memória e de uma representação do estado capazes de produzir um sentimento de pertencimento na população, bem como uma legitimação “científica”

---

<sup>83</sup> A proximidade com Martins deve-se também que ambos eram kardecistas, tendo atuante papel nas ações do grupo.

para as disputas territoriais que o Paraná mantinha com os estados vizinhos.

Assim como *História do Paraná*, a obra *Chorographia do Paraná* foi avaliada e validada para ser utilizada como material didático por uma comissão de lentes do Gymnasio Paranaense, composta por Camilo Vanzolini, João Henrique Costard e Paulo Idelfonso d'Assumpção (A REPÚBLICA, 05/03/1899). Foi igualmente avaliada pela Inspeção de Ensino pela Câmara Estadual, que concederam auxílio de custos de publicação:

A quantia de 5:000\$000 para auxiliar a impressão das obras – História do Paraná, escripta pelo cidadão Romário Martins, e Chorographia do Paraná, de Sebastião Paraná, sendo 2:000\$ para o primeiro e 3:000\$000 para o segundo, com a obrigação de cada um enviar gratuitamente 50 exemplares das ditas obras à Diretoria Geral da Instrução Pública. (A REPÚBLICA, 01/09/1899)

A busca por financiamento público é expressiva da pouca autonomia que tinham os intelectuais em relação ao poder político. Ambos os livros foram impressos na Typographia da Livraria Econômica de Annibal, Rocha e Cia. Apesar das similaridades, percebe-se que os livros evidenciam uma diferença de projetos: enquanto Romário Martins propunha uma construção sintética da *História do Paraná*, Sebastião Paraná se interessava pelo estudo corográfico, ou seja, uma composição de descrições sobre a paisagem local, numa perspectiva diacrônica. Buscava apresentar o estado aos seus leitores, como explicou no prefácio de seu livro:

Escrevi este livro afim de proporcionar, especialmente aos meus dilectos conterrâneos, um meio fácil de conhecer, posto que perfunctoriamente, as magnificencias de nossa terra, a beleza soberana de seus pampas, a potência majestosa de suas selvas, a benignidade incomparável de seus climas, a fauna, a flora, em summa – as inestimáveis riquezas naturaes que o nosso estado encerra em admirável e surpreendente profusão (PARANÁ, 1899, p. II)

A declaração do autor aponta seu intuito de descrever diferentes lugares do estado para o conhecimento dos seus “conterrâneos”, assim criando uma identificação com um território pouco habitado nem urbanizado. No final do século XIX, ainda eram poucos os registros e as publicações sobre o oeste do estado e mesmo sobre o Norte. Importantes para pensar o significado de “apresentar” as regiões para a população, as construções da identidade tomavam a natureza como característica definidora do Paraná e a influência mesológica como formadora do “tipo local”.

Sebastião Paraná dividiu seu livro de 741 páginas em duas partes: a primeira traz uma compilação de documentos e a segunda é composta pela apresentação da geografia local, detalhando “cusiosidades naturaes, catechese, aldeamentos, immigração, colônias militares, fauna, flora, rodovias, ferrovias, cidades e villas” (PARANÁ, 1899, p.III). Entre os documentos compilados no livro, está *A exploração do Tibagy*, que narra a expedição de Lopes Cascais, em 1768, que tinha como missão descer o rio Iguazu em direção aos Campos Gerais para explorar os “sertões”. Nessa trajetória, foram nomeados os rios da região e descritas suas paisagens, com os acidentes geográficos, fauna, flora mesmo vestígios de prováveis reduções jesuíticas. Este texto compunha relatórios da província, com trechos de diários dos “sertanistas” sobre suas explorações em regiões como os campos de Palmas, Guarapuava e Tibagy. Mas o evento central dessa narrativa é o encontro com os indígenas. Segundo Affonso Botelho, autor do relatório, o grupo buscava por alimentos. Encontraram um pomar no local que julgaram ser vestígios de redução jesuítica. Mais tarde, se depararam com alimentos como mel e pinhão, acondicionados em objetos indígenas. Parecia tratar-se de uma oferta, a qual retribuíram deixando facas, tecidos e outros materiais no local. A partir desta troca, houve aproximação com alguns membros de grupos locais, detalhada no documento *Ao Sucesso desta viagem ao encontro com os índios*, de 1772, igualmente publicado em *Chorografia do Paraná*:

O gentio q igualmente deve estar gostoso e  
assombrado da não esperada afabilidade que em  
nós tem encontrado tendo-se retirado no dia 22 com  
promessa de voltar com as famílias, movidos *do*  
*receio q. justamente de nós vem ter, lembrado das*

*tiraníssimas acções por tantos modos q. com elles usaram os antigos a pouco mais de 50 anos.* (PARANÁ, 1899, p. 68)

Em nota de rodapé, Sebastião Paraná interveio:

O grypho é nosso. A declaração acima justifica o ódio votado pelos índios às pessoas de origem civilizada, a quem chamam ainda hoje de portugueses. Esse ódio tarde se apagará, pois que, por meio de lendas, vão transmitindo de paes a filhos os massacres de que foram victimas os seus antepassados. (PARANÁ, 1899, p. 68)

Por mais que sejam poucas as palavras do autor nesta parte do livro, a seleção dos textos é expressivamente relevante de sua visão sobre a ocupação territorial. Ele tomou como personagens principais os sertanistas lotados em Curitiba, sob as ordens do governo de São Paulo. Compreendia os tais sertanistas como “civilizadores”, buscando em suas ações uma passividade com relação aos indígenas, o que leva também a uma visão positivada das tribos do interior. Não há nos relatos descrições de ataques à expedição, mas os moradores dos campos são narrados como vigilantes e cuidadosos com relação aos sertanistas.

Na sequência, *Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava escrita pelo padre Francisco das Chagas Lima, 1º Capelão da expedição em 1809, e vigário colado da freguesia de N. S. de Belém* narra a formação de uma missão jesuítica nos Campos de Guarapuava. O texto relata que, antes de 1820, os indígenas eram avessos ao contato – o que levou a alguns ataques e à morte de sete homens desta expedição. O padre Chagas Limas narrou os primeiros anos da “Freguesia de Belém”, que tinha como objetivo aldear e catequisar os indígenas, descritos como provenientes de “diferentes hordas”, com atenção aos hábitos e linguagem das tribos. O religioso defendeu seu ofício, alegando que não usavam de violência, e então narrou uma caçada a indígenas para escravização. Nessa altura do texto, Sebastião Paraná fez outra intervenção “Eis ahi: estas e outras barbaridades ainda piores que os infelizes índios foram victimas, eram a causa do sentimento de aversão que estes votavam aos brancos” (PARANÁ, 1899, p. 100).

Em seguida, *Notícias da descoberta do Campo de Palmas*, de 1850, trata da interiorização das vilas, quando os moradores de Guarapuava buscavam novas terras, descritas por viajantes e indígenas como mais ricas. Houve especial atenção à narrativa dos homens que “tiveram a fortuna” de encontrar a tribo do cacique Condá, apresentado como lendário líder do campo de Palmas.

Essa primeira parte do livro de Sebastião Paraná serve como uma espécie de prólogo à segunda, na qual os textos se voltam à descrição mais específica de fauna, flora, vilas, rios, caminhos e estradas. Há que sublinhar a composição de um passado e as forma de validação de sua escrita. Primeiramente, o autor afirmou uma construção étnica local, formada pela união de indígenas e portugueses apenas. Os indígenas foram apresentados como um grupo a ser civilizado, mas no âmbito de uma campanha contra a violência. Como citado anteriormente, este era um elemento comum aos debates desta geração de 1890. Porém destoa das concepções do grupo de escritores as narrativas positivadas sobre a catequese e a instrução religiosa as tribos locais. A opção pela reprodução de documentos, ao invés da construção de uma narrativa histórica, pode ser atribuída ao objetivo do projeto, mais ligado à apresentação de dados sobre o estado e menos a uma síntese sobre seu passado. É preciso levar em consideração que, neste período, sob a influência do historicismo e imersos nos debates sobre uma produção científica local, os documentos agregavam maior veracidade e legitimidade a sua obra. Como afirmou o próprio Sebastião Paraná:

Descrevendo os avultados tesouros que possuímos, muito de proposito enxertei neste trabalho abalisadas opiniões de extranhos, sobre o mesmo assumpto, para que não se diga que fui exagerado no pallido trasumpto que fiz desta bella e auspiciosa estrella da magnifica e soberba constelação brasileira. (PARANÁ, 1899, p. I).

O autor tomava, assim, os documentos como neutros. Se não eles, ao menos a seleção que fez, buscando uma composição mais próxima de uma “verdade”. A ideia de validar-se pelas palavras de outros foi uma estratégia comprobatória de suas próprias posições.

Após a introdução histórica, Sebastião Paraná apontou um estado em pleno desenvolvimento, demonstrando o crescimento das cidades por

meio de tabelas demográficas, a construção de rodovias e ferrovias porá partir de seus anos de instalação e o crescimento das indústrias. Além disso, relatou um potencial para a exploração de minérios. Outra característica deste panorama é a apresentação de dimensões territoriais e a descrição de serras, a foz do rio Iguaçu, as Sete Quedas de Guaíra, Vila Velha (em Ponta Grossa) e “as belezas” da Serra do Mar.

Sobre a elaboração do livro propriamente dita, relatou algumas dificuldades:

Sei que é um livro incompleto, cheio de faltas, eivado de lacunas, atenta a insuficiência de dados de que dispuz, e também, pesa-me dizel-o!, ao menosprezo que encontraram quase todas as cartas endereçadas a muitas pessoas de diferentes localidades do Estado, solicitando informações exactas e circunstanciadas de seus municípios.” (PARANÁ, 1899, p. 11).

Essa situação informa sobre o seu processo de construção da obra, que, assim como a de Romário Martins, passou por uma estratégia colaborativa para driblar os limites da pesquisa em arquivos.

Na capa do jornal *A República*, de 19 de setembro de 1899, foi publicado um dos levantamentos de Sebastião Paraná sobre a cidade de Jacarezinho, no nordeste do Paraná. Os temas abordados são “situação do districto, população clima, histórico da fundação, estradas, divisas, rios e ribeirões, serras, aspectos do terreno, lavoura, exploração sericultura, madeiras, plantas medicinais, frutas, nomes dos fazendeiros e quantidade de cafezeiros”. Esses dados ajudam a compreender o panorama que criava, com descrições sobre os municípios e, por meio delas, uma avaliação social e econômica do estado. Apesar de diversa da proposta de construção de uma história local, a obra de Sebastião Paraná influenciou na construção da memória paranaense e corroborou imagens sobre o passado, que se tornavam dominantes nos debates em revistas e jornais. O fez por meio de um discurso que transpassava o reconhecimento literário, estabelecendo fronteiras para a produção de um conhecimento científico, neste caso, sobre história e geografia.

O livro *Chorografia do Paraná* marcou a busca de autoridade do escritor na geografia, uma vez que possuía reconhecimento antes ligado ao jornalismo, passando a ser seu principal ofício. Após a publicação da obra, em abril de 1900, ele participou do concurso para lente de geografia

do Gymnasio Paranaense. Foi aprovado e nomeado no dia 20 de abril daquele ano. Alguns anos mais tarde, se tornou inspetor de ensino público.

### 2.3 PARANÁ NO CENTENÁRIO – ROCHA POMBO

Outro livro sobre a história local lançado na virada do século XIX para o XX foi *O Paraná no Centenário*, escrito por José Francisco da Rocha Pombo. A obra foi produzida para as comemorações do quarto jubileu do “descobrimento” do Brasil. Como o autor escreveu na apresentação, “este livro é escrito determinadamente para figurar nas festas do Centenário como se fosse uma nota espontânea e singela, com que o Paraná quisesse entrar no grande concerto de 1900.” (ROCHA POMBO, 1980 [1900], p. 3). Defendia que, naquele momento de comemoração houvesse concursos de produção da história dos estados, e que estas fossem enviadas a uma banca central, cuja função seria escrever uma síntese da história nacional. Contudo, a Comissão Central dos Festejos optou por delimitar alguns “pontos da história” nos quais os autores deveriam se deter.

O festejo dos 400 anos do “descobrimento” teve mobilização nacional, a partir de uma comissão que reunia pessoas renomadas na capital federal, como Benjamim Franklin Ramiz Galvão e Coelho Neto. Teve também apoio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que previa uma agenda de eventos públicos. Mas, como afirma Lúcia Lippi de Oliveira, o Brasil de 1900 estava às voltas com crises econômicas e políticas, bem como com um profundo desalento frente à experiência republicana, após uma década de lutas e conflitos. Assim, as comemorações não poderiam deixar de discutir a viabilidade do Brasil como nação moderna (OLIVEIRA, 2000, p. 185). A comemoração suscitava questionamentos porque o “agente” do descobrimento eram os portugueses, de quem a memória fora negatizada na construção de uma imagem republicana<sup>84</sup>. O momento colocava o passado em evidência e

---

<sup>84</sup> Para mais sobre este debate em Oliveira, Lucia Lippi. Imaginário Histórico e poder cultura: Comemorações do descobrimento. In: Estudos Históricas, vol 14, nº26, 2000, p.183-202. Rio de Janeiro. Disponível em:

servia aos interesses dos intelectuais paranaenses em se inserir na construção da memória nacional, ressignificando a condição de “invisibilidade” e a posição de periferia que ocupavam. O argumento era utilizado pelos escritores locais tanto para a crítica às gerações anteriores quanto nos embates políticos que então vivenciavam, mas era tratado sempre como incômodo.

Para reverter essa situação, buscava-se visibilidade, e não demorou para que os intelectuais locais se mobilizassem para fazer parte das comemorações nacionais. Houve uma reunião no Clube Curitibano, que tirou como resolução a produção de artigos sobre a formação e as condições do estado naquele momento<sup>85</sup>.

Além disso, como relatou Rocha Pombo, chamou-se, na capital federal, um encontro do *Centro Paranaense*<sup>86</sup>:

Reunidos a 19 de dezembro último uns quatro paranaenses em um vasto salão, aonde nos levara a idéia de festejar aquela data faustosa para a nossa

---

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2122/1261>>. Último acesso em 16/08/2016.

<sup>85</sup> Segundo Beltrami (2002), o objetivo do grupo era compor um livro, mas a impossibilidade financeira para sua publicação reverteu a iniciativa em uma edição especial da Revista do Clube Curitibano. Esta edição era organizada por Dario Velloso e tinha como artigos: I Descobrimiento do Brazil de Dario Vellozo; II O Paraná Geographico, Sebastião Paraná; III O Paraná Histórico, Ermelino de Leão; IV Lendas e Tradições Paranaenses, Júlio Pernetá; V A poesia Popular Paranaense, Nestor de Castro; VI Organização Administrativa e evolução social, Conrado Erichsen; VII A instrução e a Imprensa, Leôncio Correia. VIII As belas Artes, Silveira Netto; IX A Literatura, Emiliano Pernetá; X Sciencias jurídicas e sociaes. Azevedo Macedo; XI Medicina e Pharmacia, João Candido; XII Engenharias, Viação, Obras Públicas, Candido de Abreu; XIII A mineração Carvalho de Mendonça; XIV Industria, F. Correa; Lavoura, Victor do Amaral; XV Comercio e Navegação, A. de Barros; XVI A colonização, Camilo Vanzolini; XVIII instituições pias e de caridade, clubes e associações, Brazilio Costa (O Commercio, 13 de março de 1900).

<sup>86</sup> O *Centro Paranaense* era um espaço para a articulação dos egressos daquele estado que moravam na capital, reunindo políticos, artistas, empresários e quem mais interessasse pelos debates do grupo. Essa posição de uma espécie de “embaixada” local na capital revela muito sobre o objetivo de produção da obra, e quais os interesses que margeavam a leitura feita sobre o Paraná, permeada pela divulgação de um “progresso local” o que ficará mais evidente na sequência da análise.

terra, tive ali ocasião de referir-me à possibilidade de para as festas do Centenário concorrer o nosso Centro com algum trabalho que desse testemunho do nosso amor à terra natal, ao mesmo tempo que revelasse a situação presente e o grau de progresso em que, sob os diversos pontos de vista, se acha o nosso Estado (ROCHA POMBO, 1980 [1900], p.4)

A proposição de fazer um trabalho exclusivamente sobre o Paraná surgiu como contraposição ao proposto pela Comissão Central de Festejos. Está se alinhava aos debates do IHGB, que optou pela conformação de uma obra sobre a nação, dividida por temas e eventos ocorridos naqueles 400 anos. Sendo assim, caberia a cada autor a produção de um capítulo. Houve resistência entre os escritores do período, pela dificuldade de se estabelecer uma síntese da história nacional, assim como pela composição do grupo que redigiria o projeto<sup>87</sup>. O grupo paranaense decidiu que não havia interesse em participar, mas, como Rocha Pombo afirmou ser preferível uma série de sínteses para cada estado que, reunidas, comporiam uma história nacional. Essa postura é compreensível em relação ao discurso de invisibilidade recorrente no passado do Paraná, que não figurava nos eventos elencados como fundantes do país. Sob esse encaminhamento, o Centro Paranaense, no Rio de Janeiro, encarregou Rocha Pombo do serviço. A instituição assumiu para si as despesas com a impressão e, em nota, declarou que o pagamento dos encargos contou com a contribuição de alguns paranaenses e uma remessa do governo do estado, na figura de Vicente Machado, que era senador e interveio junto a Francisco Xavier da Silva.

A nomeação de Rocha Pombo para a produção da obra decorria do que Maria Tarcisa Bega (2001) chama de sua “conversão como historiador”. Em 1900, aos 40 anos, o escritor mudou-se do Paraná para o Rio de Janeiro e lá, precisou reorganizar sua trajetória. No Paraná, tinha uma atuação reconhecida como escritor, jornalista e político; era uma das

---

<sup>87</sup> A obra foi lançada em 1902, com os artigos: Relações exteriores, pelos drs. Clovis Bevilacqua e Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo. – II. As Ciências Jurídicas e Sociais, pelo dr. Júlio de Barros Raja Gabaglia. – III. A Mineração, Riquezas Mineraes pelo Dr. Antônio Olyntho dos Santos Pires. – IV. A engenharia (período Colonial do Brasil), pelo dr. Antônio de Paula Freitas. (LIVRO DO CENTENARIO, 1902, p.II)

principais referências para a geração estudada neste trabalho. Após algumas decepções em sua vida política e perdas familiares, mudou-se para a capital federal com a ajuda de Romário Martins e Nestor Victor; este último o apresentou aos grupos literários cariocas<sup>88</sup>.

Essa nova posição fez com que Rocha Pombo buscasse outras formas de atuação no campo intelectual. Passou a lecionar e buscou bacharelar-se, construindo carreira como historiador. Em 1900, converteu seus capitais como jornalista para escritor. Um ano antes, havia escrito *História da América* (1899), que juntamente com a produção sobre a história local somaria para afirmar seu nome na área. Além do mais, como afirma Ivan Santos:

O interesse em escrever uma História da sua região de nascimento havia sido manifesto por Rocha Pombo dezessete anos antes do *Paraná no Centenário* ser editado, quando da publicação do livro *A supremacia do ideal*, em 1883. Esse livro fora impresso na cidade paranaense de Castro, pela tipografia responsável pelo periódico *Echo dos Campos*, pertencente ao próprio Rocha Pombo. No corpo do volume aparece em destaque, antes do prefácio, um pequeno texto onde é anunciada a pretensão do autor de redigir apontamentos e recolher material para a escrita de uma História da província. Tal comunicado tinha a finalidade expressa de conseguir a “proteção de todos os paranaenses” (SANTOS, 2008, p. 2)

Com a premissa de construir uma história edificante, somada aos interesses de fazer o Paraná figurar como parte da memória nacional, publicou-se a obra *O Paraná no Centenário*, na Typ. Leuzinger do Rio de Janeiro. Era composta por 23 capítulos:

- I – As comemorações
- II – a Epopéia dos Mares
- III- A figura de Portugal na História Moderna

---

<sup>88</sup> Bega aponta por intermédio de Nestor Victor, Rocha Pombo teve acesso ao grupo formado por Gustavo Santiago, Oliveira Gomes, Arthur de Miranda, Maurício Jubom e Tiburcio de Freitas, ainda Victor auxilia em seu primeiro emprego na cidade como jornalista no *Correio da Manhã*. (bega, 2001, p.168)

- IV – A terra de Vera Cruz
- V – Colonização do Brasil
- VI – Tempos primitivos no Paraná
- VII – Descrição física do Paraná
- VIII – Panorama da natureza paranaense
- IX – Tribos indígenas do Paraná
- X – Desenvolvimento Material: Trabalho das minas, criação, lavoura. Viabilidade
- XI – Criação da Comarca. Condições de Vida
- XII – Aspectos gerais da zona povoada. Primeiras aspirações de Autonomia Administrativa
- XIII – Província do Paraná. Influxo da nova ordem de coisas.
- XIV – Viabilidade: Estrada da Graciosa. Estrada de Mato Grosso
- XV – Incremento das industrias: a erva mate. A lavoura, madeiras
- XVI – Necessidade de População, Colonização
- XVII – Progresso Intelectual. Criação da Imprensa
- XVIII – A nossa Poesia Popular. Festas e Tradições
- XIX – Progresso Econômico. Estradas de Ferro, Espírito de Associação: Companhias, Empresas, Bancos
- XX – Instrução Popular. Belas Letras. Sociedades Literárias
- XXI – Ecloração Intelectual. O Vasto Movimento Literário dos nossos dias
- XXII – Situação econômica e financeira
- XXIII – Golpe de Vista Sobre o Paraná de nossos dias

A divisão aponta uma lógica marcada pelo “progresso”, seguida de um panorama sobre as condições do estado naquele momento<sup>89</sup>. A perspectiva de divulgação do Paraná somou-se à historiografia romântica de Rocha Pombo que, fortemente influenciado por Carlyle, optou pela

---

<sup>89</sup> Na sessão do livro dedicada ao sumário o autor propõe uma divisão alternativa a qual seguiria as “Fases Notáveis da História do Paraná”: I - Dos tempos primitivos até a criação da comarca; II - Da criação da comarca até 1853, época em que a comarca foi elevada a província; III - De 1853 até o ano em que se concluiu a construção da estrada da Graciosa – 1873; IV – De 1885 até a proclamação da República, em 1889; V – De 1889 até hoje.

narração com linguagem poética. Um exemplo dessa perspectiva “épica” e romântica se apresenta na abertura do livro, na apresentação das navegações, assinalando que o momento em que ocorreram foi “um acordar da alma humana, a conquista da terra”. Tomando o mundo como produto das ações de “grandes homens”, Rocha Pombo comparou os feitos “dos Colombos, dos Gamas com o dos Bacons, Vicos e Descartes”. Entendia o momento como formação do “sentimento de humanidade” que se expandia, uma vez que “a humanidade quase que ficava em torno do Mediterrâneo” (ROCHA POMBO, 1980 [ ], p.12). Essa concepção do autor era contrária à perspectiva dominante, tomada pela metodologia historicista de comprovação documental. Ainda na introdução, explicou que seu trabalho procurava “testemunhar o que nos vive no coração e mostrar que, mesmo nas situações mais estranhas da vida, não há motivos que nos impeçam de dar ao pátrio torrão todo trabalho que possa interessar ao seu futuro.” Na continuidade, afirmou a importância das festas e comemorações para a “alimentação da fé no mundo”, e que “o segredo para a permanência de uma doutrina seria alimenta-la no interior da alma” (ROCHA POMBO, 1980 [1900], p. 5).

Essas concepções idealistas se afirmam em diferentes pontos do seu texto, como na compreensão, muito utilizada pelos simbolistas, que dividia o mundo material do mundo ideal. Este último foi definido por Rocha Pombo como outra humanidade “na qual todas as pátrias se fundem, todas as raças se incorporam, todos os homens ficam vivendo por tudo que tiveram de mais excelente, de mais espiritual, de mais inamissível” (ROCHA POMBO, 1980 [1900], p.19).

Os cinco primeiros capítulos de *O Paraná no Centenário* se detêm sobre o “descobrimento” do Brasil e as primeiras movimentações dos portugueses no continente americano, com uma explicação didática, justificada pelo tema ser o mote das comemorações. Esse exercício aparenta ser um ensaio para a coletânea *História do Brasil*, que teve dez volumes, lançados entre 1905 e 1917. As análises sobre o estado do Paraná começam a aparecer no capítulo VI. Sua versão para a ocupação do território passava pela afirmativa de que a região foi um dos primeiros pontos conhecidos pelos exploradores, mas que a resistência indígena fez com que estes povoadores buscassem se fixar em outros locais.

Sua concepção de história passava pela construção de “heróis”. Ele elogiou Eleodoro Ébano Pereira, explorador a quem atribuiu a fundação de Curitiba; o capitão Gabriel de Lara, fundador de Paranaguá; além de outros “pioneiros” na fundação de vilas no estado. Descreveu os

jesuítas como “sempre os pioneiros mais abnegados e mais audaciosos na avançada sobre os formidáveis sertões do continente.” (ROCHA POMBO, 1980 [1900], p. 38), posição que contrasta com a dos textos da geração mais nova, anticlerical. Por outro lado, o autor elogiava o Marquês de Pombal, alinhando jesuítas e o administrador lusitano num mesmo elogio. Isso não aparentava contradição para ele, pois explicava que, mais do que optar por um lado, era necessário construir heróis para a nação.

Ao descrever as paisagens locais, destacou o papel das expedições ao interior, das quais utiliza relatos para narrar o “espanto” dos viajantes ao atingirem pontos como as quedas d’água do Guaíra e as cataratas do Rio Iguaçu, ou as serras e outros acidentes geográficos. Algumas das memórias destacadas eram de José Muricy, que empreendeu uma expedição ao Guaíra, e narrativas dos irmãos Nestor e Telêmaco Borba, que seriam os “sertanistas” que “desbravaram o estado”.

Ao contrário dos outros intelectuais aqui estudados, Rocha Pombo compreendia que a miscigenação no Paraná “se fez da maneira mais incompleta e desastrosa que era possível” (ROCHA POMBO, 1908 [1900], p. 55). Isso em razão da violência e do estado de servidão a qual eram submetidos os “nativos”. Contribuiu para a formação desta empatia com os indígenas o fato de o autor ter estudado línguas indígenas e participado do movimento proposto pelo grupo de *O Cenáculo* “pelos índios”, inclusive colaborando com artigos. Ele estabeleceu uma linha cronológica para o “desenvolvimento do estado” que se inicia com a agricultura e a pecuária, apontando o século XVIII como próspero para a compra e venda de gado pelos caminhos do interior do estado e ligando ao litoral uma inicial atividade de exportação de erva-mate. Esta condição teria provido os moradores locais de condições financeiras e políticas para “chamar atenção” de São Paulo. A emancipação não foi compreendida como um conflito, como o fez Romário Martins em *História do Paraná*. Para Rocha Pombo, tratou-se de uma convergência entre grupos locais e o governo imperial, ambos interessados em proteger as fronteiras e ocupar o território.

No encadeamento da narrativa de *O Paraná no Centenário*, a emancipação se tornou um momento de reorganização e, com ela, veio a “modernização”, cujo maior feito foi a construção da estrada de ferro da Graciosa, que atravessa a Serra do Mar e liga Curitiba a Paranaguá. Ela teria sido responsável pela aceleração da indústria ervateira, criando a “necessidade” de população, razão do projeto de imigração que se

desenhava com a implantação de colônias. O processo de emancipação teria dado início à imprensa local, igualmente, com a fundação do jornal *Dezenove de Dezembro*. Mesmo que surgisse como órgão oficial do governo, o autor entendia esse movimento como crucial para a expansão da escrita e da leitura no estado, com a introdução de máquinas e técnicas do jornalismo. É preciso lembrar que ele mesmo fez sua carreira como jornalista e ressaltou a importância da atividade, em especial a dos periódicos em circulação no interior do estado, que considerava “heroicos”.

Em paralelo à leitura sobre uma “cultura erudita” – na qual articulou a produção da imprensa com a introdução da literatura e do debate científico –, enfatizava a importância das culturas populares para a configuração do Paraná. Nesse sentido, apresentou a discussão sobre a “poesia popular” e as “festas tradicionais”:

Um grande serviço que temos ainda por fazer no nosso Paraná é o de coligir nas diversas zonas do Estado o que ainda porventura se conserve do nosso gênio popular. Como Teófilo Braga em Portugal e como Silvio Romero entre nós, bem se podia ainda no Paraná arquivar em volumes grande quantidade de materiais endereçados ao futuro investigador do espírito anônimo da raça. E bastante valioso havia de ser semelhante trabalho, porque revelaria, nas tradições que subsistem toda a excelência do antigo gênio que esplendeu, espontâneo e exuberante, sob o sereno céu lá do sul. (ROCHA POMBO, 1980 [1900], p.106)

Essa discussão estava próxima da literatura que praticavam Romário Martins e Júlio Pernetá – este citado como expoente dos estudos da nova geração. O autor compartilhava com eles a ideia de que se vivia uma transformação de grandes proporções, que influía nos hábitos e costumes locais, causando um desencantamento do mundo rural, que mesclava um lado “romântico” com outro “primitivo”. Assim, a leitura teleológica de desenvolvimento social apontava para uma “preservação das tradições” para o seu estudo posterior e não para a sua reprodução.

Essa construção da memória local merece ser problematizada, pois se tratava de um livro para divulgação do estado, cujo interesse era demonstrar um movimento constante de “modernização”, ao mesmo

tempo em que enfatizava o discurso sobre uma “essência passada”, com características físicas e psicológicas que atendiam aos padrões estabelecidos em nível nacional. Portanto, construir um futuro passava por reificar um passado de forma a contemplar os signos dominantes nos centros produtores de cultura nacional. Uma das formas para promover uma cultura local era recorrer a uma “cultura popular”. Nesse sentido, Rocha Pombo narrou em seu livro a história do cantador Bento Cego, apresentado como continuador de uma tradição de homens que rimavam e tocavam violão em festas e praças, andarilhos que viviam de doações e participavam de competições, desafiando outros rimadores.

A posição do autor nos espaços de produção sobre o passado e a cultura se expressava quando ele escrevia sobre a situação da instrução pública no Paraná e os movimentos intelectuais. Ao falar sobre as escolas, destacou nomes como Joaquim Nascimento, Nivaldo Braga, Monsenhor Alberto Gonçalves, Antônio Mariano Lima, citando-os como parte de uma geração – a mesma que a sua – que trabalhara para a criação de espaços de instrução pública em diferentes regiões do estado. Destacava que os professores deste período eram os grandes incentivadores dos grupos de leitura e clubes literários. Tais esforços teriam resultado em “um fenômeno característico que, de 1875 em diante, revelou entre aos paranaenses uma grande tendência para alargamento dos horizontes intelectuais da população” (ROCHA POMBO, 1980 [1900], p.124).

No capítulo seguinte, indicou, na “data de 1875, o notável movimento intelectual que, por assim dizer, preparou arena para a presente geração que espande no Paraná” (ROCHA POMBO 1980 [1900], p. 126). Assumia a posição de pertencimento à geração anterior, incluindo-se como parte da memória a ser institucionalizada. Após ter saído de Curitiba, em meio a polêmicas da política local, afirmou-se como intelectual respeitado na capital do país e refazia sua memória como uma das referências da geração de 1890. O campo cultural paranaense foi colocado como espaço de disputa com os demais estados, pois para o autor, “não haverá talvez hoje um ponto do Brasil onde se cultive as pátrias letras com mais esforço e mais sinceridade” (ROCHA POMBO 1980 [1900], p. 126). Criticava estados como o Maranhão, o qual julgava passar por um período de inércia e esterilidade; Pernambuco e São Paulo teriam se esquecido das tradições de Castro Alves e Álvares de Azevedo; no Ceará, destacou-se *Padaria Espiritual*, periódico simbolista que, aos seus olhos, teria marcado época se não tivesse desaparecido.

Como no Paraná, em parte alguma do país se lida nas letras. Uma plêiade seleta de moços de talento ali trabalha incessantemente, e com uma atividade e uma perseverança que constituem a afirmação mais perfeita e mais solene de que ali há elementos valiosos, suficiente para se fazer a integração de um belo período na vida espiritual do país. (...) só entre o fim de 1898 e princípios de 1899 foram publicados em Curitiba nada menos de uns dez livros (ROCHA POMBO, 1980 [1900], p. 127).

A leitura que propunha sobre o campo intelectual local possuía um movimento de continuidade e crescimento. O sucesso da geração de 1890 era atribuído aos empenhos da sua geração e ao das anteriores, destacando-se o papel dos avanços econômicos e sociais como vitórias sobre a resistência aos hábitos de leitura e escrita. Sobre a “geração de moços”, houve para o autor um primeiro movimento, com o grupo do Instituto Paranaense – Domingos Nascimento, Sebastião Paraná, Clarimundo Rocha e, posteriormente, Leôncio Correia. Em seguida, veio o grupo de Emiliano Pernetta, Dario Vellozo, Nestor de Castro, Silveira Netto, Júlio Pernetta, Jayme Ballão, Romário Martins e outros. Rocha Pombo não poupou críticas aos escritores que saíram do cenário literário e ingressaram em projetos políticos, como Jayme Ballão que, crítico da política local, acabou por adquirir desafetos e ser preso durante a Revolta Federalista.

Rocha Pombo encerrou sua obra com uma perspectiva elogiosa à imigração europeia e à expansão para o oeste, destacando o papel da Secretaria de Obras Públicas e Colonização, na época dirigida por Cândido Ferreira de Abreu e contando com Romário Martins e Júlio Pernetta como funcionários. A esta secretaria foram posteriormente integrados engenheiros ligados ao Apostolado Positivista, com destaque para João Pernetta. A repartição servia como espaço de reunião para estes intelectuais, interessados nos debates sobre o “tipo local” e a identidade paranaense. Ainda que o tema central do livro fosse a contribuição do estado do Paraná em quatrocentos anos de história do Brasil, suas construções acerca do campo cultural local foram as que angariaram mais repercussões em nível local. Reclamações de leitores foram veiculadas em jornais da capital, como *A República*:

O sr. Rocha Pombo no seu livro “O Paraná no 4º Centenário” tem, não há duvidas nenhuma, umas belas paginas. Aquelle primeiro capitulo então está encantador! Ah si todo o livro fosse assim!... Porém, quando tratou do nosso meio literário, que nos perdoe, não foi feliz. E, depois, fallar sobre a intrucção e deixar ao olvido Baptista Brandão, é uma falta imperdoável.

Dizer que um moço (de conhecido mérito) promette muito porque já esteve no Rio, é um desastre para ... o auctor. Um dia, o sr. Pombo vôou para longe e julgou que tinha voado para o alto. Ilusão de optica? Talvez. Mas... todo mundo sabe que vôos de pombo não são vôos de águia.

Flávio (A REPÚBLICA, 24/05/1900, p. 1)

Dias antes, circulou uma crítica na coluna *Elles no jornal*, na qual afirmou-se que o autor de *O Paraná no Centenário* havia se afastado da realidade local:

Interessante o modo pelo qual meo digno patricio Rocha Pombo tratou (...) da imprensa e de seos homens de letras. Citou Dezenove de Dezembro como o mais antigo (1853) e a Gazeta Paranaense como a mais moderna (1876 e não 1881). De maneira que o Paraná no centenário, isto é, no dia 3 de maio de 1900, não tinha um jornal, uma só revista, que recebesse as honras da citação como representante dos grandiloquios passos encetados em 1853! (DIÁRIO DA TARDE, 19/05/1900, p. 2)

Tais discussões mostram a resistência de grupos locais à obra, mas sobretudo o incômodo com o fato de não terem sido incluídos em *O Paraná no Centenário*. A reação se deu pela forma como foi pensada e estruturada a obra. O historiador Brasil Pinheiro Machado (que prefaciou

a segunda edição do livro, lançado em 1980 pela José Olympio) a definiu da seguinte forma:

Tem-se a impressão de que, quando fala do passado histórico, não conheceu esse passado como historiador, mas ouviu dos mais velhos, os “antigos”, toda a tradição de sua gente e a reproduziu, filtrada pela sua própria sensibilidade (PINHEIRO MACHADO, 1980, p.III).

A opção por uma narrativa em estilo memorialístico, buscando seu embasamento em uma história romântica, sobretudo a de Carlyle, também disputava espaço dentro do regime de verdade dominado pelo historicismo. Mais que isto, as balizas para a avaliação da obra passavam pelos debates de dominação da cultura na província, da qual onde Rocha Pombo se afastara, o que serviu ao questionamento de sua autoridade. Apesar das críticas, Rocha Pombo se consagrou em nível nacional com *História do Brasil*, recebendo o reconhecimento dos intelectuais paranaenses e homenagens no Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR) e na Academia de Letras do Paraná (ALP). Mas é preciso dizer que a sua perspectiva sobre a escrita da história precisou ser revista, pois, em conflito com Capistrano de Abreu pelo estatuto metodológico, mesclou sua produção da síntese da história nacional com o uso de fontes, para a sua validação. Estes mesmos padrões de cientificidade, adotados pelo IHGPR, estavam muito mais próximos da leitura de Romário Martins e Sebastião Paraná, que tinham influência de pensamentos como o historicismo com base na comprovação documental e do spencerismo de leitura do desenvolvimento social.



### 3. O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ: USOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SABER HISTÓRICO

Como apresentado no capítulo anterior, na virada do século XIX para o XX, o meio intelectual curitibano estava dominado por escritores da geração nascida em 1860, que se destacava com uma produção literária associada ao Simbolismo. Eram intelectuais empregados na imprensa ou em cargos públicos, que circulavam em cafés, livrarias, bares e outros espaços de sociabilidade e articulação, sendo o mais celebrado deles o Clube Curitibano. Com este panorama, cabe problematizar o significado da instalação do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR), em 24 de maio de 1900. A construção deste espaço representou uma segmentação do campo de produção literária, pois importou símbolos e discursos, sobretudo do movimento literário simbolista, além da hierarquia baseada no reconhecimento do capital cultural já existente naquela rede de intelectuais. Por outro lado, a formação de um novo espaço de produção intelectual impunha um microcosmo próprio, - local de consagração e pertencimento onde seriam definidas regras para as narrativas sobre o passado.

A instituição buscava seu modelo de autoridade, construída como uma seção local do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)<sup>90</sup>. Os intelectuais recorreram a esta relação direta, pois encontravam o respaldo de sessenta anos de existência de uma instituição nacional consolidada como principal lugar de fala sobre a história do país. Assim, essa “filiação” era parte do processo de institucionalização desta disciplina no estado, o que, como afirma Michel de Certeau, é condição imprescindível para uma linguagem científica. Deste modo, “a instituição não dá apenas estabilidade social a uma disciplina. Ela a torna possível e, sub-repticiamente, a determina.” (CERTEAU, 2011, p. 53). Isto porque envolvia a apropriação de uma concepção metodológica da escrita do passado, a qual se impunha como necessidade para a validação das produções perante o campo acadêmico. Para tanto, eram mobilizados dentro da história procedimentos já reconhecidos em outras áreas como a numismática, a cronologia, a filologia (TURIM, 2009, p.18). Se

---

<sup>90</sup> É preciso que se diga que o IHGB era a principal referência nacional sobre a escrita da História, ainda que o processo de transição para a república fomentasse mudanças sobre suas posições sobre a escrita da história brasileira.

destacavam também influências da etnologia, da paleontologia, do historicismo, spencerismo e do positivismo.

A compreensão do IHGB sobre a história circulava pelo território nacional em seus boletins e conferências, além das obras de seus sócios. Mas seria incoerente apontar o IHGB como referência determinante para as metodologias e narrativas sobre passado construídas em âmbito local. Isto porque os intelectuais que se advogavam autorizados a produzir a história estavam em meio às tensões e movimentações da política regional, dialogando com os interesses dos grupos dominantes e pensando as características que tornavam a trajetória do Paraná como diferenciada dos demais estados brasileiros.

Considerando esta influência da política nos espaços de produção intelectual, entende-se que o reconhecimento do IHGPR passava também pela constituição de um grupo de sócios com influência no espaço público, portadores de poder político, econômico e cultural. Apesar de ser um espaço novo, o IHGPR promovia a continuidade das redes intelectuais que se estabeleceram por meio da atuação em periódicos do século XIX. O grupo dentro da nascente associação era centralizado por nomes como Romário Martins, Dario Vellozo e Sebastião Paraná. Além da associação ao IHGB e da composição do quadro de sócios, o IHGPR desfrutava do apoio simbólico e material do governo estadual, por meio da concessão de espaços e de repasses de verba. A aproximação entre estas instituições incluía a circulação de nomes de grande capital político, como algumas lideranças do Partido Republicano Federal (PRF), que governou o estado entre o final do século XIX e início do XX.

Essa compreensão traz o questionamento das motivações e dos interesses que levaram a construção do IHGPR. Seguindo a leitura de Pierre Bourdieu sobre a conflagração das disputas em torno do passado como forma de validação dos discursos do presente, o apoio do estado pode ser lido como parte da necessidade da dominação simbólica, necessária ao controle do poder. Sendo os pensadores a parcela dominada da fração dominante da sociedade, eles atuam pela articulação dos seus capitais intelectuais, em favor da construção de uma representação sobre a sociedade que sirva aos combates pelo poder (BOURDIEU, 1990, p. 174-5).

Dentre os debates latentes naquela virada de século, destaco o processo desencadeado pela reorganização da sociedade após a Revolta Federalista de 1893. Como tratado no primeiro capítulo, o conflito dividiu a população do estado, causando traumas que ainda se faziam presentes.

Fomentando a disputa pela memória, que colocava de um lado dos apoiadores de Gumercindo Saraiva, rearticulando suas ações no conflito, e de outro os florianistas, exaltando suas atitudes como heroicas e responsáveis pela “unidade nacional”.

O conflito também foi parte das motivações que levaram Santa Catarina a questionar os limites com o Paraná. Após ter sofrido dura repressão pelo governo federal, buscava se rearticular politicamente, o que intensificou a rivalidade com o Paraná. A reivindicação da parcela de terras em litígio foi uma forma de construir uma bandeira unificadora, que servia como demonstração da força catarinense em nível nacional. Isso reavivou o debate de algumas décadas, mas que naquele ano de 1900 se tornou um processo jurídico formal.

Nessa disputa o argumento de posse das terras remetia ao processo de ocupação e de divisão territorial, os quais demandavam um conhecimento sobre o passado. Ainda como parte desse movimento, havia a promoção dos regionalismos, inflada pela revisão da história e pela necessidade de comprovação das “contribuições” dos estados para a “formação nacional”.

Nesse sentido, o processo no qual ocorreu a fundação do IHGPR foi marcado pela discussão, na esfera pública, a respeito destes eventos. Esse exercício ficou sob a incumbência dos intelectuais que haviam construído sua autoridade no campo da literatura no século XIX. Tais agentes passaram a buscar legitimidade na formação de um novo espaço, o IHGPR, que articulava seus capitais simbólicos e lhes respaldava por meio da associação ao IHGB. Essa posição dava legitimidade ao discurso, o que foi resultante da conjunção de forças desses sujeitos para impor sua visão sobre seus interlocutores. Refiro-me aos embates tanto em nível regional, na disputa pela memória e na criação de símbolos de representação do estado; quanto em nível nacional, no conflito jurídico com Santa Catarina ou no empenho para figurar entre os principais estados da federação e desfrutar de maior poder político e econômico. Com esta leitura, analiso neste capítulo um estudo dedicado ao tema da fundação do IHGPR, a escolha de seus membros, as disputas em nas quais envolveram e os discursos produzidos em seu interior.

### 3.1 UM INSTITUTO HISTÓRICO PARA “INFLUÊNCIA EM QUESTÕES DE ALTA TRANSCENDÊNCIA PARA O PARANÁ”

Desde os seus primeiros estatutos, o IHGB já previa o incentivo às sessões provinciais, movimento que só se efetivou a partir da década de 1860 e, de forma mais ampla, após a Proclamação da República, como afirma Jefferson Telles (2015, p. 28). Um processo que é compreendido como parte do processo de descentralização da autoridade imperial sobre a produção da história nacional, a República estabelece uma nova configuração de poderes, em que os estados buscam afirmar suas trajetórias locais de forma a ampliar seus capitais simbólicos e disputarem a autoridade sobre a cultura nacional. Nesse processo de expansão da instituição, a sessão paranaense foi a sétima a se efetivar, 62 anos após seu congênera nacional e 47 anos após a criação da província do Paraná.

Tabela 2:: Datas de Fundação de Institutos Históricos estaduais

Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano	1862
Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas	1868
Instituto do Ceará	1887
Instituto Histórico e Geográfico da Bahia	1894
Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo	1894
Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina	1896
Instituto Histórico e Geográfico do Paraná	1900
Instituto Histórico e Geográfico do Pará	1900
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte	1902
Instituto Histórico e Geográfico Paraibano	1905
Instituto Histórico e Geográfico Minas Gerais	1907
Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe	1912
Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo	1916
Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas	1917
Instituto Histórico e Geográfico Piauí	1918
Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso	1918
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul	1920
Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão	1925
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás	1932

A partir dos dados da tabela, percebe-se que o IHGPR foi criado logo após a instalação de instituições congêneres nos estados limítrofes, São Paulo e Santa Catarina. Esta proximidade não se justifica apenas pelo argumento de uma inspiração, mas tem relação direta com a importância que o passado adquiriu naquele momento, na discussão sobre a divisão territorial brasileira. Isso se justificava porque os vereditos sobre as posses das terras eram dados pelo reconhecimento da anterioridade da ocupação e pelo pertencimento cultural dos moradores.

Para Emy Francielli Lunardi, que pesquisou o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), o movimento dos intelectuais locais estava diretamente relacionado às demandas da produção de uma memória sobre a Revolta Federalista e para angariar fontes que servissem de argumento para o litígio territorial com o Paraná:

(...) também estiveram presentes na criação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), em 7 de setembro de 1896. Também idealizado por José Arthur Boiteux, contou com a participação de outros 30 fundadores, representantes do meio político, cultural e econômico – em sua maioria ligados ao PRC – e com o apoio oficial do governador Hercílio Luz. Nasceu com o objetivo de fortalecer o ideal republicano e desenvolver estudos históricos e geográficos em terras catarinenses. Um desses estudos foi realizado logo depois por seu idealizador, que viajou até Portugal, designado pelo governo estadual, para levantar documentos que auxiliassem no processo judicial pela definição dos limites territoriais com o estado do Paraná. (LUNARDI, 2009, p. 196)

Segundo a autora, as preocupações com a criação de um passado estavam entranhadas na reconstituição da política local, marcada pelos traumas do conflito de 1893. Essa reconfiguração dos grupos dominantes buscava a afirmação de uma unidade, sob o discurso do “republicanismo verdadeiro”, em um processo de “acerto de contas” após a derrota da Revolta Federalista. Para reestabelecer uma unidade, utilizou-se o

argumento da delimitação territorial<sup>91</sup>. Para Lunardi, essa posição era uma emergência para o redimensionamento do poder político de Santa Catarina internamente e no diálogo com a administração federal<sup>92</sup>.

No Paraná, com a impetração de uma ação jurídica iniciada por Santa Catarina, houve a mobilização de setores da sociedade, sendo a criação de um Instituto Histórico local parte destas medidas. O IHGPR foi, assim, uma resposta à construção catarinense de um lugar de fala com reconhecimento “acadêmico”.

No Brasil há referências outros Institutos Históricos locais que surgem e se afirmam nos debates sobre os limites territoriais e na afirmação política dos estados, como a tese de Bruno Balbino Aires da Costa em sua tese defendida em 2017 intitulada “A Casa Da Memória Norteriograndense: O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927)” ou o trabalho já citado de Jeferson Telles sobre o IHGRS. Textos que demonstram essa estreita relação entre os Institutos e formação de lugares autorizados para produção do passado e para a reunião de grupos intelectuais.

Assim não significava afirmar a questão territorial foi o único motivo do estabelecimento da instituição. Entre os registros sobre as concepções que resultaram em tal articulação, tem destaque a nota publicada no dia 24 de maio de 1900, por Romário Martins. A coluna no jornal *A República* convocava à participação popular na reunião que ocorreria no Clube Curitibano para a fundação do IHGPR:

Como tem sido dito pela imprensa realiza-se hoje, ao meio dia, a reunião para a fundação de um Instituto Histórico e Geographico, promovo no Club Curytibano. No empreendimento de tão alevantada empresa procurei acarcar-me d’aquellas pessoas que aqui se preocupam com os assumptos de que pretende ocupar-se o Instituto.

---

<sup>91</sup> A autora ainda afirma uma inter-relação entre os temas entendendo que o trauma gerado pelo conflito acirrou os ânimos entre Santa Catarina e o governo central, e logo com o Paraná identificado com as posições de Floriano Peixoto.

<sup>92</sup> No Paraná o processo de reeleitura da Revolução Federalista era um argumento de aproximação entre o estado e o governo central. A memória mobilizada para este fim tem como episódio central o “cerco da Lapa” que serviu para a constituição de “heróis” e era enfatizada na contribuição do estado para a afirmação da nação, posição articulada no embate sobre a questão do litígio.

Estas pessoas são: Dr. Sebastião Paraná, Dario Velloso, general J. Bernardino Bormann, dr. Emiliano Pernetta, dr. Candido de Abreu, Júlio Pernetta, Capitão José Muricy, Coronel Jocelym Borba, Dr. Camilo Vanzolini, Luiz Tonissi, Dr. Ermelino de Leão e Desembargador Bento Fernandes de Barros

Ao total 16 contando o obscuro iniciador deste magno empreendimento. Para sócios correspondentes, penso lembrar ao Instituto nomes como Conselheiro Manoel Francisco Correia, Luiz D. Cléve, Dr. Franco Grillo, comendador Antônio Ribeiro de Macedo, coronel Telêmaco Borba, Domingos Nascimento, Ignácio da Costa Pinto, Nivaldo Braga e J.F. da Rocha Pombo.

Bem vê o povo Paranaense, que o novo Instituto inicia-se já capaz de conquistar os seus patrióticos fins. Sobre a sua utilidade – sobre os serviços que lhe incumbe desempenhar, - sobre a sua futura influência em questões de alta transcendência para o Paraná, não precisa, de certo, o público, que eu lhe venha dizer algo, pois que devem estar no conhecimento de todo o cidadão as vantagens de associações de tal natureza.

Prevejo para o nosso Instituto Histórico e Geográfico, uma larga existência de brilhos e reflectir-se na terra Paranaense – exaltando os nomes dos seus melhores filhos – assignalando a influência histórica dos seus memoreais sucessos, - descrevendo o curso dos seus rios, e expondo, com largos traços vibrantes a accentuada feição da nossa característica.

Tudo isso nos falta hoje, mas tudo isso teremos no dia em que, com amor e patriotismo, quisermos trabalhar verdadeiramente, sem preocupações de outra ordem que não sejam senão as de prestar ao nosso Estado e à nossa Pátria, tão relevante serviço e tão merecida homenagem.

Que a nossa vaidade não mate a grandeza da incontenção: que nossa inveja – que é do homem – não anteponha barreiras à passagem da idéa; que o insucesso dos primeiros embates, não refreie o fogo da nossa paixão; - e finalmente que as nossas linhas

bem defendidas não sejam desmanteladas pela desordem nem pelo desânimo, e, havendo critério, patriotismo e trabalho deixaremos, com certeza, o cunho do nosso vigor assinalando os feitos a que está destinado o *Instituto Histórico e Geográfico Paranaense* (A REPÚBLICA, 24/05/1900, p. 1)

Martins apresentava a necessidade de construção de um conhecimento da “acentuada feição da nossa característica”, na qual incluía a exaltação dos “filhos da terra” e a “descrição geográfica dos rios e limites”. Estas construções simbólicas, segundo o autor, faltavam ao estado e eram requisitos para a afirmação deste em nível nacional. A representação do seu passado, enfatizando os “serviços prestados a nação”<sup>93</sup>, renderia ao estado maior capital político e visibilidade<sup>94</sup>.

O apelo de Martins aponta para o benefício da constituição do Instituto no auxílio ao estado em questões de “alta transcendência”. Entendemos que esses assuntos sejam uma menção ao processo jurídico movido por Santa Catarina, nessa questão era preponderante embasar os argumentos por meio da comprovação documental, ação definida pela catalogação e interpretação de tratados e mapas antigos que pudessem influenciar em uma decisão favorável ou contrária ao estado litigante.

Para este propósito era fundamental a construção de um aporte histórico capaz de exprimir uma verdade comprobatória sobre a ocupação das terras, dados que fossem respaldados por uma suposta neutralidade científica de uma instituição como o IHGPR, como afirma a historiadora Christiane Szesz (1997)<sup>95</sup>:

Fora preciso, aos olhos dos governantes e dos intelectuais, construir uma entidade e elaborar

---

<sup>93</sup> Ainda é preciso que se diga que este ano é o da comemoração dos quatrocentos anos do descobrimento e a exaltação da memória local tinha espaço em propostas de homenagem a pátria, como observamos na proposição da obra *O Paraná no Centenário* de Rocha Pombo.

<sup>94</sup> A perspectiva de história carregava muito daquela visão promovida por Rocha Pombo. Esse autor promovia uma história construída por heróis e celebrações, a qual atribuía a sua leitura a Thomas Carlyle,

<sup>95</sup> Szesz, Christiane. *A invenção do Paraná: O discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)*. Dissertação apresentada ao Programa de pós-Graduação em história da UFPR – Curitiba 1997.

argumentos objetivamente neutros, sobre as quais deveria se colocar a legitimidade da dominação territorial, e a hegemonia de determinados grupos que comandavam o Paraná. (SZESZ, 1997, p. 127)

Quando se pensa nas implicações sociais do estabelecimento de uma voz autorizada para a produção do passado, é preciso atentar para as complexas relações que a formam e os diferentes interesses que se colocam na disputa pela memória. Forma-se uma trama que inclui interlocutores, espaço e poder público. Afirimo isso por pensar em um grupo de intelectuais que mantinham embates partidários e, simultaneamente, aproximavam-se de projetos econômicos, em processos como o do Contestado e que se apresentavam, juntos, na elaboração do IHGPR.

Quando estes escritores advogavam para si a “missão” de escrever um passado para o Paraná, articulavam e selecionavam memórias, de forma a constituir uma trajetória do estado com base nas percepções desse reduzido número de atores, representantes de um grupo dominante política e economicamente. Nesse sentido, os empresários da erva-mate ligados ao PRF, buscavam fazer valer sua visão de modernidade, que passava pela urbanização e industrialização, constituída em oposição à imagem da produção agropecuária no interior do estado, associando-a negativamente ao apoio à Revolta Federalista e à legenda da União Republicana Paranaense (URP). A composição desta rede incluía a articulação do IHGPR com a administração local, como o papel de Bernardino Bormann – ex vice-governador e primeiro presidente do IHGPR –, que intercedeu junto ao então governador Francisco Xavier da Silva para que o Instituto ficasse responsável pelos espaços e pela direção do Arquivo Público, da Biblioteca Pública e do Museu Paranaense, pedido que foi de pronto atendido.

Essa proximidade indicava pouca autonomia do campo intelectual local. Tomando Bourdieu como guia, entendo que, apesar de criação de uma instância para a ação, composta por regras próprias de consagração e submetida a leis específicas àquele microcosmo, havia uma relação de dependência acentuada em relação a outros campos, como o econômico e o político, que demarcavam um macrocosmo. Essa influência envolvia o discurso da finalidade da instituição, sendo o estado uma das fontes de renda do IHGPR.

Comprendemos que não é possível visualizar a complexidade das relações que viabilizaram o IHGPR se ignorasse a existência e as movimentações dos agentes deste processo. Ao analisar a formação do quadro de sócios, é possível visualizar as motivações e os deslocamentos que estabeleceram as formas de unificação de diferentes intelectuais. Igualmente, a leitura da composição desse grupo auxilia na discussão sobre os conhecimentos em movimento naquele espaço, o que permite melhor interpretar a formação de discursos como o de “progresso e emancipação política”, tão caro ao Paraná.

### 3.2- ENTRE O LOCAL E O NACIONAL: O IHGPR COMO LUGAR DE VALIDAÇÃO DA ESCRITA DA HISTÓRIA.

O modelo associativo assumido pelo IHGPR tinha como base as diretrizes do seu congêneres nacional, um formato estruturado como um tipo de “academia de escolhidos”, onde um intelectual passava a compor seus quadros por meio de indicações. Segundo Manoel Salgado Guimarães:

(...) o recrutamento, segundo as normas estabelecidas pelos primeiros estatutos, dava-se fundamentalmente pela via das relações sociais, sem que o candidato tivesse que provar como os estatutos de 1851 definiram - uma produção intelectual na área de atuação e do instituto. Deste modo. Um outro elemento importante se agrega à fisionomia do IHGB, conformando o tipo de produção historiográfica e - mais do que isso - o próprio retrato da Nação em processo de esboço. Marcada pelos critérios que presidem e organizam um tipo de sociabilização própria de uma “sociedade de corte” (GUIMARÃES, 1988, p. 9)

As formas de “hierarquização” aliavam-se à ritualização das atividades por intermédio de signos de diferenciação, como os descritos por Lilian Schwarcz (1993, p. 104), na forma de “monumentos, medalhas,

hinos, lemas, símbolos e uniformes”. Um imaginário de sacralização que articulava a exposição pública da condição de intelectual, demonstração importante para a construção e valorização do espaço dos institutos assim como de seus participantes.

No caso do IHGPR, foram convidados a compor o grupo de fundadores nomes reconhecidos por sua atuação na economia, política e no campo das letras. Entre estes, indivíduos de cores partidárias opostas e produções intelectuais diversas.

A instituição promovia autores com renomada bibliografia sobre o passado e a geografia do estado e também os que haviam publicado apenas alguns ensaios em revistas e jornais, mas que publicamente eram reconhecidos pela “colaboração com o desenvolvimento paranaense”. Na convocação de Romário Martins para a reunião de fundação do IHGPR, foram citados dezesseis convidados e nove sócios-correspondentes:

Estas pessoas são: Dr. Sebastião Paraná, Dario Vellozo, general J. Bernardino Bormann, Dr. Emiliano Pernetta, Dr. Candido de Abreu, Júlio Pernetta, Capitão José Muricy, Coronel Jocelym Borba, Dr. Camilo Vanzolini, Luiz Tonissi, Dr. Ermelino de Leão e Desembargador Bento Fernandes de Barros.

Ao total 16, contando o iniciador deste magno empreendimento. Para sócios correspondentes, penso lembrar ao Instituto nomes como Conselheiro Manoel Francisco Correia, Luiz D. Cléve, Dr. Franco Grillo, Comendador Antônio Ribeiro de Macedo, coronel Telêmaco Borba, Domingos Nascimento, Ignácio da Costa Pinto, Nivaldo Braga e J.F. da Rocha Pombo. (A REPÚBLICA, 24/05/1900, p. 1)

A posição de membro fundador se apresentava como parte de uma troca simbólica de capitais entre instituição e agentes. De um lado, era necessário que estes nomes já possuíssem alguma credibilidade, para que pudessem respaldar a nascente instituição; por outro, a inclusão do intelectual no grupo significava uma consagração, um reconhecimento de competência e autoridade no debate sobre a história e cultura paranaenses. A configuração desta associação fornece informações sobre os

movimentos feitos para compor uma fração do campo intelectual local que se mostrasse unificada e forte.

Para analisar estes nomes, optei pela organização de uma tabela atentando para a idade, naturalidade, profissão e obras publicadas em datas próximas à da fundação do IHGPR. Com esses dados, podemos é possível analisar as redes e os discursos que caracterizavam este grupo.

Tabela 3: Sócios Fundadores

Nome	Idade/ Naturalidade	Profissão	Obra
José Bernardino Bormann	56/ Porto alegre (RS)	Militar – Vice-presidente da Província do Paraná	História da Guerra do Paraguai, (1897).
Sebastião Paraná de Sá Sottomaior	36/ Curitiba	Advogado/Professor do ginásio Paranaense	Chorographia do Paraná (1899)
Emiliano Pernetta	34/ Pinhais (PR)	Advogado, Jornalista e professor	Musicas (1888)
Dario Persiano de castro Vellozo	31/ Rio de Janeiro (RJ)	Professor do Ginásio Paranaense (Hist. Universal)	Esothéricas (1900)
Candido Ferreira de Abreu	44/ Paranaguá	Militar/engenheiro – Secretário de Obras Públicas	
Júlio Pernetta	31/ Pinhais (PR)	Jornalista/funcionário da secretaria de obras.	Razões por que... (1896)
Nestor Pereira De Castro	33/ Antonina (PR)	Jornalista	Brindes (1899)
Lúcio Leocádio Pereira	40/ Paranaguá	Jornalista (espirita)	Contos Paranaenses (1896)
José Candido da Silva Muricy	37/Curitiba	Militar/Político e escritor	Foz do Iguassu (1896)

Jocelym Augusto Morocines Borba	60/ Curitiba	Coronel – Militar	
Camilo Vanzolini	Itália	Professor/ médico	Crítica a Classificação genealógica dos vegetais (1894)
Luiz Tonissi	Itália	Comerciante	
Ermelino agostinho de Leão	29/ Curitiba	Advogado/ empresário – Ervateiro	Memorial sobre a questão de limites Paraná – Santa Catarina (1897)
Bento Fernandes de Barros	66/Sobral (CE)	Desembargador	Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina (1877)
Alfredo Romário Martins	26/ Curitiba (PR)	Jornalista	História do Paraná (1899)
* Manoel Francisco Correia	69/ Paranaguá	Político	Notícias sobre o Paraná (1893)
* Luiz Daniel Cleve	67 Bahrenfeld (Dinamarca)	Jornalista, político	
* José Franco Grillo	58 Melicuccà (Itália)	Médico/naturalista/ político	Alcuni Saggi Etnografici Degli Indiani Del Paraná. Em 1886, no <i>Bollettino della Società Geografica Italiana</i> .

* Antônio Ribeiro de Macedo	57	Comendador/Empresário/ Político	Ligeiro estudo sobre a questão de limites do Paraná com Santa Catarina (1910)
* Telêmaco Borba	60/ Curitiba (PR)	Militar /sertanista/ Geólogo/paleontólogo	<i>Pequeno vocabulário das línguas Portuguesa e Kaingangues ou Coroados (1882)</i>
*Domingos Virgílio Nascimento	37/ Curitiba (PR)	Escritor/Militar	O Sul (1895)
* Ignacio da Costa Pinto		Comerciante Antonina – Membro da Junta comercial do Paraná	
* Nivaldo Teixeira Braga	48/ Curitiba (PR)	Professor	Perfil Biográfico do Visconde de Nacar (1880)
* J. Francisco da Rocha Pombo	43/ Morretes (PR)	Professor	O Paraná no Centenário (1900)

\* Nomes convidados a serem sócios-correspondentes.

Analisando os nomes dos convidados<sup>96</sup>, a primeira informação a ser ressaltada é a presença efetiva dos membros da geração de 1890. Isso

---

<sup>96</sup> Antes de adentrar a análise da tabela, é importante salientar que a única crítica encontrada a lista de nomes apresentados, para a fundação do IHGPR, foi veiculada no jornal *Diário da Tarde* e dizia: “Tem causado muita estranheza o facto de não ter figurado o sr. dr. Manoel Gomes, lente de história do Brazil do Gymnasio Paranaense, entre os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico”. (DIÁRIO DA TARDE. 25/5/1900, p. 3.). Não há informações mais profundas sobre o motivo para Manoel Gomes não compor o grupo de fundadores, apesar de sua posição de prestígio, como professor da matéria de história nacional na principal escola do estado.

demonstra uma continuidade entre esta iniciativa e outros empreendimentos (clubes, revistas, jornais) que surgiram antes do IHGPR e que se propunham a construir um campo cultural local. Entre os nomes, destaco a presença de Romário Martins, Sebastião Paraná, Dario Vellozo, Domingos Nascimento, além dos irmãos Júlio e Emiliano Pernetá, reconhecidos representantes da categoria de “homens de letras”. Ermelino Leão também pertencia a esta rede de escritores e era também avalizado pelo seu capital familiar. Tal reconhecimento estava ligado à erva-mate e à atuação política de seu pai, Agostinho Ermelino de Leão, que era desembargador e também responsável pela fundação e manutenção do Museu Paranaense em 1876, em parceria com José Cândido Muricy, igualmente convidado como sócio fundador. Ermelino de Leão presidia a Comissão do Estado para Colligir Documentos para a Questão de Limites entre os Estado do Paraná e Santa Catarina. Era equipe de juristas criada em 1896 e que tinha como principal nome o desembargador Fernandes Barros, também convidado como sócio. Essa estreita relação reitera a atuação do IHGPR no debate sobre os limites territoriais

Essa articulação contava ainda com nomes de grande expressão política como Bernardino Bormann, que havia sido vice-governador<sup>97</sup> e era líder do PRF; e Manoel Francisco Correia, irmão do falecido Barão de Serro Azul<sup>98</sup>, que controlava a empresa ervateira da família e, aos 69 anos, estava entre os mais influentes políticos do Paraná, com uma longa carreira como senador durante o Império. No campo intelectual, Correia ainda se destacava por compor o quadro de sócios do IHGB, instituição da qual ocupou a vice-presidência.

Como ressalta Rafael Beltrami (2002), havia continuidade entre alguns valores da rede de intelectuais e dos setores ervateiros. O autor

---

<sup>97</sup> Bernardino Bormann era vice-presidente do Paraná entre 1896-1900. Assumiu o governo interinamente entre abril e maio de 1899, quando o governador José Pereira dos Santos Andrade adoeceu. Em 1900, foi eleito um como governador do Paraná Francisco Xavier da Silva e Bormann permaneceu próximo ao poder executivo com a função de “chefe de ordens”.

<sup>98</sup> Como já trabalhado neste estudo o Barão de Serro azul era Idelfonso Pereira Correia, principal exportador de erva-mate do Paraná na época do império, atuou ainda como articulador de instituições culturais como o Clube Curitibano. Foi assassinado ao fim da Revolução Federalista em 1894, naquela virada do século já figurava como um “herói local”, exaltado nas memórias e nos monumentos locais.

aponta como um dos indicativos desta relação a escolha da biblioteca do Clube Curitibano para a reunião de fundação do IHGPR. Como já debatido neste trabalho, o espaço fora fundado por grupos ervateiros na maior parte filiados ao PRF, com cargos no governo do estado. Mas o pertencimento a espaços comuns não significa que não houvesse rompimentos ou disputas no âmbito político, pois concorriam a cargos e pelo domínio interno do partido. É preciso destacar, igualmente, que dentro do IHGPR havia dissidências, com a presença de nomes de outras tendências políticas, como Nestor de Castro, que se opôs aos florianistas durante a Revolta Federalista, participando do governo de Gumercindo Saraiva durante a ocupação em Curitiba: “sua participação na fundação é aqui entendida como uma forma de reconhecer o erro de ter apoiado os revolucionários” (BELTRAMI, 2002, p. 22).

A união de adversários era, também, justificada por uma necessidade maior e era uma forma de construir uma narrativa que não fosse, posteriormente, adjetivada de partidarista. Nesse sentido, vale destacar outro fundador: Telêmaco Borba, deputado da União Democrática Federal (UDF), adversário do PRF e líder da oposição ao governador Santos Andrade<sup>99</sup>. A disputa era pública, e os governistas usavam o jornal *A República* para veicular acusações de corrupção contra Telêmaco Borba e seu irmão Jocelym, apresentando-os como coronéis na região do Tibagy<sup>100</sup>. Estas animosidades explicam os apelos feitos por Romário Martins, para um “controle das vaidades” e um “comprometimento com o Paraná”.

Ao considerarmos a segunda coluna da Tabela 3 percebe-se um grupo relativamente jovem – Romário Martins tinha 26 anos e a maior parte dos seus colegas tinha menos de quarenta anos. A proximidade de idades pode ser lida como expressão de uma necessidade geracional de construção de traços culturais e memórias que conferissem uma marca identitária ao Paraná e a eles próprios. Nove dos 16 membros efetivos

---

<sup>99</sup> Posição que não se alterou quando Bormann assumiu o Paraná como governador interino.

<sup>100</sup> Exemplar destes embates eram as matérias publicadas no diário *A República*, como as que circularam em 24 de fevereiro de 1898 e de 30 de março de 1898, a primeira intitulada “corrupção eleitoral” Andrade rebate as acusações de Borba que o acusava pela manipular das eleições, na resposta o jornal acusava Borba de estar “coronelizando” o Paraná; na segunda capa citada a matéria tinha como título “eleições no Tibagy” e trazia a descrição da compra de votos naquela cidade, onde o beneficiado maior teria sido Telêmaco Borba.

eram nascidos no estado, e valorizar o Paraná significava valorizar suas próprias trajetórias.

O discurso regionalista era uma ferramenta para essa afirmação do estado no cenário nacional e também reafirmava este grupo como influente no poder local. Essa pretensão de ser representante de uma visão geral do estado nos leva a atentar, ainda, para a questão das regionalidades. Pois, se por um lado temos um grande número de membros da capital e do litoral, por outro encontramos nomes de regiões mais a oeste como Guarapuava e Foz do Iguaçu<sup>101</sup>, representadas por Grillo e Cleve, e ao norte, da região de Tibagy, com os irmãos Borba.

Há uma pluralidade quando se atenta para os ofícios e carreiras destes homens, como é destacado nas pesquisas de Beltrami (2002) e de Rosevics (2009). Estes atores se apresentam em diferentes espaços profissionais dentro da sociedade paranaense, articulados dentro do ambiente militar, do serviço público e educacional, ainda atuando como escritores e jornalistas. A diversidade das características e posições dos membros do Instituto os inseriam em diferentes espaços e deveria somar para efetivação dos projetos comuns, uma condição que envolvia um comprometimento que não se manifestou em seus primeiros momentos, visto que no dia 24 de maio de 1900, quando se realizou a reunião de fundação, compareceram apenas seis convidados.

Ainda as numerosas ausências constam na ata de fundação como justificadas, mas sem detalhamentos. Essa baixa adesão à reunião pode ser interpretada como um desinteresse ou uma descrença daqueles intelectuais na Instituição, por outro lado após a instalação do IHGPR há uma atuação de mais do que os seis citados. A estes nomes coube a função de “estruturar” o IHGPR, decidindo os primeiros encaminhamentos, como a construção de um estatuto e o estabelecimento de uma diretoria. Com o esvaziamento desta reunião, Camilo Vanzolini propôs que a eleição da diretoria ocorresse em uma ocasião onde houvesse maior quórum, ficando assim definida apenas a comissão para a construção do estatuto, a qual integrariam Vanzolini, Dario Vellozo e Romário Martins. A primeira diretoria foi eleita na reunião do dia 3 de junho de 1900. A ata apresenta a transcrição de algumas falas, como a de Ermelino de Leão, que

---

<sup>101</sup> Importante ressaltar que a extensão do território destas cidades era muito maior do que a atual e abrangia a maior parte do Oeste do Paraná

declara que o instituto não pode dispensar o eficaz concurso de seu ilustrado iniciador e que não acha bastante ponderosas as razões da recusa ao cargo que por ventura a vontade de seus consócios lhe designar. Termina, fazendo, nesse sentido, um apelo ao cidadão Romário Martins. (BOLETIM DO IHGPR, 1918 p.8)

Os motivos para que Martins não se colocasse à disposição para assumir a presidência da instituição não foram elucidados nos documentos a que tivemos acesso, porém, percebe-se que não ficou de fora da diretoria, sendo empossado como secretário, entre 1900 e 1903. Juntamente com ele, foram aclamados os seguintes membros: Bernardino Bormann (presidente), Sebastião Paraná (vice-presidente); Romário Martins (secretário); Emiliano Perneta (orador); Manoel Correia (tesoureiro). Apesar da renúncia de Martins ao cargo de presidente, na reunião de 24 de maio, a sua condição de secretário não era menos importante. Como argumenta Lilian Moritz Schwarcz (1993, p.128) na análise do funcionamento do IHGB, o cargo da presidência era geralmente ocupado por um “nome de fachada”, uma figura pública com bom trânsito no campo político e no campo intelectual. Por sua vez, o papel de “artesão” era exercido pelo secretário, que tinha como responsabilidades o contato entre os sócios, as pautas das reuniões e a comunicação pública. A posição assumida por Martins se mostrava como a de maior articulação, o que lhe era facilitado pela posição exercida como membro da administração pública e como jornalista ligado ao jornal *A República*.

Nesse sentido, entende-se que o presidente do IHGPR, Bernardino Bormann, era alguém de trânsito político e, ainda que atuasse como escritor, isto não lhe conferia reconhecimento como “cientista”. Este papel de “contraponto acadêmico” cabia a Martins e Sebastião Paraná, que tinham reconhecimento por suas produções recentes (*História do Paraná e Chorografia do Paraná*, de 1899). Como no processo de reconhecimento da instituição era importante a inclusão de nomes de destaque na sociedade local, destaca-se o nome do poeta e advogado Emiliano Perneta<sup>102</sup> como orador, e o do conselheiro Manoel

---

<sup>102</sup> Emiliano como já trabalhado nesta tese, era o poeta mais aclamado da geração simbolista, servindo como uma referência para este grupo, era reconhecido pela

Correia como tesoureiro. Ambos possuíam reconhecimento nacional, o primeiro na literatura, o segundo na política e ambos junto ao IHGB. Se por um lado, essa relação de proximidade com o poder trazia elementos de afirmação do instituto nascente, por outro, tornava-o espaço de embate tanto partidário quanto intelectual. A dificuldade de convergência, entre seus membros logo se tornou um dos motivos das fragilidades da proposta do IHGPR.

Apesar destas dificuldades, em seus primeiros anos, o instituto buscou legitimar os debates que justificaram a sua criação, com ênfase na produção de argumentos em defesa do Paraná na questão dos limites com Santa Catarina. Serviu como local de articulação entre discursos jurídico, científico e político, e mesmo que ainda não possuísse uma publicação própria<sup>103</sup>, servia como chancela para a legitimação da produção de seus membros.

### 3.3 MEMÓRIA, LITERATURA E CIÊNCIA: O QUE PRODUZIAM OS CONVIDADOS A SÓCIOS

A institucionalização do conhecimento serviu como um ritual para a afirmação dos sócios do IHGPR como produtores de narrativas sobre o passado e como vozes autorizadas sobre a cultura local. Segundo Rosevicz (2009, p. 67), estes escritores passaram a ser entendidos não apenas como fundadores do IHGPR, mas “sendo considerados, antes de tudo, os fundadores da própria idéia de História do Paraná”. É necessário, portanto, atenção quanto ao que eram essas produções e a quais assuntos se dedicavam os autores convidados a compor o IHGPR.

Primeiramente, destacam-se as obras *Discussão da questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina* (1877), escrita pelo desembargador Fernandes de Barros, e o *Memorial da Comissão do Estado para Colligir Documentos para a Questão de Limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina* (1897), de Ermelino de Leão e

---

sua atuação pública e neste período trabalhava no jornal *O Comércio* e no *Gymnasio Paranaense*.

<sup>103</sup> A construção de uma publicação para a disseminação dos conhecimentos produzidos pela instituição era prevista desde o primeiro estatuto do IHGPR, escrito em 1900.

Manoel Correia. Como dito anteriormente, a questão transcendia aquele ano de 1900 e foi uma bandeira encampada pelo IHGPR. A leitura dos autores em favor do Paraná credenciava-os como desejáveis sócios e, mais do que isto, era necessário para os interesses do estado que as suas obras fossem chanceladas por uma instituição científica.

Os livros *História do Paraná* (1899), de Romário Martins, *O Paraná no Centenário* (1900) de Rocha Pombo e *Chorographia do Paraná* (1889) de Sebastião Paraná já eram referências para a construção de um passado para o Paraná, possuindo reconhecimento “científico”. Do campo literário, vieram Emiliano e Júlio Perneta, Dario Vellozo e Nestor de Castro<sup>104</sup>. Os campos da história e da literatura tinham intersecções, apresentando importantes construções da identidade cultural paranaense. Exemplar desta relação são as obras *Bento Cego*, de Nestor de Castro, e *Tipos Paranaenses*, de Júlio Perneta, ambos descrevem as relações humanas no interior e litoral do estado, seguindo a perspectiva de Romário Martins, Sebastião Paraná e Rocha Pombo. Percebe-se a lógica spencerista de evolução da sociedade, entendendo a mestiçagem e a adaptação à natureza como fatores definidores dos “tipos locais”. As obras mantêm a origem indígena, passando pela figura do caboclo e chegando à formação de uma sociedade “civilizada e moderna” no presente, fusão das culturas anteriores, entendidas como fundamentais para o estado. Nesse sentido, havia para os autores a necessidade de registrar as crenças religiosas, festividades e práticas cotidianas, que entendiam estar em extinção.

Outra categoria de escrita valorizada pelos membros do IHGPR era a das memórias pessoais. Os autores, por sua vez, buscavam respaldo para inserir suas experiências em momentos marcantes da história nacional, fortalecendo as suas versões e enaltecendo suas trajetórias. Refiro-me, mais especificamente, aos relatos de Bormann e de Domingos Nascimento, ambos militares que relataram suas atuações em conflitos.

---

<sup>104</sup> A obra de Nestor de Castro lançada em 1899 atendia pelo nome de *Brindes* e havia sido produzida pela *Impressora Paranaense*, tem prefácio de Emiliano Perneta e cada um de seus poemas foi dedicado a algum de seus amigos e colegas. Entre os homenageados haviam muitos dos nomes que compunham o campo intelectual local, como Sebastião Paraná, Romário Martins, Júlio Perneta, Rocha Pombo e Nestor Victor. A obra e as reverências aos outros escritores são importantes para a reafirmação de Nestor de Castro nesta rede, pensando que sua publicação e circulação após seu retorno a capital paranaense após o afastamento decorrente dos conflitos da Revolta Federalista.

Bormann escreveu *A Guerra do Paraguai*, obra em dois volumes publicada pela Imprensa Paranaense de Jesuino Lopes em 1897. No início do livro, uma foto de Duque de Caxias, com a justificativa: “As injustiças feitas ao exército brasileiro pelo nosso aliado argentino durante e depois da guerra do Paraguay; as inverdades publicadas na imprensa (...) levou-me a escrever a história daquela guerra.” (BORMANN, 1895, p.II). O autor entrecruzou sua memória com alguns documentos oficiais, contrapondo-se às versões do fato publicadas nos jornais locais e dos países platinos, as quais acusavam o exército brasileiro de crimes contra os paraguaios.

Outro livro dedicado às memórias sobre conflitos foi *O Sul*, de Domingos Nascimento, sobre a Revolta Federalista, publicado pela tipografia do jornal *A República* em 1895. A obra entrou em circulação logo após o fim dos conflitos, propondo construir uma memória sobre a posição do Paraná, mais especificamente, justificando o apoio a Júlio de Castilhos, cujo retrato figurava logo na abertura do livro. Os textos apresentados em *O Sul* eram editoriais do jornal do PRF feitos durante o conflito. Foram utilizados pelo autor para compor uma narrativa patriótica sobre a luta contra o grupo de Gumercindo Saraiva. Ainda entre os textos memorialísticos, *Foz do Iguassú: ligeiras descrições de uma viagem feita a Guarapuava a colônia de Foz do Iguassú em novembro de 1892*, de José Cândido da Silva Muricy, publicado em 1896 pela Imprensa Paranaense de Jesuino Lopes<sup>105</sup>. Trata-se de uma descrição do trajeto entre a capital e a fronteira com o Paraguai. Apresenta a população como pouco numerosa e constituída por uma maioria cabocla, dando destaque à geografia, classificada como grandiosa, ressaltando-se as Cataratas do Iguaçu. Segundo as notas do autor, o conteúdo de seu livro resultou das transcrições de seu diário de viagem, o qual tem densa apresentação de fauna e flora, incluindo desenhos. Apesar de demarcar as fronteiras nacionais e os limites territoriais do Paraná, o livro tem como foco principal a descrição de suas observações da natureza. Isto se enquadra em outra forma de conhecimento do território, também entendido como parte das funções do IHGPR: os estudos etnográficos e naturalistas, assim como a produção feita pelos chamados “sertanistas”, como Telêmaco

---

<sup>105</sup> Como se percebe a Imprensa Paranaense era responsável pela maior parte das edições do período, pois era a principal empresa do ramo na cidade e pertencia ao grupo ligado ao jornal *A República*, suas publicações atendiam as demandas de mercado, mas eram também fortemente influenciadas pelo poder político e econômico.

Borba, que se tornou referência no estado por seus estudos de etnografia, mais detidamente sobre as línguas indígenas<sup>106</sup>.

É importante demarcar que entre os associados que se dedicavam aos estudos da paleografia e da etnografia, coletando dados da fauna e da flora, eram majoritariamente estrangeiros, como Camilo Vanzolini<sup>107</sup>, italiano, que descreveu a vegetação; o dinamarquês Luiz Daniel Cleve<sup>108</sup>, que possuía o periódico *O Guayra*, onde publicava artigos sobre paleontologia e zoologia; e Francisco Grillo, que havia publicado artigos na Itália descrevendo os hábitos dos grupos indígenas locais paranaenses<sup>109</sup>. Tais obras possibilitam visualizar os interesses e a compreensão de espaço naquele momento. Havia uma declarada posição sobre os limites territoriais, assim como o encontro entre a produção literária e a científica, articuladas num discurso sobre a identidade local.

---

<sup>106</sup> Os estudos de Borba sobre língua e cultura indígena resultaram na publicação de *A Actualidade Indígena: Paraná-Brasil*, publicado em 1908.

<sup>107</sup> Camilo Vanzoline foi lente de história natural do Gymnasio Paranaense, cargo que ocupou até 1901, quando foi exonerado para ser efetivado na mesma função no Gymnasio de Campinas, a informação consta na edição de *A República* de 20 de agosto de 1901. Desta forma quando residiu em Curitiba foi companheiro de serviço de Dario Velloso e Emiliano Pernetta, desfrutando do estatuto conferido por pertencer aquele que era considerado o principal colégio do estado. Ainda consta que com sua saída foi formada banca para admissão de um novo professor que teve o etnógrafo italiano Franco Grillo como avaliador, neste concurso foi aprovado o nome de Reynaldo Machado que foi o único candidato (*A República* 24 de maio de 1902).

<sup>108</sup> Luiz Daniel Cleve é uma adaptação do nome Ludwig Daniel Heinrich Klève de origem dinamarquesa.

<sup>109</sup> A presença de estrangeiros encontrava receptividade pela comunidade local, como simboliza a própria colocação de pesquisadores de diferentes origens entre os sócios fundadores do IHGPR, como afirma Schwarcz “até meados do século XIX toda a ciência era feita por viajantes estrangeiros, vindos exclusivamente para coletar” (1993, p.90). não estamos aqui incluindo Cleve, Grillo e Vanzoline como viajantes, mas argumentando em favor da aceitação de suas presenças como membros de uma comunidade com pretensões de ser científica, ainda somava-se o fato de todos estes terem publicações em revistas estrangeiras, o que era entendido como um reconhecimento externo que agregava um grande capital simbólico a seus trabalhos e também era vislumbrado como uma possibilidade de representação do grupo fora do país.

### 3.4 OS PRIMEIROS ANOS: A DEMARCAÇÃO DAS FRENTES DE ATUAÇÃO E A DIFICULDADE DE ORGANIZAÇÃO

Além da questão de limites, outros debates foram importantes para o IHGPR, como as construções sobre o passado do Paraná, que ocupavam páginas centrais nas revistas, em artigos que buscavam conceber uma cultura distintiva que estabelecesse um sentimento de pertencimento e que pudesse ser utilizada nas disputas em nível nacional. Os livros *História do Paraná*, *Chorographia do Paraná* e *O Paraná no Centenário* foram parte deste processo. O IHGPR atuou de maneira a se estabelecer como um espaço que servisse como chancela para as produções sobre o tema, bem como para fomentar os debates.

Como não contava com uma revista própria em seus primeiros anos, a produção de seus sócios era veiculada em outros meios de divulgação. Desta forma é possível acompanhar as elaborações sobre um tipo local, o modelo de modernização, a origem do estado e seus habitantes, assim como os argumentos sobre a posse da terra em litígio. Optei por destacar os primeiros anos na articulação de duas questões: os limites territoriais e a escolha do nome para o principal teatro de Curitiba. Trata-se de processos que apresentam a forma de ação, as articulações e as representações sobre a instituição e o estado.

#### 3.4.1 - O Teatro: “Civilização”, Memória e Identidade

Uma das primeiras ações públicas do IHGPR ocorreu em maio de 1900, quando Sebastião Paraná e Romário Martins se envolveram no debate sobre a denominação do principal teatro de Curitiba. Segundo Rafael Beltrami (2009, p. 33), buscava-se um novo nome para o Teatro São Teodoro, depois de sua reforma e da concessão de uso ao capitão Benjamim Pessoa. Entre as motivações para a mudança do nome estava a vontade de desvinculação da imagem do espaço como prisão durante a Revolta Federalista. O episódio demarca a atuação do IHGPR na disputa pela memória e sua representação em meio ao espaço urbano. Apesar de aparentar ser uma “questão menor”, a nomeação do teatro deu vazão às tensões sobre a identidade local, mobilizando diferentes concepções sobre o passado.

O artigo de Sebastião Paraná e Martins saiu na primeira página do jornal *A República*, na coluna que precede a chamada para a reunião do IHGPR. Ali defenderam que o teatro passasse a ser chamado *Guayra*, em oposição aos nomes *São Teodoro* ou *Teatro Pedrosa*<sup>110</sup>:

A nossa história de povo tem uma página esquecida, mas bem merecedora por certo de ser rememorada no coração paranaense, pois ella assignala o inicio do nosso povoamento. Devemos reavival-a na memória de todos, com as cores indígenas de que ella se revestiu em epochas de um raro brilho, e que nos chegam ainda agora cantando a música deste nome: GUAYRA (...) nelle, neste nome que relbra toda a rútila legenda dos braços guaranys, está uma honagem à nossa Patria selvagem! está recordada a raça valorosa que durante séculos afirmou a sua existência, e se mostrou capaz, de no mundo, vir a conquistar o mais distincto renome como espécie humana. (...) Guayra foi o centro das nossas primeiras povoações; foi a capital do occidente paranaense; ali com ella se instalaram as nossas primeiras povoações efectivas; e foi dela que surgiu o ultimo canto de amor e o derradeiro grito de guerra dessa raça que desapareceu! ... (A República. Curitiba, 27 mai. 1900, p. 1)

Havia nesta argumentação uma continuidade com a leitura já sustentada pelos escritores, reivindicando o nome como uma “rememoração no coração paranaense”, ressaltando a importância atribuída àquele que era o principal palco de espetáculos da capital do estado. Os autores se referiam também a uma homenagem à “nossa pátria

---

<sup>110</sup> Como explica Rafael Beltrami, o nome era uma homenagem a um dos primeiros Presidentes de Província, João José Pedrosa (1844-1882) a quem se atribui o inicio da construção do teatro mais antigo da capital. Pedrosa governou o estado entre agosto de 1880 e maio de 1881, nesta pesquisa foram encontrados poucos materiais sobre suas ações, o que acredito ocorra em função das instabilidades políticas do período e do curto período de sua administração.

selvagem”, em retomada da leitura indianista caudatária dos debates feitos na revista *O Cenáculo*<sup>111</sup>.

Esta construção incorria na positivação do nome *Guayra*, associado a uma redução jesuítica. Era uma contradição se lembrarmos da visão negativada daqueles empreendimentos religiosos. Indicioso desta aceitação é que nela transparece a enfática posição de advogar que esta foi a “capital do ocidente paranaense”, um argumento que retoma a defesa de uma construção territorial e da ocupação do Paraná em uma perspectiva de ancestralidade. Mas há que se lembrar das obras de Martins e Paraná trabalhadas no capítulo anterior, que enfatizam o indígena nas descrições das reduções – este era o signo a ser rememorado. Resignificando sob a ótica das reduções como argumento em pról da civilidade dos indígenas, sem negar a violência do processo.

Outra questão que aparecia reelaborada era a dos Guarani, definida pelos autores como uma “raça que desapareceu”, negligenciando um passado para as populações indígenas que buscavam a posse de suas terras. Sua descrição os distanciava do mito do “indígena heroico”, um movimento carregado de uma visão civilizacional dominante no período, segundo a qual o processo de assimilação e mestiçagem seria uma etapa vencida na modernização.

Mas o discurso desses intelectuais não representava um pensamento homogêneo. Benjamim Pessoa, o administrador do teatro defendia o nome de *Pedrosa* para o local, em alusão ao presidente da província que iniciara a construção do espaço na capital paranaense. Ainda contra o nome *Guayra*, circulou na *Gazeta do Povo* a argumentação que “Guayra não representaria o esforço do indígena paranaense, não é o atestado da capacidade para a civilização” (GAZETA DO POVO, 30/05/1900 p. 1). Martins e Sebastião Paraná denunciaram o descaso e o desrespeito com o que é nacional; referiam-se às “repúblicas do Guayra”<sup>112</sup> como espaços de origem do estado, creditando sua existência à “civilidade” dos indígenas, “em aceitar as novas teorias que

---

<sup>111</sup> É importante ressaltar que em *O Cenáculo* os artigos dedicados ao debate sobre o “selvagem brasileiro”, sobretudo o manifesto escrito por Dario Velloso, buscavam distinguir as suas compreensões de indianismo daqueles que demarcavam como românticos e atribuíam a Gonçalves Dias.

<sup>112</sup> Repúblicas do Guaira ou Guayra, era o nome utilizado para designar as reduções jesuíticas, uma nomenclatura que ressignificava o discurso da dominação do indígena pelos jesuítas, por uma visão onde se entendia aquele espaço como um local de produção coletiva.

o europeu lhe impôs; - sem a alma e o coração generoso do índio: - as republicas do Guayra não teriam um só momento” (A REPÚBLICA, Curitiba, 30/05/1900 p. 1). A visão dos autores incorria na leitura do “bom selvagem”, que se fortaleceu no país desde o movimento indianista, tomando como fonte o pensamento de Rousseau, que teorizava sobre a população do continente americano vivendo em um “estado natural”. Como argumenta Lilian Schwarcz:

A alteridade desses “novos homens” transformada em modelo lógico se contrapunha à experiência ocidental. Como concluía Rousseau sobre a origem da desigualdade entre os homens, “se há uma bondade original da natureza humana: a evolução social corrompeu-a” (Schwarcz, 1993, p.60).

A imagem de uma população indígena marcada por uma bondade inata era parte da perspectiva apresentada pelos sócios do IHGPR, para quem essa índole teria viabilizado a sua própria “civilização”. A imagem de um processo de regeneração parece contraditória e demanda uma explicação. Acompanhando a análise de Schwarcz sobre a leitura de outros autores que circulavam no país, nos deparamos com textos como os do Conde de Buffon, sobre a infantilidade do continente, e de Cornelius de Pauw, sobre a degeneração americana – pensamentos que parecem influenciar a visão evolutiva e modernizadora de Martins e Paraná. Essa visão reafirmava algumas memórias definidas nas revistas dirigidas pelo grupo no século XIX, como o índio pensado enquanto signo da originalidade nacional e igualmente de resistência e manutenção do território. Nessa narrativa, o bandeirante e o jesuíta eram representantes da dominação europeia.

O debate sobre o nome do teatro continuou por mais algumas semanas; não me cabe aqui aprofundar esta análise, apenas frisar que, ao fim das discussões, houve a inauguração do novo teatro com o nome *Guayra*. Isto significou uma vitória dos membros do IHGPR como voz autorizada sobre a memória local e como parte da afirmação de um projeto para a identidade do estado. Essa disputa ressalta o significado das nomeações, a importância dos léxicos para as disputas por poder simbólico, as palavras estão submetidas a um mercado simbólico.

No caso Guayra trazia uma simbologia que remetia ao projeto de estado defendido pelo grupo do IHGPR, em que se assimilava um passado

indígena em oposição a outras propostas de nomes, como a homenagem ao ex-governador Pedrosa, que era ligado a memória do período imperial e também ao partido liberal.

Importante lembrar que Martins e Paraná eram já vozes autorizadas, por conta das obras que publicaram no ano anterior, mas nesse debate, reivindicaram a posição de sócios do instituto, o que serviu para demarcar o papel da instituição. Além disso, a questão indígena foi mote de outra mobilização dentro do IHGPR. Desta vez, o evento noticiado pela imprensa foi a conferência sobre o estudo *Projeto de Catechese dos selvícolas*, Walfrido Ferreira. Ele enviara um plano de ação ao governo paranaense, visando uma intervenção junto as aldeias no interior do estado (A REPÚBLICA, 14/07/1900)<sup>113</sup>. Diferentemente do debate sobre o Teatro Guayra, tratava-se efetivamente das formas de inclusão do grupo indígena na sociedade local. A proposta de Ferreira incorria na cristianização como “caminho de civilização”, o que era visto com desconfiança pelos grupos de “livre pesadores” ligados ao IHGPR, mas sua fala era importante por se tratar de um modelo proposto para ser adotado como política pública.

É preciso que se demarque que a biblioteca e o museu do IHGPR continuavam a ser primordialmente utilizados pelos membros da rede de intelectuais oriundos do campo literário. Essa ligação aparece, por exemplo, na divulgação da palestra de Silveira Netto sobre o poeta Fernando Amaro, considerado o “primeiro representante do lirismo no Paraná”. Essa atividade realizou-se em parceria com a revista *Ordem da Turris Ebúrnea* (A REPÚBLICA, 15/11/1900, p.2). Entre os nomes que contribuía neste periódico estavam Romário Martins, Nestor de Castro, Emiliano Perneta e Domingos Nascimento. Beltrami (2002, p. 76) destaca: “*Turris Ebúrnea* nasceu da fusão de *Breviário* com a *Pallium*, criando a ‘*Ordem da Turris Ebúrnea*’ formada por cavaleiros dispostos a adentrar o século XX na defesa da libertação do homem do espírito do século XIX”. O próprio nome da revista, *torre de marfim*, remete à contemplação e isolamento, uma busca de si, figura indiciosa de como pretendiam conceber esse processo de superação do século XIX.

---

<sup>113</sup> A questão indígena se colocava no entrecruzamento das discussões sobre a identidade local e a formação da população paranaense. Mas era, desde aquele tempo, uma questão social latente, pois eram presentes na imprensa local os debates sobre a reivindicações de diferentes tribos que pediam a demarcação de suas terras, condições para trabalho e sobrevivência.

Estes primeiros embates assumidos pelos sócios do IHGPR, sobre o teatro, o projeto de catequese e a palestra sobre Fernando Amaro não se mostravam muito diferentes das incursões que estes intelectuais já faziam no campo cultural local, por meio das suas revistas e dos clubes, como se o espaço da nova instituição servisse à ampliação de seus expedientes regulares. Porém, a reivindicação da filiação ao IHGPR é importante indício de que a nova posição era utilizada para lhes conferir maior autoridade nos debates sobre o passado. A confluência dos debates entre as revistas e o instituto era também parte do processo de construção das fronteiras entre os campos; e a produção que tinham a discutir tinha origem na literatura igualmente. Outra ressalva sobre estes primeiros anos diz respeito à utilização dos espaços físicos da nova instituição. A disponibilização desses espaços, assim como sua abertura ao público, era importante para apresentar como interesse da sociedade local, a qual tinha expectativas sobre o debate público sobre a memória local. Essa condição de espaço de interesse público é mais visível com o andamento dos debates sobre o litígio territorial.

#### 3.4.2 – A mobilização do passado na disputa territorial

Na ligação entre o IHGPR e a disputa por limites com Santa Catarina, não se ignora que este ponto é mais amplo e serviu como importante mote para a articulação política em nível local. Tal discurso teve uso unificador para as coligações partidárias, além de servir como justificativa para organização de projetos de “modernização” interessantes à disputa em nível nacional. O embate entre Paraná e Santa Catarina foi um episódio resultante dos problemas da divisão territorial brasileira, que ganhou novos contornos com a proclamação da República e o maior poder concedido aos estados, que incorreram em uma organização da burocracia administrativa, com a taxaço de impostos e a regulamentação das terras<sup>114</sup>.

---

<sup>114</sup> Como afirma Christiane Marques Szesz os embates tomaram forma quando na primeira década do século XX ambos os governos se propuseram a taxar impostos sobre a ocupação das terras e o transito de mercadorias, a medida causou um atrito sobre a área de atuação dos fiscais dos diferentes estados. A questão desencadeou um conflito entre os “coronéis” que dominavam a região que tinham interesse em assegurar e expandir suas posses, a ação da oligarquia rural foi de acionar suas representações políticas em nível local e nacional pressionando para uma ação

A região oeste do Paraná e de Santa Catarina estava distante do controle dos governos locais, o que significava poucos centros urbanos e baixa densidade populacional. Mas para ambos os estados, era importante a posse das terras questionadas judicialmente, não apenas para as atividades econômicas – como a extração de madeira, culturas agropastoris ou outras riquezas sob seu solo – mas também na demonstração de força de dois estados periféricos diretamente implicados na Revolta Federalista.

---

dos governadores, juntamente com esta atitude forma ou fortalecem milícias rurais que geram instabilidade e insegurança na região. Mais informações se encontram na dissertação de Szesz: *A Invenção do Paraná*, disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24648/D%20-%20SZESZ%2C%20CHRISTIANE%20MARQUES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Visitado por último em: 15/06/2017.



A proposta do IHGPR, assim, era promover sua “missão” de fortalecer argumentos para a disputa territorial com Santa Catarina. Um dos primeiros encaminhamentos foi deliberado na reunião de 19 de junho de 1901, quando decidiu-se refutar a obra do Conselheiro Manoel da Silva Mafra<sup>115</sup>, na qual apresentava argumentos em favor de Santa Catarina. Para este objetivo, os membros do IHGPR designaram uma comissão composta por Ermelino Leão, Sebastião Paraná e Romário Martins<sup>116</sup> (A REPUBLICA, 19/06/1901, p.1).

O jornal *A República* veiculou notícias sobre o caso, adotando uma postura mais agressiva. Por exemplo, a nota produzida pelos membros do IHGPR fazia apontamentos sobre a obra do advogado catarinense, sob o título *Para Conhecimento do Povo Paranaense*:

O volumoso trabalho (...) é um bem cuidado tratado de historiographia nacional da época colonial. Em mais de 600 paginas intensas ocupa-se o ilustre advogado no descrever as primeiras emigrações europeas para o Brazil, iniciadas pelo governo de João III de Portugal, e acompanha a marcha da formação das capitanias, a organização das bandeiras, - as guerras de expulsão estrangeira do território brasileiro, etc. demorando-se em que deverá operar. Isto, porém, é explicável, pelo habito catharinense de ir além dos limites que lhe são próprios (...) vê-se, por isso que de nada valeram aos supostos direitos dos nossos distintos vizinho a sueste, as excavações feitas em agitadas excursões à torre do Tombo, a Biblioteca de Pariz, ao Archivo Público de São Paulo, etc. (A REPÚBLICA, 04/09/1901, p. 2)

---

<sup>115</sup> Manuel da Silva Mafra (1831-1907) era nascido em Desterro (atual Florianópolis), era bacharel em direito, foi deputado provincial de Santa Catarina, deputado imperial e Ministro da Justiça (1882). Se destacou pela defesa de seu estado natal na questão territorial com o Paraná.

<sup>116</sup> Ao analisarmos a tabela sobre as produções anteriores dos membros do IHGPR, observamos que muitos já militavam na questão das divisas territoriais com Santa Catarina, esse comprometimento com o debate é indicioso da posição que os intelectuais da rede estudada assumem na questão e também de que o *Instituto*, serviu como espaço de conformação de ações já correntes na sociedade local.

O passado era colocado como ponto central no processo, pois tanto a acusação quanto a defesa se apoiavam no princípio jurídico do *utis posseditis*, apontando uma resolução do impasse na comprovação da anterioridade de posse das terras e seu uso. O mesmo termo foi utilizado para resolver a chamada *Questão de Palmas*, entre Brasil e Argentina, entre 1890 e 1895<sup>117</sup>. A esta crítica seguiu-se outra, na edição de nove de dezembro de 1901, sob o título *Questão de Limites*. Em página inteira do jornal, os autores transcreveram e analisaram alguns documentos, buscando se opor à leitura de Mafra. Iniciavam com a argumentação:

Na questão que sobre os respectivos limites territoriais agitam entre si os Estado de Santa Catharina e Paraná, movida pelo primeiro, figura entre as alegações do Estado reclamante, o facto de não haver a Lei nº704, de 29 de agosto de 1853, - que elevou a comarca de Curytiba à categoria de Provincia, - definido de um modo preciso e minuscioso, quaes os limites do território que constitui em Província do ex-império.

Na verdade, o alegado, à primeira vista, presta-se maravilhosamente para perturbar os que não conheçam o fato histórico da elevação da comarca de Curitiba à província. É preciso que elucidemos bem, este ponto obscuro para muitos, afim de fazermos ruir mais esse fantástico castello architectado pela fértil imaginação dos nossos sofisticos visinhos de sueste, onde habita a aranha

---

<sup>117</sup> A chamada *Questão de Palmas*, envolveu a disputa das terras que se localizavam no que hoje se configura como oeste do Paraná e de Santa Catarina. A Argentina questionava as fronteiras com o Brasil. A argumentação argentina era de que divisa entre os dois países era construída segundo as linhas do tratado de Madri, escrito em 1750. Por sua vez os advogados da causa brasileira contrargumentavam que havia uma imprecisão na carta geográfica em questão, nela os rios que formavam a fronteira estariam noeados de forma equivocada a ocupação da região, ainda somando a esta posição se argumentava que as terras questionadas tinham sido ocupadas por brasileiros. O impasse só foi resolvido em 1895 com a arbitragem do presidente do Estado Unidos da América, Grover Cleveland que foi favorável ao Brasil, enfatizando como central para tal decisão a posse da terra por brasileiros.

perseverante da ambição catharinense. (A REPÚBLICA, 09/12/1901)

A acusação aos vizinhos buscava desmerecer seus argumentos, acusando-os de fantasiosos, ambiciosos e ignorantes quanto ao passado – logo, lançavam mão da afirmação de que a elucidação da questão repousava nos documentos. O estatuto de veracidade que pressupunham estar nos antigos tratados eram postos acima das suas interpretações, assim como de outras relações que tangiam a premissa da posse de terras. Entendendo como fundamental tal comprovação, utilizaram o espaço da imprensa para a transcrição de diferentes documentos. O primeiro deles era a lei n. 704 de 1853, seguida das atas do debate sobre o projeto de criação da província do Paraná, em 1843, até a sua aprovação. A seleção das falas contidas neste último documento trazia, de forma assinalada, as menções aos limites ao sul com o Rio Grande do Sul, e ainda era destacada no jornal a argumentação do deputado baiano, Carlos Carneiro de Campos (1805-1878), que via no Paraná uma resistência conservadora:

O território da Comarca (de Curytiba) – vai confinar com republicas visinhas, toca, não só com o Rio Grande, onde já tem penetrado essas ideias anarchisadoras, como com essas repúblicas; portanto a invasão se poderá dar também por allí, se não agora em alguns anos. (A REPÚBLICA, 9 de dezembro, 1901)

Mesmo que contradizendo os “princípios republicanos” defendidos pelos intelectuais do Paraná, era apropriado o discurso de que o estado foi criado como uma província “guardiã”, contra as ameaças à ordem imperial, para defendê-lo das ideias “anarchisadoras” que poderiam se instalar no Rio Grande do Sul e nos países vizinhos. Essa ação demonstra que, no processo litigioso, era mais importante a coleta e a defesa dos documentos que justificavam os limites territoriais do que a manutenção da versão da memória que se apresentava como dominante até aquele período<sup>118</sup>.

---

<sup>118</sup> Esse passado de proximidade ao império havia sido ressignificado nas narrativas sobre a revolução federalista, seobressaltando que os grupos locais eram defensores e propagadores dos ideais da república e da unidade nacional.

Dentro dessas ações, quem se destacou foi o secretário do IHGPR: “Romário Martins é o que mais tem se batido (...) para elucidação da história” (A REPUBLICA, 12/04/1904). Martins fora destacado pelo governador do Paraná, Vicente Machado, para executar uma pesquisa no Arquivo Público de São Paulo, para coletar fontes. Tal escolha é um indício do reconhecimento como pesquisador de história, pois, apesar de se tratar de um processo jurídico, foi o escritor o enviado ao arquivo. A competência utilizada para destacá-lo foi a de historiador, assim como a capacidade que seu conhecimento traria ao reconhecimento do “valor histórico” dos documentos.

O regime documental imposto pelo campo histórico nacional se inspirava no *historicismo*, com leituras de Ranke, Foustel de Coulanges, Langlois e Seignobos, pensadores que empreenderam o que Franzine (2006, p. 48) definiu como “uma radical submissão do historiador ao método e as fontes”<sup>119</sup>. Quando se toma a leitura de Schwarcz sobre a revista do IHGB, visualiza-se a preponderância das leituras de documentos, com três principais eixos:

...compunha-se de artigos e documentos que versavam sobre questões relevantes ao instituto, interpretavam-se eventos históricos, textos sobre limites geográficos atentavam para os problemas territoriais; artigos referentes a etnografia indígena revelavam a influência do movimento romântico no local (SCHWARCZ, 1993, p. 143)

Compreendemos que o IHGB se colocava como local de referência técnica da história, orientando o pesquisador para que se tornasse um agente autorizado a compilar e analisar estes documentos. Sob esta perspectiva é que se confiou a Martins a crítica de fontes, suas

---

Uma memória que foi conformada de forma a construir uma narrativa linear com a batalha da Lapa, edificada como marco na colaboração local de manutenção da república.

<sup>119</sup> Tomamos aqui Franzine com referência por sua análise apresentar que em 1900 havia um questionamento das concepções metódicas na Alemanha e França, mas identificamos na pesquisa a visão sobre os leitores imbuídos da “missão” de levantar a documentação uma valoração que parte de uma visão técnica assemelhada àquela que entende a crítica documental como uma leitura *methodica* centrada em nos conceitos de veracidade.

impressões foram publicadas em 1902, intituladas *Argumentos e subsídios sobre a questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Neste livro, apresentou oito documentos que detalhavam, entre outras questões, os antigos limites da província de São Paulo e a criação da cidade de Lages. Finalizou seu texto com um agradecimento a Antônio de Toledo Piza:

É justo que, ao referir-me à honrosa missão com que me destinguio o Governo Paranaense, agradeça d'aqui ao emente Brasileiro que dirige a Repartição do Archivo e Estatistica de S. Paulo, o Exm. Sr. Dr. A. de Toledo Piza, o interesse demonstrado para que a minha incumbência fosse revestida de melhor exito. Discípulo obscuro do notável historiador da capitania de S. Vicente, cabe-me agradecer-lhe a orientação que, para taes estudos, se dignou de prestar-me o ilustrado Mestre, abrindo-me as novas clareiras que ora palmilho e orientando a minha apoucada visão no conhecimento da nossa historiographia. (MARTINS, 1902, p. 3)

Uma primeira constatação é que a memória articulada por Martins recorria a um passado comum entre paranaenses e paulistas, que remetia às incursões dos bandeirantes na região de Palmas. Disso, decorreria uma miscigenação com outras populações migrantes e com os indígenas, dando origem aos paranaenses. Tratava-se de uma versão que reconsiderava o rompimento com São Paulo, até então predominante. Contudo, o rompimento foi demarcado em outro momento, pois quando Martins descreveu os limites das cidades da Lapa e de Rio Negro, apresentou seus fundadores apenas como paranaenses, essa opção se coloca como mais um episódio deste jogos de termos e nomeações.

Um segundo ponto que se destaca do trecho da homenagem a Piza é o entendimento de que o processo de coleta de documentos possibilitou o trânsito de Martins, que teve contato com outros pesquisadores e fortaleceu suas redes dentro do IHGB. O reconhecimento externo serviu para ampliar o seu capital simbólico, o que aumentou a importância do seu nome e o consagrou como referência nesta temática.

Entre a coleta de materiais em 1901<sup>120</sup> e a publicação de *Argumentos e subsídios...*, ele escreveu variados artigos sobre o tema das divisas territoriais para a imprensa local.

Os defensores de Santa Catarina também recorriam a uma coleta documental, retrocedendo até as primeiras décadas do século XVIII. Mais especificamente aos acordos entre Portugal e Espanha, na chamada *Provisão Régia de 20 de junho de 1749*, que descrevia como posse de Santa Catarina o território entre os municípios de São Francisco até São Miguel, no oeste do estado, o que lhe deu ganho de causa em 1904. Este documento foi decisivo para o veredito que autorizava o governo de Santa Catarina a ocupar o território na linha horizontal até a fronteira, nos termos: “vedando-lhe, numa recomendação incidente, mas frisante, sua incursão no sertão de oeste para que não desse justas razões de queixas aos hespanhoís confidentes” (MARTINS, 1911, p. 23)<sup>121</sup>. Para Martins, o referido “território dos espanhóis” eram as missões jesuíticas, espaço então reivindicado pela historiografia local como fundante do Paraná:

A conclusão do Accordam, é, pois, errônea. Os hespanhoís confinantes eram os das missões sem dúvidas, mas das missões a esquerda do Uruguoay, porque entre os rios Yguassú e o deste nome, nunca os espanhóis tiveram estabelecimento algum desse gênero. (MARTINS, 1911, p. 24).

Tal versão era uma rearticulação do discurso produzido doze anos antes, em grupos como o Clube Curitibano – os jesuítas eram compreendidos como uma figura negativa, tanto quanto os bandeirantes, reivindicando-se os indígenas como parte da formação de um tipo local.

O Paraná sofreu um revés com o *Acórdão* de 1904, que, em primeira instância decidiu-se em favor de Santa Catarina. Esta posição pode ter contribuído para o arrefecimento do IHGPR, mas naquele

---

<sup>120</sup> Posteriormente houve a publicação de *Documentos comprobatórios dos direitos do Paraná na questão de limites com Santa Catarina* em 1915

<sup>121</sup> A Leitura nestes termos remete ao argumento usado pelo Brasil na disputa territorial com a Argentina, na Questão de Palmas, os primeiros utilizaram o documento para afirmar que o território lhes pertencia por que nele Portugal estabelecia os limites de Santa Catarina para prevenir questionamentos por parte dos espanhóis. Assim o texto de Martim não nega o documento, mas problematiza a localização das fronteiras entre os reinos ibéricos.

momento, havia outros motivos para esta descontinuidade, como as dificuldades para o financiamento do estado, que era também o principal financiador da instituição e, ainda, a reorganização política causada pelas eleições de 1903. Neste pleito, o candidato do PRF para governador era o então senador Vicente Machado, com João Cândido Ferreira como vice. Machado era candidato único, o que não significava uma candidatura pacífica. Seu principal opositor era Celestino Júnior, proprietário do jornal *Diário da Tarde*<sup>122</sup>, que, durante o processo eleitoral, passou a ser dirigido por Alfredo Varela<sup>123</sup>. A disputa mobilizou forças políticas de fora do estado e promoveu fissuras na base do PRF, ampliando o questionamento da liderança de Machado, o que repercutia, por sua vez, na organização do IHGPR. Neste mesmo pleito, Romário Martins foi eleito para seu primeiro mandato como deputado, apresentado como “empregado público residente em Curitiba” (A REPÚBLICA, 30/06/1903, p. 1). Ganhou como o sétimo deputado mais votado no estado, com 11.384 votos (A REPÚBLICA, 28/09/1903, p. 3), resultado alcançado pela exposição que tinha à frente de instituições como o IHGPR, além da atividade como jornalista e na administração pública.

---

<sup>122</sup> Neste impresso foram veiculadas acusações a Vicente Machado, levantando temas que iam desde as questões da distribuição e ocupação das terras no interior do Paraná até a rememoração de sua participação na revolta federalista, neste episódio sua atuação como vice-governador ficou marcada pela retirada da capital de Curitiba e pela represália aos apoiadores da revolta quando da retomada do poder - especialmente o assassinato do Barão de Serro Azul. Exemplar desta estratégia utilizada pelo *Diário da Tarde* é uma série de reportagens dedicadas evidenciar este debate sobre atuação de Vicente Machado na articulação do governo, tem destaque a capa do dia 29 de outubro de 1903, toda dedicada a memória da Revolta Federalista, enfatizando a fuga do governo quando da invasão e os fuzilamentos quando houve a retomada da capital.

<sup>123</sup> Alfredo Augusto Varela de Vilares (1864-1943), nascido em Jaguarão no Rio Grande do Sul, era jornalista e advogado, era desafeto político de Vicente Machado quando ambos exerciam mandatos no distrito federal.

### 3.5 REORGANIZAÇÃO DE 1906: ENTRE UM INTERESSE COMUM E OS PROJETOS DIVERSOS.

Os primeiros anos do IHGPR foram marcados pelas dificuldades de articulação. A instituição servia para cancelar produções de seus membros, atentos às disputas pelas memórias e ativos no processo de construção de argumentos documentais na disputa territorial. Suas atividades eram ainda pouco autônomas e não havia uma construção comum – diagnóstico feito pelos próprios membros – fazendo com que houvesse uma rearticulação em 1906. A iniciativa foi de Martins, veiculada no jornal *A República*:

Amanhã vai se fazer seis anos que nesta capital se instalou o *Instituto Histórico e Geographico Paranaense*, associação que jamais logrou uma phase real de existência. Entretanto, a reunião de letrados em torno de um ideal como esse que ahi jaz (é o termo) corporizado no Instituto Histórico e Geographico Paranaense, bem farta mêsse de benefícios da maior monta poderia produzir para um Estado que, como o nosso, tem nas provas documentaes de sua história a solução de transcendentés questões, entra as quaes avulta na actualidade a de sua integridade territorial ameaçada ao norte e ao sul, - e no exacto conhecimento de sua geographia a mais apreciável das suas questões econômicas e scientificas.

Demais neste recanto da terra patrícia, a inteligência e o patriotismo são dons naturaes e que a todos tocam; e assim não é possível que rua ao primeiro tropeço uma ideia como a de que vimos tratando (...) o Paraná terra fecundíssima onde geminam e florescem todos os bens humanos; recanto abençoado da Pátria onde cada coração possui e movimenta os mais vigorosos impulsos moraes (...) não pode deixar no olvido as doiradas paginas do seu passado histórico, contribuição de victorias e de orgulhos legítimos com que elle

honrará a história geral do paiz (A REPÚBLICA, 23/05/1906, p. 1)

Esta transcrição apresenta apenas uma parte da nota, disposta em duas colunas na capa do jornal. É de grande valia a avaliação de Martins sobre os primeiros anos do IHGPR, na qual sublinhou a dificuldade de articulação de um projeto comum. Apresentou também os pontos que justificaram a criação do instituto, tendo, por um lado, a emergência da constituição de um passado para o Paraná, que contribuísse com a sua inclusão na história nacional e, por outro, a reafirmação da importância do instituto para a delimitação territorial:

De utilidade como é para o estudo e investigação do passado de nossa terra, o Instituto Histórico bem merece receber nova organização que melhor o aparelhe para os seus destinos, sendo por isso de esperar que à citada reunião compareçam todos aqueles que sinceramente aspiram o progresso espiritual do Paraná (A REPÚBLICA, 24/05/1906, p. 2).

Chamo a atenção para a ideia de que o IHGPR servia à construção do futuro. O debate sobre a memória local articulada ao estudo da geografia e das “potencialidades” do estado<sup>124</sup> era visto como contribuição da instituição para o “progresso espiritual”. O princípio de “progresso espiritual” foi desenvolvido por Condorcet<sup>125</sup> e muito

---

<sup>124</sup> A geologia e a geografia tinham papel especial nesse processo, primeiramente pela relação direta entre a área de estudos e a disputa de limites, mas também eram estes estudos que buscavam identificar a terra agricultável, minérios e mesmo petróleo.

<sup>125</sup> Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat (1743-1794), O conde de Condorcet foi um filósofo, apoiador da Revolução Francesa. Essa concepção de “progresso espiritual” se encontra de forma mais clara em sua obra “*Ensaio de um quadro histórico do espírito humano*” onde faz uma escala evolutiva da sociedade, formulando um ideal de progresso linear que tem como nono ponto a Revolução Francesa. Condorcet considerava o progresso e o racionalismo como inevitáveis e que a igreja era um dos principais fatores de atraso da humanidade, como é possível ser analisado estes ideais que estão presentes nos escritos dos intelectuais que compõe este estudo. Condorcet não é o único representante destas

difundido por Augusto Comte em suas orientações sobre o *positivismo*. Tratava-se de uma perspectiva que concebia o progresso como lei, regida por uma linearidade e pela completude de etapas. Estes “progressos” resultariam do desenvolvimento técnico e econômico e implicariam na melhoria das relações sociais. O IHGPR, compreendido como espaço científico, se apresentava como lugar de debate para estas ideias. A reunião para “recomposição” da instituição, que ocorreu na Biblioteca Pública<sup>126</sup>, congregou um extenso número de sócios, ampliado em quarenta e dois nomes de diferentes vertentes ideológicas:

Tabela 4: Sócios Convidados em 1906

<b>Nome</b>	<b>Ano de nascimento/local</b>	<b>Profissão</b>
João Candido Ferreira	1864/Lapa (PR)	Médico
Alberto José Gonçalves	1859/Palmeira (PR)	Padre/político
Luiz A. Xavier	-	-
Generoso Marques dos Santos	1844/Curitiba (PR)	Advogado/Político
Victor Ferreira do Amaral	1862/Lapa (PR)	Médico/ Político
Pereira da Silva	-	-
Joaquim Procópio Pinto Chichorro Junior	1864/Palmeira (PR)	Político
Claudio dos Santos		
Otavio Ferreira do Amaral e Silva	1869/Lapa (PR)	Desembargador
João Batista da Costa Carvalho Filho	1869/Estância (SE)	Desembargador

ideias, mas é expressivo de uma linha do pensamento iluminista influencia o conhecimento produzido pelo grupo aqui analisado.

<sup>126</sup> Lembrando que o Museu Paranaense era administrado por Romário Martins, e seu espaço era anexo a *Biblioteca Pública*, ainda é preciso ressaltar que ambos estavam sob responsabilidade administrativa do IHGPR. Era caro a estes intelectuais demonstrar que a instituição estava ativa e nessas ações evidenciam a circulação e a articulação de um reduzido grupo em torno da construção do passado e da cultura local.

José Maria Pinheiro Lima	-	Desembargador
Euclides da Mota Bandeira e Silva	1876/Curitiba (PR)	Escritor/jornalista (Diário da Tarde)
José Celestino de Oliveira Junior	-	Jornalista (diário da tarde)
Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça <sup>127</sup>	1859/ Santa Luzia do Rio das Velhas (MG)	Juiz Federal
João David Pernetta	1874/Curitiba (PR)	Engenheiro/ Político
Nilo Cairo da Silva	1874/Paranaguá (PR)	Médico/Engenheiro Militar
Lindolpho Pessoa da Cruz Marques	1882/Bananeiras (PB)	Advogado/delegado
Lindolpho Pires da Rocha Pombo	-	Advogado/Professor
Domingos Duarte Veloso	-	Farmacêutico/empresário
João Eugenio Marques	1855/ -	
Arthur M. Franco	1876/Campo Largo (PR)	Engenheiro/Político
Antônio Cardoso de Gusmão	-	Procurador
José Venâncio de Mello	1866 /(MG)	Padre
Jayme Ballão	1869/ Curitiba (PR)	Jornalista/industrial
Alcebíades Plaisant	1851/Paranaguá (PR)	Jornalista/ escritor
Francisco Gutierrez Beltrão	1875/Paranaguá (PR)	Engenheiro
Bento Lamenha Lins	1866/Recife (PE)	Advogado/político
Paulo Assumpção	-	
Aristides Oliveira	-	
José Niepce da Silva	1876/Curitiba (PR)	Engenheiro/Político

---

<sup>127</sup> Durante a pesquisa encontramos em alguns registros o nome deste sócio apresentado como J. I Carvalho de Mendonça, mas a contraposição a jornais da época e a memória do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense nomeiam nos mesmos cargos e funções o Juiz Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça.

Francisco de Paula Dias Negrão	1871/São João da Graciosa (PR)	Escrutário/ escritor
Marcos Leschand	-	Funcionário Público/geólogo
Affonso Cicero Sebrão	-	Engenheiro
Aristides Pinho	-	Agrimensor/ funcionário
Jorge Galdino Nunes da Costa	-	Agrimensor/ professor
Vicente Montepoliciano Nascimento Junior	1880/Guaratuba (PR)	Jornalista/politico
João Evangelista Braga	1850/Lapa (PR)	Padre
João Antônio de Barros Junior	1832/Rio de Janeiro (RJ)	Desembargador Aposentado/ jornalista
Joaquim Antônio de Oliveira Portes	1858/Lapa (PR)	Desembargador
Alberto Guimarães	-	-

O primeiro destaque a ser feito sobre esta tabela diz respeito as suas lacunas, a ausência de dados é representativa de que os nomes selecionados para comporem esse momento da instituição foram menos celebrados do que os primeiros, ao contrário dos “fundadores” esta relação de membros não estava disposta nos livros de memória da instituição, apenas nos jornais da época. Alguns nomes se perpetuam na memória local por sua atuação em outras áreas, mas a maior parte só foi possível encontrar dados em notícias sobre outros temas, eventos sociais e necrológicos do período.

Mesmo assim listagem dos nomes convidados a compor esta nova fase do instituto<sup>128</sup> apresentou uma série de transformações, as quais auxiliam a compreender as relações sociais e, logo, seu impacto na construção de uma memória local. O grupo que se formou em 1900 foi marcado pela associação entre membros da administração local, juristas ligados à questão de limites e uma maioria de escritores que pertencia a uma rede de contatos formada nas articulações das revistas literárias de Curitiba.

---

<sup>128</sup> É necessário que se registrem entre 1900 e 1906 ocorreram os falecimentos de José Franco Grillo (1903) e do Conselheiro Manoel Francisco Correia (1905).

Desta configuração, formou-se uma nova diretoria para a gestão 1906-1908. A ata da reunião demonstra a centralidade de Romário Martins, como mostra o trecho: “Os srs Conego João Evangelista Braga, Chichorro Junior e Dr. João Pernetta e outros, com apoio geral, apelam para o Sr. Romário Martins no sentido de aceitar um lugar na Directoria” (BOLETIM IHGPR, p.10). Assim como em 1900, Martins se negou a assumir a presidência, assumindo o de primeiro secretário. Em uma segunda demonstração de seu poder frente ao grupo, o mesmo documento relata que ele foi responsável pela indicação do nome de Chichorro Junior para presidente. Os demais membros foram eleitos pela aclamação geral, compondo a seguinte diretoria:

Presidente: Joaquim Chichorro Junior  
 Vice-presidente: Domingos Nascimento  
 1ºsecretario: Romário Martins  
 2ºsecretario: Alcides Munhoz  
 Orador: João Pernetta  
 Tesoureiro: Brazilino Moura  
 Comissão de História: M.I. Carvalho de Mendonça, Dario Velloso, Nilo Cairo, Antônio Cardoso de Gusmão e João Batista Costa Carvalho  
 Comissão de Geografia: Sebastião Paraná, Niepce da Silva, Lindolpho Pombo, Francisco Beltrão e Lindolpho Pessoa  
 Comissão de Ethnographia e Archeologia: Victor do Amaral, Domingos Velloso, Padre José Venâncio de Mello, Arthur Martins Franco e José Maria Pinheiro Lima  
 Comissão de Contas: Lucio Pereira, Coronel Luiz Xavier, Desembargador Oliveira Portes, João Eugenio Gonçalves Marques e Joaquim Macedo  
 Comissão de redação da revista: Nestor de Castro, Ermelino de Leão, João Pernetta, Romário Martins e Euclides Bandeira.  
 Comissão de Manuscritos: Francisco Negrão, Vicente Nascimento Junior, Alcebiades Plaisant, Manoel Francisco Corrêa Netto e Alberto Guimarães

A organização deste grupo mantinha algumas similaridades com a configuração de 1900, pois reproduziam encaminhamentos, como a

presença de um nome forte politicamente na presidência. Neste caso, Chichorro Junior, que era Secretário de Finanças do estado e um dos mais influentes nomes do governo, além da manutenção de Romário Martins como secretário. No entanto, havia neste novo formato a instalação de comissões específicas para as áreas de história, geografia, etnografia, arqueologia e manuscritos, além das administrativas contas e redação. Essa divisão servia a um melhor desempenho das funções, mas era também uma estratégia de ampliação dos cargos e de divisão de poderes dentro do IHGPR. Outra finalidade era a de afirmar o caráter científico do empreendimento, em oposição a sua atuação política, tanto no que se refere ao empenho no processo do *Contestado* quanto na sua estreita relação com o governo estadual.

Em uma leitura rápida de atas, é possível encontrar um relevante número de filiados que atuavam na Secretaria do Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, entre eles, o agrônomo Affonso Sebrão, além de Arthur Franco, Nunes da Costa e Marcons Leschand, e também os engenheiros João Penetta, Francisco Beltrão e Niépce Rodrigues. É preciso lembrar que foi nessa repartição que trabalharam Domingos Nascimento, Júlio Pernetta e Romário Martins, fundadores do IHGPR. Essa relação ocorria, em muito, pela composição de uma rede entre estes intelectuais, mas também pelas afinidades políticas que viabilizavam suas indicações para os cargos, que eram ocupados por letrados com formação superior, possuidores de um conhecimento “empírico” sobre o Paraná, por conta das demandas criadas pela própria função da pasta. O setor de Obras Públicas e Colonização era responsável pelo planejamento e a execução de obras no interior de estado e, nesse ponto, incluía a discussão populacional, com o plano de imigração. Para executar suas incumbências, os funcionários necessitavam estar em deslocamento pelo território, relatavam suas impressões e produziam mapas e relatórios descritivos sobre solo, fauna, flora e estudos etnográficos.

Os interesses e discursos de reconhecimento do território do Paraná eram articulados com a questão de limites e, para este tema, um significativo número de juristas se somava ao IHGPR. Isto ocorreu no mesmo período de um novo recurso impetrado pelo Paraná contra Santa Catarina, pedindo a revisão da decisão sobre o *Contestado*. A incorporação dos bacharéis ao quadro da instituição objetivava respaldar as ações nessa contenda, porém, não se pode negar que havia um prestígio ligado ao ofício e que estes atores eram também políticos que escreviam na imprensa local.

### 3.6 DISSIDÊNCIAS NO IHGPR: O CASO DOS CATÓLICOS, ANTICLERICAIS E POSITIVISTAS

A diversidade existente entre os novos sócios do IHGPR era visível também nos embates ideológicos. Se nos primeiros anos havia poucos sócios engajados em estudos doutrinários e uma maior coesão entre os intelectuais oriundos das revistas culturais, a partir da formação de 1906, passou a haver uma confrontação entre estes pensadores ligados a uma visão anticlerical e membros da Igreja Católica, além do fortalecimento de um discurso ligado à Igreja Positivista. Iniciando pelos positivistas, encontram-se as reverberações deste pensamento sobretudo nas figuras de João Pernetta e Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça. Este último foi o primeiro juiz federal designado para o Paraná: “Fizera-se positivista em São Paulo, em cuja Escola de Direito se diplomou em 1881” (LINS, 1967, p.205). Mendonça era um dos principais divulgadores da ideia no estado e, mesmo não sendo paranaense, era aceito no IHGPR pela autoridade do cargo e por atuar em prol do Paraná na questão de limites.

João Pernetta, por sua vez, era parte da rede que predominava no instituto, já que era irmão mais novo dos escritores Júlio e Emiliano. Não fez carreira nas letras, cursou engenharia na Escola Politécnica no Rio de Janeiro e, ao retornar ao Paraná, iniciou na política como deputado, eleito em 1903. Sua experiência na capital federal o aproximou dos ideais de Augusto Comte, os quais empenhou-se em difundir, com o intuito de fundar um centro de estudos da doutrina em Curitiba<sup>129</sup>. Apesar de não haver no estado um centro positivista, seus ideais havia muito circulavam entre estes intelectuais. Sergio Miceli, ao discutir a intelectualidade brasileira da Primeira República, valeu-se das memórias de Gilberto Amado, que afirmava: “para simplificar, todo mundo era positivista, isto é, darwinista. Monistas, fenomenologistas, evolucionistas, mas ninguém propriamente prosélito de Augusto Comte” (AMADO apud MICELI, 2001, p. 59). Isso ocorria por conta da dependência na qual os intelectuais

---

<sup>129</sup> A fundação de um Centro Positivistas ocorreu apenas anos mais tarde, em 1923, por iniciativa de João Pernetta e David Carneiro.

brasileiros viviam, obrigados a importar “sistemas de pensamento capazes de legitimar suas posições internas” (Idem). Essa posição somava-se a formação em curso superior e vivência em grandes centros, argumentos utilizados em favor destes atores, vistos como meios de modernização da periferia, instrumento de transição de novas ideias e conhecimentos.

Além de João Pernetá, outros engenheiros egressos da Escola Politécnica do Rio de Janeiro passaram a integrar o quadro de sócios do IHGPR, como Francisco Beltrão e Niépce da Silva, ambos ligados à maçonaria. Este possuía um alto grau de iniciação e era um de seus principais dirigentes<sup>130</sup>, além de ter publicado textos em defesa do ensino laico<sup>131</sup>. As convicções destes positivistas e membros da maçonaria se colocavam em meio às disputas entre religiosos e anticlericais, rivalidade que tomou novas formas com a virada do século, sempre um tema central para a compreensão da sociedade local. As disputas entre estes grupos incluíam concepções de ensino, participação política, formação familiar, construção de uma história local e mesmo o ideal de modernidade.

Na década de 1890, um dos espaços de divulgação do discurso anticlerical era *O Cenáculo* (1895-1897). Dario Vellozo deu continuidade a este debate pela linha do esoterismo, fundando, em 3 de maio de 1900, o Grupo Independente de Estudos Esotéricos Luz Invisível, uma fraternidade iniciática de ritual martinista<sup>132</sup>. Por meio destas leituras, teve contato com o líder do movimento rosa-cruz Gérard Anaclet Vincent

---

<sup>130</sup> Na edição de *O Olho Da Rua*, que circulou em 14/10/1911, na página 43 figura um quadro com foto de lideranças da maçonaria no Paraná onde figuram como as lideranças de maior graduação Niépce da Silva e Dario Vellozo.

<sup>131</sup> Ponto de inflexão entre os grupos era a compreensão de evolução social, debate que era a articulação entre as compreensões sobre o passado e as perspectivas sobre o futuro. Assim se fazia central o espaço das cadeiras de História dos colégios. Essa discussão retomava alguns paradigmas como a discussão entre a visão poligênica e a monogênica, a primeira defendida pelos “livres-pensadores” e os religiosos a ela se opunham, essa questão se impunha para as explicações dadas pelo darwinismo social e a miscigenação, e logo sobre o que significava evolução na sociedade local. O grupo anticlerical propalava a imagem de que a igreja era um resquício da idade média e devia ser superada, enquanto os católicos encontravam nos feitos da igreja uma busca pelo desenvolvimento da sociedade.

<sup>132</sup> O Martinismo é uma vertente francesa da maçonaria a qual pertence a Rosa Cruz

Encausse, conhecido como Papus<sup>133</sup>. Para fazer circular as ideias esotéricas, Vellozo criou um periódico que se tornou órgão oficial da maçonaria, sob o título *Esphynges: Ciencia, Arte, Mystério*<sup>134</sup>. Seus editores afirmavam que a missão da revista era “dizer o que é a ‘Ciencia Occulta’, preparar o espirito de nossos irmãos para receber a grandiosidade do século XX” (A ESPHYNGE, 06/1900, p. 4). É perceptível nesta afirmação uma relação direta com a revista *Turris Erbunea*, ambas entendidas como ferramentas para a elevação espiritual, modernidade e a superação do século XIX.

Não causa estranhamento essa proximidade, pois eram veículos produzidos por escritores pertencentes à mesma rede, mas a sua vinculação efetiva com a maçonaria e a com o anticlericalismo faz com que não pensemos nela como uma continuidade. Entende-se que *Esphynges* se dirige a um outro público e, diferentemente de *Turris...*, vincula-se como órgão oficial de uma instituição. Nos primeiros textos de *Esphynges*, houve empenho em explicar o funcionamento da maçonaria, da rosa-cruz e do martinismo, por intermédio de relatos e textos sobre a organização das lojas, além de trechos de autores como Papus. Faziam parte do repertório de autores publicados Anatole France, Éliphas Lévi e Ernest Bosc, além de Joaquim Saldanha Marinho, todos dividindo páginas com reflexões sobre ocultismo e bruxaria.

Alguns dos escritores que contribuíam com a *Esphynges* foram fundadores da *Liga Anticlerical Paranaense*, em 1901 – entre eles, Júlio Perneta, Dario Vellozo e, Euclides Bandeira. Este escritor nasceu em 1876 em Curitiba e foi próximo do grupo dos simbolistas, publicando nas mesmas revistas, ao mesmo tempo em que procurava se diferenciar, se colocando como um parnasiano. Sua trajetória incluía a formação militar não concluída na Escola da Praia Vermelha – segundo sua biografia, apresentada pela *Academia Paranaense de Letras*<sup>135</sup>, foi expulso da

---

<sup>133</sup> O encontro entre eles ocorreu no *Congresso do Livre Pensamento* realizado em Buenos Aires em 1906.

<sup>134</sup> A revista circulou entre 1900 e 1906, e teve como diretor Dario Vellozo e como redatores nomes como Euclides Bandeira e Souza Pinto. Sobre o título é explicado em seu texto de apresentação que “A Esphynges é o symbolo da força victoriosa da vontade humana, dirigida pela inteligência suprema” (A Esphynges, julho de 1900, p.2)

<sup>135</sup> A informação está disponível em sua apresentação na cadeira doze da Academia Paranaense de Letras, da qual foi fundador em 1923. Mais no site: <http://www.academiapr.org.br/academicos/cadeira-12>

instituição. Ao retornar a Curitiba, passou a dedicar-se ao jornalismo, trabalhando na direção do jornal *Diário da Tarde*, defendendo uma linha editorial “neutra”. Segundo Tatiana Marchette, neste espaço, arregimentou novas gerações, construindo uma “escola” guiada pelo discurso do “livre pensamento”. Bandeira era o editor da revista da Liga Anticlerical, chamada *Electra*, juntamente com Ismael Martins<sup>136</sup>, Generoso Borges<sup>137</sup> e João Leite Junior<sup>138</sup>. O periódico, impresso pela Typographia Paranaense, teve dezoito números, com quatro páginas. Circulou entre 1901 e 1903 e tinha distribuição gratuita. Na apresentação do primeiro número, lia-se:

Os seus ataques serão francos, á luz meridiana, em prol de todos os ideaes enfeixados no cyclo luminoso do liberalismo, contra os reacionários, ultramontanos, jesuitismo dissolvente, clericalismo rasteiro, contra emfim, todos os inimigos da Razão, da Sciencia, do Progresso, da Justiça, da Caridade, da Liberdade, da Família, da Pátria e da Humanidade. Ao Povo entregamos *Electra*, porque é pelo Povo que elle aparece como evangelho de propaganda e se desfralda como estandarte de guerra (*ELECTRA*, ago/1901, p. 1)

*Electra* se colocava em um embate explícito com *A Estrella: Organ catholico, scientifico, litterario e noticioso*, que circulou entre 1898 e 1906. Foi redigida por Constante Affonso Coelho, até 1903, e após, por Affonso Teixeira de Freitas. A revista divulgava as ações católicas, trazia informativos sobre a rotina religiosa, narrativas sobre a

---

<sup>136</sup> Ismael Alves Pereira Martins nasceu em 1876 na cidade de Campo Largo, era professor e colaborador do jornal *A República*, era muito próximo a Dario Velloso.

<sup>137</sup> Generoso Borges nasceu em 1875 em Guarapuava, estudou no *Liceu de Artes e Ofícios* no Rio de Janeiro, e na revolução de 1893 foi tenente do batalhão de Gumerindo Saraiva, após o conflito se exilou na Alemanha, voltando ao Brasil após a anistia. Retornando a Curitiba integrou o grupo do jornal *Diário da Tarde*, além das revistas *Azul e Vitrix*.

<sup>138</sup> João Ferreira Leite Junior (1876-1930), era Delegado Fiscal do Ministério da Fazenda no Paraná, foi poeta, contista e escrevia para revistas de humor, pertenceu as revistas *O Sapo, Azul, Olho da Rua*.

vida dos santos e fazia ataques à maçonaria e às manifestações anticlericais. *Electra* saiu das prensas com um *layout* muito parecido com o de *A Estrella*,

Figura 7: Capa Revista Electra



Fonte: Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional

O periódico anticlerical trazia no cabeçalho a frase de Voltaire “Esmaguemos o infame!” e a de Carlos von Koseritz, “É preciso arrancar a venda aos olhos do povo que vive iludido pelo clero”<sup>139</sup>. Pregava o fim da Igreja e fazia duras críticas às atuações sociais dos padres, assim como à construção de escolas católicas na cidade, além de informar sobre movimentos dentro e fora do estado:

<sup>139</sup> Carlos Koseritz era uma resignificação do nome Carl Julius Chistian Adalbert Von Koseritz, era germânico e se fixou no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX. Imaginamos que a referência a este jornalista, político e escritor tenha relação com a sua atuação no debate público contra os Jesuítas, em seu jornal *A Acácia* e no livreto *Roma Perante o Século* (1872), ações que buscavam respaldo institucional da Maçonaria.

As colunas de sustentação da República, segundo Euclides Bandeira, seriam os jovens. Seus “espíritos em flôr” deveriam ser moldados, em nome do progresso da pátria, pelos princípios da ciência. Esta, e somente esta, seria capaz de elucidar, explicar e corrigir os princípios errôneos ensinados pela religião, como o monogenismo, os milagres e as hagiografias. Ao prestar esse serviço, a ciência promoveria o engrandecimento da Pátria e, conseqüentemente, o da Humanidade. Portanto, assim como o imaginário político republicano, a educação também era impregnada pelo positivismo. Ambas - organização política e educação -, convergindo para a fase positiva da Humanidade: a fase científica. Na escola republicana, então, a luz era vital. Tanto no que concerne às modernas práticas de higiene e arquitetura quanto no que diz respeito ao ensinamento dos modernos sistemas filosóficos, pioneiros do Progresso, como os de Kant, Comte, Littré e Spencer. (MARCHETTE, 1996, p. 66)

Em *Electra*, a visão iluminista se articulava com as perspectivas evolucionista e positivista, em discurso de civismo progressista e científico. A entrada de Euclides Bandeira na redação de *A Esphyngue*, em 1903, deu maior visibilidade à crítica feita à Igreja, com a intensificação dos debates sobre o discurso religioso, em especial aquele disseminado pela revista *Estrella*. Enfatizava-se o “papel limitador” dos padres na educação e bradava-se contra a confissão, entendida como interferência da Igreja na vida particular das famílias.

Dentro do IHGPR, a vertente católica representava uma minoria, presente desde 1906, quando foram convidados o bispo Alberto José Gonçalves, reconhecido pela longa carreira política e por dirigir então a *Revista do Club Curitybano*. Além dele, José Venâncio de Melo e o cônego João Evangelista, que atuavam como professores nas escolas católicas e no Seminário São José, de ordenação episcopal – o primeiro chegou a exercer a função de chefe da repartição de Instrução Pública do estado. Esta posição demonstra a inserção da Igreja naquela administração, antes ocupada pelos membros do grupo anticlerical, e nos

espaços de debate sobre ensino. Estabeleciam, por meio destas posições, a disputa pelo poder de nomear professores e de fazer presente a visão sobre o passado. Reivindicavam uma outra perspectiva sobre a atuação dos jesuítas no oeste do estado, reafirmando seu papel na ocupação das terras e na “civilização” dos grupos indígenas. Uma demanda deste grupo era a cadeira de história do Gymnasio Paranaense, cargo ocupado pelo Dario Vellozo.

Os ataques dos padres circulavam em *A Estrella*, como demonstra o editorial do dia 27 de abril de 1902:

Um professor anti-clerical costumava, nas suas preleções de história, pronunciar a seguintes phrases “os Padre, não servem para nada. Para não me alongar; a padrecava sempre teve ódio às ciências, às artes e ao progresso; só uma ignorância e o regresso”. Um dia, levantou-se um estudante, conhecido por seus discípulos como moço inteligente e aplicado, e fez ao professor a seguinte pergunta: “Sr. Professor, não me fara o obsequio de resolver-me algumas dúvidas que tenho, desde as suas preleções?” - “Porque não, meu amigo, com muito gosto, diga o que tem?” - “Só algumas perguntas, Sr. Professor. Quem nos conservou os antigos clássicos? (A ESTRELLA, 27/05/1903, p. 1)

A narrativa da disputa entre o aluno e o professor ocupa toda a capa da revista, apresentando outros feitos atribuídos à Igreja Católica, para os quais o professor não teria respostas. O aluno da crônica conclui que os padres teriam feito mais pela humanidade do que os anticlericais. A narrativa da “derrota” do professor atingia aquele que era o principal atributo do intelectual e orador público: seus conhecimentos e seu poder de retórica. Essa desconstrução da autoridade de Vellozo não se efetivou, e ele se manteve no cargo até a aposentadoria. Só então foi substituído por um padre. Da mesma forma, a composição da Comissão de História do IHGPR não contava com nomes de religiosos, mas com Vellozo e um grupo de bacharéis formado pelo procurador de justiça, Cardoso de Gusmão, os desembargadores Costa Carvalho e Carvalho de Mendonça e o médico Nilo Cairo.

Apesar do fim de *A Esphynge* e de *A Estrella* em 1906, não podemos é possível afirmar que a junção dos dois grupos dentro do IHGPR tivesse pacificado a questão, pois dois anos após, ganhou forma o periódico *Ramo de Acácia*<sup>140</sup>, que circulou até 1912, difundindo críticas à moral da Igreja Católica e à ação dos padres. Os esforços em compor um grupo heterogêneo marcaram essa tentativa de articulação do IHGPR, entre 1906-1908, que buscava construir um discurso unificador, argumentando pela necessidade da representatividade local em nível nacional, a qual serviria, entre outros motivos, à demarcação de limites do estado. Além da soma de forças, entendo que a proposição de uma unificação incorria no pressuposto de apresentar-se como uma instituição neutra. Logo, a presença de diferentes grupos políticos<sup>141</sup> era uma forma de conseguir apoios, sem o risco de ter sua narrativa taxada de “partidarista”.

É preciso atentar que havia movimentações no sentido de alinhamento dos partidos que concorriam pelo poder no estado, visando uma legenda única, concretizada na eleição de 1908<sup>142</sup>. Apesar da

---

<sup>140</sup> *Ramo de Acácia* somou trinta números entre 1908 e 1912, sendo um órgão oficial da maçonaria e mantendo o discurso da ação dos religiosos como “limitadores do livre pensamento”. A historiadora Maria Tarcisa Bega afirma que esta revista foi parte de uma militância conjunta de Velloso e Emiliano Pernetá, que iniciou na editoria de *Victrix*, fundada por Emiliano, e era reeditada em *Ramo de Acácia* empreendimento de Velloso e que tinha Emiliano como redator (Bega, 2001, p.233).

<sup>141</sup> Essa movimentação é visível na presença das principais lideranças políticas naquele momento. Entre os membros do IHGPR destacavam-se João Candido Ferreira que foi presidente da província entre 1906-1907 e liderança do Partido Republicano Federal (PRF); de outro lado o grupo tinha como integrante Generoso Marques dos Santos que já havia governado o Paraná duas décadas antes, e era o líder do partido de oposição, a União Republicana Paranaense (URP).

<sup>142</sup> Em 1908 foi criada a *Coligação Republicana do Paraná* com o intuito de disputar as eleições de 1909, reunia a oposição e as dissidências de Vicente Machado, que se fortaleceram quando Machado se afastou da política por motivos de saúde e a administração passou ao comando de seu vice João Candido Ferreira. A *Coligação* tinha a sua frente o ex-presidente da província Francisco Xavier da Silva, e sua proposta era a reunião de várias lideranças regionais sob uma única legenda, assim reaproximando grupos divididos pela revolução federalista. A proposta, a grosso modo, era de uma unificação entre a UDF e o PRF e não bem aceita por todos os estamentos dos partidos, provocando

aparente paz apresentada pela ata de fundação e pela integração de nomes da oposição, as reportagens e as divulgações sobre o IHGPR na imprensa local eram veiculadas apenas no jornal do PRF, enquanto os diários *A Notícia*, de Florindo Cordeiro, e o *Diário da Tarde*, de Celestino Junior e Euclides Bandeira, dedicavam variadas notas aos encaminhamentos do IHGB, silenciando sobre o congênere local.

Nas notas veiculadas na imprensa, apresentavam-se diferentes âmbitos do faccionismo político. Exemplar foi a publicação, no periódico *A Notícia*, de uma crítica à atuação de Chichorro Junior como secretário de Finanças do Paraná. O texto exaltava sua condição de “homem de letras”, mas questionava suas capacidades como administrador. Tal dificuldade contribuiu para que houvesse poucas ações feitas em nome do IHGPR, que não conseguia conciliar as diferentes perspectivas dos seus sócios, dificultando a consolidação de uma corporação intelectual. Em pouco tempo, o instituto tornar-se novamente inativo.

---

dissidências como de Menezes Dória e Ubaldino do Amaral na UDF. Francisco Xavier da Silva, venceu a eleição e com ele saiu vitorioso o projeto de unificação partidária, então no dia vinte e seis de março de 1909 foi realizada a convenção de fundação do *Partido Republicano Paranaense* (PRP), que tinha como primeiro secretário Romário Martins, que desde 1908 tinha se tornado o redator do jornal *A República*, agora órgão oficial do PRP.



## 4. UMA HISTÓRIA PARA UM PROJETO DE ESTADO, JURÍDICO E CIENTIFICO

As primeiras décadas do século XX marcaram o fortalecimento de produções históricas no Paraná. Em 1900, a fundação do IHGPR garantiu um espaço para a área, mesmo que os textos e as ideias correntes na instituição apresentassem pouca delimitação entre história e literatura, e que os primeiros livros sobre história local se concentrassem em argumentações jurídicas para servir aos debates territoriais.

Houve pressão externa para uma afirmação científica. A relação heteronômica ficou evidente com os congressos de geografia e de história, que serviram como reconhecimento de debates, assim como dos limites e regras das áreas. Para manter a credibilidade, o instituto precisou se adequar aos padrões estabelecidos nestes eventos, o que acarretou também a inclusão de novos associados com autoridade reconhecida fora do Paraná.

Outra discussão que se ampliou no período foi a do papel do imigrante na sociedade local. O crescimento demográfico e a posituação da miscigenação foram argumentos em favor da inclusão de estrangeiros na identidade local e mesmo nas versões sobre o passado do estado. Esta perspectiva fazia parte também de um projeto de ocupação e incentivo à expansão agrícola, pensado pela Secretaria de Obras, Viação e Colonização, que, como apontado no capítulo anterior, era espaço de trabalho de muitos membros do IHGPR.

### 4.1 A REVISTA *PARANÁ*: A FORMAÇÃO DO “TIPO LOCAL” E A MODERNIZAÇÃO

Abro um parêntese para falar da revista *Paraná*, uma iniciativa que tinha íntima ligação com o grupo que articulava o IHGPR e se destacava como espaço de divulgação de uma identidade para o Paraná. Sua existência ocorreu num momento em que o instituto ainda não possuía revista própria. A revista pode ser entendida também como iniciativa externa ao instituto, compreendendo que a memória local era estabelecida em outros espaços igualmente. O periódico exaltava a

modernização e a ressignificação do mito fundacional do estado, com a inclusão dos imigrantes como formadores do “tipo local”. Minha análise compreende sua primeira fase de existência, que contou com apenas três edições<sup>143</sup>.

Fundada em 1907, *Paraná* tinha Romário Martins como editor e Paulo Assumpção<sup>144</sup> como diretor artístico. A impressão da revista de 30 páginas era feita na Livraria Econômica de Annibal Rocha & Comp., com fotografuras e ilustrações. A revista ilustrada *O Olho Da Rua* anunciou o lançamento de *Paraná*:

Com o título “Paraná”, vae aparecer uma revista, sendo a parte ilustrada a cargo do Sr. Paulo de Assumpção. Apostamos 100 contos como o 1º n. traz o retrato do Dr. João Candido. Quem topar, puxe da guaiaca e corra os patações. (O OLHO DA RUA, 1907, n. 3, p. 38).

A nota estava correta, pois quando o leitor abriu a revista *Paraná*, se deparou com um texto sobre o governador interino do Paraná, o médico João Cândido Ferreira. A sutileza da nota indica que este impresso estava também relacionado à composição da rede de poder do Partido Republicano Federal (PRF), que governava o estado e também era dominante no IHGPR. Esta posição, de reforçar e exaltar a imagem do novo governante, era uma estratégia naquele momento de transformação dos poderes locais. Cândido Ferreira assumia o cargo de governador em substituição a Vicente Machado, líder do PRF que havia falecido em março de 1907. Ferreira se encontrou em meio a uma rearticulação, tanto da oposição quanto das suas bases<sup>145</sup>.

---

<sup>143</sup> Um periódico com este nome, Paraná, voltou a ser publicado no ano de 1910, e encerrando suas atividades no ano seguinte. Nesse segundo momento ressurgiu como *Orgão da Juventude Paranaense*, contando com redatores diversos e com textos majoritariamente assinados por pseudônimos, seu formato passa a ser mais simples com média de quatro páginas. Tendo em vista estas mudanças nos termos nesta parte do trabalho no discurso de seus três primeiros números.

<sup>144</sup> Paulo Idelfonso da Assumpção (1886-1928) foi pintor, escultor e atuou como jornalista, formado pelo Instituto Paranaense, tinha grande reconhecimento público chegando a ser desenhista da bandeira do estado.

<sup>145</sup> No ano de 1907 o estado do Paraná passou por uma instabilidade política, após a morte de Vicente Machado que era principal liderança do Partido Republicano

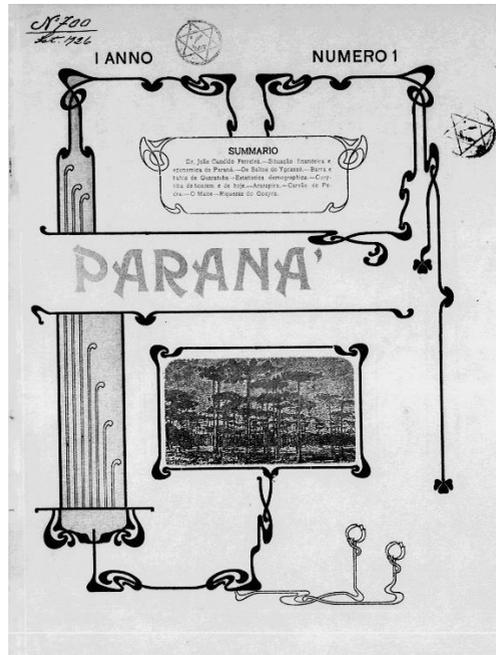
A citação em *Paraná* era uma forma de promoção e apoio ao político, reforçados pela legenda de seu retrato:

Não poderíamos, de modo mais honroso, iniciar a pinacoteca dos vultos que hão enobrecido o nome de nossa terra, do que situando à frente delles o busto insinuante e distinto do exmo. Sr. Dr. João Candido Ferreira, que neste admirável instante da evolução social paranaense, preside com superior destaque o seu glorioso destino. (PARANÁ, 1907, n. 1, p. 6)

Reforçando a tese de apoio público da revista ao novo governador, o texto era seguido de uma apresentação das contas do estado, na qual se asseverava uma boa condição financeira e o caráter de renovação da administração. Estes dados se inseriam no discurso de evolução e destino da região. Apesar de o discurso de progresso não se explicitar neste texto, esteve presente em outros momentos da revista. Em paralelo, as ilustrações recorriam às temáticas da natureza, característica marcante do periódico, presente já em sua capa:

---

Federal (PRF) houve uma disputa pelo poder no partido, que teve como episódio a impugnação da candidatura de João Candido e Maciel, que era apoiada por Vicente Machado antes do seu falecimento. A cassação partiu de uma ação de Caio Machado, filho de Vicente Machado, e a partir disso organizou-se uma “coligação com membros influentes da política local, como Manuel Alencar Guimarães, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, e o Senador Francisco Xavier da Silva.” (BAHLS, 2007, p. 130), essa movimentação intitulou-se Coligação Republicana do Paraná. Estas tensões implicavam em diferentes âmbitos da sociedade, inclusive o IHGPR que era local de trânsito destes políticos, além da própria instituição ser apoiada pelo poder público.

Figura 8 - Capa da revista *Paraná*:

Fonte: Hemeroteca Digita/Biblioteca Nacional

O recurso da fotografia foi um dos diferenciais da publicação. Recorrente em várias capas, a araucária era considerada pelos intelectuais como expressão máxima da natureza local; a natureza aparecia como agente de formação da população. Este discurso se desdobrava na página seguinte, na qual foi reproduzida uma foto da cachoeira do Rio dos Patos. Em seguida, o leitor era introduzido a um manifesto:

O título, que lá está, justifica, só por si, as intenções desta revista (...) dessa amplidão da natureza, decorrem as condições moraes do nosso povo. O homem, surgido neste meio grandiloquio, é um igual do seu habitat.

Nelle, tudo é vasto e exprime, em syntese, a variante da grandesas da nossa, natural, característica. Arrojado e impulsivo, na sua origem, transfigurou-se, pela intromissão de novos

fatores, após diversas correntes immigrantistas para aqui advindas, em um sub-tipo de admitavel *belleza physica*, de vastas e profundas diferenciações ethnicas, caracterizado intelectual e moralmente na hora actual, pela sua acção construtora, affirmada no concerto do labor nacional pelo justo renome da nossa civilização. (PARANÁ, 1907, n. 1, p. 5)

A apresentação já explicitava o ideário mesológico, afirmando que o “tipo local” se constituía no diálogo com a natureza do estado; o que era chamado de “sub-tipo”, somado à “grandiosidade natural”, teria se transformado também com a figura do imigrante. Passou a haver uma substituição da designação *europæus*, antes limitada aos portugueses, para uma mais abrangente. Essa substituição indica a mudança do discurso em nível nacional, no qual o europeu passou a ter uma imagem positiva. Foi uma leitura que se estabeleceu com a intenção de asseverar um padrão civilizacional que garantisse características a essa população, afirmando seu caráter de apreço pelo labor e pelo desenvolvimento intelectual.

O segundo número da revista deu continuidade à inclusão dos imigrantes nas memórias fundantes do estado, por meio do artigo não assinado, intitulado *Colônias Agrícolas do Paraná*. A abertura do texto explicitava a referência para tal debate, iniciando-se com uma citação de Elysée Reclus<sup>146</sup>, geógrafo francês que teria afirmado “a história do

---

<sup>146</sup> Jaques Elysee Reclus (1830-1905) foi um geógrafo Frances com uma forte atuação política no movimento anarquista. Seu contato com o Brasil ocorreu em 1893, quando este pesquisador viajara pelo mundo, naquele momento trabalhava na construção de sua obra *Nouvelle Géographie Universelle La terre et les hommes*, a qual foi publicada em dezenove volumes entre os anos de 1875 e 1894 e analisava diferentes partes do mundo e a forma de interação entre homem e natureza. No tomo nove desta obra existe um capítulo intitulado “Etats-Unis du Brésil”, onde descreve o território nacional com a divisão nas seguintes regiões: Amazônia, Vertente do Tocantins, Costa equatorial, Bacia do Rio S. Francisco e vertente oriental dos planaltos, Bacia do Parahyba, Vertente do Paraná e contravertente oceânica, Vertente do Uruguay e littoral adjacente e Matto Grosso. O estado do Paraná é descrito dentro da leitura da Vertente do Paraná que compreendia os estados do sul do Brasil e parte de São Paulo, nesta região destacava a presença de muitos imigrantes europeus. A obra de Reclus foi traduzida em 1900 pelo intelectual Benjamim Franklin Ramiz Galvão, e obteve

Paraná é a história da colonização” (PARANÁ, 1907, n. 2, p. 21). Ao exaltar a imagem do imigrante, considerava-se o processo de emancipação como prelúdio, e a colonização, como uma nova etapa para o estado:

Com uma diminuta população de 62.257 habitantes, disseminados em vasto território de 240.000 k<sup>2</sup>, o Paraná ao se instalar Província do império em 1853, de modo algum se recomendava em nenhum ramo de progresso. Conseguida a sua autonomia política, não pelo que elle em sim mesmo valesse, mas porque, confinando com o Rio Grande do Sul e com a Argentina, os arremessos revolucionários daquela então Província e as ambições desta República ao território das Missões, encontrariam em uma nova circumscripção política nacional que lhes fosse fronteira, mais prompta e eficaz repressão do governo imperial.

(...) antes, porém, que conseguisse a modesta 5ª comarca paulista a sua elevação a Província (...) o governo geral do paiz se estava preocupado com o seu povoamento, tendo em vista o motivo apontado (...) assim se encaminharam para as margens do Rio Negro os primeiros europeus. (Paraná, 1907, n. 2, p. 21-2)

---

grande circulação em território Brasileira. Além da descrição territorial, das cartas geográficas o livro ainda afirmava os pensamentos de Reclus, que seriam reunidos em sua obra póstuma *O Homem e a Terra* (1905). Manuel Correia de Andrade define esse pensamento nos seguintes termos:

*Para Reclus, a geografia era uma única ciência, e a natureza e o homem, por ela estudados, formavam um conjunto harmônico em que o meio natural exercia influência sobre o homem, provocando a sua ação, modificando-o, transformando-o, e conduzindo-o a produção do espaço. (Andrade, 1985, p.21).* Mais sobre o autor em: MIYAHIRO Marcelo Augusto. *O Brasil de Elisée Reclus: território e sociedade em fins do século XIX*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2011.; ANDRADE, Manuel Correia. *Atualidade do pensamento de Élisée Reclus*. In: ANDRADE, Manuel Correia. (org.) *Élisée Reclus*. São Paulo. Ática, 1985.

Os imigrantes passavam a figurar como protagonistas de determinada fase do estado. Assim, a memória não mais remetia aos indígenas, mas aos europeus, que teriam servido ao desenvolvimento da civilização e, sob este discurso, tornados uma “ascendência predominante”. O argumento era justificado com a apresentação de diferentes colônias nos arredores de Curitiba, ressaltando-se ter havido, em 1825, o assentamento de 1450 imigrantes, majoritariamente prussianos, austríacos e suíços; em 1869, foi a vez de uma colônia de argelinos<sup>147</sup>. Isto ocorrera antes do chamado “período áureo”, marcado pela política de Lamenha Lins, que implantou 90 colônias na capital e no interior.

A edição se encerra com um texto em francês, *La colonisation au Paraná*, que promovia o estado como atrativo aos imigrantes. Apresentava um panorama nacional e descrevia o Paraná como “o mais florescente do Brasil”, com uma “natureza generosa” e com o mesmo “clima da Europa meridional”. Explicava-se que a nova regulamentação de terras, assinada por Cândido Ferreira, colocava à disposição dos imigrantes as terras situadas em “regiões privilegiadas do estado”.

Este apelo à imigração, seguido da valorização desta população na formação do estado, sugere os propósitos do movimento de reconfiguração das memórias locais. Ainda mais quando esta propaganda aparecia na mesma edição da comunicação sobre a visita do Ministro da Fazenda da França, Paul Doumer, pois: “que até à Europa já vai a fama das magnificas condições mezológicas da nossa terra e do esforçado empenho dos que aqui labutam, para as conquistas incessantes da civilização” (PARANÁ, 1907, p. 2).

É necessário considerar que esta projeção colocava uma “vocação” agrícola para o Paraná<sup>148</sup>, o que dialogava com sua “grandiosidade natural”, central para o raciocínio mesológico que a revista aplicava para justificar a “evolução” local. Em suas páginas, textos comparavam as quedas do rio Iguaçu com o salto Vitória e o Niágara (PARANÁ, 1907, n. 1, p. 13).

---

<sup>147</sup> A qual Reclus alega que se tornou mista posteriormente, com a introdução de suíços, suecos e italianos

<sup>148</sup> Entre as medidas tomadas pelo governo estadual, nesse período está a criação de do Instituto Agrônomo do Paraná (IAP), que era submetido à pasta de Obras e Colonização supracitada. A sua importância reside na junção entre o discurso técnico e a aplicação do projeto de imigração e de vocação agrícola.

Havia espaço para textos menos impressionistas e que se propunham à construção de um estudo da geografia local, como o de Visconde de Taunay<sup>149</sup>, que utilizou as produções do professor Nivaldo Braga para retratar as composições geográficas denominadas “Buracos” e a “Villa Velha”, ambos na região de Ponta Grossa. Outro artigo neste formato era *Esboço Geológico do Paraná* (PARANÁ, 1907, n. 3, p. 4), de Euzébio Oliveira, que propôs um estudo sobre os tipos de solo e algumas características dos acidentes geográficos do estado. Vale ressaltar que ambos os autores eram de fora do estado e possuíam reconhecimento nacional<sup>150</sup>.

A revista adotava uma perspectiva mesológica, na qual a natureza era formadora das características físicas e psicológicas dos paranaenses; da mesma forma, era o tema central das fotografias, geralmente imagens de florestas e árvores centenárias. A figura do pinheiral era parte da compreensão da natureza como produto do estado, mesmo movimento que se fez com o mate, defendido por seus valores medicinais e como cultura econômica fundamental para o Paraná. Apresentava-se, então, outra relação entre natureza e modernização: a produção do mate e da madeira era vista como elemento de promoção do desenvolvimento da sociedade local. Isto se torna mais evidente quando se analisa a urbanização de Curitiba, apresentada em fotos de diferentes ruas, ângulos que retratam as praças, as avenidas e a silhueta das construções. Tal perspectiva era complementada por textos sobre *Estatísticas Demográficas* e *Curityba de hontem e hoje* (ambos assinados por Romário Martins). O primeiro texto tomou por orientação o recenseamento de 1905, destacando as amostragens de natalidade, nupcialidade e mortalidade. Comparando Curitiba com outras capitais do país e do mundo, Martins destacou:

Salientam-se desses quadros estatísticos as vantagens que a quasi todas essas cidades levam a nossa bella capital, pois que se apresenta invejaveis coefficientes demonstrativos do extraordinario

---

<sup>149</sup> Alfredo Maria Adriano d’Escragnolle Taunay (1843-1899)

<sup>150</sup> A opção por autores com reconhecimento nacional, o que é indício de que a produção sobre a temática no estado ainda era pouco expressiva, e em uma revista que tinha como foco a divulgação local em âmbito nacional era importante o assentamento de seu discurso científico em escritores de outros estados.

crescimento de sua população e da sua reduzida mortalidade (PARANÁ, 1907, n. 1, p.17)

Esses dados de expansão da população eram entendidos como resultantes de uma “evolução” das condições de vida oferecidas pelo estado, uma visão “progressista” que dialogava com o segundo texto, sobre a expansão urbana da capital do Paraná<sup>151</sup>. Neste, analisando os documentos *Alinhamento e emedramento das ruas desta cidade* (1857) e *Lançamento da receita da decima imposta nos prédios urbanos* (1810), Martins buscou comparar as descrições das ruas e prédios de diferentes períodos do século XIX com as do início de século XX:

Como é doce recordar quanto eras pobre e pequenina, há menos ainda de meio século, minha bella e prospera Curytiba de hoje com teus 50.000 habitantes e com tua belleza monumental!  
Centro forte de trabalho e actividade, aqui se opera a transmutação fecunda e civilizadora que faz cidades das aldeias mesquinhas, e dos nucleos pobres alevanta, como Atlas, um mundo (Paraná, 1907, 1ªed, p.23)

Havia uma série de imagens distribuídas pelas páginas da revista, sem necessariamente corresponderem aos textos com os quais dividiam espaço. Exemplares eram as fotos que apareciam com as legendas “typos populares”, como por exemplo, “Amolatori!...” (figura 9), mostrando um amolador e seu instrumento de pedra e mecanismo de pedal. Nas páginas seguintes, há a foto de uma mulher sob a legenda “Typos Coloniais – Uma Itala Brasileira” (figura 10) e a foto “Pic-nic de alemãs nos arredores de Curitiba” (figura 11):

---

<sup>151</sup> É relevante para nossa compreensão sobre o processo de criação destes textos a interação entre as diferentes instancias acessadas por Martins, exemplar desta relação é que na abertura do texto “Curytiba de hontem e hoje” descreve que a emergência do tema surgiu do seu manuseio das coleções do *Museu Paranaense*, instituição que dirigia, atividade que segundo ele “trouxe-nos o ensejo de indagar qual o gráo de adiantamento material de Curityba no século passado” (Paraná, 1907, 1ªed, p.19).

## Figura 9: Amolatori

PARANÁ

---

pelo arado de rólhas multiplas e pela accção da intelligencia pratica, resumida na machinaria agricola.

O Paraná avança com o seu governo. Sentem-se, por toda a parte, as sequencias da liberdade e as garantias de que será nossa a victoria.

O que estava obscurecido, está agora evidente; o que era sombo, assume as formas de doce realidade; e muita coisa de que se não cogitava, está já ansiosa e latente na alma do Paraná.

Lá fóra já se fala de nossa terra, sem ser para a maliziar.

O Paraná é apontado como exemplo de florescimento e de renovação.

«Ne fundo de um poço, quem não será sombrio?» perguntou um poeta; e o mesmo poeta affirmou: «Mas rodeado de panoramas largos, na visinhança de montes, de rios, de estrellas, o espirito alarga-se e vóa.»

O passado, em 50 annos de processos medianos de governo, é o poco de que falla o poeta.

A visinhança das altas cumieadas e das estrellas, é o presente e será o futuro do Paraná, nas mãos firmes e parcas do seu valeroso servidor e benemerito filio.

---

### Situação financeira e economica do Paraná

Publicamos abaixo varias demonstrações da situação financeira e economica do Paraná, segundo os dados fornecidos pela escripturação feita até 30 de Maio ultimo, organisados pela Secretaria de Finanças e Indústrias.

Para perfeito conhecimento dessa situação, magnifica e mais prospera que ha realisado a administração paranaense, restam ainda os dados do ultimo mez do exercicio financeiro, que certamente elevação de 300 a 400.000.000 o total verificado nos 11 mezes, que foi de rs 4.584.626.796 que reunidos a arrecadação prevista para Junho, subirá a 4.984.626.796.

Sendo a receita orçada para todo o exercicio de rs. 3.604.260.000, segue-se que só nos 11 mezes se pode já verificar um excesso de rs. 980.366.796 sobre a previsto orçamentaria, excesso que, reunido aos provaveis 350.000.000 da arrecadação de Junho, ultimo mez do exercicio financeiro, se elevará certamente a mais de rs. 1.000.000.000.

TIPOS POPULARES

I



—Amolatori...

Fonte: (Paraná, 1907, 1ªed, p.9)

## Figura 10: Itala-Brasileira

PARANÁ

naufragado diversos veleiros, pertencentes não só àquella praça como à de outras.

Até então nunca fóra ballsada, nem existia plano do porto.

INSTRUÇÕES PARA DEMANDAR A BARRA.  
— Uma boa reconhecença para demandar

o vento, em demanda da boia que marca o canal de E. As marcas em terra, para no caso de não estar a boia em seu lugar, são as seguintes: ilha do Rato unida a ponta do N do Baixo Grande a ponta do morro da Passagem pela quebrada da ilha da Pescaria. Ao chegar-se próximo à barra navega-se ao W ou W  $\frac{1}{2}$  Nw. Estando-se com o morro de Brajetuba ao SW4 W e o da nascente ao SW 4  $\frac{1}{2}$  W começam as arrebentações. Quando a ilha de Cayobá estiver por NW 4 N, encontra-se 4 ms. de água; quando ao NNW 3ms. e quando ao NS, 6 metros, onde se acha a boia, da qual se poderá passar por ambos os lados. D'ahi segua-se com a prba à ilha do Rato, passando-se pela boia charuto que marca o banco do Bode. Em chegando à ilha do Rato, tendo passado ao sul da boia dos Moleques, pode-se passar por fóra ou por dentro della, sendo preferível por fóra, dando resguardo à balisa de Corôa Grande e ir fundear a 30 metros da villa, onde ha 15 a 20 metros.

Quando houver maré viva é preferível fundear um pouco mais acima da villa para evitar as correntadas. Pode-se atracar à barraça em frente à villa, pois ha 6 a 7 metros de fundo, lama e areia fina.

As correntosas de maré do vésante puxam a principio para o sul e suzueste, procurando as barrotas das Canoas e do Paquete, por conseguinte para o banco do Bode, e depois directamente para a barra.

As de enchente vem sobre a restinga dos Moleques e depois se dirigem com força para dentro.

Os navios à vela não devem se arriscar a transportar a barra nas vésantes, sem estarem seguros do vento.



Tipos colonias. — Uma itala-brasileira

a barra de Quaratuba é a ilha de Itacolomy que demora no seu paralelo e della distante 7 milhas, isto para os caboteiros porque a ponta do Cayobá de bastante longe se avista. Estando se com o Itacolomy puxa-se para W ou W 4 SW conforme

Fonte: (Paraná, 1907, 1ªed, p.16)

Figura 11: Piquenique de alemães



Fonte: (Paraná, 1907, 1ªed, p.24)

Esse discurso visual inseria o imigrante nas representações do cotidiano da cidade e do estado, na busca de conferir-lhes uma feição “europeizada”. É necessário ressaltar que não se incluíam nestas fotos todas as etnias; não era dada a mesma visibilidade para argelinos e eslavos, por exemplo. Esta nova composição do passado não era excludente daquela que demarcava a origem da população local na junção do indígena com o ibérico, perceptível no texto *Lenda do Itararé*, narrativa construída a partir da visão indígena:

...toda a tribu vinha fugindo das margens do Paraná-panema, porque os christãos, quando chegavam a qualquer lugar, derrubavam as florestas a machado, sem pena nenhuma dos grandes troncos de arvores, onde viviam as araras e o mutum e em cujas sombras mariscava o macuco, que às vezes cahia nas garras do tigre, nosso rival nas caçadas das selvas. Depois lançavam fogo à derrubada, plantavam milho e feijão e, terminada a colheita, caminhavam para diante, devastando sempre” (Paraná, 1907, 2ªed, p.3).

Em seguida, era detalhado o encontro entre estes dois grupos: “o chão ficava cheio de gente morta ou muito ferida, e então os prisioneiros eram amarrados de mãos para trás e levados para o captiveiro.” (PARANÁ, 1907, n. 2, p. 4). A lenda se refere a uma incursão dos bandeirantes do alto do Paranapanema, região de São Paulo na divisa com o Paraná. Neste evento, teria ocorrido o aprisionamento de uma índia chamada Jahira, que tivera um romance com o tenente Antônio de Sá. Este bandeirante a abandonou, e ela rogou-lhe “uma praga”, que se manifestava em forma de sombra, que assassinava membros do grupo de Antônio Sá. Na uma análise da lenda feita por Romário Martins, pode-se perceber a intenção de demarcar os limites entre Paraná e São Paulo, utilizando o rio como cenário para o rompimento entre o bandeirante (paulista) e a indígena (paranaense). O texto foi escrito no momento em que o governo de São Paulo intencionava iniciar um processo jurídico similar ao movido por Santa Catarina, contestando os limites com o Paraná.

Outra memória agenciada na revista referia-se aos primeiros administradores do Paraná. No texto *Elucidação histórica*, Romário Martins traçou as trajetórias de Eleodoro Ébano Pereira e Gabriel de Lara, aos quais eram atribuídos um “pioneirismo”. Foram descritos como uma dupla que se completava, “lucrando assim, a sombra do serviço do Rei, o mais alto e mais justo e mais santo interesse do povo” (PARANÁ, 1907, n. 2, p. 13). Lara aparece como “o organizador, o homem das soluções meditadas, o ponderado administrador que não arriscava um passo sem saber que, diante de si, um caminho era seguro e franco para os dois.” Ébano Pereira e suas origens ganharam mais atenção: “Ebano era o

descobridor e assegurador das minas de ouro e prata.” Haveria duas referências a ele, a primeira retirada do livro de Hans Staden, que “refere haver se encontrado em S. Vicente com seu compatriota Heliodorus Eoban”, e a segunda de Simão de Vasconcelos, que afirmava ser “Heliodoro Ebano” um primo de Estácio de Sá (PARANÁ, 1907, n. 2, p. 13). A argumentação de Romário Martins incorria na análise das obras *História Geral do Brasil* (1854), do Francisco Adolfo de Varnhagen; *Apontamentos Históricos da Província de S. Paulo* (1879), de Azevedo Marques; *Quadro histórico da Província de São Paulo* (1897), de Machado Oliveira; *Ephemerides Nacionaes* (1881), de Teixeira de Mello e *História de S. Paulo* (1895), de Tancredo de Amaral. Para Martins, Eleodoro Ébano Pereira não era primo de Estácio de Sá, pois segundo o livro de Simão de Vasconcelos, Eleodoro Pereira falecera em 1553, antes da fundação de Curitiba. Desta forma, fazia valer a narrativa de que Hans Staden fora entregue pelos índios a um compatriota, Heliodorus Hesus, que seria o fundador da cidade de Curitiba. Após o elogio às ações do fundador, Martins promovia uma reconsideração sobre a origem do personagem e, com ela, da história paranaense – o fundador deixava de ser um português e passava a ser um alemão.

A revista *Paraná* não foi o único espaço para esse debate, levantado pelo Secretário de Finanças do Paraná, Alcides Munhoz. Este incentivador da política de atração de imigrantes nasceu em 1873, tinha formação católica, tendo estudado com Padre Alberto José Gonçalves e era um dos principais nomes do *Clube Católico Paranaense*, cursou Humanidades em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Sua incursão no IHGPR justificava-se pelo reconhecimento como romancista e conhecimento de “tupinismo”. Seus estudos sobre os indígenas compunham as obras *Pathmose Mbá*, ambas publicadas em 1904, e *O Grande Teatro*, de 1905. Também escreveu uma controversa biografia política de Vicente Machado. A posição de defesa da imigração europeia o colocou em conflito com Silvio Romero, mais especificamente no texto *O allemanismo no sul do Brasil, seus perigos e meios de os conjurar* (1906). O autor sergipano entendia que as colônias alemãs no sul do Brasil representavam uma ameaça para a unidade do país, pois não estariam integradas à sociedade no seu entorno, constituindo “ilhas” ou “desertos” em terras nacionais. Segundo o autor, estes imigrantes somavam em torno de “50 mil no Paraná, 100 mil em Santa Catarina, e 150 a 200 mil (estes últimos saídos na maior parte da Pomerânea e do Hunstück) no Rio Grande do Sul.” (ROMERO, 1906, p. 29). Esta

população dispersa, em terras com boa produtividade e de clima favorável, representaria risco de, sem se miscigenar, ampliar rapidamente sua representação demográfica. Assim, em uma posição que comparou com a da unificação que criou a Alemanha e a Itália, esses imigrantes poderiam organizar-se acima dos interesses e embates políticos que os separavam. A posição apaziguadora seria um risco:

Não ha sophismas que possam fludir a quem enxerga dois dedos adeante de si. Existem duas espécies de individuos que teem interesse em fazer acreditar no contrário: os proprios allemães e seus descendentes, e certos politiqueiros brasileiros que prezizam de não desagradar aos colonos de Santa-Catharina, Paraná e Rio-Grande. O resto do Brasil pensa de modo de todo diverso. (ROMERO, 1906, p. 44)

Esta crítica vinha logo abaixo de uma descrição da participação do governador do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, em um evento da comunidade teuta do estado, quando afirmou que os imigrantes não deveriam se desfazer de seus valores para se integrarem à sociedade local, mas trabalhar para o orgulho de sua terra natal. Esta mesma perspectiva era adotada por Alcidez Munhoz, no folheto *Sr. Sylvio Romero e o allemanismo no Sul do Brasil, o Paraná* (1907), no qual advogava que os alemães no Paraná representavam uma população em processo de assimilação e eram fatores de desenvolvimento étnico e econômico. Anos mais tarde, ampliou o debate com a publicação *A teutophobia do senhor Sylvio Romero* (1910), na qual acusava o crítico de “lusitanista” e dizia que a “raça brasileira” havia sido construída com a contribuição de diferentes origens e não seria absorvida ou dominada pelos alemães. A historiadora Pamela Beltrami Fabris considera que, nesse livro, Munhoz afirmou a imagem do “bom imigrante”:

Não há aqui allemães que luctem com as difficuldades da vida, nem que se occupem em serviços de baixa esphera, como os portuguezes no Rio de Janeiro e os italianos em S. Paulo. O Paraná deve-lhes muito, ou melhor, deve-lhes quase todo o seu progresso. (MUNHOZ apud FABRIS, 2014, p. 117)

As posições de Munhoz são parte de um processo de crescimento da representação política e econômica dos imigrantes, assim como parte da defesa de uma política de atração desta população. O autor escreveu um livro divulgando o Paraná, *Le Paraná Pour L'étranger* (1907), descrevendo Curitiba, outras regiões do estado, a administração, potenciais comerciais, industriais e agrícolas. Era produção que objetivava alcançar o público europeu e espriar a crença de que a soma destes auxiliaria no desenvolvimento do “tipo local” e da economia do estado.

O confronto entre Romero e Munhoz e a revista *Paraná* têm grande importância para este estudo. São demonstrações de disputas pela memória fora do IHGPR, mas articuladas pela mesma rede de intelectuais que o compunham. Nestes momentos, promoveram uma rearticulação do passado e empenharam narrativas para promover uma determinada imagem do estado, fixando novas concepções sobre a história, influenciando diretamente as ações do IHGPR. Esse novo discurso sobre os imigrantes não condizia com os mitos de fundação do estado, mas tomou força a partir deste momento, ganhando o espaço público, sendo disseminado pelo instituto.

#### 4.2 A ESCRITA DA HISTÓRIA: O DISCURSO CIENTÍFICO E O LITÍGIO TERRITORIAL

A revista *Paraná* tem sua importância por demonstrar a apropriação dos discursos que estavam submetidos a um referencial científico para fazer uma divulgação e uma representação do estado. Utilizou argumentos racialistas, geológicos e etnológicos para apresentar uma identidade estadual, teorizações que se observavam em menor escala nas outras publicações de seus autores, como *O Cenáculo*, *A Penna* ou *Pallium*.

Esse discurso existe por ser parte das expectativas dos seus leitores, além de ser indício de que as discussões sobre a forma de produção da memória local continuavam a ser feitas por alguns dos membros do IHGPR em outros espaços. O interesse pelo tema do passado, com visto anteriormente, era recorrente nos embates entre

grupos como os católicos e os anticlericais, que disputavam a memória, o ensino e o papel na formação do estado. A revista *Paraná* ressaltava o debate sobre a imigração, demonstrando seu interesse em demarcar uma característica diferencial para a população local. Nesse movimento, abria espaço em suas páginas para a divulgação do projeto de ocupação territorial baseado na imigração de europeus para o trabalho no campo. Uma diretriz defendida pelo Partido Republicano Paranaense, mas que estava na pauta nacional.

O discurso científico local mantinha a sua autoridade pela constante atualização em relação às discussões feitas nos centros de produção intelectual. Assim, havia interesse em se inserir nos debates nacionais para aumentar o poder de fala dos paranaenses, pois para converter o conhecimento sobre o passado em argumento no processo jurídico com Santa Catarina, era preciso ter mais domínio nos debates que o estado vizinho. Além disso, era preciso fazer convergir forças, e o espaço ideal para tal finalidade era o IHGPR, que reunia historiadores, juristas, literatos, geógrafos, etnógrafos e outros profissionais que poderiam avaliar o debate sobre território e identidade local. O fortalecimento do campo intelectual tinha por função fortalecer seus sócios em relação aos embates locais, chancelando as suas produções. Havia o interesse destes em demonstrar sua utilidade ao debate público, o que justificava as suas posições sociais, passíveis de serem convertidas em poder político. Por isso, são destacados a seguir os congressos de geografia e história, para que se visualizem estas movimentações nas tramas dos debates intelectuais.

#### 2.4.1 Os Congressos Brasileiros de Geografia

Como já afirmado anteriormente, as movimentações ocorridas nas praças centrais de produção intelectual serviam de baliza aos grupos que se encontravam na periferia, portanto era do interesse dos paranaenses se incluírem nas discussões nacionais sobre história e geografia, de forma a estruturarem os debates locais. Um exemplo que serviu à articulação dos intelectuais locais foram os Congressos Brasileiros de Geografia, encontros de estudos que serviam como espaço para o debate sobre a formação nacional.

A questão abordada era de grande interesse dos paranaenses, pelo discurso acadêmico, mas também porque ainda estava na pauta o estabelecimento das divisas estaduais. O I Congresso Brasileiro de Geografia foi realizado em 1909 no Rio de Janeiro, sob a organização da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro (SGRJ). O evento influenciou o processo de afirmação de áreas disciplinares e a construção de um discurso científico. Conforme afirma Sergio Nunes:

*A realização do I Congresso Brasileiro de Geografia deve ser situada, nesse contexto de reconstrução da SGRJ. Um evento de âmbito nacional certamente contribuiria para a consolidação da entidade, além de projetá-la no novo cenário cultural e político desenhado, passados vinte anos de regime republicano. Nesse sentido cabe assinalar que o evento não se realizaria no âmbito característico dos primeiros congressos internacionais de geografia, marcados pelo diletantismo. Mesmo no Brasil, era patente a profissionalização da atividade científica, cujos efeitos se faziam sentir em diversas iniciativas em curso no período. Ainda que fossem mais flexíveis os parâmetros de cientificidade dos cultores da geografia, não lhes escaparam as novidades de forma e conteúdo presentes num evento ainda de fresca memória – o III congresso científico Latino Americano, celebrado no Rio de Janeiro em 1905. (NUNES, 2010, p. 168)*

O evento foi uma proposição surgida dentro do SGRJ, pelo catarinense José Arthur Boiteux<sup>152</sup>, como parte das comemorações dos 87 anos da Independência do Brasil. A historiadora Luciene Cardoso afirma que as principais questões apresentadas no congresso tratavam da “nomenclatura dos acidentes geográficos, a reforma do ensino e o problema da elaboração dos mapas cartográficos” (CARDOSO, 2011, p.1). Para a autora, o tom dos discursos remetia a uma proposta

---

<sup>152</sup> José Artur Boiteux nasceu em 9 de dezembro de 1865, foi eleito deputado estadual em Santa Catarina para sucessivas legislaturas, exerceu o mandato de 1894 a 1900, faleceu em 8 de janeiro de 1934. Foi Juiz literato, jornalista e escreveu obras de história e geografia.

civilizadora, nas qual a ciência teria utilidade para a integração e o progresso nacional. O Paraná esteve representado nesta oportunidade pelo senador Cândido de Abreu e pelo deputado federal Carlos Cavalcanti, conforme nota do jornal *A República* (18/8/1909, p.3). Cavalcanti, sócio do IHGPR, foi convidado por Romário Martins. Pelo Gymnasio Paranaense, esteve presente o professor – e lente de geografia – Sebastião Paraná. A única apresentação de tese feita por um paranaense foi a de Niépce Rodrigues, com o título *A Climatologia do Paraná* (*A REPÚBLICA*, 10/9/1909, p. 2).

O Congresso de Geografia voltou a ser realizado no ano seguinte, em São Paulo, mas não encontrei muitos registros deste evento. Sabe-se de sua repercussão no Paraná pela convocatória escrita por Ermelino Leão, no *Diário da Tarde*, pedindo que os interessados remetessem seus textos para o evento, com a explicação: “Desnecessario encarecer a importância científica de taes assembleas: a contribuição que póde o Congresso trazer para o completo conhecimento geográfico do nosso paiz, assume tantas relevâncias, que dispensa mais detidas explicações” (*Diário da Tarde*, 04/02/ 1910, p. 1). Novas informações sobre o evento só foram apresentadas na imprensa local após sua realização, na semana de Sete de Setembro.

No dia vinte do mesmo mês, Niépce Rodrigues apresentou o balanço *Questão de Limites no 2º Congresso de Geographia*, no qual explorava os debates realizados sobre o tema no congresso, em especial, a moção encaminhada no último dia. Adotou uma postura crítica, acusando um acordo entre Paraná e Santa Catarina que, em sua leitura, prejudicava aquele. Caracterizou este acordo como carregado de um “espírito de sentimentalismo” e movido pelo calor do momento, mas que deveria ser combatido pelos paranaenses. O chamado “Acordo Honroso” propunha uma divisão pacífica que, tomando os limites reivindicados pelo Paraná e por Santa Catarina, construísse um meio termo, visão defendida como benéfica para a união nacional e de pregação solidária. A utilização do espaço para a disputa simbolizava a importância do debate científico nesta questão e a necessidade de fortalecer este modelo de agremiações. O artigo de Niépce Rodrigues se desdobrou em dois outros: o primeiro relatava a proposição de um mapa para a região sul, apresentado por Gentil Moura, contestando os limites e ampliando o discurso de que o Paraná recorreria aos tribunais de justiça. O outro detalhava a conflituosa escolha de Curitiba para sede do III Congresso Brasileiro de Geografia, a realizar-se em 1911, na Semana da Independência:

Esta escolha representa o esforço, a habilidade diplomática de alguns de seus membros. Era natural que, tendo o nosso Estado obtido tão bello resultado, todos os seus representantes no congresso de Geographia se rejubilassem com o facto e se contentassem com a victória da causa, mas os vaidosos politqueiros não puderam conter-se (DIÁRIO DA TARDE, 27/09/1910, p. 1)

A disputa envolvia a visão de que, diante do litígio territorial, seria incoerente a escolha de Curitiba como sede do próximo encontro, mas o apoio do presidente do evento, Domingos Jaguaribe<sup>153</sup>, foi fundamental para a vitória da proposta de Jayme Dormund Reis, que foi presidente do III Congresso.<sup>154</sup> É compreensível que, em meio aos debates sobre tal litígio, o evento em Curitiba se tornasse alvo de disputas, mesmo que comemorado pelo grupo paranaense.

O III Congresso de Geografia teve grande cobertura da imprensa local. Desde o mês de julho, os jornais *Diário da Tarde* e *A República* publicavam as correspondências das instituições e dos pesquisadores que aderiam ao evento. Sua relevância pode ser avaliada em medidas como a mudança da data de inauguração de um dos terminais do porto de Paranaguá, para não coincidir com o evento (DIÁRIO DA TARDE, 01/09/1911, p. 1). Além disso, em *A República* houve a publicação periódica dos nomes dos inscritos, enfatizando o número de participantes e dando destaque à delegação da *Sociedade Geographica de Lisboa*. Dos 215 participantes, 123 inscritos eram do Paraná, contando entre

---

<sup>153</sup> Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho (1848-1926). Era filho do Visconde de Jaguaribe, formado em medicina e membro do IHGB, segundo o portal <http://www.ceara.pro.br/> Jaguaribe era doutor em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro com a tese “*Aclimatamento das raças sob o ponto de vista de colonização em relação ao Brasil*.”

<sup>154</sup> Dado apresentado em: Evangelista, Hélio de Araújo. *Aspectos Históricos da Geografia Brasileira*/ Hélio de Araújo Evangelista. – 1ª. Ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. P.138

indivíduos<sup>155</sup> e instituições<sup>156</sup>. Dois dias antes do início do evento, foi veiculada no jornal a lista de *memórias* a serem apresentadas. De um total de 12, havia quatro produzidas por paranaenses: *Pelos Aborígenes*, de Dario Vellozo, *Os Limites do Paraná em face da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal*, de Romário Martins, *A Hulha Branca no Paraná*, de Domingos Nascimento e *Esboço Geographico e Hypothese Geogenica*, de João Barcellos.

O acompanhamento das atividades do congresso é visível nas páginas da revista humorística *O Olho da Rua*, que, em sua quarta edição de 1911, publicou na sessão *Diálogos* a nota:

- Estou achando muito frio o congresso de Geographia.
- Olhe que estamos com 2 graus abaixo de zero!
- Embora tenho que o Congresso vae ou racha, não tivesse o muque do Jayme Reis. (O OLHO DA RUA, 08/06/1911, p. 18)<sup>157</sup>.

A centralidade de Jayme Reis neste processo expressa o seu reconhecimento fora do estado e seu trânsito entre grupos políticos envolvidos no debate territorial brasileiro. Além disso, é significativa da ausência de menções ao IHGPR, indício de sua desestruturação<sup>158</sup>.

*O Olho da Rua*<sup>159</sup> tinha um histórico de edições em defesa do estado na questão da disputa de limites com Santa Catarina. Exemplar foi

---

<sup>155</sup> Como Romário Martins, Affonso Sebrão, Luiz Cleve, Alfredo Munhoz, Lindolpho Pombo e Niépce da Silva

<sup>156</sup> Como a *Repartição de Estatística e Archivo Público, Centro estudantil Paranaense* e a *Escola de Aprendizes Artífices*.

<sup>157</sup> A nota dividia a edição com os debates sobre o congresso do Partido Republicano Paranaense que os editores configuravam como um encontro de afirmação da figura do governador Francisco Xavier.

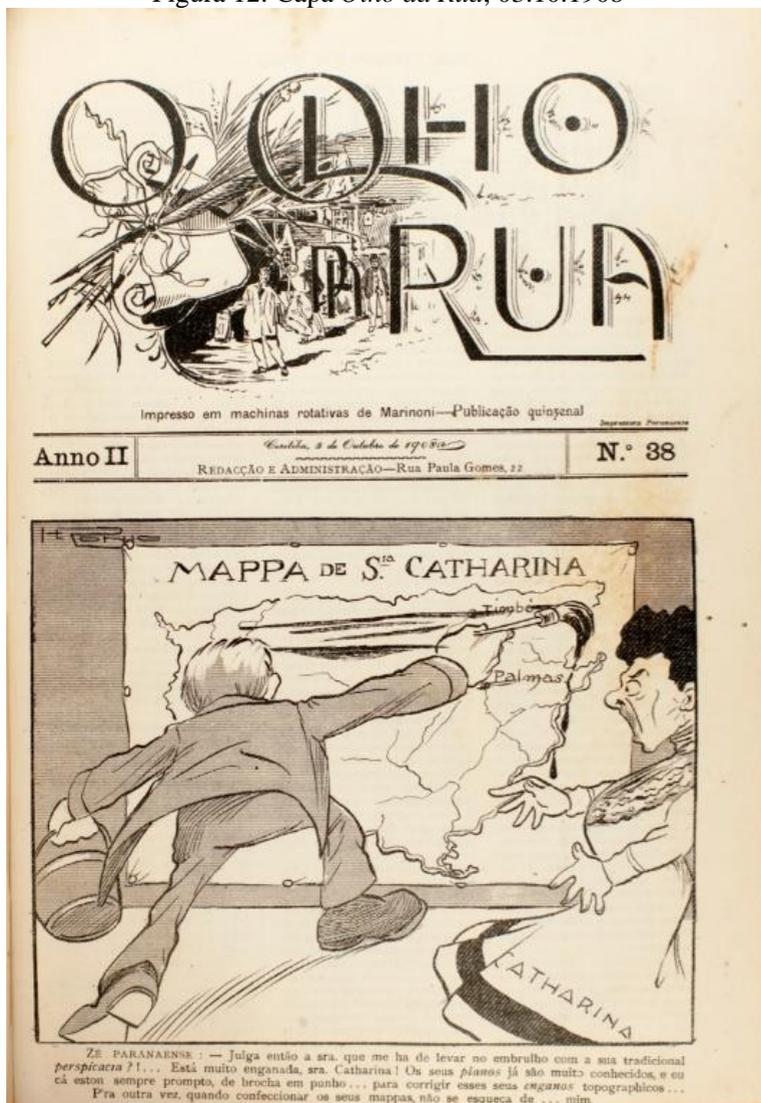
<sup>158</sup> Isso é importante pela relação de que Durmmond Reis não era sócio do IHGPR, mas sua consagração ocorria pela validação de instituições externas ao Paraná, como a *Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro* (SGRJ).

<sup>159</sup> A revista circulou entre os anos de 1907 e 1911, tinha como conteúdo central as charges e a crítica ao coronelismo, a centralidade da religião, aos problemas de urbanização e as posições que consideravam de atraso a sociedade local. Seus autores atendiam por pseudônimo, conforme a descrição do site <http://www.revistascuritibanas.ufpr.br> seus ilustradores mais recorrentes eram

a edição de 30 de outubro de 1908, um ano antes do I Congresso de Geografia, que, no auge da discussão cartográfica, veiculou a seguinte charge:

---

Herônio (pseudônimo de Mario de Barro), Sylvio (Aureliano Silveira), Paulo (Euclides Chichorro).

Figura 12: Capa *Olho da Rua*, 03.10.1908

Fonte: Biblioteca Nacional/Hemeroteca Digital

A imagem vinha assinada por *Herônio*, pseudônimo de Mario Antônio de Barros (1879-1931), ilustrador filho de João Antônio de Barros Junior, juiz paranaense membro da Comissão de Limites e do IHGPR. Esta posição ultrapassava a questão pessoal e era representada em outros espaços e edições da revista<sup>160</sup>. O tom provocativo utilizado para descrição da política paranaense era o mesmo empregado no discurso de afronta ao estado vizinho. O editorial do mesmo número da charge afirmava:

Decididamente o Paraná está malão da sorte. Os seus vizinhos de parede e meia, que são os paulistas, os catarinenses e os argentinos, sempre estão a pregar-lhe cada pirraça que é mesmo de tirar o chapéu. Os amigos do Prata afinal de contas ainda não são os piores a sua perversidade se restringe em nos fazer presentes, ora de espíões e ora de gafanhotos. Estes temíveis bichinhos ahí andam a comer tudo o que é verde... Felizmente para S. Catharina, elles ainda não foram por lá, o que seria uma verdadeira desgraça para a gente de seu Lauro Muller, que quer, a fina força, comer-nos a nós por uma perna. (O OLHO DA RUA, 03/10/1908, p. 6)

A visão sobre os catarinenses era contraposta pela memória paranaense que buscava se afirmar em nível nacional: “temos na história o nunca desmentido patriotismo dos paranaenses, desde quando desbravejaram os serões até quando, na lendária Lapa, formaram baluarte para salvação da República.” (O OLHO DA RUA, 03/10/1908, p. 6). A passagem evidencia a forte presença dos conflitos da Revolta Federalista nos discursos do período, reafirmando que o Paraná teria estado ao lado do governo federal, enquanto os catarinenses teriam sido dissidentes.

O acompanhamento da questão de limites trazia esse discurso de exaltação do Paraná, por outro lado, apresentava uma leitura do desconhecimento do estado em nível nacional. Tal contradição estava representada na sessão de charges de “tipos locais”, em que se reproduzia

---

<sup>160</sup> Destaco aqui as capas 15 de setembro de 1909 e de 14 de outubro de 1911. Que fazem relação direta ao tema.

a imagem de um homem com a fala: “O Congresso de Geographia vai se reunir logo. É bom, é preciso que se comecem de uma vez, a ensinar geographia aos brasileiros, afim de que estes não digam mais que Paranaguá está em Santa Catharina.” (O OLHO DA RUA, 22/07/1911, p. 25). A visão do Paraná como local desconhecido foi reiterada na mesma edição em que o periódico criticou a sociedade local. Supondo apresentar a cidade aos partícipes do congresso, para explorar diferentes características do estado, sob o título *3º Congresso de Geographia em Curitiba*, afirmava-se que:

O Olho da Rua, sempre vigilante e serviçal, considerando que os congressistas da próxima assembleia geographica conhecem tanto o Paraná quanto a Conchinchina, resolveu prestar-lhes algumas elucidações evidentemente preciosas. (...) Curitiba Orthographia – é a primeira dificuldade com que terão de se avir os nobres congressistas. A grafia de Curitiba tem dado agua pela barba de muita gente boa sem resultado apreciável. Há cerca de 50 modos de rabiscar essa palavra (...) História – É outra cousa complicada. Os srs Romário e Ermelino ainda não chegaram a um accordo honroso a respeito. Lá pela remotíssima época de 1500, 600 e pouco ou 700 e pico, um cacique, convidado, não sabemos por quem, para indicar o local melhor para a fundação, marchou soberbo, tacape alçado, até a praça Tirandentes, onde, fincando o pau no chão, exclamou: Aqui! Dita praça há sido remexida a ver se descobre o buraco referido, o que ainda não foi possível por uma razão simples: aquella praça, bem como todas as outras e ruas de Curitiba, é cheia de buracos, ás vezes taimbés. (...)

Imigração – Curitiba tem recebido numerosas levas de polacos de botas, russos de capote, alemães de cachimbo e bacharéis do norte à neris. (...)

Homens Celebres – Há uma porção. Há uma quantidade maioria, porém, se distingue pela ausência de valor. Assim, há o bispo Alberto, que é notável pelo muque e por uns tantos casos que ilustram a sua vida; o deputado Carvalho Chaves, pelos votos de pezar que tem apresentado ao

Congresso; o deputado Lamenha Lins, por dizer cobras e lagartos da terra que o fez gente; o senador Alencar pelo acordo honroso; o senador Generoso pelos pés; o Romário por ser um camaleão humano; e assim como esses um rol que não se acaba. (O OLHO DA RUA, 22/07/1911, p. 12-3)

Os trechos expostos são parte de uma apresentação de duas páginas que descrevem desde o clima e os limites até os tipos que frequentavam as ruas locais. Sublinham-se aqui temas como a visão sobre a história local, a composição social e a configuração política do momento, eixos sobre os quais esta pesquisa se debruçou.

Sobre a história local, se impunha uma crítica à visão romantizada da construção da capital, colocação que não se encontra nos debates em jornais e na academia, sendo pública apenas neste espaço de crítica e humor. Isso demonstra que a narrativa construída pelos reconhecidos historiadores Ermelino Leão e Romário Martins era dessacralizada por algumas partes da sociedade, que atentavam efetivamente para seus problemas cotidianos. Percebe-se, ainda, que as leituras apresentadas sobre os representantes públicos evidenciam os embates políticos do momento, por isso chamo a atenção para o fato de que a maior parte dos citados eram membros do IHGPR.

A revista *O Olho da Rua* fez uma cobertura do III Congresso de Geografia, mostrando o quanto este evento foi importante para os editores e mesmo para o cotidiano da cidade. Na semana do evento, foi publicada uma página de poemas sobre este. Eram eles: *Iguassu*, de Emiliano Pernetá, *Queimadas*, de Moyses Marcondes, *Pinheiros*, de Rodrigo Junior e *A Serra*, de João Busse, todos descritivos da paisagem local. Nos três números seguintes do periódico circularam reportagens, fotos das expedições e do encerramento, além de caricaturas dos presentes à sessão de encerramento, descritos na legenda:

1º Dr. Lima Mindelo; 2º Tenente Coronel Moreira Guimarães; 3º Simoens da Silva; 4º Romário Martins – Secretário do Congresso; 5º Dr. José Boiteux – o captivante representante de Santa Catharina; 6º Dr. Jayme Reis – Presidente do Congresso; 7º Dr. João Rodrigues de Almeida; 8º Dr. Francisco Accioli; 9º Dr. João Pedro Cardoso; 10º Dr. Claudino dos Santos (que presidiu a sessão

do encerramento do Congresso). (O OLHO DA RUA, 14/10/1911, p. 41)

Na mesma edição, o periódico reafirmou a importância de ter participado do evento e a relevância deste para o Paraná, acreditando ter sido uma oportunidade de mostrar os “valores e o desenvolvimento local”<sup>161</sup>.

Este III Congresso toma as páginas deste estudo pela mobilização da intelectualidade local que efetuou, além de ter fomentado o desenvolvimento da área de geografia, dando visibilidade aos debates “científicos” na área. No mais, foi palco para uma importante decisão relacionada à questão de limites com Santa Catarina, a de uma moção solicitando a resolução da questão pelo arbitramento. Os participantes do evento e mesmo a revista *O Olho da Rua* (na capa de 14 de outubro de 1911) apoiavam o encaminhamento, em oposição ao polêmico *Acordo Honroso*, decorrente do I Congresso de Geografia, e como alternativa aos trâmites da justiça federal, pelos quais Santa Catarina conseguira decisões favoráveis em todas as instâncias até então. Os detalhes sobre o *Arbitramento* foram tema de um manifesto do *Comité Central de Limites do Paraná*, veiculado no jornal *A República*<sup>162</sup>.

Esta análise é importante para ressaltar o papel das revistas como ferramentas de disseminação da memória e dos debates apresentados por este grupo. Serviam para a organização dos debates políticos e de intelectuais nesta questão e para a popularização do tema, além de servirem como lugares de fala e de autorização. *O Olho da Rua* não era associado a nenhum partido e nem ao governo do estado. Mesmo assim,

---

<sup>161</sup> Ao estudarmos as publicações do período vale ainda destacar que entre as impressões sobre o *Congresso* constava o registro, de *o Olho da Rua*, sobre a ausência de nomes “competentes” não participaram do congresso como engenheiro e professor Lysmaco Ferreira da Costa.

<sup>162</sup> Subscrevem o manifesto: Affonso Camargo – Presidente; Joaquim Oliveira Portes 1º vice-presidente; Joaquim de Macedo 2º vice-presidente; Jayme Reis – Secretário; Romário Martins; João Tobias Rabello; Prestato Taborta; João Pernetta; Brasilino Moura; Dr. João Menezes Dória; Joaquim Monteiro; Jayme Ballão; Perey Withers; Manuel Macedo; David Carneiro Junior; Victor F. do Amaral; Theophilo Soares Gomes; Edgard Stelfeld; Sebastião Paraná; Herculano de Souza. (*A República*, 14 de outubro de 1911, p.2)

seu tom de crítica à sociedade reproduz ideias de modernidade e a memória local que convergem com as defendidas pelo grupo do IHGPR.

Mais explícita foi outra iniciativa surgida neste período: trata-se da revista *Paraná Moderno*, que se colocou como divulgadora do estado e caudatária de *Paraná*, a influência do campo político e a proximidade com o projeto de estado defendido pelo PRF eram visíveis em suas edições. Este periódico teve 28 números, com cerca de oito páginas cada um. “Hebdomadário ilustrado propugnador dos direitos e divulgador das condições vitais do Estado”, a revista circulou entre 1910 e 1911, dirigida por Jayme Reis e Romário Martins. Seu primeiro número trouxe um manifesto:

O Paraná moderno nucleará as aspirações do Estado joven e cheio de vida que é a nossa terra, divulgando as condições materiais que lhe são próprias e acompanhando o envolver da sua ação política, encarada esta, simplesmente como fenômeno de leis naturais da vida dos povos. (...) Pleitearemos sem demagogismo, mas com resoluções as causas vitais do Homem Paranaense e os seus direitos correspondentes ao meio em que se agita. (...) dentre todas as preocupações sociais e políticas do momento, e a maior, a mais constante e a que mais choca não só o nosso amor próprio de pouco, como também nossos mais vivos interesses, ameaçando o nosso futuro e dificultando a nossa actualidade, seja a questão de limites com Santa Catharina, (e foi sem dúvida o que nos impelio mais vivamente ao posto que estamos) essa questão terá nesta folha uma intrépida batalhadora da nossa ingente defesa (PARANÁ MODERNO, 27/11/1910, p. 1).

A união de Martins e Reis apoiava-se nos seus capitais simbólicos associados à prática das ciências, assim como em suas participações no debate sobre a questão de limites. A publicação fazia parte deste momento de mobilização, que se afirmava também como período de unificação da comunidade local – por isso o entendimento da política como atividade natural.

Construir um discurso em relação à disputa territorial era também debater o processo de ocupação do estado. Desse modo, os editores de *Paraná Moderno* dedicaram a capa da segunda edição à relação de documentos sobre os limites territoriais, nomeando vinte mapas históricos de diferentes arquivos nacionais e internacionais (PARANÁ MODERNO, 04/12/1910, p. 1). O número seguinte trazia 27 documentos, que serviriam de “provas” no processo jurídico (PARANÁ MODERNO, 11/12/1910, p. 1). O tema era central para revista, figurando em suas capas<sup>163</sup>, que traziam ainda fotos de jovens da sociedade curitibana, na coluna *Galeria do Paraná Moderno*, demonstrando o apelo do periódico a uma circulação social de maior alcance. Possuía sessões de fotogravuras, como *O Que é o Contestado*, que apresentava a região aos leitores. A primeira delas mostrava um barco e sua tripulação atracados no Rio Negro – ponto de disputa entre os dois estados. A legenda apresentava o potencial de navegação daquela região (PARANÁ MODERNO, 11/12/1910, p. 4). O recurso imagético era igualmente utilizado para divulgar a urbanização da capital e para a reprodução de documentos. Havia espaço de destaque para dados sobre o passado, como na comemoração dos 57 anos da emancipação do estado, com um texto de curiosidades históricas e homenagem a Cruz Machado<sup>164</sup>. Detendo-se ao tema do povoamento, dizia:

ao mesmo tempo, porém, que se dava o descobrimento, exploração e estabelecimento de colonos lusitanos na costa marítima, o ocidente era palmilhado pelos hespanhoes, que estabeleciam

---

<sup>163</sup> Seguiram-se aos documentos o acompanhamento do processo em nível federal, além textos como “Santa Catharina aumenta os impostos” (Paraná Moderno, 1/1/1911, p.1) quando acusa aquele estado de fazer propaganda negativa em relação as taxações paranaenses e de cobrar impostos mais altos, ou ainda no embate contra o que chamavam de “emenda Paula Ramos, proposta que incluía trecho de estrada de ferro no interior do de Santa Catarina para a administração do trecho Paraná-Santa Catarina, o era visto pelos paranaenses como uma forma de transferir custos do estado ao sul para ambos. (Paraná Moderno, 1/1/1911, p.1), este embate revê grande repercussão na mídia, tendo sido anunciada como motivo para a renúncia de Carlos Cavalcanti, que era deputado e se tornaria candidato ao governo estadual no pleito seguinte.

<sup>164</sup> Antionio Candido da Cruz Machado (1820-1905), líder do Partido Conservador, era senador em 1853 e foi um grande apoiador da proposta de criação da província do Paraná.

povoações regulares à margem dos rios Paraná, Paranapanema, Ivahy, Pequiri e Yguassu (PARANÁ MODERNO, 8/12/1910, p. 1)

Essa imagem do estado ocupado em suas duas extremidades era então questionada pela noção do Oeste como “sertão desconhecido”, explicado pela invasão dos bandeirantes e a destruição das reduções jesuíticas. No artigo, seguia a narrativa de que a essa população “originária” somaram-se os novos imigrantes, formando o estado da década de 1910. Tal visão era corroborada pelos trechos do relato de viagem do geógrafo francês Pierre Denis, cuja obra intitulada *Colonização do Paraná*<sup>165</sup> acentuava a presença de europeus na região, afirmando o discurso da formação de uma população mais “evoluída”:

...em frente a aristocracia paulista a imigração europeia tende a criar, nos estados meridionais do Brasil, no Paraná, em Santa Catharina e no Rio Grande, uma sociedade muito diferente, uma democracia rural de pequenos proprietários. Creou-se ali uma cidade d'uma igualdade perfeita (PARANÁ MODERNO, 27/11/1910, p. 2).

Por considerar que não havia uma plantação extensiva, o autor concluiu que a escravidão não teria ocorrido no Paraná e, por isso, não havia sido necessário sua proibição legal. Essas percepções eram coerentes com a ideia da formação de uma sociedade diferenciada, que se somavam ao discurso de modernidade – presente do título do periódico até as imagens da cidade, nomes das colunas e galerias de fotos. Compreende-se esta formação de um projeto de estado no texto *Aos Jovens de Hoje, Futuros Homens do Paraná*:

Evoluindo o Paiz, o acompanhou o nosso estado e foi tal o progresso, foi tal o seu desenvolvimento,

---

<sup>165</sup> A obra era dividida em vários capítulos intitulados: “Formação d'uma democracia rural no sul do Brasil – A pequena cultura – O isolamento das colônias – história da colonização no Paraná – As colônias em redor de Curitiba. – a colonização d' oeste – Uma visita aos colonos polacos do Rio Claro – O matte – O caminho de ferro S. Paulo ao Rio Grande.

foram de tal ordem as provas de adiantamento que deu, que é apontado entre os primeiros, sempre que fala em evolução, em progresso, em empreendimentos, quer no campo material, quer no campo intelectual. (PARANÁ MODERNO, 8/1/1911, p.4)

O progresso era entendido como reconhecimento do estado por sua contribuição à economia nacional, indústria ervateira e produção intelectual. O “conselho aos jovens” servia a esta ação afirmativa sobre a trajetória local, finalizando com a necessidade de vigilância quanto aos encaminhamentos como aqueles propostos por Santa Catarina na questão de limites.

É perceptível a semelhança entre esta revista e a publicada em 1907, intitulada *Paraná*, também dirigida por Romário Martins e disposta a mostrar a construção de um estado “moderno e competitivo”. Reafirmava-se a formação populacional surgida da união entre portugueses e indígenas, a ocupação do território em seus dois extremos longitudinais, assim como a teoria mesológica de destaque a uma natureza “grandiosa e acolhedora”. Outra perspectiva retomada foi a de valorização do imigrante. A relevância da publicação nesta argumentação é analisar o discurso do passado articulado de forma panfletária, majoritariamente elaborado por personagens ligados ao IHGPR, quando a instituição ainda não possuía um periódico próprio. Desta forma, é possível considerar *Paraná Moderno* como caudatária de *Paraná*, espaço de circulação de ideias sobre o passado e seus usos. A revista mantinha a premissa de divulgar o estado a partir de estratégias que davam legitimidade ao discurso pelo reconhecimento acadêmico dos seus editores. Além disso, é importante destacar que Romário Martins se tornou referência no tema, mas diferentemente dos bacharéis e engenheiros, sua credibilidade não vinha da formação acadêmica e sim da validação de seus conhecimentos por corporações intelectuais, do capital simbólico que agregou no campo político. Ele necessitava deste reconhecimento, e o livro *O litigio em face do Accordam de 6 de julho de 1904*, publicado em 1911, é exemplar. Ali, foi apresentado nos seguintes termos:

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do  
Paraná, sócio correspondente do Instituto histórico

e Geographico Brasileiro e dos institutos congêneres de São Paulo, da Bahia, de Pernambuco, da Parahyba e Fluminense e da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro e de Lisboa e da Academia de História Internacional de Paris. (MARTINS, 1911, p. I)

A inserção nestas instituições eram a forma de comprovar sua consagração como pesquisador. Igualmente a mobilização destas referências demonstra a credibilidade que estas instituições tinham, mesmo sendo associações eletivas foram arregimentadas como instrumento de validação de argumentos que concorriam na esfera pública com uma decisão jurídica. Ainda para contestar a decisão do *Accordam*, em paralelo ao livro, Martins publicou uma carta geográfica, artifício que demarcava e denominava o território seguindo os interesses e as concepções do lado paranaense da contenda.

Figura 13: Mapa assinado por Romário Martins



Fonte: Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná - ITCG  
Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/mapa01.jpg> - Último  
acesso em 04/10/2016.

O mapa era uma proposta de representação visual do território, por meio da visualização de demarcações presentes nos tratados assinados desde a chegada dos europeus ao continente. Martins orientava o olhar do leitor, essas informações estavam presentes nos documentos coletados sob designação do IHGPR. Estão representados divisas e limites fixados em diferentes decretos, como o limite ao sul do Paraná, ainda indicado como divisa entre a província de São Paulo e a do Rio Grande do Sul. Outro decreto representado no mapa, e recorrente na argumentação dos paranaenses, demarcava o município de Lages, medida que coincidia com os limites do território de Santa Catarina. A região foi definida como “Zona invadida pelos catarinenses”. Dentre as diversas informações da imagem, destaca-se a distribuição geográfica da população, concentrada na região litorânea até os campos de Guarapuava. O oeste e o noroeste do território possuíam poucas vilas, mas estas tiveram sua importância ressaltada por demonstrarem a ocupação daquelas áreas. A iniciativa de produzir essa carta geográfica fazia parte da nova estratégia afirmada durante o III Congresso de Geografia, no qual os paranaenses optaram por defender a resolução litígio pelo arbitramento externo. O IHGPR respaldou a decisão. O congresso demonstrou a importância e a valorização do discurso científico em nível nacional. Ao mesmo tempo, tornou perceptível a pouca articulação da área em nível local, criando a demanda de rearticulação do IHGPR.

No mesmo período, houve uma convocação para a reorganização do instituto. Compreende-se que esta não foi uma relação direta, mas um processo resultante dos interesses daquele momento, que abarcavam a questão das divisões territoriais do Brasil. Com relação ao processo contra Santa Catarina, percebe-se menos uma ação coletiva e mais a centralidade de Romário Martins. E 1911 também foi marcado pela realização de eleições para a presidência do estado. Isso demonstra que a mudança no campo político promovia rearticulações no campo intelectual e, neste caso específico, a rearticulação dos poderes no IHGPR. O pleito teve um único candidato, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, fruto de uma articulação que demonstrava a hegemonia do PRP. Cavalcanti era deputado federal e ganhou notoriedade pela militância na questão dos limites territoriais. Com discurso conciliador, alegava ser necessário ao Paraná defender seus interesses em nível nacional. (A REPÚBLICA, 28/07/1911, p. 1).

Dentro deste quadro, o IHGPR mostrava sua íntima ligação com o PRP, como lugar de consagração e prestígio. Após a reorganização da instituição, sua primeira ação pública foi tomar parte na recepção de

Cavalcanti, que vinha da capital federal para assumir seu cargo como governador do estado (A REPÚBLICA, 29/12/1911). Ainda neste processo de reorganização, verifica-se a convergência dos debates, com a inclusão de novos sócios, destacando-se os membros partícipes do III Congresso de Geografia e com cargos na nova administração:

Tabela 5: Sócios convidados 1911

<b>Nome</b>	<b>Data/local de nascimento</b>	<b>Profissão</b>
João Barcelos		Oficial dos Correios/ geólogo
Alcides Munhoz	1873/ Curitiba (PR)	Funcionário Público
Júlio Theodorico Guimarães		Professor
Pamphilo da Assumpção	1868/ Curitiba (PR)	Jurista
José Henrique Santa Ritta	1872/Paranaguá (PR)	Juiz
Marins de Camargo	1882/Guarapuava (PR)	Advogado
Lysimaco Ferreira da Costa	1883/ Curitiba (PR)	Engenheiro
Jayme Dormund dos Reis		Diretor de instrução pública/Professor/geólogo
Cap. José Ozorio		Militar
Dr. Octavio Ferreira do Amaral	1869/Lapa (PR)	Juiz
João Baptista Peters		Padre/professo de história universal do Gymnasio Paranaense
Dr. Claudino dos Santos	1862/Recife (PE)	Político/advogado/poeta/ funcionário público
Francisco Guimarães		Professor/Geografo

Entre os sócios, havia os políticos alinhados com o novo governo – Marins de Camargo e Claudino dos Santos; funcionários públicos – Alcides Munhoz e Lysimaco Ferreira Costa; o presidente do III

Congresso de Geografia, Jayme Dormund Reis<sup>166</sup>, e outros participantes ativos, como João Barcelos e Francisco Guimarães; membros do Comitê Central de Limites – José Henrique Santa Ritta e Octávio Ferreira do Amaral. Outro destaque foi a inclusão de João Baptista Peters, que havia sido aprovado como professor de História Universal no Gymnasio Paranaense, posição antes ocupada pelo grupo dos anticlericais. O fato denota a tomada de espaço pelo grupo dos religiosos, que passavam a lecionar história para além das escolas confessionais.

As tensões se apresentaram de forma mais explícita na constituição da nova diretoria do IHGPR, especialmente na divisão de poderes e prestígios. Essa negociação envolvia a configuração interna que lhe permitia o funcionamento, bem como sua representação pública. A nova formação foi divulgada no jornal *A República*:

Está em fim reorganizado o Instituto Histórico e Geographico do Paraná, com os votos de 24 sócios foram eleitas no dia 30 de setembro a diretoria e comissões permanentes seguintes:

#### **DIRECTORIA**

*Presidente:* Romário Martins

*1º vice-presidente:* Sebastião Paraná

*2º vice-presidente:* Conego João Evangelista Braga

*1º Secretário:* João Barcellos

*2º Secretário:* Alcides Munhoz

*1º Orador:* Dario Vellozo

*2º Orador:* Júlio Pernetta

*1º Thesoureiro:* Júlio Theodorico Guimarães

*2º Thesoureiro:* Duarte Vellozo

#### **COMISSÕES PERMANENTES**

##### **DE HISTÓRIA**

*Presidente:* Dario Vellozo

*Membros:* Pamphilo de Assumpção, Euclides

Bandeira, José H. Santa Ritta

##### **DE GEOGRAPHIA**

*Presidente:* Niepce da Silva

*Membros:* Sebastião Paraná, Dr. Marins de

Camargo, Lysimaco Ferreira da Costa

##### **DE ETHNOLOGIA**

---

<sup>166</sup> Ainda como destacamos na tabela, Durmond Reis se torna notório neste campo da ciência e do ensino se tornando diretor da Secretaria de Instrução Pública do Paraná.

*Presidente:* Jayme Dormund dos Reis  
*Membros:* Cap. José Ozorio, Dr. Octavio Ferreira do Amaral, Padre Peters  
 DA REVISTA  
*Director:* Romário Martins  
*Redactores:* Major Domingos Nascimento, Dr. Ermelino de Leão, José Maria de Paula  
 DA ADMISSÃO DE SOCIOS  
*Presidente:* Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva  
*Membros:* Dr. João Pernetta, Dr Claudino dos Santos, Prof. Francisco Guimarães. (A REPÚBLICA, 12/10/1911, p.2)

Diante do quadro de eleitos, observa-se a permanência de muitos dos que participaram da fundação do instituto, em 1900: Romário Martins, que ocupou a presidência, Sebastião Paraná como vice e Dario Vellozo como orador. Porém, o cargo de primeiro secretário passava para João Barcellos, que se destacou pela atuação no III Congresso de Geografia e era funcionário da Secretaria de Obras Públicas e Colonização, função que o aproximava do grupo central do IHGPR.

Característico dos membros da diretoria era a numerosa participação no PRP. A fundação da legenda, em 1908, proporcionou maior coesão de grupo por meio do rearranjo das alianças políticas. A busca pela conciliação permitiu a ampliação dos cargos no IHGPR, como demonstra a lista acima. Essa nova configuração contemplou grupos antes minoritários, como os religiosos, mas manteve os anticlericais em posições-chave. Foi o que ocorreu com a Comissão de História que, mesmo remodelada, manteve o nome de Dario Vellozo como presidente, além do também anticlerical Euclides Bandeira, que compôs a comissão com Pamphilo de Assumpção<sup>167</sup> e José Henrique de Santa Ritta, ambos formados em direito e escritores próximos de Vellozo.

---

<sup>167</sup> João Phampilo Velloso d`Assumpção (1868-1945) se formou em direito em São Paulo, na mesma turma de Emiliano Pernetta e Octavio do Amaral, mas diferente destes permaneceu naquela cidade trabalhando em diferentes escritório, ligado a maçonaria atuou como poeta, romancista e teve grande participação na fundação da Faculdade de Direito do Paraná em 1913, essas informações estão no site da Academia Paranaense de Letras, cadeira sete, da qual foi fundador: <http://www.academiapr.org.br/academicos/cadeira-7/> (consultado em 8 de setembro de 2017)

#### 4.2.2 O I Congresso de História Nacional

Fabio Franzini (2009) argumenta que nas primeiras décadas do século XX, o IHGB retomou seu prestígio e sua influência. Isso se deveu também às ações de seu então presidente, o Barão de Rio Branco, entre os anos de 1907 e 1912, estendendo-se à gestão de Afonso Celso, entre 1912 e 1938. Uma das principais ações que interferiram na organização do campo histórico foi o I Congresso de História Nacional. Como argumenta a historiadora Lúcia Paschoal Guimarães, o evento surgiu como uma proposta de fortalecimento do discurso nacionalista, demanda que se fazia presente em vários países e que encontrou no Brasil terreno fértil:

Os ventos do culto à nacionalidade também sopravam pelos lados do Instituto Histórico. Afinal, dentre as lições do catecismo cívico, sobressaía-se o estudo da história pátria. Tanto assim que, em 23 de abril de 1913, o historiador e diplomata Manuel de Oliveira Lima pronunciou uma conferência, que obteve grande repercussão entre letrados e políticos, intitulada "O atual papel do Instituto Histórico", onde salientava a necessidade de (...) *reforçar o sentimento nacional*, por meio da construção de um passado comum a todos os brasileiros. Mais adiante, argumentaria, (...) *não se pode denegrir um período para enaltecer outro, não se devem exaltar os próceres da Independência, nem os propagandistas da República, à custa dos homens de Estado do Império*. Para tanto, sugeria a reunião de um congresso histórico brasileiro, com a participação de estudiosos de todo o país, (...) *formando-se assim uma federação intelectual e afetiva*. Tarefas pedagógicas de *assinalado serviço à causa nacional*, no entender do Conde de Afonso Celso, então presidente do Instituto, figura reconhecida como *chefe venerável do nacionalismo brasileiro* (GUIMARÃES, 2005, p. 1) (grifos no original)

Como afirma a historiadora, esse discurso foi o estopim para que alguns dias depois, Oliveira Lima, o secretário perpétuo Max Fleiüss e Afonso Arinos apresentassem uma proposta oficial para realização do evento. A movimentação não dizia respeito apenas ao culto à nação, mas envolvia o debate sobre as formas de fazer história, raciocínio presente na organização da proposta do evento baseada no manual *Introduction aux études historiques*, escrito por Langlois e Seignobos, indício da influência da *Escola Metódica* naquele momento (GUIMARÃES, 2005). Os princípios eram os da integração nacional e da sistematização do conhecimento sobre o passado. Deste modo, a divulgação e a organização passavam pelo contato com outras instituições voltadas para o estudo do passado. No Paraná, o congresso foi noticiado na capa de *A República*:

O sr. Romário Martins Presidente do Instituto Histórico e Geographico do Paraná, recebeu a seguinte comunicação: temos a honra de comunicar a v.ex.<sup>a</sup> que o Instituto Histórico e Geographico Brasileiro em sessão de 30 de maio último approuv por unanimidade a proposta, de que juntamos cópia, do seu Primeiro Secretário Perpetuo para que seja convocado um Congresso Nacional de história, que funcionará de 7 a 16 de setembro de 1914 (A REPÚBLICA, 05/07/1913, p. 1)

Dias mais tarde, o jornal publicou o texto *Dois grandes ideias* (A REPÚBLICA, 09/07/1913), elogiando a iniciativa de Max Fleiüss em propor o simpósio, mas manifestando cautela pela simultaneidade com o evento nacional de geografia. Entendia-se que a ocorrência dos eventos no mesmo momento enfraqueceria ambos, por terem público semelhante e uma temática afim. Logo, propunha-se uma realização bianual. A preocupação exposta no jornal remetia ao entendimento de que havia uma separação muito tênue entre história e geografia, ainda mais em um campo intelectual periférico e em fase de estruturação.

O evento de história teve um discreto acompanhamento da imprensa paranaense, em comparação ao de geografia. Deve-se levar em conta que este ocorreu na capital do estado e abordou problemáticas de interesses locais mais explícitos, enquanto aquele ocorreu no Rio de Janeiro e não tinha preocupações especificamente paranaenses. Mesmo

assim, houve a publicação de um acompanhamento das reuniões da Comissão de Preparação<sup>168</sup>, em junho de 1914. Uma das notas reafirmava o prazo e destacava que “os únicos estados que ainda não nomearam representantes no Congresso de História são: Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro, Goyaz e Paraná” (A REPÚBLICA, 24/06/1914, p. 2). Após este registro, houve somente uma referência na imprensa detalhando o dia da abertura do evento, compreensível por ter sido no mês de setembro, marcado pelas ações do general Fernando Setembrino de Carvalho para reprimir as manifestações dos sertanejos do Contestado pelas notícias da Primeira Guerra Mundial.

Ao observar-se a relação das comunicações publicadas nos anais do I Congresso de História Nacional<sup>169</sup>, encontramos Bernardino Bormann como único representante próximo ao IHGPR. Natural do Rio Grande do Sul, naquele momento era ministro do Supremo Tribunal Militar e era ex-presidente do instituto. No evento, apresentou seu livro *Guerra do Paraguai* no eixo dedicado à *História Militar*<sup>170</sup>. Esta seção era guiada pela concepção do almirante Gomes Pereira, que “orientava-se por uma concepção de história militar advinda da Antigüidade Clássica (...) cuja ênfase maior recai sobre o exame das operações militares”. (GUIMARÃES, 2005, p. 1)

---

<sup>168</sup> O Jornal *A Republica* publicou notas dos dezesseis encontros realizados pelas comissões de preparação do evento, contando da primeira realizada nos dias 12 de dezembro de 1913 até 15 de junho de 1914. Além de ser apresentada entre as notícias importantes em nível nacional, entendemos que este recurso era também forma de divulgação e de destaque para o evento. Algumas notas eram mais amplas e traziam informações como a do sucesso de envios de teses e relembavam o prazo final de envio destas em julho daquele ano (22 de janeiro de 1914, p.2), outra com mais conteúdo no dia 25 de março na capa do periódico aplaudia a adesão do *Instituto Histórico de São Paulo* ao evento organizado no Rio de Janeiro.

<sup>169</sup> Conteúdo em anexo ao artigo Guimarães, Lucia Paschoal. *Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX*. Tempo vol.9 no.18 Niterói Jan./Jun. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042005000100007#anexo](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042005000100007#anexo). Consultado em 04/07/2016.

<sup>170</sup> Os temas das sessões eram: História geral do Brasil, História das Explorações Geográficas, História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas, História Administrativa e Constitucional, História Parlamentar, História Econômica, História Militar, História Diplomática, História Literária e das artes.

O I Congresso de História Nacional reverberou de diferentes formas no estado, gerando apoio e críticas. No jornal *A República* foi publicada uma moção dos participantes do evento dirigida ao governador Carlos Cavalcanti. Nela, a história era apresentada como importante elemento cívico de manutenção da unidade territorial, e o ensino como meio de difusão da “cultura histórica, na veneração pelos nossos grandes homens, na explanação dos seus feitos gloriosos, na imitação das suas excelsas virtudes.” (A REPÚBLICA, 22/12/1914, p.1). Mas os encaminhamentos do evento trouxeram também alguns descontentamentos à intelectualidade local. Dario Vellozo, por exemplo, criticou os relatórios do Congresso sobre o papel dos padres jesuítas na construção da história nacional. A polêmica já fazia parte de outro conflito que envolveu as ponderações feitas pelo conde Affonso Celso (presidente do IHGB) ao livro *Pontos da Nossa História* (1914), escrito por Verissimo Antônio de Souza e Lourenço de Souza, com orientações de Vellozo. Em texto publicado no *Jornal do Brasil*, Celso qualificou *Pontos da Nossa História* como portadora de “graves descuidos”, que incluíam nomenclaturas e avaliação dos processos históricos. E declarou que seu uso era inapropriado para o ambiente escolar. Não cabe aqui uma avaliação da obra, mas sim perceber como sua análise expôs visões sobre a história e seu ensino no estado. Com isso, analiso as posições tomadas por Dario Vellozo em sua resposta:

O sr. A. C. não vio ou não quer ver o escrúpulo dos autóctones e a parcimônia de suas palavras ponderadas e nítidas. Contra o sectarismo alvoroçou-se o que lhe pareceu “injustiça” do rancor sectarista contra a religião catholica que tanto “contribuiu para o progresso do Brasil” assim resvalou A.C. para terreno ingrato (...) sua paixão desviou-o do papel de crítico, a confundi-lo com os argumentos. (...) lamentável esquecer o sr. A.C. é a preocupação theológica entreve ao progresso. (...) os “Pontos da Nossa História”, escriptos para uso das escolas públicas – das escolas da República, - é que não podiam seguir a rota predilecta dos srs. Romanistas, deturpando consciências, eivando a infância e a juventude de falsas noções e errôneos conceitos. (...) “errôneos juízos” emite o sr. A.C., pretendendo vazar a sociedade a molde sua seita contra a orientação compatível com a diretriz dos

povos. (...) Antes dos portugueses e antes dos jesuítas, já havia no Brasil os elementos de uma civilização, elaborada pela raça indígena, - raça que de ser considerada a cunha, a base desta nacionalidade. O aborígene é o tronco em que se vieram enxertar o europeu e o africano. Enquanto não traçamos nitidamente a diretriz nacional, rebuscada nos elementos propriamente ethnicos do Brasil, nossa pretensa civilização continuará em sendo o deformado reflexo da civilização europeia, com todos seus vícios, erros, falhas – com o descritério das sociedades em decomposição minadas pela rotina, pela incompetência, pela deturpação do character. Afasta-se o sr. A.C. do torvelineo que o arrasta, tome por critério da verdade não o magister dixit, mas o facto – e verá que outro motivo encontra para ufanar-se de seu Paiz... (A REPÚBLICA, 2/10/1914, p. 1)

A argumentação de Vellozo tomou a leitura da obra por Afonso Celso como opinião pessoal. Ele a contestou, pedindo uma perspectiva metodológica, sugestivamente mais comprometida com a verdade. Além disso, Vellozo insistia que o livro deveria ser utilizado como material didático, visando o espraiamento de uma leitura da sociedade brasileira que não tivesse “a Europa como espelho”. Seu discurso se fortalecia, em face da expansão dos nacionalismos exaltados pela conflagração da Primeira Guerra Mundial. Utilizou o próprio encaminhamento do I Congresso de História Nacional para afirmar o papel central do ensino de história na formação cívica no país. A crítica não chegou ao grupo do IHGB, nem mesmo recebeu atenção de Affonso Celso. Mas não passou despercebida por seus interlocutores locais. No mesmo jornal, e ocupando duas colunas na capa, veio a público texto do cônego Fernando Taddei<sup>171</sup>, *O presidente do Instituto Histórico Brasileiro perante o tribunal do Senhor Dario Vellozo*. Nesta frase Taddei, utilizou a posição de Celso como signo de autoridade, contrapondo-a à figura de Vellozo:

---

<sup>171</sup> Fernando Taddei (1867-1940), nascido na Itália fez seus estudos em Filosofia e Teologia em Paris França e foi ordenado padre na Bahia atendendo várias regiões no interior do Brasil até se fixar no Paraná.

Suponhamos um instante por impossível, que os senhores Souzas tenham razão e não o senhor Affonso Celso, como pretende o sr. Dario Vellozo, neste caso deveríamos desesperar da Sciencia Brasileira a qual teria como presidente do seu Instituto histórico um homem incapaz de julgar do valor de um compendio histórico composto por dois professores de aulas elementares. (A REPÚBLICA, 5/10/1914, p. 1)

Para desconstruir os argumentos de Vellozo, o cônego recorreu aos elementos de consagração de Affonso Celso e, na sequência, acusou o intelectual paranaense de incorrer em uma posição emocional e não factual, falando sobre “religião sem conhecer suas práticas” e ignorando seu “papel como elemento de civilização”. Ainda, ao afirmar sua posição, Taddei, que era diretor do Internato Paranaense, assinava como “lente de história”, o que o colocava no mesmo nível de Vellozo. Na tréplica *Cavando ruínas*, o discurso de Vellozo se voltou mais a Taddei do que a Affonso Celso, reiterando que a posição do conde era parte de sua preocupação religiosa, que fazia com que destacasse os feitos dos jesuítas, acabando por “deixar na penumbra a acção civilizadora do Marquez de Pombal – assim falseando o critério histórico de nosso povo” (A REPÚBLICA, 23/10/1914, p. 2). De forma mais direta, ao contestar a análise de Taddei, Vellozo recorria à questão metodológica, ao debate sobre a Inquisição e o radicalismo empregado em ações da Igreja, concluindo: “teria mais surpresa, constatando o valor dynamico do Methodo, e os tremendos erros e as terríveis consequências a que seu máo emprego pode levar toda uma civilização” (A REPÚBLICA, 23/10/1914, p. 2).

Na mesma edição do jornal, circulou uma carta aberta de Taddei à Vellozo, argumentando que a visão sobre os jesuítas não era apenas de Affonso Celso: “Acredita realmente o sr. A.C. (Affonso Celso) que ‘todos os historiadores’ tenham reconhecido e proclamado os serviços dos jesuítas?” (A REPÚBLICA, 23/10/1914, p. 1). Argumentou utilizando a moção encaminhada no I Congresso de História Nacional, na qual se lê:

Considerando que o nome da Companhia de Jesus se acha indissociavelmente ligado à história do

Brazil e de modo tão estreito, que lembrar os seus factos é assignalar ao mesmo tempo os extraordinários serviços que na tríplice missão humanitária, política e social prestaram os jesuítas ao paiz, durante mais de dous séculos, evangelizando as tribos selvagens, salvaguardando a moralidade em face a corrupção. (A REPÚBLICA, 23/10/1914, p. 1)

Taddei trazia também a carta do Papa Pio VIII, que escrita no século XIX, celebrava a Companhia de Jesus por seus feitos e a defendia dos processos de expulsão. Com esta leitura, rompia a distância entre ciência e religião, fragilizando o espaço da academia, refúgio para o discurso de Vellozo em sua visão contra a igreja.

Este quadro interessa especialmente para apontar a receptividade dos debates sobre a história após o congresso. Chama a atenção o fato de a discussão não se referir ao evento como um todo, mas a um ponto, que gerava embates locais, ou seja, a disputa em torno da memória dos jesuítas. Isto é revelador da latência da discussão sobre o ensino laico e o religioso, que se ampliava para a promoção de matérias propedêuticas e suas perspectivas sobre o passado.

#### 4.3 UM NOVO MOMENTO DO IHGPR: A FUNDAÇÃO DO BOLETIM E A RESOLUÇÃO DA QUESTÃO DE LIMITES (1916)

O litígio jurídico ocupou o debate público em 1915, por conta da sentença do Supremo Tribunal Federal, que havia dado ganho de causa a Santa Catarina. Esses dados eram apresentados na imprensa paranaense enquanto se organizava uma nova Comissão Central para a questão territorial. A convenção ocorreu na sede da Associação Comercial do Paraná, demonstrando a articulação daquele setor, quebrando a exclusividade das ações do poder público. Uma matéria veiculada em *A República*, com o título *A Magna Causa* (15/03/1915, p.2), dizia: “A causa em questão não é só do Paraná, é também de quantos vivem e trabalham, porque é causa do direito e da justiça.”.

Entre os nomes escolhidos para compor a nova Comissão Central estavam Menezes Dória, Victor Ferreira do Amaral, Romário Martins,

Sebastião Paraná, Chichorro Junior, Domingos Nascimento, além de representantes da imprensa, como Generoso Borges, diretor de *A República*; João Pernetá e Dario Vellozo, do *Commercio do Paraná*; Alves de Farias, do *A Tribuna*; Jayme Ballão, do *Diário da Tarde*. Chama a atenção a presença de Casemiro Warchalowski, da *Gazeta Polska*; Antônio Schneider, do *Der Beobachter*; e Carlos Battaglia, do *E. Roma*. A seleção destes nomes interessa a esta pesquisa, primeiramente, pela presença da rede de intelectuais do IHGPR, o que envolve suas trajetórias na política e na imprensa local, mas também sua consagração no debate sobre a identidade local. Visualiza-se também um discurso de união em torno das agendas de defesa do território e de ação contra Santa Catarina. É preciso lembrar que estes anos foram marcados pelo domínio político do PRP, hegemônico após ter unificado os principais partidos do estado. Não implica dizer que o estado se tornou homogêneo e nem que se extinguíram os faccionismos, mas se nota um esforço para silenciar estes embates. A participação da imprensa em língua estrangeira ou devotada a uma comunidade de imigrantes era significativa da aceitação destes na concepção de comunidade local, mas também de articulação com uma parcela importante da população do estado, inclusive moradores da área em litígio.

Em março de 1915, *A República* já havia noticiado que “emissários do governo de Santa Catharina percorriam o território paranaense aconselhando o não pagamento de impostos ao Paraná, porque dentro de breves dias a sentença seria executada.” (A REPÚBLICA, 24/03/15, p.). Na mesma edição, a matéria *Centro de Resistencia* apresentava as ações da comissão da “magna causa”, que delegava Euzébio da Motta e Dario Vellozo para redigir uma representação ao Congresso Nacional. A mesma nota também convidava para as reuniões de terças e sábados. A mobilização se intensificou e, no dia 27 de março, a imprensa paranaense noticiou a presença de Affonso Alves de Camargo e Romário Martins na capital federal para entregar novos documentos aos advogados. Estes foram publicados em livro, intitulado *Documentos Comprobatórios dos direitos do Paraná na questão de limites com Santa Catharina*. O jornal *A República* assim o descreveu:

A sentinela postada à margem da história do Paraná. Nenhuma heresia em matéria histórica ousa levantar a cabeça, em detrimento de nossos brios ou em prejuízo de nossos direitos territoriais, que não encontre na firmeza de seu posto, na

vigilância activa de um Cérbero dantesco, a pena resistente e a dedicação fortalecida do ilustre patricio. (A REPÚBLICA, 16/07/1915, p.1)

A posição ocupada por Martins e as reverências feitas às suas ações se davam em função da construção das memórias do estado, da organização e da articulação da história local, bem como da influência deste debate nas disputas territoriais. O agenciamento do passado era ferramenta de ação de Martins que, no mês seguinte, dirigiu-se ao Rio de Janeiro para se reunir com “representantes federais” (A REPÚBLICA, 16/08/1915, p.).

Nas eleições 1915, o PRP lançou o nome de Affonso Alves de Camargo, vice-presidente do estado e ex-deputado federal. Sua escolha se apoiava na reafirmação do discurso de unidade local em defesa dos interesses do estado. Saiu vitorioso do pleito, assumindo o governo em 1916. A ampliação dessa demanda por um discurso de unificação contribuiu para uma nova tentativa de organização do IHGPR, entendido como ferramenta em favor da construção de símbolos de pertencimento, articulando um passado comum e um imaginário sobre o estado. Atendia aos interesses da oligarquia, que buscava, com a ideia de um projeto comum, a “pacificação” das dissidências<sup>172</sup>. No dia 25 de julho de 1916, noticiava-se a eleição da nova diretoria:

Sob a presidência do ilustre escriptor Romário Martins, reuniram-se ante-hontem, em sua residência vários sócios antigos do “Instituto Histórico e Geographico do Paraná” a fim de assentar as bases para a reorganização da patriótica associação. Discutidas e firmadas as bases para a reorganização do “Instituto Histórico e Geographico” foi aclamada a sua nova diretoria, que ficou composta como segue: Presidente, dr.

---

<sup>172</sup> Affonso Alvez de Camargo não foi candidato único tinha como opositor Manuel Alencar Guimarães, da *Concentração Republicana*, dissidência do PRP. Apesar da expressiva vitória de Camargo, o fato do PRP não ter conseguido manter uma candidatura única, nas eleições anteriores anterior, demonstrava o descontentamento de setores ligados aos grupos políticos do interior do estado. Logo, passada a eleição foi retomado o discurso do “bem comum” e da “soma de forças” para o êxito na disputa com Santa Catarina.

Marins Camargo; 1º vice-presidente, Romário Martins; 2º vice-presidente, dr. Ermelino de Leão; 3º vice-presidente, coronel Telemaco Borba; 1º secretário Alcides Munhoz; 2º secretario, Francisco Negrão; 1º tesoureiro, João Barcellos; 1º orador, Dario Vellozo; 2º orador, Sebastião Paraná. A comissão de redação da revista do Instituto e da sindicancia de sócios propostos, ficou assim constituída: Dr. Ermelino de Leão, Romário Martins, Francisco Negrão, Euclides Bandeira, Sebastião Paraná. (A REPÚBLICA, 25/06/1916, p. 2).

Manteve-se o modelo de outras diretorias, com o cargo de presidente ocupado por um alguém com expressão política, como Marins Alves de Camargo<sup>173</sup>, irmão do governador recém-eleito. Além das relações familiares, o capital simbólico que o credenciava para tal função era associado à sua atuação como secretário de Obras Públicas e Colonização, secretaria na qual muitos membros do IHGPR atuavam. A repetição de alguns nomes como Martins, Vellozo, Ermelino de Leão, Francisco Negrão, Euclides Bandeira e Sebastião Paraná demonstra a permanência deste grupo como dominante dentro do IHGPR. Isto se manifestava igualmente na administração do Instituto, onde ocupavam a comissão de admissão e a produção da revista. A primeira lhes conferia autoridade para avaliar novos sócios, enquanto a segunda permitia selecionar os discursos a serem institucionalizados.

Esse novo momento do IHGPR, como dito anteriormente, ficou marcado pelos debates do encerramento do litígio entre Paraná e Santa Catarina. Em 1916, encontrava-se encaminhado o acordo, mas antes de sua realização, o IHGPR passou a defender a unificação dos estados. Esta proposta havia sido elaborada por Silvio Romero em 1912, publicada no *Boletim do IHGB* como *Estado do Iguassu*. O autor sergipano criticava a divisão territorial do Brasil, apontando que o problema das divisas nacionais decorria da forma como foram estabelecidas, tendo em vista as negociações com autoridades locais, as quais eram comprometidas com seus “pequenos nacionalismos” e outros sentimentos que acobertavam

---

<sup>173</sup> Ambos eram filhos de Pedro Alves da Rocha Loures e de Francisca de Paula Camargo, famílias de forte presença política na região de Guarapuava e que ascendem politicamente com a unificação política em torno do PRP.

interesses políticos. Para Romero, o embate entre os dois estados do Sul favorecia a revisão das medidas separatistas, considerando a unificação de seus territórios como uma forma de fortalecer as fronteiras com os países da América Latina e proporcionar maior desenvolvimento para ambos os estados. Descreveu a economia, a demografia, a geografia e apontou a complementariedade de ambos. Destacou a posição política privilegiada que teria um estado com grandes dimensões territoriais e convocou a intelectualidade local:

Oxalá que os intelectuais dos dois Estado se ponham à frente da grande aspiração! Oxalá todos os que têm uma pouca d'alma, capaz de vêr e ouvir os signaes e as vózes que partem do lado do futuro, não encontrem só e só utopia na ideia que tenho defendido! Oxalá os que podem a acolham, a amparem e transformem-na em brilhante e grandiosa realidade! Mas se eu me enganar, se, por má ventura, a minha voz desinteressada, que é a voz de quem toda a vida dedicou às coisas pátrias, não desmantelar a trincheira dos preconceitos, dos interesses inconfessáveis, por detraz da qual hão de se levantar ululantes os despeitos, a ignorância e a má fé – o consolo seja-me dado, ao menos, de ver ao meu lado a imprensa independente, os sinceros patriotas, as intelligencias e os catacteres escol de Paraná e Santa Catarina. (...) Assim é precisoq eu suceda. Eu quero, eu hei de assistir, e commigo, em jubilo, todo o Brazil, a esse bello triumpho, fecundo e consolador, do grave e verdadeiro patriotismo. (BOLETIM DO IGHPR, 1918, p. 98)

A ideia foi acolhida pelo IHGPR e se tornou tema de uma palestra pública de Romário Martins. Sua fala foi transcrita no jornal *A República*, apresentando os mesmos argumentos de complementariedade de atividades econômicas, fortalecimento da defesa das fronteiras e expressividade política:

Unidos, chegaremos mais depressa a realizar na história da civilização do nosso paiz, pelas superiores condições ethnicas e mesológicas que nos assistem, a integração de todos os nossos

componentes sociais e com ella a systematisação do nosso trabalho e a definitiva e rápida eclosão da nossa cultura. Unidos, enfim seremos entre os Estados da Federação uma unidade de realce, nítida e luminosa, enquanto que separados nunca seremos mais do que dois apagados satélites rolando na órbita dos grandes astros que são: - São Paulo e Rio Grande (A REPÚBLICA, 13/10/1916, p.1)

O discurso de Martins retomava algumas das concepções do evolucionismo social do século XVIII, entendendo que haveria um momento de contemplação da civilização e que esta dependia do conagraamento de algumas “condições e sistematizações”. Assim, um possível *Estado do Iguassu* teria algumas vantagens, por contar com uma formação mesológica e étnica favoráveis. Isto faria com que esta unidade federativa possuísse grande representatividade política, rivalizando com Rio Grande do Sul e São Paulo. Ainda nas suas considerações, expressou o entendimento “evolutivo e civilizacional” para o qual concorria o Paraná, processo que seria acelerado com a unificação.

Na mesma edição de *A República*, era noticiada a chegada do governador Affonso de Camargo à capital federal para o evento onde se assinaria o acordo entre os dois estados, colocando fim a discussão territorial. Esta decisão se baseou na ideia de comum acordo, definido os limites como apresentados na imagem:



O fim deste embate promoveu mudanças dentro do IHGPR. Como o litígio de terras era uma das principais finalidades atribuídas à instituição, esta precisou dar ênfase a outras frentes de atuação para se afirmar. Percebe-se uma ampliação das ações e dos espaços em direção ao discurso científico à exaltação das identidades local e nacional.

O período foi marcado por uma ênfase no discurso nacionalista, por conta da Primeira Guerra Mundial e a influência da Liga de Defesa Nacional (LDN), movimento que liderou campanhas em favor dos aliados e foi grande incentivador do serviço militar obrigatório. Um de seus nomes mais conhecidos foi Olavo Bilac que, na instalação do diretório central da LDN, pronunciou o seguinte discurso:

O paiz já sabe, pela rama que esta Liga pretende fazer: estimular o patriotismo consciente e cohesivo; propagar a instrução primária profissional, militar e cívica; defender com disciplina, o trabalho; com a força a paz; com a consciência, a liberdade; e, com o culto do heroísmo, a dignificação da nossa história e a preparação do nosso porvir. (A REPÚBLICA, 16/03/1917, p.1)

Bilac apontava que a proposta da LDN era promover o nacionalismo em diferentes âmbitos, com forte atuação do exército, mas também com a ampla contribuição dos intelectuais. Estes últimos atuavam na construção dos ideários sobre o passado e o futuro do Brasil. Desta forma, a importância do passado estava na sua utilização como ferramenta de “consciência e coesão”, princípios que valorizavam iniciativas como a de reorganização do IHGPR.

O processo de instalação da LDN no Paraná iniciou-se em novembro de 1916, logo após o estabelecimento da nova diretoria do IHGPR. A data foi marcada pela passagem de Olavo Bilac pelo estado, com o propósito de difundir suas ideias e o sentimento nacionalista. A visita teve grande repercussão na imprensa local, com um cronograma para uma semana que incluiu recepções e visitas a prédios públicos, festas no clube Teuto Brasileiro, palestra no Teatro Guayra, bailes, passeio à cidade de Antonina, além de encontros literários. Esses eventos reuniram representantes dos setores políticos e empresariais, bem como vários intelectuais do estado, muitos deles membros do IHGPR. A proposição

de um diretório local ocorreu no dia 15 de março de 1917, com uma configuração que unificava militares, membros e apoiadores da administração local. À frente da diretoria paranaense da LDN, estavam os seguintes homens:

Affonso Camargo (dr.) Presidente do Estado  
 Augusto Lourenço, Capitalista  
 Amado Cunha, Capitalista  
 Caetano Munhoz da Rocha, (dr.) Secretário de Estado  
 Celso Itiberê da Cunha, (Monsenhor)  
 David Carneiro Junior, industrial  
 Emiliano Perneta, (dr.) Homem de Letras  
 Enéas Marques dos Santos (dr.) Secretário de Estado  
 Euclides Bevilaqua (dr.)  
 Gasparino Pereira dos Santos (capitão do exército)  
 Hugo Simas, (dr.), Jornalista  
 João Antonio Xavier, Prefeito Municipal da Capital  
 João Emygidio Ramalho, coronel do Exército  
 João de Deus Barreto, Tenente do Exército  
 João Baptista da Costa Carvalho Filho, (dr.) Juiz  
 João Henrique de Santa Rita, (dr.)  
 Lindolpho Pessôa da Cruz Marques, (dr.)  
 Manoel de Cerqueira Daltro Filho  
 Marins Alves de Camargo, (dr.) Advogado  
 Nicolau Mader, Industrial.  
 Perey Withers, Industrial.  
 Roberto Glaser, Comerciante, estancieiro  
 Victor Ferreira do Amaral e Silva (dr.) diretor da Universidade do Paraná  
 Wenceslau Glaser, Negociante (A REPÚBLICA, 16/03/1917, p. 2)

Havia membros do IHGPR na diretoria paranaense da LDN (Marins Camargo, Victor Ferreira do Amaral, Lindolpho Pessoa e

Emiliano Pernetá<sup>174</sup>), mostrando o trânsito de muitos desses agentes entre o instituto e a Liga. Contudo, não houve menção ao IHGPR na fundação LDN local, assim como se percebe a ausência de nomes centrais como Romário Martins, Dario Vellozo ou Sebastião Paraná. Mas o discurso de Lindolpho Pessoa, sócio do IHGPR, transcrito no primeiro número do *Boletim do Instituto*, é significativo da presença dessas concepções no movimento de ideias que possuíam circularidade no estado naquela metade da década de 1910.

#### 4.3.1 – O Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a construção da própria memória

Em 1916 era noticiado em *A República* que o *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense* estava no prelo. A visibilidade da ação era significativa de sua importância para aquele grupo. A publicação teria quatro fascículos, editados trimestralmente, e um boletim anual, impresso na *Livraria Mundial*. Seu diretor era Romário Martins. Apesar de estar previsto desde o primeiro estatuto, a publicação do *Boletim* só se consolidou dezesseis anos depois. Seu surgimento marcou a constituição de um espaço de veiculação das posições daqueles intelectuais como grupo. A organização de uma publicação pressupunha novas relações, pois, ao estabelecer um discurso unificado em torno da instituição, era necessário selecionar e articular uma análise das trocas simbólicas estabelecidas naquele momento.

Nota-se essa hierarquia na organização da diretoria, quando foram designados como responsáveis pela publicação “Dr. Ermelino de Leão, Romário Martins, Francisco Negrão, Euclides Bandeira, Sebastião Paraná.” (A REPÚBLICA, 25/06/1916, p. 2).

Com relação ao conteúdo do *Boletim*, seu primeiro artigo, *Noticias Históricas*, apresenta a memória do IHGPR. Era uma forma de acentuar o protagonismo do grupo ligado a Martins, Paraná e Leão, reforçando sua autoridade dentro do IHGPR e afirmando seus papéis na produção intelectual local. O texto apresenta a trajetória iniciada em 1900, dividindo o processo de instalação do Instituto em quatro períodos,

---

<sup>174</sup> Importante lembrar que durante a década de 1880, os anos em morou em São Paulo, quando estudou direito, Emiliano Pernetá foi companheiro de Olavo Bilac no periódico *Vida Semanária*.

marcados pela formação de diferentes diretorias. Sobre os motivos da fundação:

...grandes preparativos nacionais que ao raiar do ano de 1900 por todos os Estados se fizeram para a solenização do IV centenário do descobrimento do Brasil, despertaram também em nosso meio diversas iniciativas e entre ellas a da fundação deste Instituto (BOLETIM DO IHGPR, ano I, p. 3)

Não se estabeleceu nenhuma relação entre a congregação daqueles intelectuais e a questão de limites territoriais. Conforma-se a imagem de um espaço de exaltação cívica, não um lugar de articulações em torno da disputa com o estado vizinho. O texto trazia igualmente trechos de atas e notícias de jornais, não havendo descrição das atividades do Instituto. Seu discurso buscava demarcar uma continuidade, construindo para aquela iniciativa uma anterioridade. Nessa formatação da memória, foram nomeados os participantes da fundação e seus articuladores, selecionando falas de sujeitos como Ermelino de Leão, Camilo Vanzoline, Alcidez Munhoz e Chichorro Junior. Há acentuada valorização das ações de Romário Martins, destacado como elemento central das tentativas de formação da instituição e como representação da humildade, pelo fato de recusar constantemente o cargo de presidente e se colocar como mediador dos conflitos internos que, entretanto, existiam:

...o entusiasmo motivado pela criação e mais de uma vez repetido em tentativas de reorganização, tendia sempre a arrefecer, parecendo que o meio se não era hostil ao empreendimento, não lhe podia ainda dar, contido as necessárias condições e viabilidades (BOLETIM DO IGHPR, 1918, p.11).

A visão presente neste trecho é de uma fala de Martins, que tomou como base a imagem de “hostilidade do meio” ou da falta de “condições necessárias”; ou seja, em vez de evidências de rupturas internas do grupo, optou-se por descrever uma conjuntura que era aceitável, por conta do “estagio de evolução do estado”, ou seja, tratava-se de condições momentâneas. Esta leitura isentava Martins de críticas

mais contundentes, como a grande dependência do campo político, o faccionismo partidário, as disputas entre religiosos e anticlericais ou a centralidade da questão de limites<sup>175</sup>, que influenciavam as escolhas dos membros e temas a serem debatidos.

Ainda no discurso sobre a trajetória do IHGPR, demarcava-se a formação da nova diretoria e a efetivação do *Boletim* como um novo período, “sob os auspícios de uma nova corrente de entusiasmo” (BOLETIM DO IGHP, 1918, p. 12). Além de um artifício discursivo, busca-se aqui analisar as publicações do grupo para identificar os temas apresentados como “inovadores”, demanda que se colocava quando a questão de limites tinha se encerrado e que o Instituto passava a contar com um novo instrumento para veiculação de suas ideias, a publicação.

O período revela uma afirmação do IHGPR como espaço para trabalhos de etnografia e paleontologia, valorizando uma produção de reconhecimento científico, com debate marcado pelas preocupações e construções de uma memória local. Vale destacar que estas áreas eram praticadas dentro do Museu Paranaense<sup>176</sup>, dirigido por Romário Martins<sup>177</sup>. A composição comum dos membros do Museu e do IHGPR sugere a circulação destes debates entre as instituições, o que se aliava à valorização de um discurso científico em torno da produção de uma representação local.

Analisando os boletins do IHGPR, optei pela divisão em um eixo diretamente relacionado com o discurso científico, que abrange o debate sobre a formação natural do estado e a miscigenação de sua população; e outro dedicado à institucionalização de algumas memórias, as quais

---

<sup>175</sup> Como discutido até o momento a questão de limites serviu como elemento aglutinador sob o discurso de uma ação comum, mas o agenciamento da instituição para esta questão colocava para segundo plano outros debates que tomam forma nesta década.

<sup>176</sup> O Museu Paranaense é o primeiro do Estado e o terceiro do país foi idealizado por Ermelino de Leão e José Candido Murici, ambos presentes membros do clube Curitiba e IHGPR, a proposição era estudar os vestígios do passado, tomando por guarda objetos como moedas, artefatos indígenas, rochas de diferentes origens além de animais. Conforme a apresentação do próprio museu: em 1882, de particular transformou-se em órgão oficial de governo. A partir daí, passou a receber contínuas doações. Deixa de ser um simples depósito para ser um centro de instrução e pesquisa, propiciando a vinda de “missões científicas” para o Paraná (disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br>).

<sup>177</sup> Martins dirigia este espaço desde 1902, quando houve o falecimento de seu fundador e administrador Ermelino Leão.

apontam um processo de ocupação e organização administrativa, celebrantes da concepção de “progresso” que se advogava para o estado naquele momento.

A narrativa institucionalizada na revista do IHGPR estabelecia a instituição como espaço privilegiado de produção da memória e mesmo da ciência. Para a edificação do seu nome, diminuía-se o papel desta nos debates sobre o litígio territorial, no qual o Paraná havia sido derrotado, e formava-se uma narrativa que responsabilizava o IHGPR pelos debates científicos, colaborando para a História do Paraná servindo a projetos futuros de modernização, com estudos geológicos, geográficos e de etnologia.

É esta perspectiva em que incorrem os artigos publicados no periódico da instituição, afirmando-a como espaço de produção de um conhecimento aplicável aos projetos governamentais. É preciso que se reafirme a composição de sócios que integravam a administração pública e cargos políticos, logo a autoridade chancelada pelo IHGPR era convertida em capital político, utilizado para credencia-los a ocupar postos no governo.

#### 4.3.2 A ciência como estruturante da história e da identidade

Acompanhando a construção da identidade paranaense, é possível visualizar as tentativas dos intelectuais locais para afirmarem suas perspectivas, recorrendo a argumentos embasados principalmente em teorias mesológicas e de “evolução social”. As articulações das diferentes leituras foram utilizadas para definir a formação do habitante local como um “typo superior”, o qual se destacaria pela adaptação ao meio local que, por sua vez, resultava da assimilação de diferentes etnias, que haviam se mestiçado e se adaptado ao meio. Esta concepção era fundamental para afirmar o discurso sobre características diferenciais da população local, que teria somado para a formação de uma sociedade “industrializada” e “urbanizada”, balizas do “ideal de modernidade”, apoiadas na ideia de superioridade e evolução. Essa construção de uma história linear, evolutiva, em uma trajetória inalterável e irreversível era mantida e ampliada no *Boletim do IHGPR*, atravessando diferentes artigos e arrematando áreas de conhecimento como geologia, paleontologia e etnologia.

Em seu terceiro fascículo, o boletim veiculou um artigo sobre paleontologia, de autoria de José Franco Grillo, uma homenagem ao pesquisador recém-falecido, que havia sido um dos sócios-fundadores do IHGPR. O etnólogo italiano, que viveu grande parte de sua vida no interior do Paraná, considerava a paleontologia como “o elo natural que liga a Geologia a História” (BOLETIM DO IHGPR, 1918, nº 3 p.2). Seus estudos se concentravam na vida dos indígenas do oeste do Paraná e nos sambaquis, os quais defendia como “fundamentais para a compreensão da vida humana”. Na visão do autor, estudar a formação humana no continente era importante para a compreensão da formação da sociedade contemporânea. Para isso, ressaltava o papel do Museu Paranaense e o de Ermelino de Leão, seu diretor, “que instituiu a luta contra a exploração dos sambaquis pela indústria calcária”, demanda que começou a aparecer nos jornais em 1892<sup>178</sup>. Assim, Grillo reiterava a teoria evolucionista aplicada à população local, além de valorizar o espaço do Museu como local de prática da ciência.

A busca pela origem regional agenciava outras áreas, especialmente a etnologia, mobilizada para explicar a formação do “tipo paranaense”. A quarta edição do *Boletim* trazia também um texto de Jayme Reis, igualmente póstumo, em homenagem ao autor que desfrutava de um grande capital simbólico por conta de sua atuação nos Congressos de Geografia, em órgãos do governo e também na ordem maçônica. O estudo de Reis abrangia as diferentes fases da “assimilação” de populações que ocupavam o território local, desde os indígenas até os imigrantes. O autor entendia a mestiçagem como parte do processo de desenvolvimento do “tipo local”, acreditando ter sido este o processo ocorrido com outras populações. Citou o exemplo do “typo Ingles”, que descreveu como resultante de “cadinhos de diferentes raças”. Para o caso paranaense, esboçou as seguintes:

---

<sup>178</sup> Conforme dito o tema dos sambaquis eram centrais no Museu, dois anos após Romário Martins assumir a sua direção articula a publicação de uma revista, a qual defende que é papel da instituição manter uma sessão “que recolhe exemplares, já bem raros, por onde o futuro hade aferir da capacidade de nossos indígenas (Boletim do Museu Paranaense, 1904, p.4). Ainda, nesta edição, foram publicados textos de Martins e outro de Octacilio Barbero sobre os Sambaquis, ocupando treze das trinta e duas páginas da edição – único número desta fase do boletim.

1º phase: as hordas selvagens, como base fundamental, com as suas uniões, depois de guerras sangrentas, entre vencedores e vencidos;

2ª phase: união entre selvagens, portugueses;

3ª phase: união entre selvagens, portugueses, hespanhois e alguns africanos;

4ª phase: uniões entre os mestiços, selvagens e africanos; entre aqueles e os europeus da época da pequena imigração

5ª phase: grande colonização, fraternizando todos os elementos no grande afan de engrandecer o Paraná. (BOLETIM DO IHGPR, 1918, nº4, p.2)

A teoria de Reis entendia que o contato entre os grupos presumia uma assimilação do elemento externo, de forma a fazer prevalecer as características mais adaptadas ao meio. A influência do darwinismo social se interligava com o mito da confraternização entre ibéricos e indígenas, o que não isentava de crítica o processo de conquista:

É facto aceito que as conquistas e invasões, apesar do sanguinarismo e opressão dos vencedores e do ódio e retrahimento dos vencidos, sempre trazem como consequência, atenuadas, pelo contacto e pelo tempo, as causas de mútua repulsão, a aproximação as fataes ligações sexuais, surge delas, lento, mas continuo, um typo intermediário, influindo poderosamente nos destinos da comunidade e acabando por dominar soberano (BOLETIM DO IHGPR, 1918, nº4, p.3)

O estudo compreendia a miscigenação como elemento de fortalecimento do “typo local”, que se tornaria dominante. A narrativa de Reis descreve que, no Brasil, aportaram majoritariamente homens brancos e negros, que encontraram aqui mulheres autóctones, estabelecendo-se, dessa forma, dois cruzamentos dominantes entre indígenas e brancos e entre indígenas e negros. Em seguida, o autor apresentou um estudo sobre os moradores do litoral e da Serra do Mar, no qual concluía ter havido a prevalência de brancos e indígenas: “com um coeficiente elevado se encontra a predominância do sangue indígena no amalgama resultante; com diminutíssimo contingente figura o sangue

africano.” (BOLETIM DO IHGPR, 1918, nº4 p.3). Já do outro lado do estado, nos campos de Guarapuava, teria se mostrado dominante o biótipo categorizado como “hispano tupi paraguayo”, com predominância do sangue indígena, mais especificamente, dos *botocudos*<sup>179</sup>. Esse “sub-tipo”, na narrativa de Reis, teria entrado em conflito com os bandeirantes, espécie mameluca vinda da região que hoje é São Paulo. Deste conflito, surgiu um novo grupo, o “caboclo” ou “caipira”:

Homem que encerrando no seu physico, moral, a seiva haurida das múltiplas condições do meio, da região, das raças donde originou-se, se apresenta, a meu ver, como o marco forte que, com bem lançados fundamentos, irá servir de tronco da nova sub-raça paranaense, que se constituirá desse typo nacional fusionado com os mais diversos colonos, em seu sólo localizados (BOLETIM DO IHGPR, 1918, nº4 p.7)

A compressão era de que o “caboclo” ou “caipira” construía uma “raça” forte, reunindo características como o estoicismo e a calma sem temores dos indígenas, a ousadia dos bandeirantes e a valentia dos peninsulares. O caboclo foi considerado uma “evolução” dos bandeirantes, mas ainda não dava forma final ao “tipo” paranaense, ao qual se integraram diferentes imigrantes, entre 1827 e 1876, com a instalação de colônias no território paranaense. Esta imigração, aos olhos do autor, apesar de somar novas culturas e costumes, não foi suficientemente volumosa para alterar o biótipo da população local, o que só viria a ocorrer com a imigração em movimento naquela primeira metade do século XX, quando as novas colônias fossem “assimiladas” pela miscigenação com a população cabocla dominante. Esse “novo” habitante seria resultante da confraternização de diferentes povos e somaria para o progresso do estado.

Analizando esta leitura, encontramos uma reconfiguração do discurso de Alcides Munhoz e na crítica a Silvio Romero, que concebiam uma nova relação com os imigrantes, tanto no regime de atração e auxílio

---

<sup>179</sup> Havia um aprofundamento sobre as diferentes tribos indígenas, as características ressaltadas nas tribos eram comparadas e entendidas como permanências na população que habitava as mesmas regiões no período do estudo.

destas populações, como no que se refere ao *status* destes na formação da identidade regional. Havia, nessa perspectiva adotada na nova fase do IHGPR, uma ressignificação das figuras do caboclo e do imigrante, sob um discurso cientificista e nacionalista. O caboclo passava, assim, de “degenerado” para um elemento basilar do tipo regional (integrado aos tipos nacionais). Por sua vez, o colono imigrante, antes visto como ameaça às tradições locais, era redimido pela assimilação étnica, tornando-se fator favorável à civilização e ao desenvolvimento econômico e mesmo biológico. Essa ideia também estava em consonância com o debate nacional de valorização da mestiçagem, bandeira da Liga de Defesa Nacional<sup>180</sup>.

O discurso de inauguração da Liga no Paraná, proferido por Lindolpho Pessoa e transcrito no primeiro número do *Boletim do IHGPR*, criticava autores como Gustave Le bon, que dizia que a mestiçagem no Brasil criou um povo “degenerado, moralmente corrompido, em franco estado de abatimento corporeo e mental” (BOLETIM DO IHGPR, 1918, nº2 p. 15). Pessoa discordava afirmando que:

... esta opinião, que tendo sido lançada em circulação por escriptores europeos, desgraçadamente encontrou echo sympathico em parte da imprensa do nosso paiz, na tribuna do parlamente e até, oh! Vergonha, nas cathedras dos professores, não se compadece com a verdade scientifica, pois como é sabido e acentua Alberto Torres, a doutrina aristocrática dos Vacher, dos Malthus, dos Lapouges, dos Gobineaus, dos Amons, sobre a desigualdade de raças, abriu franca bancarrota, foi completamente banida dos domínios scientificos, (palmas). As três raças, portanto, que primitivamente povoaram o nosso território e que constituem o fundo ethnico da nossa

---

<sup>180</sup> A LDN contava com a liderança de nomes como Pedro Lessa, Miguel Calmon, Olavo Bilac e Rui Barbosa segundo o Sergio Lamarão em verbete escrito para o CPDOC: “a criação da Liga da Defesa Nacional foi um desdobramento da campanha, promovida entre 1915 e 1916 pelo poeta Olavo Bilac em prol da implantação do serviço militar obrigatório no Brasil” - disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20\(LDN\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20(LDN).pdf).

Consultado em 10 de setembro de 1917.

nacionalidade, são tão capazes de progresso, quanto as impropriamente denominadas raças superiores, pois se ainda estão em relativo atraso de evolução social, não é isso devido, absolutamente, a nenhuma inferioridade anatômica, nem psicológica (BOLETIM DO IHGPR, 1918, nº2 p. 21)

Sua principal referência era Alberto Torres<sup>181</sup>, que atribuía a formação nacional e os fatores de “progresso” à “educação pelos costumes, pela política, pela circulação das ideias práticas e pelo estímulo ao trabalho” (BOLETIM DO IHGPR, 1918, nº2 p. 25). A crítica às concepções eugênicas e a valorização da mestiçagem levavam Pessoa a concluir que a solução para atraso brasileiro estava no investimento em educação, voltada para “consciência e a coesão nacionais”. Acreditava na progressão do tipo nacional, com a finalidade de estabelecer uma defesa da pátria “contra quem for” fortalecendo uma união “em face à guerra que se colocava no horizonte”.

Tanto o texto de Reis quanto o discurso de Pessoa representam um crescimento da perspectiva do antropólogo Franz Boas, que

---

<sup>181</sup> Alberto de Seixas Matins Torres (1865-1917), era médico e político, foi presidente do Rio de Janeiro entre 1896 e 1900, se destacou no embate aos pensamentos eugenistas do século XIX, conforme afirma (Godoy, Paulo. Território e Raça em Alberto Torres, revista *Terra Brasilis* 2015, p.3). Em sua obra o Problema Nacional Brasileiro afirmava: “Nós sabemos, porque o temos verificado em cinco séculos a vida, que as diversas variedades humanas, habitantes de nosso solo, são capazes de atingir o mais alto grau de aperfeiçoamento moral e intelectual alcançado por qualquer outra raça. Sabemos que a sua adaptação ao meio produz uma vitalidade e uma média de longevidade e de fecundidade, melhores que as de raças tidas por superiores. Podemos afirmar que o negro puro e o índio puro são susceptíveis de se elevarem à mais alta cultura. Sem recorrer a estatísticas, lembrando apenas nomes próprios, veríamos facilmente que, para o número de brasileiros negros e índios, que têm conseguido vencer as dificuldades sociais e econômicas da educação, os homens de valor representam uma boa proporção. Quanto ao mulato, o mesmo processo nos levará a conclusão ainda mais segura: os tipos de mestiços de alta inteligência e elevado caráter moral são comuns no Brasil”. (O Problema Nacional Brasileiro, 1978, p.69). Assim afirmava a teoria mesológica sobre a racial valorizando a adaptação dos mestiços, uma teoria que servia aos discursos de unificação do país e que agora era apropriado pelos pensadores locais.

desarticulava a teoria do “determinismo racial”, ao frisar o papel da cultura nas sociedades e as diferentes características de um mesmo grupo étnico. Porém, enquanto Pessoa inferiu em favor de uma unidade, com a perspectiva da guerra, Reis (que faleceu em fevereiro de 1913) destacou que o “tipo local” se constituía em oposição ao “tipo nacional”, e que, partindo de uma origem comum – o caboclo –, encontrava no fator mesológico e na imigração europeia seus diferenciais, que o “engrandeceriam” no cenário nacional.

O fator mesológico era especialidade de Euzébio Paulo de Oliveira<sup>182</sup>, reconhecido nacionalmente por seus estudos sobre carvão e petróleo, enquanto fora funcionário do Serviço Mineralógico do Brasil, entre 1907 e 1939. Em 1917, o boletim do IHGPR publicou seus estudos dedicados ao território estadual. O primeiro deles foi *Notícias sobre as minas de Carvão de Pedra da Bacia do Rio das Cinzas*, depois *Pesquisas de Petróleo*, o texto *Sobre a ocorrência de Rochas Petrolíferas na Serra Morena, município de Palmas* e *Geologia Econômica*. Os textos apresentam uma proposição técnica e destacam as potencialidades do Paraná, mas sem a exaltação de textos de outros autores do período. A sua posição compunha o discurso “progressista” do grupo do IHGPR, apontado como “científico”, que acabou compondo uma narrativa sobre crescimento, riqueza e modernização do estado.

Escritos como os de Reis, Grillo, Pessoa e Oliveira representam uma perspectiva submetida a um regime de veracidade, por sua vez, assentado em parâmetros técnicos e metodológicos. Essas leituras reivindicavam um *status* de “neutralidade” e eram utilizadas pelo IHGPR para construir um passado e um projeto para o estado. Como não foram o único recurso, optei por estabelecer um segundo eixo para ler os volumes do *Boletim do IHGPR*, pensando em seus artigos dedicados à memória regional. Isso por compreender que essa seleção de textos apresenta a institucionalização da memória de alguns atores, e que sua utilização perpassa o debate teórico, agindo como um argumento sobre o passado vivido – trata-se de leituras feitas por uma geração anterior àquela dos editores e contribuintes da revista.

O tom de crônica destes escritos transforma-os em uma leitura, por vezes, mais acessível ao público. A aproximação com os leitores

---

<sup>182</sup> Euzébio Paulo de Oliveira (1883-1939), nascido em Minas Gerais se formou Engenheiro na *Escola de Minas de Ouro Preto*, dedicou-se ao estudo da geologia e da mineralogia.

também era favorecida pela temática das reminiscências, que tratavam da transformação urbana de Curitiba, da fundação de vilas no interior do estado e mesmo de relatos de viajantes. Importante também era o fato de serem entendidos como documentos, o que os recobria com uma aura de verdade, já que eram escritos por pessoas que ali viveram e desfrutavam de reconhecimento público.

Um destes textos é *O Paraná em 1853*, no qual foi reproduzido o primeiro relatório da Província do Paraná, escrito no ano da sua instalação pelo presidente da província, Zacarias de Góes e Vasconcelos. O texto relata a concessão das terras de São Vicente e a autorização para a exploração além do litoral. Em seguida, trata do bandeirantismo e a expansão dos paulistas pelo interior do Brasil, concentrando-se no território paranaense. O autor dedicou alguns parágrafos à destruição das reduções jesuíticas pelos paulistas como uma tomada do território dominado pelos espanhóis. Em poucas linhas, há a menção à elevação administrativa da região à posição de Quinta Comarca de São Paulo e a todos os capitães-gerais até 1853, ano da emancipação, no qual o autor do texto assumiu o governo. A narrativa sobre o Paraná pouco nomina os personagens eleitos pelo grupo do IHGPR como “heróis” da emancipação ou mesmo as famílias paranaenses que teriam ocupado o interior e fundado vilas, mas apresenta a visão de um político recém-chegado à capital da nova província. O documento tem seu valor como um dos registros mais antigos do processo de emancipação, além disso, apresenta a geografia do estado, com as quedas dos rios Iguaçu e Paraná, os limites territoriais com o Rio Grande do Sul e afirma que as cidades apresentavam um bom desenvolvimento econômico e de estruturas básicas.

Tais documentos ocupavam grande parte dos boletins, com artigos como *Investigações no Sertão do Paraná*, do Barão de Capanema<sup>183</sup>. O texto traz as impressões e narrativas do autor, descrevendo o caminho até região das Cataratas do Iguaçu. Para tanto, traçou memórias desde as trilhas atribuídas a Cabeza de Vaca<sup>184</sup> e os percursos dos jesuítas que instalaram as reduções na região oeste. Por meio destas, o Barão de Capanema buscou traçar uma trajetória de

---

<sup>183</sup> O austríaco Guilherme Schush (1824-1908), engenheiro e naturalista percorreu o interior do Paraná quando encontrava-se ao trabalho de instalação de pontos telegráficos.

<sup>184</sup> Alvar Nuñez Cabeza explorador espanhol que cruzou o território do estado em vindo do litoral catarinense em direção as terras espanholas no atual Paraguai

ocupação do território a partir do fluxo de povoamento do chamado “campo de Palmas”, em 1820. Nesse panorama, poucas são as trilhas apresentadas como tendo sido abertas pelos indígenas locais e, quando o foram, serviam para ilustrar sua utilização por outras populações.

Diferente desse documento, o texto de Ermelino de Leão, sob o título *Curitiba de 1820*, compôs uma narrativa mesclando as memórias do autor como as do botânico August de Saint-Hilaire. Como explicou Leão,

Ressurgir o passado, em syntheses reconstrutoras é empresa que a vida efêmera da imprensa periódica não comporta. Não tentaríamos realiza-la, se nos assistisse competência para tão bella obra de civismo, no momento em que se arvora e prega impunemente a desnacionalização do Brasil faltarnos-ia tempo para devassar archivos e desenterrar dos seus armários, documentos esquecidos da nossa história, a rememorarem feitos de gerações extinctas e assinalarem um estádio da nossa civilização. É um esboço inacabado o que ahi fica: da obra deste grande amigo do Paraná que foi S. Hilaire, e que bem merece ter o seu busto em bronze no alto de S. Francisco, onde residiu, vamos respigar dados incompletos sobre Curityba em 1820, 87 annos atraz, quando, como uma vaga aspiração irrealizável, só os mais ousados espíritos sonhavam com a emancipação administrativa da quinta comarca. S. Hiralire e estudos outros por nós feitos ao pesquisar dos archivos irão, em traços pálidos, reconstruir a Curitiba triste do tempo do último capitão-mor. (BOLETIM DO IHGPR, 1918, nº4 p. 40)

Sua intenção era produzir uma “reconstituição histórica”, com vistas a reproduzir a obra de Saint-Hilaire e mesmo complementá-la. Ermelino de Leão compreendia seu texto como um “esboço”, inacabado, e que não teria espaço na imprensa, mas que era valoroso como “obra de civismo”, por narrar as condições de Curitiba na administração do último

capitão-mor. Nesse relato<sup>185</sup>, percebe-se a ênfase na imagem de uma vila europeizada, citando as impressões de Saint-Hilaire sobre o clima, “europeu”, que definia mesmo as árvores frutíferas nos quintais das casas. Ou ainda, o trecho “dans aucune partie du Brésil, je n’avais vu autant d’hommes véritablement blancs que dans le district de Curitiba” (BOLETIM DO IHGPR, 1918, nº4 p.43). Porém, ao recorrermos a narrativa do viajante, não encontramos a negação da presença de escravos e negros livres, mas uma especulação sobre a projeção populacional, pois segundo Hilaire estaria “longe de haver ocorrido aumento em todas as castas na mesma proporção, visto que o referido aumento foi, entre os brancos, de 1 para 1,59; os mulatos livres de 1 para 1,35; os negros livres de 1 para 1,29; e os negros escravos de 1 para 1,19.” (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 116). Assim havia no relato de Leão uma ênfase na crescente imigração, mas os dados mostravam também a existência de uma crescente escravidão.

A narrativa afirma que Curitiba era o distrito mais branco do território de São Paulo, mesmo que não excluísse a existência de escravidão; buscou-se evidenciar a presença europeia. Ainda sobre a população, Leão buscava congregar a imagem da europeização e da formação da vida urbana em Curitiba, na qual se incluíam “os imigrantes e seus cavalos com enfeites coloridos, que se destacam na multidão”, e a atividade comercial:

O commercio de Curytiba... Não vão pensar os leitores que fosse, em 1820, como a venda de nho-Néco, que só tem tareco. Não, senhores; Curitiba já era um núcleo comercial importante da Província de São Paulo e tinha mais de 31 negociantes (...). Conta Saint-Hilaire que os negócios eram bem sortidos e as mercadorias vinham do Rio de Janeiro. O sal tinha um consumo muito importante. Curytiba exportava couros, milho, trigo, fumo, carne seca e herva mate, este último gênero porque Montevidéo e Buenos Aires estavam privados, pelos sucessos políticos, de importar o artigo do Paraguay. (...) O leitor arregala os olhos, não é? (BOLETIM DO IHGPR, 1918, nº4 p. 46)

---

<sup>185</sup> Aqui trabalhando com a tradução Publicada em 1964 na coleção Brasiliana, disponível no site: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-a-comarca-de-curitiba>.

O texto de Saint-Hilaire citado por Leão prosseguia descrevendo as atividades exercidas pelos operários, apresentando outra conclusão sobre as condições de comércio na capital paranaense.

..., mas não devemos esquecer-nos de que no Brasil geralmente se manda fazer, como já o disseram Spix e Martius, uma infinidade de coisas pelos escravos, que existem negros operários e que são principalmente estes homens que constroem muros, trabalho que estão longe de exigir a mesma atenção requerida pelo do seleiro e, em especial, do ourives. (SAINT-HILAIRE, 1964, p.117)

A orientação de von Martius foi uma constante no relato do viajante francês. Foi partindo de sua visão que Saint-Hilaire propôs comparações e destacou interesses, contrapondo as suas experiências às do pesquisador alemão. Essa diferenciação se destaca quando adentra as análises populacionais, em especial, com relação aos indígenas chamados de “coroados”, de quem coletou palavras, descrições físicas e dados sobre território de onde se originavam. Não é central nesta pesquisa apontar discrepâncias entre a leitura de Saint-Hilaire e a de Leão, uma vez que este mesmo comunica o leitor desta atitude. Mas vale essa adaptação como referencial para pensar *o que* o discurso selecionava de sua fonte, assim como a interferência que praticava naquela visão. A conclusão do texto de Leão afirmava que “com a luz elétrica, os bonds também elétricos e tantos outros melhoramentos entre os quaes se sobreleva o Coliseo, não será daqui cincoenta anos mais do que uma ridícula miniatura da Curityba de então”. (BOLETIM DO IHGPR, 1918, nº4 p.52). A memória era exercício de leitura de uma linearidade na trajetória local, o progresso era o movimento que se colocava nas intervenções do autor em sua fonte, alinhado às memórias de Saint-Hilaire, de forma a compor uma narrativa, na qual a Curitiba de 1820 contivesse símbolos de desenvolvimento do período vivido por Ermelino Leão. Assim como o branqueamento populacional, o comércio ativo e a vida cultural plena; em contraposição,

o autor silenciava sobre a escravidão, a dependência administrativa de São Paulo e a ênfase que Sanit-Hilaire deu à ação dos bandeirantes.

É preciso considerar que se trata de um discurso institucionalizado, patrocinado pelo IHGPR. Trata-se de textos que foram submetidos à apreciação de seu conselho editorial, posição que difere o boletim de outras revistas analisadas, que se construíam em paralelo ao IHGPR. Mesmo assim, percebe-se uma continuidade dos debates presentes em outras publicações. O *Boletim* era produto da mesma rede de intelectuais que atuava no espaço público e tinha interesse na conformação do discurso de modernização e de construção da memória local. Essa interação aparece no discurso das “vocações” do estado para a indústria e a urbanização, assim como no signo de uma cultura em “evolução”, que teria na natureza e na miscigenação seus fatores de “superioridade”. A partir destes símbolos, os membros do Instituto buscaram representar o Paraná em nível nacional, adequando sua identidade de forma a integrá-lo na representação nacional e diferenciá-lo dos demais membros da federação.



## 5 PARANISMO: CRISE DA OLIGARQUIA ERVATEIRA E A EXALTAÇÃO DO REGIONALISMO

A década de 1920 foi marcada por uma série de transformações em decorrência da Primeira Guerra Mundial. O conflito mobilizou diferentes continentes e fez emergir discussões sobre política, colonialismo, nacionalismo. Estes embates alteraram a configuração geopolítica do mundo, com a redivisão das colônias na África e na Ásia, marcando também o crescimento da influência dos Estados Unidos. Esse processo impactou a economia internacional, com a intensa transformação tecnológica, que acelerou a industrialização, facilitou os deslocamentos e a comunicação. Por outro lado, as mesmas mudanças abriram espaço para a crítica aos modelos de modernização dominantes até então. Exemplar é a obra *O Declínio do Ocidente* (1918), de Oswald Spangler, que analisa o futuro deste desenvolvimento acelerado do Ocidente com um tom pessimista, a partir de uma compreensão cíclica da história. No campo das artes, surgiram movimentos como o Cubismo, o questionamento do padrão estético e o Futurismo. Este, liderado por Felippo Marinetti, pregava em seu manifesto que a humanidade precisava se desfazer do seu passado para construir o futuro.

No Brasil, os questionamentos dirigiam-se ao modelo republicano, o qual passava a ser avaliado pelo enraizamento dos coronelismos, das práticas autoritárias pelas quais as elites locais centralizavam a política regional, sistema estabelecido em nível nacional pela aliança entre Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM), que se revezavam no governo. A década de 1920 marcou o enfraquecimento desta aliança, pela diminuição do poder econômico deste grupo, decorrência da queda das exportações de café e do fortalecimento da atividade industrial. Com o questionamento político e a mudança econômica, os setores médios da sociedade passaram a reivindicar maior participação nas decisões, com exigências como voto secreto e direito de manifestação, como ocorreu na greve de 1917. Mobilizações essas que culminaram, no ano de 1922, em eventos como a Semana de Arte Moderna de São Paulo, em fevereiro, a fundação do Partido Comunista, em março, e o levante tenentista no Forte de Copacabana, em julho.

No Paraná, o início da década marcou a queda econômica do grupo ervateiro, pois seus principais mercados – Argentina e Uruguai –

passaram a investir no plantio próprio, tornando-se concorrentes. Tal enfraquecimento abriu espaço para outros setores, como o industrial, o madeireiro e o cafeicultor, que passaram a disputar poder político, desestabilizando a hegemonia do grupo ervateiro. Essa disputa é visível no enfraquecimento das bases do Partido Republicano Paranaense (PRP) que, nas eleições de 1919, enfrentou dissidências internas, não conseguindo unanimidade em torno da candidatura de Affonso Camargo. Mesmo saindo vencedor do pleito, o partido demonstrava desarticulação. Neste momento, houve o fortalecimento da Concentração Republicana, liderada por Manoel Alencar Guimarães, um grupo dissidente formado por antigas lideranças da União Democrática Republicana – justamente os contrários à candidatura de Camargo.

Este cenário de crise das elites e de embates sobre os projetos nacionais promoveram a rearticulação dos intelectuais no campo cultural brasileiro. Daniel Pecaú, em sua obra *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*, defende que a década de 1920 foi marcada pela ação desta categoria para preservar seus interesses, “diretamente ligados a fração da classe a que pertenciam”<sup>186</sup>. O autor sublinha que a maior parte destes letrados provinha da oligarquia decadente, que financiava suas atividades literárias. Além disso, a maior parte integrava a administração pública. (PECAUT, 1990, p. 20). Em defesa dos seus interesses como intelectuais, enfatizavam serem detentores de um “saber socialmente valorizado”, o qual seria aplicado no estudo da sociedade e da cultura. Apontavam que o conhecimento sobre a formação da sociedade brasileira era necessário para traçar “o caminho para o progresso”. Nessa compreensão, a ação do intelectual deveria vir “de cima”, para “dar forma” à sociedade. A eles interessava assegurar uma posição de elite e, como afirma Pecaú, encontravam êxito porque, naquele momento, havia a crença de que a identidade nacional se constituía “em um fator indissolivelmente cultural e político”. Assim, “forjar um povo também é traçar uma cultura capaz de assegurar a sua unidade.” (PECAUT, 1990, p. 15).

Essas características tiveram expressividade no Modernismo, definido por Cândido e Castello na coletânea *Presença da Literatura Brasileira* como uma denominação para “três fatos: um movimento, uma estética e um período” (1981, p. 7), em que o fator de unificação de seus participantes era “o desejo de expressão livre e a tendência para

---

<sup>186</sup> Para definir interesses Pecaú recorreu a obra de Micelli (1979)

transmitir, sem os embelezamentos tradicionais do academismo, a emoção pessoal e a realidade do País” (CANDIDO; CASTELLO, 1981, p. 9). Dessa expressiva busca por uma definição de brasilidade, surgiram muitos manifestos que propunham projetos de nação e buscavam influenciar a política nacional.

No campo cultural paranaense, surgiram novos atores e, com eles, o questionamento do Simbolismo e do Parnasianismo. O primeiro destes grupos foi o dos futuristas, definidos por Marilda Samways como uma reação à “monotonia do campo local”:

Dia a dia, ia surgindo um temperamento cheio de nevroses originais, a explodir de emotividade berrante. Os autores paranaenses se rebelaram porque era imprescindível dar safanões numa geração que dormia, agitar a pacatez burguesa e comilona da província, sintonizar com os “ruídos futuristas” (SAMWAYS, 1988, p. 31).

Este movimento caracterizou-se pela vontade de “chocar” os leitores e pela auto ridicularização que promoviam seus autores. Isso se fazia pela utilização de pseudônimos, que denotavam a presença novos autores, entre alguns que já circulavam nos grupos consagrados: Pierre de Choux-Fleur (Correia Junior), Charles Xuxu (Alceu Chichorro), Otto di La Nave (Valfrido Pilloto), além dos não identificados Paul Sans-Dessous, Ivo João e Jean Bataclan. Samways afirma que os textos destes escritores circulavam em diferentes jornais, como *Diário da Tarde*, *Gazeta do Povo* e *O Dia*, mas que nem sempre eram bem recebidos, como demonstra a tensão ocorrida entre Otto di La Nave e Generoso Borges. Borges era diretor do *Diário da Tarde* e, ao ver uma coluna do poeta futurista em seu jornal, teria afirmado: “não quero mais saber de seus versos, o sr. vá fazer futurismo em outro jornal. O meu é conservador!” (SAMWAYS, 1988, p. 33).

O Futurismo teve curta duração no Paraná, e alguns de seus membros posteriormente se filiaram a outra concepção de modernismo que se fortaleceu naquela geração: eram os chamados “novíssimos”, que tinham estreitas relações com o grupo dos Simbolistas, tanto que seu principal participante era Tasso da Silveira, filho de Silveira Netto. Além

disso, uma das revistas, *Fanal* (1911)<sup>187</sup>, tinha como subtítulo: *Orgão do Novo Cenáculo*, em uma referência ao grupo literário criado por Dario Vellozo, Júlio Perneta e Silveira Neto, em 1894, no Clube Curitibano. Anos mais tarde, os “novíssimos” tiveram como principal veículo de comunicação a revista *Festa* (1927)<sup>188</sup>, expressão do modernismo carioca, dirigida por Tasso da Silveira.

Esse processo demarca a mudança de posição dos intelectuais da geração de 1890, que passaram da contestação dos valores do campo literário à posição dominante. Após se estabilizarem dentro da produção cultural local, eram contestados como memória e influência para a nova geração. Na década de 1920, a geração de 1890 tinha entre 46 e 57 anos, como indica a tabela abaixo. A maior parte ocupava espaços renomados na produção cultural de Curitiba.

Tabela 6 - Geração de 1890 em 1920

Nome	Idade	Profissão
Romário Martins	46	Funcionário da Secretaria de Obras, viação e Colonização/Diretor do Museu Paranaense
Silveira Netto	48	Funcionário da Fazenda Federal, no Rio de Janeiro
Ermelino Leão	49	Juiz

<sup>187</sup> *Fanal* circulou em 1911, tinha como fundadores José Guayba, Oscar Gomes, Lacerda Pinto e Tasso da Silveira. Sua relação com O Cenáculo é expressa na edição número 7 de 1 de agosto: “Nós que fazemos parte da geração de agora, que ensaiamos os primeiros passos e desejamos que os nossos dias não incorram sem que façamos coisa de bello ou útil (...) compreendemos que cabe certa responsabilidade pelos destinos desta terra abençoada; nós que sentimos cantar em nossa alma o mesmo entusiasmo que fortaleceu a cruzada dos jovens de 1895 (...) resolvemos também criar fundar um “Cenáculo” (*Fanal*, 1911, p.1). Esse mesmo texto relata a trajetória dos membros do Cenáculo de 1895 e reforça suas memórias como grupo responsável pela formação do campo cultural local.

<sup>188</sup> O grupo *Festa* se formou no Rio de Janeiro e se propunha a conformação de um modernismo diferente do entendido pelo grupo de São Paulo, ao invés de uma ruptura se balizavam por uma continuidade com as produções anteriores. Mais sobre a formação deste grupo no trabalho: VIKTOR, Tiago Alexandre. Trajetória de constituição e fundamentos do modernismo do grupo de *Festa*. 2016, 213 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0544-D.pdf>>

João Itiberê	50	Jornalista no Rio de Janeiro
Dario Velloso	51	Professor de História no Gymnasio Paranaense
Júlio Pernetta	51	Funcionário da Secretaria de Obras, viação e Colonização
Emiliano Pernetta	54	Professor de Português do Gymnasio Paranaense
Sebastião Paraná	56	Professor de Geografia do Gymnasio Paranaense
José Candido Muricy	57	Médico/Militar

Chama atenção a proximidade do grupo com o serviço público. A atuação política era parte importante da agência desses intelectuais. Em sua maioria, continuavam a colaborar com jornais locais, como Júlio Pernetta e Romário Martins em *A República*, e Emiliano Pernetta em *O Commercio*. Outro espaço de ação e consagração era o Gymnasio Paranaense que, como tratado no primeiro capítulo, possuía grande credibilidade, com a participação da intelectualidade local.

Em 1921, essa rede perdeu dois de seus principais nomes: Emiliano Pernetta faleceu em 21 de janeiro, e Júlio Pernetta em 23 de julho. O primeiro era considerado por seus pares como o principal poeta de sua geração; no final de sua vida, atuava como jurista e lente de português no Gymnasio Paranaense. Seu irmão mais novo era visto como um dos articuladores do grupo, servindo de mediador para a efetivação de diferentes projetos de periódicos e, nos seus últimos anos, ocupou o cargo de Diretor de Interior na Secretaria de Obras e Colonização, onde permaneceu até se afastar por motivos de saúde. (A REPÚBLICA, 18/07/1921). Essas perdas foram muito significativas e, juntamente com a crise das oligarquias, promoveram a rearticulação daquela geração. Dominante na produção cultural, passou a promover uma memória sobre sua própria atuação, mantendo também interesse na afirmação de suas concepções sobre a identidade local. Nesse momento, ocorreu a exacerbação do regionalismo na produção sobre o passado. Por meio do *Movimento Paranista*, houve a positivação das ações do grupo que, com a estratégia de formação de um sentimento de pertencimento local, objetivava se estabelecer como dominante na produção da identidade paranaense.

Essa proposição de identidade trazia consigo uma influência spencerista, de uma “evolução social” que se articulava com o incentivo à imigração europeia. Este transito formaria novas colônias, facilitando

uma miscigenação e favorecendo a construção de um “tipo local”, mais adaptado. Mantinha-se a perspectiva de que a natureza e o solo eram os principais signos de pertencimento local e, assim sendo, o fator mesológico era imprescindível para a formação de uma sociedade “grandiosa”. Com isso, o projeto de construção do estado previa uma modernização baseada na vinda de europeus que, juntamente com as condições locais, contribuiria para a crescente urbanização e a implementação da indústria. Tratava-se de um projeto que atuava em várias frentes e tinha notório alcance social, interferindo na vida da população, a partir de propostas como a apresentada acima. Sua elaboração era, por vezes, sustentada por intelectuais, cujas análises se tornavam legítimas, a ponto de serem consideradas como decisões do estado. Por outro lado, isto também favorecia aqueles intelectuais, que buscavam espaço no debate público.

Nesse sentido, suas narrativas eram importantes especialmente no que tangia ao passado, como visto anteriormente, com a construção de uma linha evolutiva que valorizava o indígena como origem do paranaense. Ele era representado em contos e lendas como habitante local, alteridade a outros grupos, como bandeirantes e jesuítas; o caboclo era tratado como etapa seguinte da “evolução” e seria portador de hábitos e costumes “tradicionais”, a serem lembrados, mas não necessariamente repetidos. Assim, a história do Paraná fixou sua narração em torno de um “desenvolvimento” iniciado antes da ocupação portuguesa e que se estendia ao futuro.

## 5.1 ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS: MONOPÓLIO DE CONSAGRAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DOS INTELLECTUAIS

Na visão de Marilda Binder Samways (1988), a Semana de 1922 marcou uma nova fase da literatura paranaense, com o surgimento dos Modernistas, Futuristas e, com eles, da crítica aos Simbolistas e Parnasianos. Isso gerou um movimento de reação das gerações anteriores, com a associação do grupo dos Simbolistas (1895-1898) – de *O Cenáculo*,

e dos Novos (1898-1913), liderados por Euclides Bandeira e seu grupo<sup>189</sup> – em torno da Academia de Letras do Paraná (ALP), fundada em 1922.

A presente dissertação aponta que a ALP não significava o primeiro movimento de aproximação destas gerações, pois isto já ocorrera em 1912, quando foi criado o Centro de Letras do Paraná (CLP), por Euclides Bandeira e Emiliano Perneta. Naquele momento, eram eles os dois principais nomes do Simbolismo e do Parnasianismo no estado, agregando em um só grupo nomes como Domingos Nascimento, Romário Martins, Sebastião Paraná, Celestino Junior e Generoso Borges. Entre as ações do grupo, estavam discussões literárias, publicações e eventos como almoços no Passeio Público. Mas a nova instituição, a ALP, teve sua importância pela afirmação do modelo acadêmico, ritualístico e eletivo, fortalecendo alguns intelectuais por estes modelos de “sociedade de corte”. O acesso restritivo ampliava o valor de pertencimento a este grupo, convertido em discurso de domínio sobre a cultura local. Ao mesmo tempo, é preciso retomar o raciocínio de que a instituição também passava por um processo de consagração e, para isso, era necessária uma composição que lhe concedesse credibilidade, sendo do interesse dos membros a associação de nomes reconhecidos, mesmo que antagônicos.

Para além dos interesses em ocupar esta posição, a formação de um novo espaço para os literatos ocorreu por uma cisão entre os membros do CLP, que, como narra a memória da Academia de Letras do Paraná, decorreu de uma troca de ofensas entre os acadêmicos Raul Gomes e Raul Azevedo:

Começou quando Raul Gomes (1889-1975) voltou-se contra as Tardes de Arte que se realizavam aos domingos no Teatro Guaíra. Foi criada essa programação artística pelo escritor maranhense Raul Azevedo, carioca de domicílio e naquele momento residente em Curitiba, nomeado que fora para administrar os Correios. De certa forma já conhecido nos meios literários nacionais, com facilidade passara a dono da situação cultural

---

<sup>189</sup> A autora cita que esta divisão geracional teve carácter mais de afirmação social do que de introdução de novos conceitos e ideias, tendo sido logo absorvida pelos chamados “velhos” (SAMWAYS, 1988 P.27). Entre os nomes elencados por ela tem destaque: Alcides Munhoz, Rodrigo Júnior, Clemente Ritz, Raul Gomes, Serafim França, Raul Gelbeck, Leocadio Correia, Generoso Borges, Francisco Leita, Adelina Carriel Pinheiro, Anita Philipovsky e Idelfoso Serro Azul.

curitibana. As domingueiras eram sucesso e tratavam-se de vesperais com música e literatura, culminando via de regra em palestras e conferências, sempre com a presença de ilustres personagens ligados às letras. Tamanho efeito produziu a iniciativa de Azevedo que a ciudada não se demorou para instalar clima de verdadeiro motim. O irrequieto Gomes à frente, indignado, não suportava o fato de um adventício figurar na proa literária paranaense. Como fator agravante, Raul Gomes era também funcionário dos Correios e, portanto, subordinado a Raul Azevedo. (VARGAS; HOERNER JR.; BOIA, 2011, p. 9).

A questão acabou envolvendo outros sócios. Azevedo dirigiu críticas a Dario Vellozo, que era próximo de Gomes, e o debate passou a uma questão sobre a autoridade dos locais sobre a promoção cultural do estado. Episódio importante desta disputa foi a eleição de 1922, quando se definiu uma nova diretoria para o CLP. Nesta ocasião, o grupo de Vellozo foi derrotado e vários partícipes, como Romário Martins, Rocha Pombo, Andrade Muricy, João Cândido, Pamphilo d'Assumpção e Ermelino de Leão pediram desligamento do Centro. Analisando os sócios dissidentes, percebe-se que houve a mobilização da rede de intelectuais pertencentes majoritariamente à geração de 1890. Eram escritores com uma trajetória que os colocava em posição dominante no debate sobre a cultura local. Isso era visível pelas posições que ocupavam na administração, em espaços como o IHGPR, o Museu Paranaense, o Arquivo do Paraná, além de cadeiras no Gymnasio Paranaense. Não demorou para que estes homens se reorganizassem em torno de um novo projeto, a fundação da Academia de Letras do Paraná (ALP), que teve como modelo a Academia Brasileira de Letras (ABL). A iniciativa de uma nova agremiação literária buscava se diferenciar colocando-se como elite intelectual, conforme a memória elaborada pela Academia Paranaense de Letras (APL), que se advoga como herdeira daquela instituição<sup>190</sup>:

---

<sup>190</sup> A Academia Paranaense de Letras (APL) foi fundada em 1936, em uma ação de uma nova geração, era intimamente ligada ao governo do Interventor Federal Manoel Ribas. Na construção de suas memórias a instituição se coloca como herdeira do Centro de Letras do Paraná e também da Academia de Letras do Paraná, não ignora a cisão, mas a coloca como parte do seu próprio processo de

A cisão no Centro de Letras apontava o panorama: dissidências que, unidas em torno de uma idéia de emancipação, pretenderam a criação de outra entidade, superiormente nivelada, talvez com o propósito de fazer sombra ao Centro, acreditando o grupo cismático, por certo, ser a elite da classe intelectual. Segundo os pendores institucionais da época, a desejada entidade paralela só poderia ser essencialmente elitista, tendo obrigatoriamente de moldar-se a padrões acadêmicos (VARGAS; HOERNER JR.; BOIA, 2011, p. 10).

A afirmação como espaço de reunião da elite intelectual era uma forma de construir uma diferenciação, desqualificando os outros espaços que se colocavam com este mesmo propósito, construindo para si um monopólio de consagração. Mas para justificarem essa alegação, os intelectuais ligados à ALP assumiram em seus discursos serem os representantes dos “padrões acadêmicos”. Isso significava a conservação de um estilo de produção literária que valorizava a métrica e as formas, fatores caros aos simbolistas e parnasianos, que vinham sendo questionados dentro de movimentos como Modernismo e Futurismo.

Outro valor evidenciado nos discursos do grupo era o da utilidade da cultura para o desenvolvimento nacional, em oposição a uma produção puramente “lúdica”, ou seja, era uma oposição a projetos como o Futurismo. A perspectiva de utilidade da cultura passava pelo interesse em ser relacionada aos projetos de nação e região, logo, com interferências no campo político. Essa relação interessava aos intelectuais, que podiam converter seu capital nas disputas por poder, justificando seus empregos públicos, assim como interessava aos políticos, que utilizavam a “ciência” para embasar seus projetos.

A primeira reunião do novo grupo ocorreu em 19 de dezembro, quando se comemorava a emancipação da província do Paraná. O espaço escolhido para tal evento foi a sede do Clube Curitibano. A data e lugar demarcam os propósitos regionalistas, remetendo à memória da congregação dos setores ligados à extração de erva mate, além de ter servido para encontro destes intelectuais na reunião de fundação de *O*

---

formação, tanto que a fonte aqui utilizada é uma biobibliografia produzida em 2013 por ocasião da comemoração do seu centenário

*Cenáculo*, em 1894, e do IHGPR, em 1900. O espaço servia também para articulações políticas, como as que deram origem à unificação da legenda do PRP. A proximidade com o governo fez com que seus salões fossem utilizados para bailes e recepções de visitantes oficiais ao estado.

Nesta reunião, decidiu-se pela instalação da ALP em um evento de grandes dimensões, para demarcar publicamente a posição dominante da nascente instituição<sup>191</sup>. Foi também deliberada a criação de duas comissões, uma voltada para a escrita de um estatuto e outra responsável pela nomeação dos patronos e pela escolha dos acadêmicos. Esta última era igualmente responsável pelos contatos, nomeações e organização das trinta cadeiras da Academia. A composição resultou na seguinte disposição:

Tabela 7 - Academia de Letras - Patronos e Acadêmicos

<b>Cadeira</b>	<b>Patrono</b>	<b>Acadêmico</b>
1	Albino José Silva (1850-1905)	Dr. José Niepce da Silva (1876-1935)
2	Alfredo Munhoz (1845-1921)	Alcides Munhoz (1873-1930)
3	Bento Fernandes de Barros (1834-1908)	Dr. João Pamphilo de Assumpção (1868-1945)
4	J. Bernardino Bormann (1844-1919)	Cap. Didio Iratym Affonso da Costa (1881-1953)
5	Brasílio Itibere da Cunha (1846-1913)	Dr. Paulo Idelfonso da Costa
6	Cicero Marcondes França (1884-1908)	Dr. Generoso Borges de Macedo (1975-1945)
7	Candido Lopes (1803-1871)	Dr. Sebastião Paraná de Sá Sottomaior (1864-1938)
8	Joaquim Dias da Rocha Filho (1862-1895)	Francisco Heráclito Ferreira Leite (1889-1982)
9	Domingos Nascimento (1863-1915)	Tasso Azevedo da Silveira (1895-1968)

---

<sup>191</sup> Esse evento ocorreu no dia 7 de abril de 1923, no prédio do Congresso Legislativo do Paraná, com a presença de nomes como o governador Caetano Munhoz da Rocha, o secretário de Governo Alcides Munhoz, o prefeito de Curitiba Moreira Garcez e os representantes consulares da Polônia e da Grã-Bretanha.

10	Eusébio Silveira Motta (1847-1920)	Dario Persiano de Castro Velloso (1869-1937)
11	Emilio de Menezes (1866-1918)	Dr. Seraphim Martins França (1888-1967)
12	Emiliano Pernetta (1866-1921)	Dr. José Henrique de Santa Ritta (1872-1944)
13	Faria Sobrinho (1847-1893)	Dr. Manoel de Lacerda Pinto (1893-1974)
14	Fernando Amaro (1831-1857)	Manoel Azevedo da Silveira Netto (1872-1942)
15	Fernando Simas (1851-1916)	Ernesto Luiz de Oliveira (1874-1938)
16	João José Pedrosa (1845-1882)	Dr. Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo (1872-1955)
17	Jesuíno Marcondes (1827-1903)	Dr. Moyses Marcondes de Oliveira e Sá (1859-1928)
18	Júlio Pernetta (1869-1921)	João David Pernetta (1874-1933)
19	J. Evangelista Braga (1850-1913)	Leonidas Moura de Loyola (1892-1938)
20	Telêmaco Borba (1840-1910)	Ermelino Agostinho de Leão (1871-1932)
21	Luiz França (1852-1921)	Alfredo Romário Martins (1874-1948)
22	Manoel Euphrasio Correia (1839-1888)	Leôncio Correia (1865-1950)
23	Monteiro Tourinho (1837-1885)	Jaime Ballão (1869-1930)
24	Conego Manuel Vicente (1851-1909)	Bispo D. Alberto José Gonçalves (1859-1945)
25	Manuel F. Correia (1831-1905)	Nestor Victor (1868-1932)
26	Nestor de Castro (1867-1906)	Dr. Samuel Cesar de Oliveira (1896-1932)
27	Silva Muricy (1827-1877)	José Candido de Andrade Muricy (1895-1984)
28	Ubaldo do Amaral (1842-1920)	Joaquim Ignacio Dantas Ribeiro
29	Antônio Viera dos Santos (1784-1854)	Dr. José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933)
30	Vicente Machado (1860-1907)	João Candido Ferreira (1864-1948)

Fonte: Revista da ALP, 1925, p.7.

Percebe-se a presença de figuras consagradas pela memória local como “pioneiros” de suas áreas ou por sua atuação na “formação” do Paraná, sendo homenageadas como patronos. Por exemplo: Fernando Amaro, considerado o primeiro poeta; Cândido Lopes, primeiro tipógrafo; Joaquim Faria Sobrinho, vice-presidente da província e incentivador da imigração; João José Pedrosa, político responsável pela construção do primeiro teatro; Antônio Viera dos Santos, considerado o primeiro escritor de uma história local.

Além destes personagens já celebrados, os acadêmicos escolheram para compor esse “panteão” Emílio de Menezes, Nestor de Castro, Telêmaco Borba, Manoel Correia, Vicente Machado, Luiz França, Evangelista Braga, Bernardino Bormann, Fernandes de Barros, Domingos Virgílio Nascimento, Júlio e Emiliano Pernetta. A celebração desta geração nascida em 1860 pode ser vista como interesse dos contemporâneos em homenagear os colegas falecidos, assim integrando a ação daquela rede de intelectuais à memória constitutiva da identidade e da cultura locais. Ao mesmo tempo, essa condição de “memoráveis” associava-os ao passado e servia aos “mais novos” na construção de uma “genealogia literária”, o que conferiria legitimidade aos seus escritos. A imagem de transição também era utilizada dentro do discurso de “modernização”, marcando as produções dos “novos” como transformadoras da cultura local, acentuando sua atuação no presente.

A dominação dos meios de produção cultural – como revistas, jornais, clubes e associações – colocava esses agentes como os produtores da memória, ao mesmo tempo em que se incluíam nela. Exemplar é que os feitos que justificam a escolha dos patronos, em alguns casos, eram compartilhados pelos acadêmicos, como a articulação dos movimentos literários simbolistas<sup>192</sup> e parnasianos, e mesmo na fundação do IHGPR<sup>193</sup>, a defesa do estado na disputa territorial com Santa Catarina e atuação políticas no período republicano.

---

<sup>192</sup> Emiliano Pernetta era o grande nome do simbolismo, mas no Paraná o movimento se articula nas revistas discutidas no primeiro capítulo desta tese, como *O Cenáculo* e *Azul* que tinha em suas redações nomes como Dario Velloso, Antonio Braga, Julio Pernetta, Romário Martins, Pamphilo D'Assumpção, Rocha Pombo e a articulação no Rio de Janeiro com Nestor Victor.

<sup>193</sup> Dos fundadores do IHGPR estavam entre os patronos: Bernardino Bormann, Nestor de Castro, Fernandes de Barros, Domingos Virgílio Nascimento,

Outra estratégia a ser considerada sobre a eleição dos patronos é a da consagração familiar, perceptível na escolha de antepassados dos acadêmicos, como Manoel e Leôncio Correia, Alfredo e Alcides Munhoz, Albino e Niépce da Silva, Júlio e João Pernetta. Essa ritualização era um modo de construir um capital simbólico que servisse para a manutenção das posições sociais de gerações posteriores. O que foi utilizado por membros destas famílias para ocupar posições no campo político e intelectual no Paraná, perpetuando-se no poder, com argumentos de ancestralidade e tradição na contribuição e comprometimento com as questões paranaenses.

Ao analisar os perfis dos patronos e dos acadêmicos, percebe-se que houve a intenção dos seus organizadores em estabelecer uma relação entre as cadeiras da academia e as ocupações sociais (historiadores, poetas, padres, militares). Entendo que essa seleção é parte do interesse dos agentes em demonstrar que o panteão era uma representação da sociedade local e estabelecia uma seleção de funções que teriam maior contribuição para a “construção do estado”. É preciso dimensionar este discurso em relação ao que buscava afirmar, ou seja, a importância dos intelectuais para a solução de problemas do coletivo, a efetiva participação destes agentes na construção da cultura local e a denominação da Academia como espaço privilegiado de manutenção e elaboração dos saberes sobre a sociedade paranaense.

A delimitação das cadeiras por representantes de áreas era também uma forma de autorizar seu ocupante aos debates referentes a seu tema. Por exemplo, a cadeira de número 3, cujo patrono era Fernandes de Barros, pertencia a Pamphilo d’Assumpção, ambos juristas; a cadeira 4 tinha como patrono Bernardino Bormann e como fundador Didio Costa, ambos militares expressivos na política; havia ainda um lugar para o clero na cadeira 24, que era dedicada à Manoel Vicente e ocupada pelo bispo Alberto Gonçalves. A área da história foi representada na cadeira número 29. Seu patrono era Antônio Vieira dos Santos, escritor nascido em Portugal que veio ainda criança para o Brasil e se estabeleceu no Paraná aos 41 anos. Era ligado ao ciclo produtivo da erva-mate e aos grupos dominantes da região de Paranaguá. Sobre este município escreveu a *Memória Histórica, Cronológica, Topográfica e Descritiva da Cidade de*

---

Telêmaco Borba, Manoel Correia e Júlio e Emiliano Pernetta. Já entre os acadêmicos: Alfredo Romário Martins, Ermelino de Leão, Sebastião Paraná, Rocha Pombo e Dario Velloso

*Paranaguá e Seu Município* (1850). As obras de Vieira Santos foram dedicadas a apresentação e descrição genealógica das vilas do litoral paranaense. Apesar de sua produção fazer referência à trajetória da elite local na qual estava inserido, seu nome aparece sobretudo na obra *História do Paraná*, de Alfredo Romário Martins<sup>194</sup>. Recorrer à memória e aos escritos de Vieira dos Santos na virada do século era interessante para aquela geração que buscava afirmar uma memória para o Paraná e servia para validação de seus escritos.

Martins era um dos mais expressivos no debate sobre a memória local, foi reconhecido leitor e divulgador de Vieira dos Santos, além de presidente do IHGPR e diretor do Museu Paranaense. Isso o qualificaria para ocupar a cadeira número 29, mas naquele momento, havia maior interesse no nome de José Francisco da Rocha Pombo, que desfrutava de reconhecimento nacional como historiador, sobretudo pela publicação de *História do Brasil*, em dez tomos, entre 1905 e 1917<sup>195</sup>. Tal obra, concebida como paradidática, teve boa receptividade escolar, servindo como cartilha cívica para conhecimento da história nacional. Nessa adequação de espaços, Martins foi empossado na cadeira 21, cujo patrono era Luiz França, poeta e declamador que havia falecido em 1921. A figura de França pouco se referia à história e ao passado locais, apesar de ter sido celebrado por sua obra dedicada ao elogio da cidade e do estado. Seu maior reconhecimento era como agente de articulação que reunia políticos e intelectuais em sua casa, posição facilitada por ocupar de cargos na administração pública.

Rocha Pombo também foi homenageado como “presidente de honra” da instituição. Essas honrarias podem ser vistas como uma recomposição de sua memória, pois o escritor era reconhecido no Paraná como jornalista e político, servindo de referência para a geração de 1860, com suas posições abolicionistas, republicanas e anarquistas. Sua imagem sofreu grande desgaste, porém, quando passou a atuar no Partido

---

<sup>194</sup> Como explicado nos capítulos anteriores, Martins tinha por hábito publicar trechos de suas reflexões em periódicos e foi no diário *O Comercio* de 2 de julho de 1900 que encontramos uma coluna sua com reflexões sobre Vieira dos Santos.

<sup>195</sup> A coletânea foi bem recebida como material escolar e teve ampla difusão, mesmo que seu principal crítico tenha sido Capistrano de Abreu que apontava a obra como uma revisão bibliográfica que fazia pouco uso de fontes originais, além de considerar prematuros os estudos para composição de uma síntese da história nacional.

Conservador. A contestação às suas posições em favor do governo se somou a tragédias familiares, que o levaram a se “exilar” na capital federal. Lá, se estabeleceu com dificuldade, dependendo de auxílio financeiro de seus conterrâneos para sobreviver. O próprio governo paranaense financiou a publicação seu livro *Paraná no Centenário* (1900). Sua proximidade com o grupo de Nestor Victor serviu para que conseguisse inserção na rede de intelectuais pertencentes à ABL, o que contou para que vencesse o concurso para a cadeira de professor de história no Colégio Pedro II. A série *História do Brasil* teve boa aceitação do público, mas também recebeu críticas negativas de grandes nomes da área, como Capistrano de Abreu, João Ribeiro e Rodolfo Garcia<sup>196</sup>. Estes viam a obra como uma compilação de outros textos, com pouca profundidade de análise de fontes; mas Garcia e Ribeiro reconheciam a sua importância pela receptividade nas escolas. A visibilidade do trabalho de Rocha Pombo e sua inserção entre os principais intelectuais do país interessavam à ALP para validação externa de sua importância, afinal, a instituição buscava nomes de reconhecimento nacional.

Nesta busca, outra memória mobilizada foi a do poeta Emílio de Menezes, falecido aos 52 anos, no Rio de Janeiro, em 1918. Este escritor definia-se como parnasiano e, assim como Rocha Pombo, compunha a rede de intelectuais que fundou a Academia Brasileira de Letras (ABL). Na biografia apresentada no site da ABL, está: “Ao fundar-se a Academia Brasileira de Letras, em 1897, ele teria sido também um dos fundadores, mas havia preconceitos contra a sua maneira boêmia de viver”<sup>197</sup>. Essa visão sobre seu comportamento também se reproduzia na província, mas em seu favor, contava a expressividade de sua obra artística e o pertencimento ao grupo da Academia, mesmo que não tivesse assumido sua cadeira. O poeta foi presença frequente nas recepções de autoridades paranaenses na capital federal. Muito prestigiado, recebia muitas visitas de figuras públicas quando ficou doente, em 1917, e teve seu estado de saúde acompanhado pelos jornais curitibanos, como *Diário da Tarde* e *A*

---

<sup>196</sup> Como nos informa Bega (2002) a maior parte destas críticas era pelo fato de que Rocha Pombo não utilizava pesquisa documental, recorrendo a outros trabalhos já existentes, a falta de fontes primárias na visão de historiadores como Capistrano de Abreu inviabilizava o projeto.

<sup>197</sup> Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/emilio-de-menezes/biografia>, No site explica-se que foi eleito para a ABL em 1914, mas faleceu sem tomar posse de sua cadeira.

*República*<sup>198</sup>. Ainda em 1917, foi publicado seu livro *Últimas Rimas*, com a chancela da ABL, consagrando sua trajetória e reavivando a circulação de seus poemas na imprensa paranaense. Quando faleceu, no dia 8 de junho de 1918, o fato causou comoção em Curitiba e no Rio de Janeiro. Em sua homenagem, Generoso Marques discursou no Senado e João Pernetá na Câmara dos Deputados; além disso, seu enterro e cortejo fúnebres foram custeados pelo governo paranaense. Entretanto, dois anos depois, foi publicado em *A República* o artigo *A Ingratidão Humana*, que descrevia o poeta: “Emílio foi, em vida, um dos vultos mais populares da cidade e, apesar da bohemia e das irreverências, ninguém nunca recusava seu convívio, mesmo com visível contrariedade do poeta.” (*A REPÚBLICA*, 11/6/1920, p.3). Essa visão era seguida da crítica ao esquecimento que se abatia sobre a memória do poeta, manifestado no esvaziamento da missa em sua homenagem.

O discurso sobre a injustiça contra Menezes foi retomado nos pedidos de traslado de seus restos mortais do Rio de Janeiro para Curitiba – uma tentativa encampada pela Academia de Letras do Paraná. Nos relatórios das atividades da ALP, explicou-se que a sugestão apareceu pela primeira vez no jornal *Gazeta do Povo*, levada à Academia no dia 28 de novembro de 1923 por Romário Martins, sob a alegação de ser uma “justíssima causa”, acatada por unanimidade. A justificativa da proposta era:

o poeta glorioso, que como nenhum outro soube representar a pujança e a grandeza do Paraná Intelectual, enchendo de Glória e de renome pela gloria e renome que foram sempre a aureola do seu vulto inconfundível (...) O Paraná vae saldar assim uma dívida de honra, trazendo ao seu seio os despojos sagrados do filho glorioso, deixados hoje ao abandono de um quasi esquecimento, no mais doloroso flagrante da injustiça e desamor (REVISTA DA ALP, 1925, p.15)

Reivindicar a memória de Menezes fazia parte do culto aos agentes da cultura local expressivos em nível nacional. Mas é preciso

---

<sup>198</sup> Tratam-se de notas sobre a capital e com maior destaque nos dias 11 de novembro de 1917 e 26 de janeiro de 1918

problematizar os significados em torno da representação deste poeta. Rocha Pombo tinha uma imagem professoral e próxima ao academismo, enquanto Menezes estava associado à contestação e à renovação. Como aponta Ângela de Castro Gomes, em *Essa gente do Rio*, Menezes – ao lado de Mendes Fradique, “representantes de um mundo boêmio” – possuía um *ethos* que “abastece a Academia Brasileira de Letras e igualmente procura formar outras associações que rompem com seu monopólio de consagração” (GOMES, 1993, p. 66), Este era também o paradoxo da ALP, que buscava se afirmar como espaço de consagração e, ao mesmo tempo, se adequar aos debates modernistas.

A organização do grupo de intelectuais que somava forças em torno da ALP, associada à construção de uma “tradição intelectual local”, assim como sua “filiação” a ABL, eram estratégias que visavam a recolocação destes escritores, num período de crise da oligarquia à qual estavam ligados. A validação de suas falas importava para que se adaptassem a um discurso de utilidade da cultura e a projetos de “desenvolvimento” e de “resolução de problemas da sociedade”. Esse entendimento sobre o papel do intelectual e da proximidade com a ciência foi apresentado na cerimônia de instalação da ALP, em momentos como na leitura de *Oração*, escrita por Pamphilo d’Assumpção. O texto servia como apresentação pública das intenções da organização que se formava. O orador destacou que a iniciativa era uma necessidade da sociedade, para enfrentar um dos “momentos mais memoráveis da história humana”. Assumpção referia-se ao acelerado ritmo dos acontecimentos, mudanças que alteravam as compreensões de mundo. Neste contexto, caberia à Academia o papel de auxiliar na compreensão do processo e contribuir para a transformação, mesmo que em uma posição periférica:

O facto de um grupo mental surgir assim n’um recanto do planeta, que é modesto mesmo dentro da lindes pátrias, não significa que ele esteja insulado do resto do mundo. Não, ele tem, pelo contrário de viver com o pensamento e com os ideaes do seu tempo (...). Neste século, quando se desceu à mais completa análise das coisas, em que tão profunda já vae a sondagem psychica dos indivíduos e das sociedades, uma Academia de Letras, como pharol e como fôco de concentração e de estudos, precisa de aparelhar-se para conduzir a collectividade em cujo seio surge, pelo caminho recente que a sciencia devassou, a rumo dos novos

ideaes pelos quaes a alma humana aneia.  
(REVISTA DA ALP, 1925, p. 36-7)

Assumpção entendia seu tempo como único, no que se referia às transformações científicas. Para embasar sua visão, utilizou referências a Oswald Splenger, em *O Declínio do Ocidente* e a crítica ao conceito de civilização, mesmo que tal pessimismo trouxesse questionamentos sobre os projetos de futuro e modernização. Ao mesmo tempo, citava Max Planck e a teoria do *quantum*, que rompia com o dogma aristotélico *natura non facit saltus* e a visão de que não haveria relações diretas entre diferentes espécies. Este questionamento do aristotelismo, mesmo que fortemente arraigado cientificamente, era inovador e somava para a visão evolucionista; emergia, assim, a necessidade de debates intelectuais que corroborassem as novas compreensões de mundo. Ele descrevia essas “novidades” como “assustadoras” e representativas de uma quebra de expectativas sobre o futuro, motivo para uma revisão dos rumos da sociedade, que deveria ser feita pelos intelectuais, graças a sua capacidade de compreensão da realidade. Por isso, disse que “a cultura literária não se póde fazer senão reflectindo as conquistas da cultura ciêntifica” e que “o homem de letras moderno não pode viver alheio aos progressos da sabedoria humana e nem ser tardo no lhe seguir os passos.” (REVISTA DA ALP, 1925 p. 39). Delimitava como “missão” para a Academia a colaboração para que se subjugasse a “animalidade” presente na sociedade.

Tal concepção civilizadora da cultura, vista como modo de superação dos reflexos instintivos, baseava-se em Graça Aranha, mais especificamente, no livro *A Esthetica da Vida* (1921). Neste, o escritor maranhense apontou a necessidade de se compreender que os seres humanos são parte indissociável do universo; que contaria também com uma dimensão metafísica que se manifestava na arte e da beleza. Segundo Aranha, “o methodo scientifico, jamais chegará a um conceito do Todo infinito. A esse methodo deve-se aluar o processo especulativo do raciocínio, que no estado actual dos nossos conhecimentos possa interpretar a natureza e suscitar no nosso espirito uma idéa do cosmos, que será sempre relativa.” (ARANHA, 1921, p.72). Isso colocava o intelectual como agente da transformação, e a sua representação se tornava sacerdotal. Segundo Assumpção, “a congregação dos que pela arte, que é forma, e pela sciencia, que é substancia, renunciam ao sectarismo amouco, sacrificam os interesses materiais, rompem barreiras

todas que separam os homens na vida comum para unidos e na mesma fé.” (REVISTA DA ALP, 1925 p. 40). Era como se os escritores fossem externos e superiores à sociedade brasileira, em uma “luta” contra as condições que a teriam moldado como resistente à formação de uma cultura intelectualizada. Este também era um debate presente em Graça Aranha, que criticava que o que ocorria era uma direção da “energia brasileira para o trabalho físico de posse das terras (...) em um pragmatismo que procura supplantar todo o intelectualismo” (ARANHA, 1921, p. 178).

A ideia de dificuldade para se atingir o “sucesso” da “cultura intelectualizada” servia ao menos a dois interesses: para explicar as dificuldades de afirmação deste grupo no Paraná e para reafirmar a concepção de que os membros da ALP eram a elite intelectual do estado. Essa posição supostamente “superior” teria suas origens numa capacidade de discernimento num padrão estético mais apurado, razões pelas quais a população em geral deveria se deixar guiar:

Se o homem é quasi sempre a imagem espiritual do meio físico em que se formou e viveu, o paranaense não pode deixar de ser dócil a mão que o desvie do caminho augusto que condiz a depressão moral e esthetica, para guial-o pela estrada ampla e luminosa, qual essa via celeste, ninho de mundos, polvilhada pela poeira da lapidação de estrelas, que o leve na máxima ascensão espiritual a confundir-se na harmonia total do universo. (REVISTA DA ALP, p.42)

As Academias eletivas eram vistas como lugares por excelência para ação destes intelectuais, pois criariam um ambiente colaborativo entre eles justificando sua organização como uma categoria. Essa concepção era extraída de discursos feitos por intelectuais ligados à ABL, como o poeta Alberto de Oliveira, que visitou o Paraná em 1924<sup>199</sup>.

---

<sup>199</sup> Alberto Oliveria foi celebrado com uma programação especial e tratado como maior representação da poesia nacional, exemplar é a manchete do diário O Dia: “Curityba hospeda o maior dos poetas vivos do Brasil” (8 de janeiro de 1924, p.6), havia um cronograma de atividades que encerrava com um evento organizado pela Academia de Letras do Paraná, realizado no Club Curitiba. Esse evento descrito pelo jornal Commercio do Paraná nas seguintes palavras: foi

Recebido com grande festa, Oliveira era celebrado por sua obra e pela representação na associação congênere nacional. Em seu discurso de recepção ressaltou a importância da institucionalização da categoria intelectual:

A homenagem que lhe está sendo tributada, diz o sr. Alberto de Oliveira, deve resvalar de si para outros, não é são seu valor pessoal, não é aquele punhado de versos efêmeros que só está premiando, mas como uma vez disse Olavo Bilac, ao esforço da sua geração, que tão tenaz e porfiadamente se afanou pela causa das letras. (...) horais os mais velhos, os que trabalharam comigo e estimulaes os moços que assim como desvelamos se desvelem também por esse ideal superior. Esta é uma das funções de mais relevancia das Academias de letras: trazer incentivos aos que por ella se sacrificam, animando-os a todos o que até a pouco não se dava entre nós, até há pouco não havia recompensa para o trabalho literários, havia sim, em todas as carreiras, o que passa a exemplificar; “o poeta, o homem de letras, morria quase sempre obscuro, muitos havendo que por não ter outra ocupação senão a delas mereciam o epíteto afrontoso de ociosos ou valdevinos. (...) em cada estado há hoje uma Academia de Letras (...) assim como temos a nossa federação política, teremos amanhã, se não estou sonhando, a nossa federação acadêmica. (REVISTA DA ALP, 1925, p. 23)

O escritor carioca destacava a importância da expansão das agremiações como espaços de reconhecimento e articulação da categoria de intelectual. Defendia também a formação de um regimento como elemento moralizador dos membros, o que serviria para superar a imagem

---

uma festa magnífica, principalmente pela sua alta significação como uma homenagem que constituiu, ao grande poeta brasileiro sr. Alberto de Oliveira, essa que a Academia de Letras do Paraná levou a efeito domingo último, no salão nobre do Clube Curitybano (...) A alta sociedade curitybana, representada pelos seus mais finos elementos compareceu em grande massa. (Commercio do Paraná, 22 de janeiro de 1924, p.2).

de homens de letras ociosos, mostrando-os como articuladores de teorias sociais, potenciais contribuintes para o desenvolvimento do país. Uma legitimação da categoria que passava por um discurso de “higienização”, além da ritualização das práticas, com vestimentas, saudações, elogios e a construção de biografias e memórias para seus membros. A crítica à boemia correspondia à imagem de seriedade que se esperava de homens que serviriam à orientação dos administradores públicos. No Paraná, tomando os nomes que compunham a ALP, percebe-se que a instituição enfatizou as trajetórias de escritores já ligados à atividade política ou que eram empregados em funções no aparelho governamental. A novidade nestes discursos era a ideia de emergência que se aplicava à participação destes intelectuais. Isso evidenciou-se na visita de Oliveira e também na fala de José Henrique Santa Ritta, presidente da APL:

Snr. Alberto de Oliveira! Na crise espiritual que o Brazil, como toda a civilização occidental, atravessa, somente das almas, como a vossa, fortes e sonoras, dotadas de opulenta vida interior e animadas por altos ideaes, irradiam os sentimentos de nobreza e heroísmo, de piedade e doçura, de graça e poesia, que constituem os tesouros moraes mais preciosos da nacionalidade, as virtudes de resistência que a preservam de se contaminar e perecer aos embates das correntes do pessimismo de decadência. (REVISTA DA APL, 1925, p.21)

Nota-se que Santa Ritta atribuía a admiração<sup>200</sup> que Oliveira despertava nos membros da sociedade local pelo fato de ele ser entendido como “um sacerdote supremo da Arte e uma das mais elevadas expressões do idealismo da nossa raça”. Novamente, era enfatizada a representação dos intelectuais como dotados de virtudes específicas e a serviço da nacionalidade.

O saber praticado na ALP era diferente do associado a espaços como o IHGPR, uma vez que neste segundo, buscavam-se normas e

---

<sup>200</sup> Cabe ressaltar que Alberto de Oliveira era consagrado como poeta parnasiano, escola literária que se opunha ao simbolismo no final do XIX, mas no período estava associado ao movimento modernista, assim como Graça Aranha. Assim em sua visita ao Paraná era entendido como portador dos poderes simbólicos da ABL, fomentando o discurso sobre lugar do “homem de letras” na sociedade.

conhecimentos de áreas como a geologia, história, paleontologia ou etnógrafo. Isso significava que a ALP tinha menor apelo científico, que pudesse ser convertido em um interesse social. A ALP buscava sua validação em falas que evocavam a necessidade de o escritor estar atento às transformações do campo científico e em consonância com as necessidades do desenvolvimento nacional, como se lê nas falas transcritas acima, de Assumpção, Santa Ritta e mesmo de Oliveira. Outra relação que contribuiu para que a ALP tivesse servido à função de demarcar a categoria intelectual foi a imagem de uma corporação, que forjaria um pertencimento dos intelectuais locais e reuniria homens com relevância nacional. Exemplar desta condição foi a passagem de Graça Aranha por Curitiba, quando o evento foi noticiado na imprensa. Por ter sido uma passagem rápida, o viajante encontrou-se apenas com alguns membros da Academia de Letras do Paraná, e estes “o fizeram em nome da corporação que pertencem” (REVISTA DA ALP, 1925, p. 26).

Assim como era importante para os intelectuais fazerem parte de um grupo, para a associação também era necessário o engajamento em um debate mais amplo. Neste caso, o nacionalismo integrava os interesses da ALP. O movimento pós-primeira guerra, assim como o Modernismo, ampliavam esse sentimento nacionalista, assim, uma das ações da Academia foi celebrar o centenário de Gonçalves Dias. A instituição realizou um dia de celebração, com leituras públicas de poemas, encenação de peças teatrais e inauguração de uma rua com o nome do poeta maranhense – homenagem viabilizada pelo apoio do poder público municipal e considerada nas memórias da Academia como o “ponto alto” do dia. Os discursos proferidos pelos acadêmicos Francisco Leite e Jayme Ballão tomavam Gonçalves Dias como o escritor que fundou a imagem nacional, dando forma à união entre indígenas e portugueses; compararam-no à Camões e *Os Lusíadas*.

A leitura sobre os debates da ALP, por vezes, parece se distanciar das discussões sobre a construção do passado e a concepção sobre sua formação, mas sua importância está na ação destes intelectuais na formação de uma identidade local, o que se deu pela construção de uma memória sobre sua própria época e a aplicação de teorias que buscavam validar seus discursos nos níveis local e nacional.

## 5.2 O PARANISMO

Os debates sobre o Modernismo estabeleceram uma crítica à “importação de modelos de modernidade”, assim como a valorização de uma cultura nacional baseada na composição da multiplicidade regional. Como assevera Letícia Nedel, ao estudar as movimentações do campo intelectual no Rio Grande do Sul, a imagem de brasilidade que se apresentava era formada por temas como:

a cordialidade, a conciliação e a valorização da integração social e regional do país. Sistematizada pela vanguarda do movimento residente no Rio de Janeiro e São Paulo, essa filosofia de ação seguiu de perto a fórmula plural de representação do Brasil lançada pelos modernismos, e deveu boa parte das concepções de nação que manipulava às interpretações seminais de Gilberto Freyre e Mário de Andrade, acrescidas de releituras das contribuições anteriores de Sílvio Romero e Euclides da Cunha para a definição do homem brasileiro. Concebendo o objeto de seu interesse sob a roupagem romântica da circularidade herderiana, e adequando suas descrições ao vocabulário conceitual do culturalismo relativista norte-americano então em voga, o elogio à miscigenação, inaugurado no século XIX (NEDEL, 2005, p. 142)

No exercício de pensar a posição do Paraná no “mercado cultural” de formação da nacionalidade, Rio de Janeiro e São Paulo são identificados como principais “praças” deste setor no país, sendo Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul vistos como polos regionais expressivos pela sua produção. Neste panorama, localiza-se o esforço dos intelectuais paranaenses na demarcação de signos definidores de uma identidade local, o que fizeram ao atualizar os signos construídos na virada do século, adequando elementos como a origem indígena e a natureza como definidores do tipo local e ao que compreendiam como Modernismo.

O movimento serviu à produção de memória e identidade regionais, inseridas no processo que se iniciou após a emancipação do Paraná em 1853, afirmado pela geração apresentada nesta pesquisa. Essa geração passou a ser questionada de forma mais explícita após 1930, durante crise da oligarquia ervateira à qual estava associada. A crítica se tornou mais ampla ainda com a chamada “Geração de 1945” e, sobretudo, com a *Revista Joaquim* e o grupo de Dalton Trevisan. Mas como afirma Geraldo Camargo, aquelas construções feitas nos anos 1920 perduram até os dias de hoje:

São resultado do ambiente formado desde as últimas décadas do século XIX para a edificação de uma identidade no Paraná. Foi definido oficialmente em termos estético-ideológicos por Romário Martins em 1927 e tem uma curta, mas ativa presença institucional até o encerramento da circulação da revista *Ilustração Paranaense*, em 1931. Seus efeitos, porém, foram a tal ponto naturalizados no imaginário paranaense que podem ser notados ainda hoje em muitas formulações oficiais ou individuais. (CAMARGO, 2007, p. 14)

Como sublinhado na análise da formação da Academia de Letras do Paraná (ALP), o grupo dominante na cultura local tinha suas referências e seu capital simbólico associado aos movimentos Parnasiano e Simbolista. Com os questionamentos feitos pelo Modernismo, buscaram atualizar os padrões artísticos, de forma a manter uma continuidade com os valores estéticos do início do século – valorizavam a natureza como elemento formador do “tipo local” e o indígena como “representação máxima” do nacional. Para além do viés estético, tomaram parte nos debates políticos, nas leituras sobre identidade e formação do Paraná, propondo a discussão de projetos para o estado, exaltando a industrialização, a urbanização e a imigração. Com esta proposta, foi fundado o *Centro Paranista*, em 1927, encabeçado por Romário Martins. Essa associação propunha discussões sobre projetos estaduais e, para tanto, pretendia reunir diferentes associações em um espaço de conformação de ideias. Como explicou Romário Martins, em entrevista ao *Diário da Tarde*:

RM: A ideia é criar um espírito e um sentimento paranista, isto é, devotados ao Paraná, propícios aos desenvolvimentos de Estado em todos os rumos do seu progresso e civilização. (...) O Centro Paranista é uma associação que tem por fins o estudo das questões relativas ao Paraná – do cenário, dos atores e do drama dos quais depende a evolução histórica desta unidade federativa (...) Todos os núcleos de estudo e realizações com esse desideratum, poderão funcionar na sede do Centro Paranista. O Centro como já foi dito, adita o vocábulo Paranista com o Alto significado de “amigo do Paraná”. Paranista é e poderá ser tanto o cidadão nascido em nosso meio como noutra qualquer mas a ele ligado por afeições e interesses honestos e que concorra para o bom nome e para o progresso do Estado do Paraná.

Cada núcleo associativo de especialização dos estudos e realizações do programa geral do “Centro Paranista” poderá filiar-se a ele tendo na sede geral uma existência autônoma, porém ligada a um órgão superior de uniformidade idealizadora. São considerados fundadores do “Centro Paranista”, o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e a Sociedade de Agricultura do Paraná. Haverá um “Conselho Superior Paranista” com posto de cidadãos que hajam prestado à ordem e ao progresso da Estado do Paraná

(DIÁRIO DA TARDE, 12/11/1927, p.1 e 6)

Como apresentado na fala de seu idealizador, a instituição serviria para construir uma “uniformidade” para as ações de instituições já existentes, em uma proposta “civilizadora” e “evolucionista”, que passariam necessariamente pela construção de um passado. Entre as instituições que aderiram ao Centro Paranista estava o IHGPR, espaço que tinha Martins como principal articulador e com autoridade para validar as construções propostas para o regionalismo. Esta posição era reforçada pelo apoio de industriais e comerciantes.

Mas para além da leitura do passado, havia a proposta de construir um projeto futuro para o Paraná. Observa-se isso na *Mensagem do Centro Paranista*, documento no qual Martins expressou as intenções

e concepções iniciais do grupo – o documento era uma carta dirigida ao então governador Affonso de Camargo:

Associação de amigos do Paraná, o “Centro Paranista” tem por objectivos o estudo, o estímulo, a realização de tudo quanto concernir ao conhecimento, ao progresso, á civilização do Estado. Dentro dessa ordem de idéas e nessa orientação, consequentemente se desdobram, para todos os horizontes de nossas actividades theoricas e práticas, finalidades altas e magnificas que constituem o ideal “paranista”, filho legitimo da brasilidade e integrador de todos os nossos ethnos sociaes no espirito novo e liberal dos nossos desígnios. (CENTRO PARANISTA, 1927, p. 1)

O discurso previa a participação intelectual nas conduções governamentais, por meio de uma organização de entidades que somassem forças com autoridades, para influir em debates públicos. A carta endereçada ao governador é um indício desta posição. A forma de validar esse objetivo está na apresentação de um grupo de estudos e de promoção do estado, da mesma forma que durante o Contestado, quando o IHGPR cumpria esta função de validar os argumentos dos advogados e políticos locais. Os indícios levam a crer que este é o papel que buscava ocupar a nova instituição, porém, em uma estrutura mais maleável que o Instituto, que estava preso às regras do seu congênere nacional.

Em oposição às estruturas ritualísticas das academias, a proposição do grupo liderado por Romário Martins tinha interesse em promover uma atualização estética, ao mesmo tempo em que a preservação das bases discursivas da geração de 1890, que faziam parte do seu repertório e nas quais investira. Como parte desta iniciativa, encontra-se uma memória representada artisticamente, sob uma estética renovada por artistas como o escultor João Turin<sup>201</sup>, o desenhista Lange

---

<sup>201</sup> João Zanin Turin (1878-1949) Nascido em Morretes e Filho de Imigrantes Italianos, segundo Geraldo Camargo “A família muda-se para Curitiba e aos doze anos Turin começa a trabalhar como aprendiz de sapateiro, e aos treze como entalhador na movelaria de Henrique Henke” (Camargo, 2007, p.151), Turin estudou na Escola de Artes e Industrias em Curitiba, na época dirigida por

de Morretes<sup>202</sup> e o pintor Zaco Paraná<sup>203</sup>. Estes trouxeram uma renovação às artes locais, retornando ao Brasil como “modernos” conhecedores das “modas estrangeiras”, tendo sido financiados por Romário Martins. Seu apoio se dava com a divulgação e a inclusão em redes de contato, mas era também financeiro, com a encomenda de obras para instituições públicas, como o Museu Paranaense e mesmo em mobilizações do Centro Paranista.

A compreensão de Modernismo desse grupo envolvia uma continuidade com as “tradições” anteriores, o que aproximava suas visões às dos “modernistas cariocas”, mais do que com o movimento realizado em São Paulo, que propunha uma ruptura estética na representação do Brasil. As relações estabelecidas no período aproximaram o Paranismo do Verde-Amarelismo de Plínio Salgado, relação que será tratada mais adiante.

### 5.2.1 A denominação paranista

A denominação *Paranismo* era parte do processo de diferenciação e institucionalização das ideias do grupo. Alegar o novo por meio de um neologismo foi a estratégia utilizada por Martins para delimitar a construção de projeto que apoiava para a identidade local. Mas apesar de o termo se popularizar em 1927, essa nomenclatura tem uma trajetória própria. Nesta pesquisa, encontrei o termo pela primeira vez em texto sem assinatura, que circulou em março de 1906, no jornal *A República*:

---

Mariano de Lima. Em 1905 foi estudar artes na Real Academia de Belas Artes em Bruxelas, viveu na Bélgica e na França, retornando ao Brasil em 1922.

<sup>202</sup> Frederico Lange de Morretes (1892-1954), era filho de alemães e estudou pintura ainda criança com Alfredo Andersen (pintor mais reconhecido no período), após este período foi para a Alemanha estudando artes gráficas em Leipzig e mais tarde pintura na Escola Superior de Belas Artes de Munich, retornando ao Brasil em 1920.

<sup>203</sup> Jan Zak (1884-1961) era polonês se naturalizou brasileiro em uma trajetória próxima a de seu amigo João Turin, estudou na Escola de Artes e Industrias em Curitiba, foi selecionado para estudar na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro em 1901 e dois anos depois recebeu bolsa do governo do estado do Paraná em para estudar artes na Real Academia de Belas Artes em Bruxelas, passa uma temporada na França e outra nos Estados Unidos da América retornando ao Brasil em 1922.

Paranista é o nome que nos dão, no norte do Estado, as populações de paulistas e mineiros que, como se sabe, por ali se estão disseminando. A pessoa que nos trouxe essa novidade, conta também que uma nova povoação acaba de surgir naquelas regiões promissoras... (A REPUBLICA, 09/03/1906, p. 1)

O conceito diferenciava os nascidos nos centros urbanos e políticos do estado, sobretudo Curitiba, e os migrantes e imigrantes que estariam construindo um novo ciclo na fronteira agrícola, no norte do estado. Porém, nesta notícia, a expressão é apresentada pelo estranhamento que causa. Seis meses depois, Domingos Nascimento publicou, no mesmo periódico, um artigo no qual defendia a definição:

Aceito o paranismo, por ser claro e expressivo, sonório e brilhante; além de tudo, por ser novo.

Há no cordão destas 4 syllabas, enfileiradas, uma perspectiva symbolica de agua e terra, de cascatas descendo e de montanhas subindo; e toda a palavra se estendendo tem a semelhança de plainos sem fim, olhando do alto. Demais, PARANISMO encerra, pela sonância aos meus ouvidos, as três grandes virtudes da arte: a cor, o som, o perfume. (...) PARANISMO é ainda uma palavra ideal para representar esta raça que surge triunphante, impetuosa e forte mixto de caboclo, africano e europeu. O que houver de meias sombras fugitivas será o traço africano que tende a desaparecer: ficará como um retoque a sépia em tria flamenga. Mas as cores que hão de dominar em futuro próximo serão a primeira e a última.

Ora, disse-me, embora por um esforço de phantasia, não é verdade que a gênese da raça europeia devera ter sido feita de um pedaço de argila muito branca e pura, num ideal de beleza peregrina; e disse-me ainda que a americana não deverá ter sido feita de uma molecula verde de cobre arrancada ao centro igneo se refundindo até que as geleiras do obscurantismo e o sol da civilização se entrecrocaram, num ideal de energias e aventuras de resistências e conquistas entre a natureza e o

homem (...) Para a vida de relação, o PARANISMO representa, não esse jacobinismo feroz e atrophante que tanto macula as virtudes de um nativismo bem compreendido, mas a expressão synthetica de um verdadeiro culto pela autonomia regional, attinente ao modo de encarar o civismo e o aproveitamento de todas as suas forças vitais de progresso (...) Como expressão nova tenha ao menos um cunho de incentivo: o da valorização das nossas virtudes cívicas (...) realmente é este um neologismo feliz e accentuadamente característico. Pois bem, fazei do paranismo o que o americano pretende fazer, entre as nações, do monroismo: uma cooperativa de esforços em que seja por todos e todos sejam por um, - e o Paraná vibrará então pelos clarins da fraternidade e do progresso – triumphalmente.

D. Nascimento (A REPÚBLICA, 07/09/1906, p. 1)

Nascimento partia do tema para teorizar a construção racial do paranaense, apontando uma tríade formada por caboclos, africanos e europeus, assumindo a leitura de que o indígena passou pelo processo de miscigenação e adaptação, dando origem a um novo “tipo”. Demarcava também o processo que teria se seguido, com outra etapa de formação da população, que acabaria por absorver as características africanas. Sua definição atribuiu, igualmente, um sentido político que se diferenciava do “jacobinismo”, defendendo o regionalismo em prol da “autonomia” – em uma última associação, isso o aproximava do monroismo.

Ao lado do texto de Nascimento, uma coluna escrita por Romário Martins, intitulada *Influencia dos paranistas na independência do Brazil*, iniciava com a afirmativa: “Em todos os tempos históricos de nossa pátria, a porção territorial hoje constituída pelo Estado do Paraná representou um saliente papel político.” (A REPÚBLICA, 07/09/1906, p. 1). Nessa afirmativa, Martins recorria aos pontos basilares de seus trabalhos desde a *História do Paraná* (1900), como fazer figurar o estado no “panteão” da independência nacional. Além disso, atribuir a existência de uma anterioridade do sentimento de pertencimento, que existiria antes da

emancipação do Paraná.<sup>204</sup> Para tanto, utilizou o neologismo de Domingos Nascimento, seu colega de redação.

Romário Martins foi o escritor que mais se apropriou do termo e o utilizou em seus textos, como em *Excursão Mineralógica*, publicado em 8 de setembro de 1906. Tinha como mote a descrição de sua visita, juntamente com o geólogo Francisco de Paula Oliveira<sup>205</sup>, a Votuverava, que descreveu como o ideal de expansão urbana, onde se construiria uma grande “Metrópole Paranista” entre Curitiba e o litoral. Mas o neologismo não agradou a todos, como pode-se ver na nota do jornal *A Notícia*, de 12 de setembro de 1906, assinado por “João Ninguém”:

Paranaenses?!

Pois, meus senhores, é a primeira vez que vejo Domingos Nascimento pilheriar pela imprensa. Sim meus senhores:

- o Domingos, de quem sou sincero admirador, pois que é digno disso o talentoso e operoso poeta, cientista, político e militar, desta vez pilheirou comnosco

Pois então aquella história de paranista, e as razões com que elle justifica o neologismo (?) não são uma pilheria?! (...)

D’ahi, quem sabe? – o Domingos descobriu tantas coisas nos paranistas, que a gente quase chega por sua vez a encontrar em tudo isso um gosto de doce de côco.

Sabido é que gostos não se discutem, e sendo assim: vale!

(A NOTÍCIA, 1209/1906, p. 1)

---

<sup>204</sup> Essa movimentação teria sido arquitetada por um grupo de “nacionalistas” onde circulavam as “ideias liberais e por vezes o próprio radicalismo indígena” resultado em “grave sedição dos milicianos, que, sob as ordens do grande patriota paranaense Floriano Bento Vianna, proclamaram Governo separado de S. Paulo e, segundo uma opinião de nota, a própria República. Isto em 15 de julho de 1821, por ocasião de se fazerem jurar as bases da nova Constituição Portuguesa.” (A República, 7 de setembro de 1906, p.1). Com esta versão Martins demarcava em uma ação a separação de São Paulo e da contestação do poder lusitano.

<sup>205</sup> Geólogo membro do Serviço Mineralógico do Brasil, a visita tratou da coleta de pedras da região do Votuvera para serem expostas no Museu Paranaense.

A ironia dirigiu a questão para a assinatura do texto e, mesmo que o incógnito crítico considerasse o *paranismo* uma “pilha”, dizia que o neologismo tinha validade como “gosto” de Nascimento. Nessa atitude, deixava evidente que o valor que atribuía ao termo estava relacionado ao seu defensor e não à justificativa que este lhe dava. Porém, outros veículos de imprensa passaram a empregar o termo, como o jornal *A Notícia* que, em janeiro de 1909, veiculou crônicas sobre sujeitos das ruas de Curitiba, em uma série intitulada *Os Nossos Typos Populares*. Assinadas com o pseudônimo *Vero Paranista*, eram apresentadas com o intuito de promover estudo semelhante àquele do folclorista Mello Moraes Filho e dos paranaenses Júlio Peneta, Romário Martins e Nestor de Castro. Segundo o colunista do jornal:

A maior parte d'esses typos tem sido estudado, quer na imprensa do Rio, por abalissadas pennas, quer em obras publicadas por ilustres escriptores, entre os quaes se destaca o dr. Mello Moraes Filho, um dos mais dedicados obsrevadores e propagadores das lendas e costumes brasuleiros. Feito este exhordio, para mostrar simplesmente que, desde meus verdes annos, tenho sido apreciador dos typos tradicionaes, de que estou me ocupando n'este meu tosco escripto, vou em seguida tratar dos referentes à minha terra natal – Curityba – onde de novo, vivo actualmente após tão longa ausencia, e à qual adoro e venero, com todas as veras almas. (A NOTÍCIA, 03/01/1907, p. 1)

Descrevia tipos como o Bate Colher<sup>206</sup>, o Cravinho Negro<sup>207</sup>, o Três Corcovas<sup>208</sup> e o Benedito Advogado<sup>209</sup>. Na edição do dia seguinte, trouxe mais algumas descrições que, aos seus olhos, compunham a antiga Curitiba, como o Coronel<sup>210</sup> e o Velho Fidêncio<sup>211</sup>. As descrições passavam ao largo dos ideais paranistas de Domingos Nascimento; ao contrário, recorriam aos estereótipos de negros e mulatos como elementos representativos do cotidiano urbano da cidade (dos citados, apenas o Velho Fidêncio não era identificado como negro ou mulato). Após este uso, não encontrei citações até o ano de 1927.

Romário Martins alegava que parara de usar o termo pela suspeição de que servia a uma radicalização do regionalismo. O jornalista e escritor explicou essa condição em 1927, em entrevista concedida ao *Diário da Tarde*, quando foi perguntado sobre o paranismo como forma de “nativismo”:

*D.T: Um Nativista bem compreendido.*

RM: Nada de nativismo. O vocábulo “paranense” é que é nativista “Paranista” tanto pode ser natural do Paraná como de outro Estado, como o próprio estrangeiro que possuam o espírito e o sentimento de que falei. Dessa maneira um “paranaense” poderá não ser um “paranista” e um “paranista” poderá ser qualquer valor humano integrado na nossa sociedade e contribuinte eficiente do nosso desenvolvimento moral, intelectual ou material.

---

<sup>206</sup> “Mularo escovado cujo apelido provinha da sua habilidade em tocar das colheres, batidas uma na outra, uma espécie de música, cm que acompanhava os dançadores dos fandangos”. (A Notícia, 3 de janeiro de 1907).

<sup>207</sup> Canguieiro, fervoroso adorador do deus baccho, figura obrigada nas congadas (...). (A Notícia, 3 de janeiro de 1907).

<sup>208</sup> Preto que fora soldado e de maus bofes. (A Notícia, 3 de janeiro de 1907).

<sup>209</sup> Um verdadeiro devoto de N. Senhora do descanso, sua ocupação era a de intermediário perante deus Cupido para os sedentos de amores passageiros, foi para a guerra do Paraguay e lá morreu. (A Notícia, 3 de janeiro de 1907).

<sup>210</sup> Pandengo, recitador de decimas, que, segundo dizia, eram de sua lavra, algumas de um humor notável, outras um tanto livres. (A Notícia, 4 de janeiro de 1907).

<sup>211</sup> Com sua mãozinha torta, agarrando os bilhetes de loterias que andava vendendo e sempre com o cigarro ao canto da boca, um bonacção muito estimado e cuja morte foi muitíssimo sentida. (A Notícia, 4 de janeiro de 1907).

*DT: é realmente bem achada a solução n`uma sociedade como a nossa, composta por elementos advindos de toda a parte*

RM: perfeitamente. O colega compreendo prontamente o alcance da ideia. É um congraçamento de atividades, sejam de que origem forem, vizadoras do engrandecimento do nosso Estado. Eu não criei o termo, dei-lhe extensão. Como sabe, os paulistas que desbravaram a região Norte do Paraná e nela plantaram os cafezais ali tão disseminados hoje, nos chamavam “paranistas” em vez de “paranaenses”. Desde então simpatizei com o vocábulo e passei a aplica-lo, na imprensa, como sucedâneo de “paranaense”. Aconteceu, porem que um amigo, natural de outro estado mas afora essa circunstância tão paranaense como nós, o sr. Dr. Benjamin Pessoa, vio na inovação qualquer coisa parecida com nativismo ou jacobinismo regionalista. Como não era essa a intensão com que eu empregava o qualificativo, retirei-o da circulação. Agora, porém, que intento leva a efeito um centro incentivador de iniciativas de utilidade para o Estado, denominei-o “Centro Paranista” e me parece que com acerto, porque o que tenho em vista é dar eficiência as associações organizadas com fito na elevação da nossa cultura e na defesa dos nossos interesses gerais. Como isso não interessa somente aos que nasceram no Paraná, mas a quantos formam a nossa sociedade, parece-me que paranista e não paranaense melhor cabe aos designios da associação idealizada. (DIÁRIO DA TARDE, 12/11/1927, p. 1 e 6)

Assim, após a criação do Centro Paranista, houve a recuperação e a positivação do termo, que passou a circular em homenagens e representações sobre a identidade local. O que a entrevista informa é que, neste movimento, interessava a articulação de diferentes atores em torno de um projeto de estado, com interesse na “modernização” da sua representação, em consonância com a conservação de valores caros à geração de 1890. Tratava-se da perpetuação dos signos da narrativa da formação local – resultante da conformação da natureza e da

miscigenação entre os variados grupos indígenas, ao qual se somaram ibéricos, negros e, mais tarde, a nova leva de imigrantes europeus. Essa versão foi então acrescida da visão elogiosa de urbanização, industrialização e formação de um “tipo-local” diverso do dominante em território nacional.

Após a criação do Centro Paranista e de sua revista, a *Ilustração Paranaense*, o termo se tornou corrente em discursos políticos, homenagens e mesmo na publicidade de empresas. Não restrito aos debates intelectuais, acabou fazendo parte do linguajar cotidiano no estado naquele período.

### 5.2.2 A *Ilustração Paranaense*:

O movimento Paranista teve como principal veículo para a divulgação e a formação de seus símbolos e discursos a revista *Ilustração Paranaense: Mensário Paranista de arte e Actualidades*, que circulou entre 1927 e 1930. Seus conteúdos eram diversos, como lendas indígenas, colunas sociais, concursos de beleza, notícias esportivas, crônicas políticas, crítica de arte e literatura. Variedade que servia para aproximação de diferentes públicos leitores.

A linha central da revista era a divulgação do Paraná, apresentado sob um discurso de modernização, baseado na industrialização e na urbanização. Tinha entre seus principais anunciantes revendedores de automóveis, máquinas de escrever, filmadoras, materiais elétricos, indústrias moveleiras, além das ervateiras. Pode-se perceber anúncios mais pontuais e espaçados de casas comerciais dedicadas a vestimentas, alimentação e mesmo atividades de profissionais liberais. Em um impresso que visava vender, a publicidade não era neutra; as divulgadas em *Ilustração Paranaense* eram elaboradas para estar em consonância com o discurso modernizador da revista.

O contraponto para o discurso do “novo” era feito pelos signos eleitos ainda no século XIX, com a geração de 1890: tratava-se da natureza local, sob a perspectiva de uma influência mesológica sobre os habitantes locais, e dos grupos indígenas como tipo originários, que forneceriam ao estado (e ao país) uma diferenciação em relação aos outros povos do mundo. Mas diferente de uma conservação estática dos signos, a revista propunha sua disseminação, por meio de uma atualização estética de imagens do pinhão, da araucária, de formas e padrões

utilizados pelos indígenas, que eram incentivadas a serem transformadas em elementos decorativos, vestimentas, acessórios domésticos e móveis. A dimensão desse projeto de disseminação de emblemas locais foi privilegiada pelo formato de *Ilustração Paranaense*, que tinha nas imagens seu grande diferencial, trazendo um grande número de fotografias de paisagens, cotidiano das cidades e eventos da elite política e econômica. O responsável por esta premissa era o seu diretor, João Baptista Groff (1897-1970), fotógrafo e cineasta de uma geração mais nova de jornalistas que passava a ocupar redações da capital.

Entender Groff é importante para se pensar as diretrizes e opções da *Ilustração*. Daniela Vieira, em sua dissertação<sup>212</sup> sobre a formação do olhar deste intelectual, defende que este se balizou pelas suas experiências como neto de imigrantes, filho de funcionário da empresa ferroviária e morador de bairros menos centrais de Curitiba<sup>213</sup> – vivências que teriam despertado o interesse por temas como a modernização e a pluralidade da crescente urbanização. Segundo depoimento de sua filha, cedido a Vieira, o topógrafo e agrimensor Guadagnim, também ligado à empresa férrea, era padrinho de Groff e deu a ele sua primeira máquina fotográfica, ensinando-lhe as técnicas de enquadramento e revelação, sendo sua principal referência para o ofício. Entre 1923 e 1925, Groff trabalhou como redator esportivo no jornal *O Dia*<sup>214</sup>, e utilizando seus conhecimentos fotográficos para integrar comissões e expedições ao interior do estado. Em 1924, encontra-se nas páginas do mesmo jornal a publicidade do empreendimento “Photo Groff”, com o texto: “Façam propaganda de nossa maravilhosa terra para que todos conheçam as belezas que possuímos. 400 vistas diferentes: Cascatas do Iguassu e Guayra, Estrada de Ferro do Paraná, Vila Velha, Curityba, Etc. Etc.” (*O DIA*, 22/11/1924). Groff se especializou neste tipo divulgação do estado, e seu estúdio produzia postais e álbuns sobre o Paraná, os quais eram vendidos e ofertados aos visitantes ilustres e autoridades locais. Em 1925, ampliou sua área de atuação, passando a fazer uma série de vídeo-reportagens, exibidas nos cinemas da capital, sob o título *Actualidades Paranaenses*. Os temas dos vídeos eram os mesmos das fotos, mostravam

---

<sup>212</sup> Vieira, Daniela Marques. João Batista groff, um olhar fotográfico no paraná das primeiras décadas do século XX (1998). Dissertação. UFPR.

<sup>213</sup> Posição geográfica que não esta apensa relacionada a questão de renda, mas segundo Vieira a localização do emprego de seu pai, a periferia estava menos relacionada a desigualdade social e mais a características rurais.

<sup>214</sup> O Combinado. O dia 10 de julho de 1923. P.8

locais como as Cataratas do Iguaçu e as Quedas de Guaíra, obras como a estrada de ferro, pontes e mesmo a cidade de Curitiba. Reproduzia um discurso de progresso e ufanismo, destacando as qualidades e potencialidades do estado. Os filmes serviam para contemplação da modernidade, e a projeção de imagens do estado e do cotidiano local, como as do carnaval de 1926, expressavam a inclusão do Paraná neste processo. Para divulgar seu ofício e se inserir no cenário nacional, enviava suas produções para revistas de outros estados e países. Tal estratégia foi celebrada pelo jornal *O Dia*, na reportagem *A propaganda de nossa terra* (O DIA, 02/02/1926), na qual se comentava que a técnica fotográfica ganhava espaço como ferramenta de promoção dos feitos locais e que merecia ainda mais atenção. A atividade econômica de Groff se adaptava aos interesses de divulgação<sup>215</sup> dos intelectuais ligados aos espaços de produção da memória e que buscavam dar maior visibilidade do estado, sobretudo aqueles próximos à Romário Martins e ligados às movimentações do Paranismo.

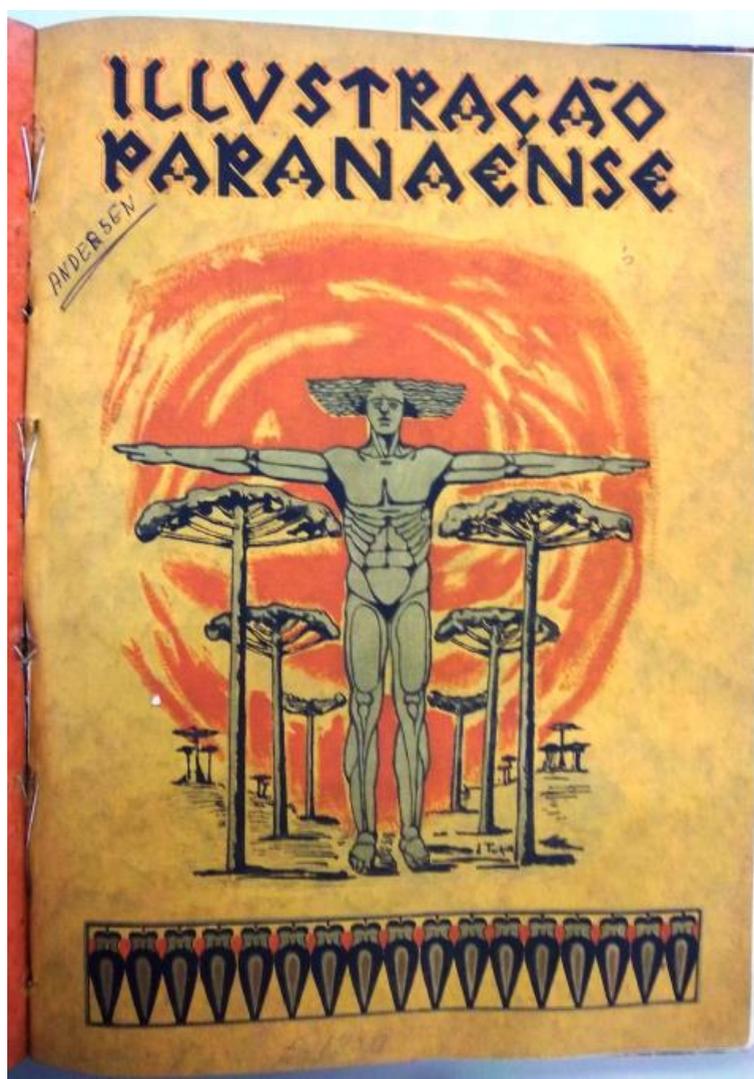
#### 5.2.2.1 - A arte e um projeto de estado

A primeira edição de *Ilustração Paranaense* circulou em novembro de 1927, apresentando em sua capa um desenho de João Turin (figura 15). É uma representação do “tipo local”, definida pelo artista como “homem-pinheiro”, com os braços abertos que se sobrepõem a um campo de araucárias, sobre um rodapé de pinhões.

---

<sup>215</sup> O fotografo continuava a atuar como jornalista, estando a frente do caderno de comercio do jornal *Diario da Tarde*, dirigido por Caio Machado.

Figura 15: Capa Ilustração Paranaense



Fonte: site João Turin Vida e Obra  
Disponível em <[http://joaoturin.com.br/turin\\_arq\\_paranismo/](http://joaoturin.com.br/turin_arq_paranismo/)>.  
Último acesso em: 18/10/2017.

As imagens presentes na capa da publicação são releituras de signos presentes nos movimentos artísticos do Paraná desde o século XIX, dos quais Martins se colocava como representante. Mas a proposta era de atualização e disseminação destes signos. Neste projeto, tiveram centralidade João Turin e Lange de Morretes, que promovem estudos para a construção de um padrão artístico para o Paranismo.

Geraldo Camargo aponta que Turin voltou da Europa em 1922, vindo dos seus estudos realizados na Real Academia de Belas Artes, na Bélgica. Trazia referências da *art déco*<sup>216</sup>, que descreveu como:

A arte decorativa que se possa chamar de arte brasileira não existe até agora no Brasil, tanto assim, que do norte ao sul, todos os artistas se reúnem sentindo a imperiosa necessidade de um esforço para combater as criações estrangeiras. (...) Todos os moldes ou modelos vêm prontos da Europa, é só aplicá-los. Os nossos arquitetos e os nossos artistas nunca deram-se a pena de olharem para esta deslumbrante flora, a mais rica do mundo, onde existem elementos preciosos e suficientes para uma decoração genuinamente nossa e moderna, entretanto até agora ela viveu esquecida e desprezada, na sua exuberante beleza, para dar lugar a ornamentos estrangeiros, que chegam deturpados dos modelos primitivos. (...) não se compreende que um artista possa viver escravo das criações de outros povos e não aproveite a flora dessa terra fecunda, rica e bela. De todos os estados do Brasil, o único é o Paraná que possui um início de arte decorativa indígena e para provar ali estão: o Salão Paranaense do Clube Curitibano, por ordem do senhor Ulysses Vieira e a fachada da casa do Dr. Leinig, os únicos que tiveram a audácia de aceitar a minha proposta de decorar com estilização, inspirando-me no gigantesco pinheiro. Apesar de essas decorações não serem mais que um

---

<sup>216</sup> Tal movimento artístico trazia alguns dos ideais que se afirmaram entre as décadas de 1910 e 1930 e teve como marco de sua existência a realização da *L'Exposition des Arts Décoratifs* realizada em Paris em 1925, esse evento voltava-se para a arte decorativa e industrial.

esboço do que desejo executar, já está ali lançada a base de um estilo paranaense, que tem por base o arbusto gigantesco que simboliza esse solo maravilhoso onde nascemos (TURIN apud CAMARGO, 2007, p. 162)

Essa proposta de renovação artística orientou os interesses do artista na sua divulgação e popularização, assim como no dos Paranistas ligados a Romário Martins, que buscavam uma forma de disseminar os ideais do grupo. Dessa forma, os esforços foram no intuito de construir uma identidade visual para o estado ou, ao menos, para o movimento. O princípio da arte decorativa era a formação de padrões ornamentais, em sua aproximação com movimento regionalista. Os estudos dos artistas se voltaram então para a formatação de signos locais, definidos como o pinheiro, a pinha, o pinhão e o mate, que eram mesclados com traços associados a uma “tradição das pinturas indígenas”, formando os padrões que ocupavam as páginas das revistas, em ornamentos laterais, cabeçalhos e rodapés.

Mas as perspectivas, tanto do movimento artístico como do regionalista, era de que esses signos não ficassem apenas nas páginas da revista. Almejavam a exaltação da cultura local e, para tanto, o investimento era para que os símbolos se tornassem de uso cotidiano das pessoas, em uma função pedagógica de afirmação do padrão estético. A forma de promover este discurso ocorreu pela divulgação de modelos, que iam desde colunas e decorações de fachadas, mosaicos para calçadas, móveis e até vestimentas. Essa estilização encontrava receptividade, por se apresentar em meio aos discursos da produção industrial e da construção de uma arquitetura com traços locais. Assim, encontrava apoiadores entre os patrocinadores do periódico, como fábricas de tecidos e móveis. A valorização ocorria por meio de temáticas “científicas” ou “culturais” e não “publicitárias”.

Nas primeiras edições do mensário paranista, foram utilizados debates sobre os indígenas, em um cruzamento entre história e etnografia, para apresentá-los como elemento de diferenciação dos traços artísticos locais. Os textos mesclavam estes debates com a publicidade de peças e coleções. Na questão dos tecidos como motivos indígenas, a parte introdutória do texto se deteve na análise de estudos dos desenhos indígenas. A iniciativa era atribuída à pesquisa feita por Frederico Hartt em 1870, na qual discorria sobre seus estudos no Museu Nacional.

Utilizou esse recurso para afirmar a autenticidade e a originalidade dos ornamentos desenhados pelos indígenas brasileiros, os quais, naquele momento passavam a ser de interesse de artistas e decoradores. Essa apresentação era seguida outra, desta vez, iniciativa da empresa União Fabril, do Rio Grande do Sul, que passou a compor tapetes e tecidos com padrões indígenas. O recurso discursivo utilizado pela revista remontava à valorização da arte decorativa como uma marca distintiva nacional; justificava, com os estudos do Museu Nacional, a decoração como traço distintivo entre os povos e defendia a originalidade nas formas construídas pelos indígenas. Assim, uma forma de “culto” e de valorização da brasilidade, como a que se colocava no debate nacional, deveria abranger essa dimensão estética. Isso foi reafirmado em março de 1928, em texto dedicado aos debates sobre utensílios fabricados pelos indígenas, que termina em uma propaganda de porcelanas:

Disse pois com verdade Flexa Ribeiro, professor da escola nacional de belas Artes do Rio de Janeiro, que “o período de mais forte sensibilidade artística do Brasil existiu antes dele ser descoberto” ...” do ponto de vista estético quer se aceite o padrão das similitudes espontâneas, quer se prefira que a emigração asiática tudo explique, - o dato impressionante que o selvagem brasileiro havia chegado, já antes da vinda dos portugueses, a um alto grau de cultura artística, tendo instintivamente descoberto muitas das leis fundamentais da composição decorativa” (o sentimento decorativo dos índios brasileiros)

O último pesquisador de beleza no copioso material já recolhido pelos museus brasileiros acerca do desenho ornamental indígena foi o professor Augusto Herborth da escola de artes e ofício de Strasbourg. Este homem de cultura artística, professor de uma das escolas de artífices mais notáveis da Europa, perdeu seu cargo com a ocupação francesa que se seguiu à guerra e veio então para o Brasil (...) foi incumbido de montar uma nova fábrica de idênticos artigos, a fábrica de porcelana brasileira de Santa Luzia a funcionar em 1925. (ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE, 1928, n. 3, p. 25)

Novamente, se alternam dados de pesquisas etnográficas e publicidade da produção de artefatos, com moldes de “estética indígena”, vistas como o mais elementar padrão nacional.

Figura 16: motivos indígenas I

**ILUSTRACÃO PARANAENSE**

**FEMO VINDO GERA**  
adaptado nos padrões da Avenida Lutz Xavier em Curitiba

---

**Os lindos motivos do desenho indígena**



**JOVANI CACHIER DA TRIBO DOS KÁNGANS**  
Sertão de Iguaçu, Paraná

...OI o professor Charles F. Brainerd, de Ithaca, quem em 1870 por primeiro estudou o desenho dos nativos índios e descreveu e determinou a origem e a lei da evolução da sua crença e bella serie de formas abstratas de ornamentação e descreveu varios symbolos de idéas definidas nas esculturas de antigos povos orientais.

Por alguns tempo esses estudos preocuparam outros investigadores e o Museu Nacional do Rio de Janeiro, até que o assumpto ficou quasi inteiramente esquecido.

Modernamente, pelo "O Jornal", o professor Herberth, da Faculdade de Strasbourg, publicou longa serie de referencias e esboços da propriedade do desenho indígena para toda ordem de decoração e conseguiu despertar certo interesse para o assumpto.

Assim foi que a fabrica de tecidos "União Fabril" do Rio Grande do Sul, abriu um concurso de composições de tapetes decorados com motivos geometricos inspirados na ornamentação indígena brasileira, tis profeta

na ceramica marajana, existente no Museu do Rio de Janeiro.

A seguir o Museu Nacional adotou uma composição do seu conservador da Seção de Archeologia Chacota, o professor Childe, para o distinctivo d'esse Instituto. Nessa composição, o desenho marajana figura convenientemente e expressivamente approvado.

Logo se viu que o novo sello de conferencia do Museu com a decoração semelhante, replicada, também, pelo professor Childe.

A nossa Praga Triplante, feita em reconhecimento, por determinação do illustre prefeito sr. dr. Moreira Cavero, usou em seus passaloes e a sua parte central, decorada com desenhos guarany e capixá, sendo a escolha dos motivos obra de ornamentação, confiada ao Director do Museu Paranaense, sr. Renato Martins.

A primeira vez, porém, que o desenho dos nativos índios teve uma applicação consagrada, foi quando a Prefeitura Municipal de Curitiba o adoptou nos passaloes a *petit-partie* da Avenida Lutz Xavier.

---

**RECORCACAO EXPERIENCIA**  
que pôde ser aproveitada em tapetes, bordados, etc.

Fonte: Revista Ilustração Paranaense, 11/1927.

Figura 17: motivos indígenas II



Fonte: Revista Ilustração Paranaense, 3/1928.

Como se pode ver, os textos não eram apenas propaganda, mas parte da narrativa da revista, que possuía páginas dedicadas a este fim. Os valores regionalistas eram disseminados junto com os produtos. Havia o intuito de transformar a identidade local em uma estética vendável, ampliar seu alcance e servir aos financiadores do Centro Paranaense, em sua maioria, associações de comerciantes e industriais.

Os paranistas também faziam pressão para a adoção dos signos nos espaços públicos, como aparece no final do texto sobre motivos indígenas, acima citado. Eles assinalavam ser necessário que estas estampas tivessem mais destaque em “aplicações consagradoras”. Citaram o *petit-pavé* do centro de Curitiba, na Avenida Luiz Xavier e comemoraram o fato de o Museu Paranaense, na figura de seu diretor Romário Martins, ter escolhido aqueles motivos para ornamentar seu Salão de Conferências (ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE, nº1, 11/1927, p. 37). Esses signos foram utilizados em outras calçadas, praças e decoração de repartições públicas, o que demonstra o alcance do movimento e, logo, a utilização política deste discurso. Outra aposta da

arte decorativa era na arquitetura das fachadas das casas e comércios. A proposição do movimento era que esta fosse uma alternativa ao neocolonial na arquitetura, para tanto, investiam em motivos regionalistas.

Para sua legitimação e reconhecimento, o regionalismo paranaense dialogava não apenas com o nacionalismo brasileiro, mas também com questões políticas que considerava importantes para sua afirmação. Um caso exemplar foi a relação que se buscou com o nocivo governo de Mussolini na Itália. Na edição de janeiro de 1928, foi apresentada ao público a *coluna paranista*, projetada por João Turin, inspirada nas colunas gregas e romanas.

Figura 18: coluna Paranista



Fonte: Ilustração Paranaense, 1/1928, p. 11.

Figura 19: Fachada de uma casa projetada por Turin



Fonte: site João Turin Vida e Obra

Disponível em <[http://joaoturin.com.br/turin\\_arq\\_paranismo/](http://joaoturin.com.br/turin_arq_paranismo/)>.

Último acesso em 28/11/2017

A coluna foi apresentada como representação da “grandiosidade” da cultura local, associando a ideia de que as grandes civilizações produziram este tipo de construção. Promovia-se uma fusão entre signos que elegiam como representantes da cultura local e aqueles que consideravam de civilizações grandiosas, como os da cultura clássica de Grécia e Roma. Essa obra recebeu a atenção de Amedeo Mammaella, cônsul italiano no Paraná, que estabeleceu uma relação entre o modelo da *coluna littoria* e o da *coluna paranista*<sup>217</sup>:

---

<sup>217</sup> O texto tem o seu original em italiano e foi traduzido por Pamphilo D’Assumpção, as informações constam na própria revista.

Hoje sucedem dois factos novos e de desenvolvimento quase que contemporâneos em dois paizes afastados pelo espaço embora espiritualmente vinculados pela comum alma latina. Em Bolzano, a velha bolgiano romântica, Marcello Piacentini crea o monumento aos que tombaram, em robusto Templo quadrado sustentado por columnas representando o Fascio Littotio, em Curitiba João Turin concebe um novo typo de coluna, inspirando-se na majestade e na beleza do característico pinheiro dos horizontes paranaenses. (ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE, n. 1929, p.13)

O elogio do representante fascista teve boa receptividade por parte dos membros daquele grupo, tendo sido encarado como um reconhecimento internacional, pela inclusão no discurso de renovação da humanidade e mesmo pela simpatia com o regime liderado por Mussolini. O ditador italiano teve seu retrato publicado na edição seguinte, de fevereiro de 1929, com uma de suas falas sobre a proteção e a importância do papado em Roma. Havia páginas dedicadas ao acordo entre o governo fascista e a igreja romana, na qual figuravam fotos do próprio cônsul Mammaella, que também assinou o texto explicativo das imagens: “O fascismo, que não é somente defesa da civilização Moderna contra as degenerações pseudo democráticas, e sim rebento de novíssima Civilização, soube encontrar nas forças milenarais da igreja Romana a limpha animadora e o perfume da mais forte fé” (ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE, ano 3, nº3, 1929, p. 37).

Essa admiração pela Itália ficou mais evidente na edição de março de 1930, quando a revista dedicou 24 páginas àquele país. O texto comentava os debates sobre imigração que ocorriam no seio da própria comunidade de migrantes ou imigrantes, detendo-se à desconfiança dos imigrantes italianos com as mudanças políticas e econômicas ocorridas em sua terra natal. O texto foi apresentado em tom didático, apontando as mudanças da Itália e justificando-as pelo apoio popular e pela aceleração econômica que teria resultado do fascismo. Também era afirmado: “eu penso que todo italiano que se vanglorie desse nome deveria ter orgulho de haver um compatriota como Mussolini.” (ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE, ano 4, n.3, 1930, p. 22). Na sequência, havia elogios à família real italiana, dados sobre a importância da imigração para o Brasil

e cartas do cônsul italiano e do governador do Paraná, Affonso Camargo, falando sobre a estreita relação entre os países<sup>218</sup>.

A Itália fascista era entendida como um país em nível próximo de desenvolvimento; para os escritores da *Ilustração Paranaense*, se mostrava como um projeto de sucesso. A Itália servia como modelo para o Paraná e como “fiadora” da imigração. Era vista com bons olhos a forma como o regime de Mussolini pensava sua relação com o passado romano, possibilitando delinear traços parecidos para o estado brasileiro – por isso, o investimento na memória dos indígenas.

#### 5.2.2.2 - Os textos de Abertura: lendas

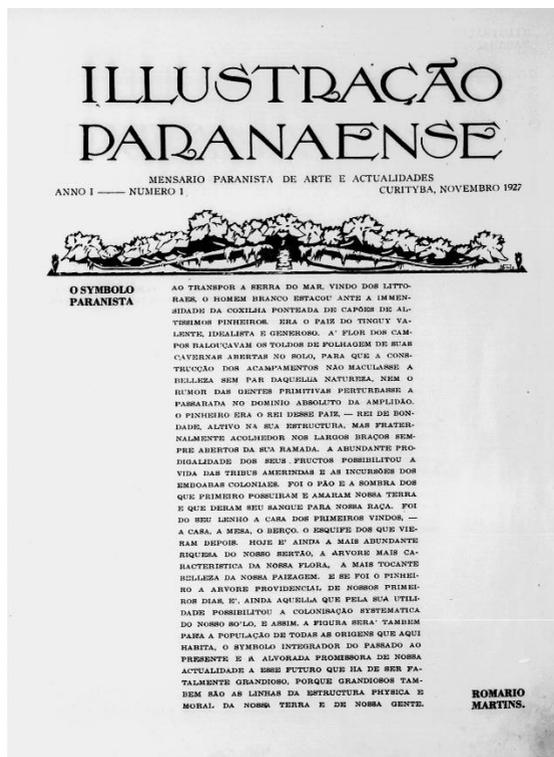
Na segunda metade da década de 1920, Romário Martins contribuía com a revista *Ilustração Paranaense* como diretor do Museu Paranaense, redator do jornal *A República* e membro da administração do Partido Republicano Paranaense (PRP). Sua participação no mensário objetivava a afirmação do Movimento Paranista, dando visibilidade para o projeto de estado que buscava industrialização e urbanização, sem grandes rompimentos com as memórias e as práticas da sociedade constituída no período ervateiro. Dessa forma, a revista servia para atrair mais associações interessadas em integrar o Centro Paranista.

Os textos de Martins abriam as edições e ganhavam ainda mais visibilidade por serem formatados como figuras, de modo que as palavras que compunham o texto davam forma a desenhos como pinhas, pinhões e troncos. Ou seja, a forma em que era apresentado o conteúdo também tinha destaque. O recurso de imagem não se restringia às fotografias e detalhes arquitetônicos, mas estava no próprio texto. Essa valorização tipográfica poderia ser resultante da influência da obra de Stéphane Mallarmé, por exemplo, na dos participantes da revista que haviam estudado na Europa. Além disto, contribuía para a estilização da página o título da revista, em letras grandes e, por vezes, algumas molduras estilizadas com temas indígenas e do Movimento Paranista.

---

<sup>218</sup> Outros textos publicados na sequencia deste eram dedicados a apresentação de cidades como Roma, Napole e Veneza, sobre as influências do renascimento e das navegações na sociedade ocidental, encerrando com uma foto da Miss Itália 1929.

Figura 20: Texto de Romário Martins na abertura de *Ilustração Paranaense*



Fonte: *Ilustração Paranaense*, 11/1927, p.1

Estes textos apresentavam lendas indígenas, majoritariamente destinadas a construir um imaginário sobre o processo de ocupação do Paraná. Por meio de contos, Martins delimitava os limites geográficos do estado, sua população e as “características psicológicas” que teriam formado os paranaenses. Havia narrativas de encontros entre indígenas de diferentes grupos e destes com os europeus, enfatizando uma construção cordial entre os diferentes grupos étnicos, valorizando o temperamento receptivo apresentado como resultado evolutivo da miscigenação.

A opção de Martins pelas lendas não era explicitada ou debatida em seus textos, mas parte da sua compreensão sobre o significado deste tipo de narrativa esteve presente no escrito de exaltação do saci pererê:

Todos os povos primitivos crearam os seus mythos e com eles povoaram os seus campos, as florestas, as aguas, o ar e o próprio céu. A Grécia foi o paiz clássico dessas visões maravilhosas, e a sua psychica colectiva enchei “a selva de faunos e de satyros, os campos de centauros e as aguas de sereias, de divades e de nynphas, o ar de sylphos e o céu de desuses”. No Brasil selvagem, até o terceiro século o sertão, os rios, os caminhos, a natureza toda, eram povoados gênios em guarda vigiante a toda ordem de fenômenos, de contingencia, de sentimentos e de destinos. Uns creavam as fatalidades outros defenderam a natureza, pompeante ainda nas suas galas virgens. Entre a lindeza da terra ornada de magnificências e doada de abastança, cantante nas aguas translucidas dos paranás imensuráveis, alterosas nos seus planaltos de esmeraldas, nos massiços das suas serranias da cor do ceo na selva profunda dominada por tribos de múltiplas procedências e por flora de espécies incontáveis, nasceram os seus gênios titulares(...) E os Pinheiros foram tombando e foram caindo as Imbuias, e foi se extinguindo a selva, e foi surgindo deserto... e foi morrendo a Bellesa... (ILUSTRAÇÃO PARANAENSE, 1928, n. 4, p. 2)

Percebem-se na descrição duas narrativas sobre as lendas. Por um lado, a associação à Antiguidade grega, de outro, um primitivismo, o qual vai se extinguindo com a derrubada da floresta. Eram vinculadas a um mundo em processo de desencantamento, o que se pode relacionar à expansão das cidades e da produção industrial, que transformaram o mundo rural e bucólico ao qual estava associada grande parte da produção literária de sua geração. As lendas foram uma forma possível ao autor para estabelecer versões romantizadas do passado, as quais tinham flexibilidade e autoridade diferente de textos históricos. O estatuto ao qual atendem as lendas repousa sob um espectro de anterioridade, uma

memória transcendente, da qual não cabe cobrar uma comprovação, mas ao mesmo tempo não é descartada como mentira e se vale do seu valor moral e pedagógico. Além disso, o formato de rápida apreciação convergia com a proposta da revista e contribuía para a afirmação de personagens, narrativas e símbolos. O conteúdo dos textos tem similaridade com discursos presentes em outras iniciativas, como as revistas *Paraná* (1907) e *Paraná Moderno* (1910), que divulgavam o estado e se imbuíam da missão de apresentá-lo aos seus moradores. Nestas publicações, predominava uma proposta de identidade que valorizava a natureza, convertida em símbolo local, ao mesmo tempo em que somava à modernização e à imigração como fatores de transformação da sociedade paranaense.

Isso estava em consonância com as teorias defendidas por Jayme Reis, amplamente divulgadas nos debates do IHGPR. Segundo esse autor, a população local teria se formado em cinco processos de assimilação<sup>219</sup>, num “desenvolvimento” que teria se iniciado com as disputas entre os indígenas e encerrado com a integração dos imigrantes que chegavam ao estado no século XX. A “evolução” do “tipo local” seria resultado da miscigenação, que auxiliaria na adaptação às condições naturais da região, sendo assim predominante uma ação da natureza. O meio ambiente, por ser um agente central do processo, era elaborado como “grandioso” e propício para um “engrandecimento” do estado.

A primazia da natureza como representação do estado esteve presente na primeira edição de *Ilustração Paranaense*, no texto de abertura intitulado *Symbolo Paranista*. O título escolhido por Martins fazia referência à araucária, planta representativa do Paranismo e que também era um dos símbolos oficiais do estado. Sua escolha foi explicada com uma narrativa que iniciava com a chegada do “homem branco” no litoral brasileiro e a transposição da Serra do Mar, movimentação que teria resultado no encontro com grupos indígenas que viviam nos campos da atual região metropolitana de Curitiba. O local era chamado de “Paiz

---

<sup>219</sup> Essa teoria foi apresentada no capítulo anterior nela o autor defendia que a formação da população local passaria por um processo de assimilação e de seleção natural, essa evolução teria no Paraná cinco fases marcadas pelo conflito e pela união: a primeira entre as tribos locais, a segunda entre indígenas e portugueses, terceira entre indígenas, portugueses, espanhóis e africanos, quarta entre mestiços, indígenas e europeus, e a última entre estes mestiços e os imigrantes do século XX. (Boletim do IHGPR, 1918, p.171)

do Tinguý, valente, idealista e generoso”. As descrições pautam uma genealogia para a população local, resultante do “encontro de índios e brancos” e da simbiose de suas características psicológicas. O novo “tipo” teria a seu favor a natureza, apresentada como vasta, abundante e que teria como “rei” o pinheiro, que serviu a ambos os grupos populacionais como “pão, sombra e lenha”, condições básicas de sobrevivência:

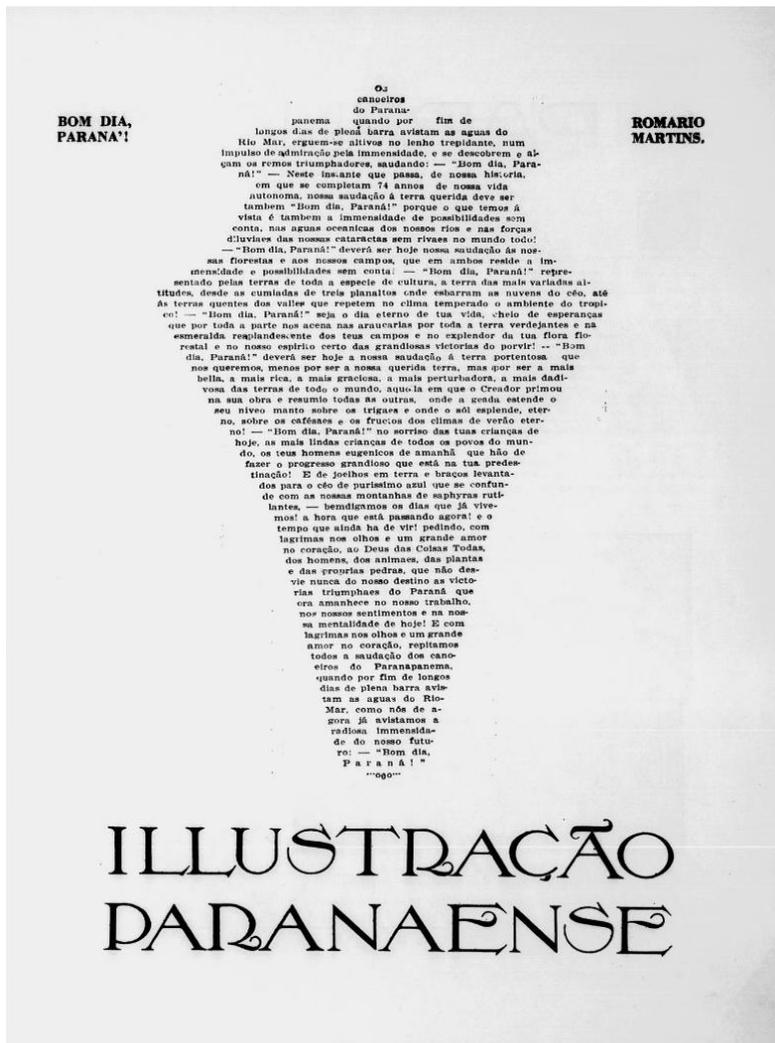
Se foi o pinheiro a arvore providencial de nossos primeiros dias, e, ainda aquela que pela sua utilidade possibilitou a colonização systematica do nosso solo, e assim, a figura será também para a população de todas as origens que aqui habita, o symbolo integrador do passado ao presente e a alvorada promissora de nossa actualidade a esse futuro que há de ser fatalmente grandioso, porque grandiosos também são as linhas da estrutura physica e moral da nossa terra e da nossa gente (ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE, 1927, p.1).

Com essa concepção, Martins reafirmava o pertencimento ao estado como uma relação com o solo, diferente de um pertencimento étnico, predominante em seus escritos anteriores. Rompia com a perspectiva de uma origem genealógica defendida na virada do século, quando se buscava a formação de uma elite local, em diferenciação aos grupos paulistas. Por isso, afirmava como “essencial” a adaptação à natureza e um sentimento de pertencimento ao estado. *Paranista*, não era apenas o nascido no estado, mas aqueles “ligados por afeições e interesses honestos e que concorra para o bom nome e para o progresso do estado do Paraná” (DIÁRIO DA TARDE, 12/11/1927, p. 6).

Mas não significa dizer que a opção por uma construção dos limites territoriais por signos da natureza silenciava os movimentos de diferenciação, o que pode ser visto no segundo número da revista, em *Bom Dia, Paraná!* As palavras de Martins foram editadas na forma de pinhão e falavam sobre um ritual dos pescadores que chegaram ao rio Paranapanema. Esta divisa natural entre Paraná e São Paulo, na lenda de Martins, era um lugar místico, e quando os canoieiros chegavam naquele entroncamento, faziam uma reverência, dizendo “bom dia, Paraná!”. Para o autor, por respeito e homenagem, esta deveria ser a saudação feita pelos

moradores do estado naquele momento para a comemoração dos 74 anos de criação da província.

Figura 21: Bom Dia Paraná, Romário Martins



Fonte: Ilustração Paranaense, 12/1927, p.2

O artigo *Bom dia, Paraná!* acentuou a demarcação das divisas ao norte, enquanto a região oeste foi descrita como posse paranaense desde o período pré-colonial. Na década de 1920, o oeste do estado tinha se transformado em uma fronteira agrícola, e passava a ocupar importante papel nos projetos do governo estadual, que adotava medidas como a expansão de ferrovias e a emancipação de municípios. Essa prosperidade do oeste como terra da promessa foi enunciada por Martins no mito do *Paiquerê*:

Todos os índios do sertão de Guarapuava informavam do mesmo modo: os campos do Paequere eram os mais belos, amplos e férteis do occidente, fartamente irrigados por límpidos e aligeros ribeiros que corriam sobre brancos seixos rolados para os grandes vales do Ivahy e do Iguassú. A luz do sol e da lua sob o fulgor das estrelas ou sob a cúpula do firmamento de azul pleno e tranquilo, a gramma eternamente verde do Paequere infinito era o pasto, o leito e o ninho de uma fauna de incontáveis espécies magnificas e deslumbrante de belleza. (ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE, 1928, n. 7, p. 2)

Ao mesmo tempo em que a descrição acentuava o Oeste como uma espécie de *El Dourado*, servindo de publicidade para a sua ocupação e ações governamentais, também era uma forma de demarcar os limites territoriais, a partir da nomeação dos rios, utilizados para a construção de cartas geográficas. Outro elemento que transpassa o texto é o detalhamento das plantas e dos pássaros, já que uma das principais ações do Museu Paranaense era o acervo dedicado a tais catalogações.

Como se percebe até aqui, o indígena é o agente principal das narrativas e se torna referência como antecessor de todos os grupos que habitavam o território do estado. Isto, em consonância com o debate nacional sobre um grupo étnico que conferia uma “unidade” ao país. É preciso lembrar igualmente que, nas memórias e histórias construídas por Martins, os grupos indígenas do Paraná eram utilizados para demonstrar a resistência de uma população local aos “invasores”.

Martins não aprofundou os debates sobre a denominação desses grupos, geralmente descrevendo-os por sua localização geográfica, como os carijós no litoral, os guaranis no Oeste e os tinguís na região do planalto

de Curitiba. Além da utilização do indígena como personagem, um importante recurso narrativo de Martins era a apropriação de palavras indígenas, como o título *Paiquere*, visto acima, e *Marumby*, em referência à serra com o mesmo nome:

Chamou-lhe Marumby o índio carijó de Beira Mar estatelado e indagativo ante aquella aparição abrupta na impotência e na ansiedade de lhe dominar a cumiada onde as nuvens tallavam – “Marumbi”? – “por onde?” em face do gigante impávido, o primitivo habitante das terras que haviam de ser o Paraná fez uma interrogação que hoje paira, também, no nosso espirito, ante as conquistas que estão no nosso destino de povo possuidor da mais linda e promettedora terra do Brasil. Havemos de conquistar com a eugenia representada pelas nossas origens ethnicas, provindas de 20 povos de todas as partes do mundo. Havemos de vencer a dispersão e a confusão das energias da norra hora actual, que pererecam estonteadas ante as possibilidades sem conta que se nos ofertam lubricas e belas por toda a parte..., mas chegou a nossa vez de, olhando pra as alturas dos nossos ideaes e dos nossos desejos perguntar como o índio: - “POR ONDE?” (ILUSTRAÇÃO PARANAENSE, 1928, n. 1, p.2)

Partindo da tradução, produziu uma alegoria com a qual relacionava passado e futuro. Mais uma vez, a nomenclatura indígena era utilizada como vestígio das ações daquela população. Era como se esta estivesse no passado, e o que teria permanecido eram as palavras e a natureza, com a qual deveria a população local se confrontar. É preciso discutir a complexa leitura feita sobre essa sociedade, pois a miscigenação descrita transpõe o mito das três raças e também a teoria da assimilação de Jayme Reis. Para Martins, o tipo local era uma composição de vinte povos que, na teoria da eugenia, se adaptaram e, pela mestiçagem, se tornaram um só. Essa construção de seguidos ciclos de assimilação está presente em outras lendas apresentadas por Martins. Uma das mais explícitas é sobre a fundação de Curitiba, versão presente em seus escritos

do início do século XX, reescritos na abertura do terceiro número da *Ilustração*, de 1928, sob o título *Cury tim!*:

O primeiro Arakeho, o dominador da chapada destes campos imensuráveis que ilhavam como um oceano, lindos capoes de araucárias voltou-se para o aventureiro branco e lhe falou assim – “toma tu irmão, posse plena destas terras que ambicionas e falas florescerem com a tua cultura como agora os caingans a habitaram os abapanys e os tinguhys e antes deles só o teu tupa sabe quem as possuiu, tribos pelejaram por ellas, pella sua beleza pela sua abundancia, pela sua posição a beira do planalto, os primeiros brancos que aqui vieram, aqui ficaram, para sempre e dormem e dormirão eternamente no seu seio, outros porem dominaram, por fim o litoral ahi ergueram seus tapuhys e vão e vem nas suas pirogas não nos mettem medo a vizinhança, nos os afundaríamos nas aguas, si o quezessem pois somos quantos forem precisos para isso, mas a terra é imensa e nela cabemos todos os que ja estão e os que hão de vir. Fica irmão nos te deixamos o que ambicionas, nós é que partimos para outras plagas que outros mais tarde desejarão porque ainda são mais belas, e quando outros sobre outros as quiserem, acamparemos nos vales dos grandes rios do Oeste, nas regiões da floresta misteriosa, mais belas ainda! O nosso destino é como o teu, todos nós viemos d’outras terras, ou nós ou nossos antepassados, fica tu agora, onde estamos já que assim o queres, ergues aqui tua civilização e os que ainda hão de vir ergam as suas!! (ILUSTRAÇÃO PARANAENSE, 1928, n. 3, p.2)

A moral construída pela narrativa defende uma suposta naturalidade e cordialidade implicada nos processos de ocupação do território do estado. Essa relação é destacada na ação do grupo indígena que “abre mão” de seus domínios para os europeus que se estabeleciam – o que foi atribuído pelo autor a uma cordialidade conciliatória, que contrasta com o espírito de resistência aos “invasores” em outros contextos. Essa diferença teria ocorrido por uma mudança na índole dos

indígenas ou por entenderem que o grupo que chegava ao campo onde foi instalada Curitiba não praticava uma invasão. A versão pacifista da ocupação do território encontrava como justificativa a abundância de terras e as boas condições para a sobrevivência, que existiriam no restante do Paraná.

Mas se havia uma positivação do estado, Martins também fazia a crítica ao estágio de desenvolvimento do paranaense. Um dos momentos dessa indagação aparece em artigo publicado na edição de junho de 1928. As palavras foram escritas após uma expedição do grupo da revista ao pico do Marumbi, na Serra do Mar. *O que se vê do alto* tem como narrador uma formiga, que relata fatos do seu ponto de vista:

Um litoral humoso, convidando as valiosas culturas tropicais, entregue a uma actualidade mirrada e triste. Roceiros comidos de malária, na luta arquejante e ingrata de plantar e replantar canaviais que impedidos de trafico que os transformem em valores. Vio no planalto dos Campos Geraes desertos de gado, ondeando o silencio da vida parada a espera do futuro. (...) Mas vio, também, quanta cousa grandiosa e bella se poderá fazer de tanta e de tão múltipla riqueza da terra opima do Paraná, quando o homem que a habita tiver a capacidade trabalhadora, a previsão e a diligencia...da formiga (ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE, 1928, n. 6, p. 3)

O texto aponta menos para o passado e mais para a projeção de um futuro, o qual passaria pela “evolução” da sociedade, manifesta nos debates sobre a imagem de “regeneração do caboclo”, discussão que teve grande divulgação na obra de Monteiro Lobato e que encontrou apoio em manifestos paranaenses, como o produzido por Martins na década de 1930, em prol das escolas rurais como forma de melhoramento da vida no campo.

Os textos aliados à produção imagética davam forma à determinada leitura sobre o estado. A construção de uma memória local e de um plano para o Paraná e a ação dos intelectuais do periódico estava em conformidade com a mentalidade da ala do Partido Republicano Paranaense (PRP) liderada por Affonso Camargo, considerada “modernizadora”. Por exemplo, esboçava-se apoio ideológico para os

planos da imigração europeia, para os projetos de urbanização e incentivo à indústria; isto em oposição à agropecuária, à vida rural e ao “tipo caboclo”. Além de justificativa para as ações políticas, o Paranismo reafirmava uma identidade local mantendo os traços construídos pela geração de 1890, atualizando-a conforme sua posição periférica e heteronômica, o que convergia para maior dependência e influência dos interesses políticos.

### 5.2.2.3 -Projeto: Influencias e diretrizes

Os debates disseminados pelo Modernismo traziam forte apelo nacionalista, e era interesse dos grupos locais se incluírem nestas discussões. No caso da *Ilustração Paranaense*, havia uma declarada associação ao movimento liderado por Plínio Salgado, o que aparece no segundo número da revista, em dezembro de 1927. Cardillo Filho, o autor do artigo, explicava o significado da anta, fazendo uma defesa sobre o papel daquele animal para os indígenas e, mais uma vez, dos indígenas como formadores de uma “unidade étnica” para o país:

Os senhores primitivos de nossa terra – os Tupys – porque se alimentavam da anta e ella era o animal mais forte, se diziam descendentes dela, era o seu totem racial; o animal sagrado cujo carreiro ninguém violava, e o caminho do índio nas suas corridas de conquistas e afirmação, ele próprio denominou (...) O índio, pela lei biológica já registrada e demonstrada por Spencer e que Carpentier e Madison Grant, entre outros, provam na protera e na história. hibernou nos caldeamentos e cruzas para, insensivelmente, através de décadas e perturbações, vir a predominar, não na ilusão cosmopolita e vermelha das cidades, mas no desencanto verde-cinza das caatingas, nesses brasileiros afundados entre plantações, brejos, mattas e estrelas, no coração da immeensa realidade nacional; predominou no subconsciente dessas massas profundas de nossa população. Dando nos a unidade ethnica, a unidade physionomica, a unidade espiritual. (...) Por assim creio, creio firmemente no Brasil maior de amanhã;

Brasil sonho dos que existiram, tarefa dos que existem e realidade dos que existirão. (...) Dos arraiaes de São Paulo e daqui o grito da raça, recaldado e esquecido irrompeu pelas vozes de Plínio Salgado, Cassiano Ricardo, Raul Bopp, Menotti del Pichia, Marcelio de Queiros, Nelson Branco, Tavares de Lyra Filho, Roberto Fonseca, e Stelio Belchior, ao aceno do grande evangelizador Alarico Silveira, e, nos, que apenas sentíamos sem saber porque, começamos a ver claro: de par com as idéas maiores dos grandes conquistadores e o lastro religioso do invasor, a subjacência daquelas largas histórias que as índias velhas contavam aos filhos do senhor irisando-lhes a fantasia, a permanência do “complexus psicologicus” da raça tupy nesses trinta milhões de brasileiros, criadores vivedores da nossa imensa, profunda e imprensada subconsciência racial. (...) é em torno da raça, que a Anta – seu “totem” – symbolisa, erguem-se as construções de pensamento e arte, desta geração que é, a Grande Geração, Rio de Janeiro - Cardillo Filho. (ILUSTRAÇÃO PARANAENSE, 1927, n. 2, p. 43-4)

O texto apresenta pontos comuns entre o pensamento presente no *Manifesto da Anta* e os sustentados pelo Movimento Paranista. O verde-amarelismo dialogava com a perspectiva de um modernismo continuísta, o que era importante ao grupo do Paraná, pela importância que o Simbolismo, como movimento anterior, tinha para memória local. Além disso, associar-se à desconstrução de signos “tradicionais” era romper com as afirmações de símbolos aos quais Martins dedicou grande parte de sua trajetória intelectual. Outro signo comum ao repertório de ambos os movimentos era a centralidade racial no indígena e na formação de um “tipo ideal”, com a interferência da natureza, símbolos de uma autenticidade brasileira, com base na teoria de Spencer.

O cerne das argumentações destes escritores estava em uma proposta de “renovação da cultura nacional”, tema constante na revista. Isto ocorreu, por exemplo, no artigo *O futurismo*, de Odilo Negrão, em que analisou as ações do movimento ao qual pertenceu, sob o pseudônimo Ibera Poytan:

Nós andávamos aqui num período hematizante de renovações. Necessitávamos de respirar um ar mais vivo, mais tropical. A monotonia acadêmica e o pieguismo romântico tinham lavrado [*ilegível*] peçonhentos em nossas almas. No palco irriqueito dos nossos cérebros dansavam as vitórias extraordinárias do expressionismo, cubismo e futurismo, inexpressivas, em esboço neblinobulosamente. Tínhamos uma vaga compreensão das artimanhas catheticas do Marinetti, (...) Assobrou e ao mesmo tempo revoltou o meio artístico, indigna os passadistas saltaram pinotes de ódio, gritaram, esguelaram-se. Pouco a pouco, depois, foram desaparecendo... ninguém mais queria ser velho! Houve uma phobia de mocidade na taba dos obsoletos... O futurismo, a primeira vista pareceu-nos ser um acervo de insânias desconcentradas. Porém penetrando a sua *payche* artística notamos, desde logo, que o seu substratum era complicado, sério, profundamente abalisado e culto. Econtranso essa dificuldade de penetração, anteparadora dos nossos entusiasmos de moços libertários, fizemos do futurismo um motivo jocoso de caricaturas bastante exóticas e burlescas!... (...). Este período alucinante não viveu muito tempo. Quando Graça Aranha solapou as formulas acadêmicas no Petit Trianon, a intelectualidade futurista paranaense, tomou um novo rumo, nova orientalidade. O boré da raça na chamava ao abrigo. A arte brasileira precisava surgir, fortalecer-se. Esquecemos-nos das maluquices inspiradas nesses italianos e franceses estupendos, que deram um bole(?) monocordismo artístico do universo e seguimos os caminhos da Anta!...

Passaram-se anos... anos... anos...

O futurismo morreu no Paraná, passando os seus corifeus a figurar com menos desvairismos, ao lado dos modernistas brasileiros do Rio, de S. Paulo, Rio Grande e Minas Gerais. Ibera Poytan (ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE, 1928, p. 38)

Uma leitura crítica sobre uma perspectiva descomprometida, que os membros de *Ilustração Paranaense* faziam sobre as influências do movimento criado por Marinetti no Paraná, era utilizada para afirmarem o crescimento do movimento “verde-amarelista”, julgando que ambos se propunham romper com as estruturas dogmáticas dos “velhos”, e que encontraria respaldo nos “novos”. Mas, para Negrão, o Movimento Futurista, apesar de ter cumprido um papel renovador, precisou desaparecer para atender às demandas por uma expressividade nacionalista. Por fim, fazia coro às argumentações de Cardillo Filho e à posição da revista em seguir o caminho da “anta”.

A imagem do tapir rendeu chacotas e confusões, que levaram a revista a publicar, em maio de 1928, uma entrevista com Plínio Salgado, na qual o intelectual explicou as ideias do Movimento da Anta:

Não que precisássemos de um symbolo é cousa intelectualizada demais, queríamos uma senha. Pensaram muitos que pretendíamos um novo indianismo, o que seria uma atitude meramente literária. Outros julgaram que a Anta era uma expressão de jacobinismo. Acreditaram, ainda outros, que procurávamos concretizar no tapyr o aspecto mais relevante da nossa physionomia histórica, ou do alvorecer da consciência da Nacionalidade.

O doutor Almeida Magalhães propoz nos, para substituir a Anta, o “caracu”, dizendo que o Brasil começou a existir, social e economicamente, quando iniciou a indústria pastoril. É que o distinto esciptor não haveria apprehendido o sentido exacto da nossa revolução. Não queríamos definir o Brasil, mas simplesmente liberta-lo de todos os preconceitos.

Osvald de Andrade, em rodapé do “jornal do Commercio”, também não entendeu a Anta e apenas brincou com ela. Muitos outros escriptores falaram do totem tupy, mas ou propositadamente, ou em boa fé, desentenderam. Agora vem Tasso da Silveira, nas columnas de “Festa” e ataca o tapyr. (...) Que é Anta? Nada. É nada e é tudo, porque é a morte de todos os preconceitos. Totem de uma raça que desapareceu, que significa racialmente?

Que não deve aqui predominar nenhuma corrente imigratória, pois nem o próprio índio predominou. Senha de uma acção nova, que significa nos domínios do chamado pensamento brasileiro? Que não temos ainda um pensamento, uma doutrina, que não nos podemos manifestar sinão por meio de uma acção destruidora de deuses estrangeiros, de modo a esperarmos que um dia possa o Brasil ter uma voz dele mesmo. (...) A anta não systematiza – Age. (ILUSTRAÇÃO PARANAENSE, 1928, n. 5, p. 15-6)

Percebem-se os recortes feitos pela *Ilustração* na entrevista de Salgado, direcionando-os à resistência aos estrangeiros e à definição da nacionalidade. Além de disseminar sua ideologia, a fala do entrevistado na imprensa local visava responder às acusações de uma postura conservadora feitas ao movimento pelo paranaense Tasso da Silveira que, mesmo morando no Rio de Janeiro, possuía aceitação no Paraná. A entrevista ocupou duas páginas da *Ilustração*, trazendo uma ilustração de João Turin mostrando indígenas voltando de uma caçada, acompanhados de uma anta<sup>220</sup>.

---

<sup>220</sup> Esta mesma imagem seria utilizada em 1940 como capa do livro *Paiquere: Mitos e Lendas; Visões e Aspectos*, publicado pela editora Guaíra. O livro trazia algumas das lendas apresentadas nas páginas de *Ilustração Paranaense*, relidas somadas a outras inéditas, ainda nesta publicação fazia a avaliação das condições do Paraná defendendo a necessidade de escolas rurais para a “recuperação do caboclo”.



página trazia o retrato de Camargo, desenhado pelo artista Antônio Nisio, emoldurado com uma decoração “paranista”.

Figura 23: Retrato de Affonso Camargo por A. Nisio



Fonte: Ilustração Paranaense, 1/1928, p.5.

Em outra página, havia uma biografia que o descrevia como “um grande estadista”. O texto, de Generoso Borges, enfatizava a importância da atuação de Camargo na articulação do PRP após a morte de seu principal líder, Vicente Machado, e sua participação na resolução do conflito de terras com Santa Catarina. O governador em exercício foi figura frequente nas páginas da revista, fotografado discursando em inaugurações de obras, eventos cívicos, festas da elite local e em colunas dedicadas à apresentação de sua família.<sup>222</sup>

<sup>222</sup> Como da Estrada de Ferro Curitiba-Guarapuava na edição de julho de 1928, em seu aniversário em setembro do mesmo ano, na edição de novembro quando do noivado de sua filha Flora Camargo com Bento Muhoz da Rocha filho de Caetano Munhoz da Rocha que era ex-governador e outra liderança política do PRP. Affonso Camargo era figura recorrente, em 1929 aparecer em edições como

As ações da *Ilustração* tinham importância na promoção do governador em um momento que, como explicado no início do capítulo, a oposição interna ao PRP se fortalecia. As disputas tinham como mote a crise da erva-mate. Por esse motivo, o governo pensava em alternativas, como a atração de indústrias de fora do estado e mesmo do país, o que não era bem recebido pelos empresários, que viam na iniciativa um aumento da concorrência. As disputas sobre tema se tornaram ainda mais polêmicas com a divisão de cargos da administração pública, pois o projeto de “modernização” proposto por Affonso Camargo compreendia trazer “especialistas” para auxiliar no processo. Os debates sobre o Paranismo e a formação da nova estrutura de governo vinham ocorrendo em paralelo, estando presentes em capas anteriores. Havia um estranhamento com o termo e o movimento liderado por Romário Martins, sentimento que se repetiu quando foram anunciados os nomes do governo Affonso Camargo. Em janeiro de 1928, o jornal fez um levantamento dos nomes que haviam sido cotados para ocupar os cargos de comando do estado; no artigo, foram comparados os cotados – nomes novos e em grande medida nascidos em outros estados – com os que tradicionalmente estavam no poder<sup>223</sup>.

A oposição tinha também os seus espaços na imprensa, e em *O Dia*, avaliava o mandato de Camargo com fortes críticas à escolha de não paranaenses para cargos administrativos – os quais denominava de “adventícios”. Neste debate, o periódico utilizou-se da imagem do Paranismo, como se percebe na coluna *Coisas de Café*:

O Java está cheio de gente. Com dificuldade encontro lugar na mesa em que se encontram o Perey Whithers, o Conego Alcidino, o Baeta de Faria, o Aluizio França... conversam sobre coisas políticas, sobre assumptos do Congresso, sobre o paranismo do Romário. Quem fala mais é o cônego, é paranaense, não quer ser paranista. O Romário teve uma ideia infeliz creando esse tal paranismo. Para ele paranista é o paranaense – e os

---

a de janeiro com um balanço positivo do seu primeiro ano de governo e em Março na visita a exposição municipal de Rio Negro.

<sup>223</sup> Entre os nomes cotados nas primeiras especulações estavam José candidato da Silva Muricy, Lindolpho Pessoa, Francisco Beltrão e entre que foram cogitados posteriormente estavam Eurico Ribeiro e Santos Lima. (O dia, 28 de janeiro de 1928, p.1)

que, não sendo paranaenses, se interessam pelas coisas de nossa terra. Baseados nisso, invadiram nossa terra os cavadores de empregos. E o Affonso, apreciador do paranismo, tratou de colocar toda essa gente até para o comando dos bombeiros vae também um paranista. É a época dos paranistas. (O DIA, 08/04/1928, p. 1)

O discurso de *O Dia* tecia críticas ao Paranismo, pois os editores consideravam uma forma da administração pública produzir um discurso que servia para romper a resistência que existia entre os habitantes locais em receber pessoas de fora do estado. A valorização dos migrantes era colocada em paralelo à valorização regional da memória e dos signos locais.

A década de 1920 foi marcada pelos primeiros indícios de uma crise da economia ervateira. Isso significava uma crise das estruturas sustentadas por ela, como a divisão de poderes dentro da administração pública. Havia a imagem de que o estado estava deslocado da economia e da política nacionais, isto em muito por possuir um produto periférico no mercado brasileiro, acarretando maior dificuldade de conversão dessa posição econômica para a política, pois os interesses do grupo paranaense eram diversos dos de outros estados, aliados na produção cafeeira. Assim sendo, as proposições “modernizadoras” de Affonso Camargo passavam pela admissão de “especialistas” de outros estados, o que revelava sua compreensão do estado como periferia e reduzia os espaços de ação e reprodução dos intelectuais locais, que construíram seus repertórios para atuar como vozes autorizadas sobre a cultura local. Como citado na reportagem de *O Dia*, Martins se manteve na administração pública como Diretor de Agricultura, se colocando à frente de projetos como o do plantio do trigo, a implementação da fruticultura no litoral, além de auxiliar nos debates sobre a imigração e a formação colônias no interior do estado<sup>224</sup>.

---

<sup>224</sup> A manutenção de Martins estava relacionada mais as suas articulações políticas do que ao seu conhecimento técnico sobre a agricultura, por ocupar espaços como a redação de A República e a direção do Museu Paranaense e desde 1927 a presidência do Movimento Paranista, passou a deter um grande poder principalmente em ações públicas. Exemplar foi a campanha do trigo que teve divulgação em A República divulgando a distribuição de sementes dados sobre o

Esse alinhamento da revista ao PRP se tornou aparente nas eleições de 1930. A legenda hegemônica no estado decidiu apoiar a candidatura de Júlio Prestes, então governador de São Paulo. Após tal tomada de posição, começaram organizar os grupos de apoio. *A República* noticiou a fundação da “Bandeira Paranaense pró-Júlio Prestes”. Esta tinha como presidente de honra Affonso Camargo, Pamphilo D’Assumpção como presidente efetivo e Romário Martins na comissão de propaganda. O grupo de apoio contava ainda com nomes como Dario Vellozo, Caio Machado e Seraphim França.

A *Ilustração Paranaense* serviu também de lugar para a campanha do candidato paulista, com ampla cobertura dos comícios e das reuniões da “Bandeira Paranaense pró-Júlio Prestes”, dentro da qual se destacava o “bloco Affonso Camargo”, de homens organizados em torno do presidente do estado. O momento de agitação marcou a descontinuidade da publicação da revista, que no segundo semestre de 1929, publicou apenas três edições. No que se refere ao período de agosto a novembro, o artigo de Jurandir Manfredini, intitulado *A Psychologia de um Prestista*, dizia:

O prestista é essa criatura infinitamente lógica (...) quer assegurar a dignidade do bom senso e a compostura das ideias perfilhando a candidatura do compatriota Julio Prestas de Albuquerque, por nelle haver surpreendido um cidadão de mentalidade moderna, de vontade pragmática e pragmatizante, de inteligência aberta as claras e positivas realidades do seu século (ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE, 1929, p. 44)

Os discursos sobre Júlio Prestes incorriam na visão de seu preparo intelectual expresso por um discurso modernizador. Pesava ainda a imagem de ser ele um “paranista”, o que significava dizer que, em sua atuação como governador de São Paulo, teria sido “parceiro do governo local”. Era predominante na campanha paranaense de Prestes a associação

---

plântio, em *Ilustração Paranaense* com textos sobre a importância do cereal na história da humanidade, além de ter sido um dos temas explorados na composição da barraca do Museu Paranaense na *Exposição Ibero Americana* realizada em Sevilha 1929.

de seu nome a uma competência intelectual, a qual seria determinante para o sucesso de seu governo. Esta visão se tornou ainda mais evidente em janeiro de 1930, quando circulou um manifesto dos intelectuais paranaenses em apoio ao candidato do PRP, *Acção intelectual brasileira e os intelectuais do Paraná*:

Diante dos acontecimentos que periodicamente scindem a opinião nacional em face das sucessões presidenciais da República, os intelectuais brasileiros jamais intervieram numa acção coletiva, deixando as organizações partidárias a exclusiva responsabilidade das preferencias (...) as preferencias bem orientadas não podem ser de outra ordem, de outra matiz senão a dos princípios conductores do progresso, únicas aspirações que devem prevalecer no espirito dos brasileiros, pois o que a Pátria espera é que o supremo interesse de sua civilização seja visado neste momento de grandes responsabilidades (...) não é um homem simples que devemos eleger para presidir os destinos nacionais (...) Julio Prestes de Albuquerque é, pois, um representante do nosso próprio povo. (...) um paranaense pelas tradições comuns à nossa gente, um paranista pela honrosa amizade à nossa terra. Com estas palavras de um sincero sentir, oferecem os intelectuais do Paraná aos seus confrades da Acção intelectual Brasileira o seu apoio e toda a solidariedade. (A REPÚBLICA, 12/2/1930, p. 1)

A campanha de Prestes servia aos interesses que tinham os intelectuais locais de demarcar sua categoria. Se no início da década de 1920 a formação da ALP marcou a construção de um espaço de reconhecimento, o ano de 1930 demarcou a conversão destas posições em capital político aplicado às eleições. Utilizaram seus nomes para validar a candidatura de Prestes, com o discurso de um saber reconhecido, como “condutores” dos ideais da sociedade. Assinaram o manifesto jornalistas, escritores, professores e advogados; como Emelino Leão, Alcidez Minhoz, Romário Martins, Euclides Bandeira, Jayme Ballão, Caio Machado, Raul Gomes, Sebastião Paraná, Dario Velloso, Odillon Negrão,

Leôncio Correia, Coelho Junior, Tasso da Silveira, Mariana Coelho e Didi Caillet.

Após a vitória do candidato apoiado pelo grupo de intelectuais locais, houve movimentações de contestação do resultado e as mobilizações que resultaram no movimento de 1930. A revista *Ilustração Paranaense* manteve sua periodicidade naquele ano, mas as edições de outubro e novembro tinham, respectivamente, 12 e 21 páginas, em vez das habituais 45.

O movimento de 1930 foi a única temática dessas edições, as últimas a circular<sup>225</sup>. Foi uma cobertura jornalística das movimentações nas ruas, dos desfiles e discursos. A capa de outubro estampou a foto do General Mario Tourinho, que assumiu o governo provisório com forte apoio de seu irmão, Plínio Tourinho, comandante das tropas alinhadas a Vargas no Paraná. Na edição de novembro, foi adotado o mesmo tom de apoio ao governo de Vargas, com conteúdo marcado por fotos e legendas, trazendo a visita do novo “Chefe da Revolução” a Curitiba, onde foi condecorado com medalha de honra local. É importante ressaltar que os signos paranistas continuaram a decorar algumas páginas da *Ilustração*.

---

<sup>225</sup> Após o número de 11 de 1930, houve uma edição especial em 1931 dedicada a Exposição comemorativa dos 79 anos do Estado, iniciativa da associação de imprensa.

Figura 24: Foto do Interventor Mario Tourinho na Capa da *Ilustração Paranaense*



Fonte: *Ilustração Paranaense*, nov. 1930, capa



para um movimento contra a resistência que havia ao interventor Manoel Ribas – que, apesar de nascido no Paraná, morava há alguns anos no Rio Grande do Sul<sup>226</sup>. Nesse intuito, manifestava-se o *Diário da Tarde*:

Inqualificável abuso que era norma dos politiquinhos desde os tempos do PRP de se inculcarem representantes de nossa terra, sem que para tal tivesse as necessárias credencias (...) não formamos também “nessa grita” que se pretende levantar contra os não paranaenses, achando, do mesmo modo impatriótico e attentório da harmonia entre brasileiros esse exclusivismo tolos de um bairrismo exagerado (...) A nossa é a campanha de todos os bons paranaenses, amigos de sua terra, que desejam um Paraná grande, forte e prestigioso para maior glória do Brasil. O nosso paranismo é aquele que Romário Martins genialmente definiu e expoz (DIÁRIO DA TARDE, 8/11/1932, p. 1)

A manutenção, reprodução e adaptação dos signos construídos pela geração de Romário Martins tinha espaço privilegiado dentro da negociação política entre o interventor e seus apoiadores, no exercício de aproximar para si o apoio dos grupos tradicionalmente ligados ao PRP que, mesmo com a crise da erva-mate, mantinham centralidade na economia local.

Por outro lado, o novo regime buscou se aproximar de “nomes novos” que surgiam nos debates públicos, para tanto, incentivou a formação de espaços como a Academia Paranaense de Letras (APL), em 1936, substituindo a Academia de Letras do Paraná (ALP), fundada em 1922. Outros espaços centrais para esta análise passaram a ter existência inconstante, como o IHGPR que apresentou pouca atividade na imprensa local, voltando a ser expressivo após 1945, quando voltou a ser presidido por Romário Martins.

Esse movimento atendia aos interesses do grupo que detinha o poder, que buscava se incluir no campo cultural e na memória local, de forma a estabelecer mudanças nas representações sobre o estado. Era útil

---

<sup>226</sup> Onde ocupou cargos na Secretaria de Agricultura do governo de Rio Grande do Sul, atuando na gestão e formação de cooperativas agrícolas, compunha a gestão do governador Getúlio Vargas.

aos agentes repensar uma identidade marcadamente regionalista em um momento de centralização do nacionalismo, isto de forma a não descontentar as elites locais que, mesmo enfraquecidas, exerciam poder econômico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história é uma prática social e, para compreender o seu processo de institucionalização no Paraná, foi preciso ampliar o espectro do estudo para além das obras e dos espaços de produção tradicionalmente estudados. Se a questão inicial da pesquisa tomava a universidade como local de conformação da memória local, o levantamento de fontes e a análise dos textos levaram às revistas literárias do século XIX e à formação da rede que se tornou dominante no cenário cultural até a década de 1930. Sem a compreensão da formação destes escritores seria frágil a argumentação sobre os seus repertórios. Exemplar é a apropriação dos debates de *O Cenáculo* (1895) por Romário Martins, em seu livro *História do Paraná* (1889). Uma leitura da obra isolada impediria ver outras dimensões de sua elaboração; por exemplo, os pedidos de fontes que circulavam nos jornais ou mesmo as publicações de trechos do livro em periódicos como o jornal partidário *A República* e a revista *A Penna* (1898), ambos dirigidos por autores dedicados ao tema da memória local, como Júlio Perneta e Sebastião Paraná.

A dependência do campo político se tornaria menos evidente sem a análise das trajetórias destes autores, nas quais destacam-se o financiamento dos espaços de produção cultural e das publicações, além da presença desses intelectuais na estrutura administrativa do governo estadual. Entre os empregos públicos, tem especial atenção a Secretaria de Obras e Colonização, espaço central para compreender o projeto de imigração para o Paraná e também da ocupação dos limites territoriais. A secretaria abrigava nomes como Romário Martins, Júlio Perneta, João Perneta, Alcides Munhoz, Jayme Dormund Reys, todos membros do IHGPR. Além disso, era recorrente nas diretorias do próprio Instituto a presença do governador ou políticos próximos a ele.

Nesse sentido, vale retomar à afirmação de Sigal (2012) sobre as posições periféricas, como na América Latina, onde os intelectuais geralmente cumprem a função de mediadores entre diferentes espaços. Os agentes aqui estudados ocupavam cargos eletivos ou pertenciam à legenda partidária dominante, possuíam empregos na estrutura administrativa do governo e alguns lecionavam nas escolas da capital; vale ainda ressaltar sua origem na elite oligárquica. Tais

condições demonstram que a memória edificada pelo grupo de escritores surge no campo literário e busca sua institucionalização no momento em

que serve aos interesses políticos de dominação simbólica. Serviu para a afirmação da trajetória e das ideias do grupo ervateiro, que subiu ao poder com a proclamação da República. Outra disputa à qual servia a história era a demarcação dos limites territoriais, primeiramente com a Argentina (1895) e depois com Santa Catarina, no Contestado (1900).

A circulação e a autoridade do discurso formado por aquele grupo dependiam da anuência com os padrões normativos do período e, para tanto, na virada do século XIX para o XX, se recorreu ao reconhecimento dos intelectuais locais, para a aprovação das obras de Martins e Paraná, que visavam disseminar a história regional. Ainda para o embate territorial, foi importante criar o IHGPR, uma forma de validar os argumentos por meio da sagração institucional; era um espaço de produção intelectual de ação local, mas também de reconhecimento nacional, que servia como autoridade comprobatória aos argumentos no processo contra Santa Catarina.

Na década de 1920, iniciou-se a crise do sistema oligárquico, assim como o Modernismo e o questionamento das instâncias de consagração, como as academias e os institutos. Somou-se a isso a maior definição das fronteiras entre as áreas de conhecimento, com a normatização do que era válido como ciência. Esse processo fez com que houvesse um reposicionamento dos membros da rede aqui estudada, especialmente de Romário Martins, que passou a reivindicar menos o papel de historiador e mais a de articulador do movimento regionalista, o Paranismo.

Se a conformação de uma identidade local foi o interesse principal dessa geração, a história acabou se tornando a ferramenta central desta empresa, pois ao “jovem estado” era necessário prover um passado que lhe conferisse valoração em nível nacional, um capital simbólico que permitisse a concorrência com os outros estados e características definidoras da especificidade local.

Quando foi iniciada esta pesquisa, em 2013, o jornal de maior circulação no Paraná, a *Gazeta do Povo* (07/09/2013), publicou um artigo sob o título *O Paraná que os brasileiros ignoram: pesquisa nacional revela que o estado é um ilustro desconhecido. Causas vão da falta de identidade à não valorização do que é local*. O texto aponta que o Paraná ocupava, no imaginário nacional, o lugar de um “ilustre desconhecido”. Para explicar essa condição, recorria à seguinte explicação: “o fato de o Paraná ser um estado relativamente novo, e principalmente, pela ausência de identidade, catalisada historicamente pela algazarra étnica”. Os

argumentos, apresentados no periódico, publicado 160 anos após a criação da província do Paraná, repetem os mesmos discursos da geração de 1890. São evocadas as condições de “estado jovem”, com uma indefinição étnica; em contraposição, se propaga o ideal de um planejamento para o desenvolvimento futuro, no qual se consolidaria a miscigenação, com a formação de um “tipo local”. Nessa projeção temporal, ocorreria também o reconhecimento em nível nacional.

A permanência dessa reivindicação, em um primeiro momento me levou a um questionamento sobre o predomínio do enquadramento da memória, proposto pela rede de intelectuais próximas a Alfredo Romário Martins. Mas este veículo de imprensa reproduz as memórias e valoriza os espaços de produção cultural fundadas por aquela geração, como o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR) e a Academia Paranaense de Letras (APL). Como afirma Pollak (1992), após a disseminação da memória ela começa a trabalhar “por si”, o que não significa dizer que não houve interesses na manutenção dos signos criados por aquela geração, que hoje são reivindicados por grupos políticos de diferentes matizes ideológicos, como um “Paraná Tradicional”.

Ao traçar-se uma trajetória entre estes dois momentos, encontram-se outros discursos que expõem esse “estigma de invisibilidade”. Em 1930, em meio aos debates modernistas, Brasil Pinheiro Machado, nas páginas da revista *A Ordem* (1930, p. 30), afirmava: “O Paraná é um Estado típico desses que não tem um traço que faça delles alguma coisa notável.”. Anos mais tarde, em 1943, Wilson Marins, em seu processo de consolidação como crítico literário, foi chamado a escrever sobre a literatura paranaense e publicou: “É preciso audácia para escrever sobre um assunto que não existe.” (1943, p.88).

A promoção desse discurso parece representar a continuidade da posição de periferia, na qual projetos “modernizadores” se colocam como renovadores em âmbito local, buscando atualizar os signos e os pertencimentos às normas dominantes. Essa relação heteronômica é acentuada por Sigal na descrição dos intelectuais de periferia, o que significa que a identidade e a memória local passaram por transformações de acordo com os interesses destes grupos e com os padrões de suas épocas.

O último questionamento da identidade local que tomou formas de separatismo ocorreu em 1991, com o movimento pela criação do estado do Iguacu, que encontrava mais adesões com o discurso político e econômico de fortalecimento das elites locais do que com o sentimento

de pertencimento. Porém, nesse período, houve uma intensa mobilização em torno do discurso de integração estadual e de valorização de “identidades locais”, reforçando a imagem de uma ocupação múltipla de migrantes e imigrantes, que teriam se somado a uma população originária, discurso próximo ao que Martins propagava com o Paranismo.

A “indefinição” da identidade local ou sua multiplicidade é utilizada positivamente como discurso político e mesmo econômico; sua fragilidade se torna aparente quando são levantadas em disputas nacionais, quando essa representação não se mostra passível de conversão em capital político e mesmo econômico.

Ricardo Oliveira, em *O Silêncio dos Vencedores* (2001), constrói uma genealogia da elite paranaense. Com base no organograma das famílias da elite, defende que o mesmo grupo permanece no poder desde o século XVII, uma hegemonia que teria se mantido pelo discurso recorrente de rompimento, que traz consigo uma nova geração dos mesmos grupos que se aliam e rompem, mas se mantêm ligados ao poder local. A teoria do autor apresenta como central para essa permanência no poder a ocupação dos espaços de produção cultural, entre eles, os responsáveis pela construção da história. Assim, leva a concluir que a mobilidade das normas e padrões reconhecidos da produção histórica se colocam primordialmente pelas interferências externas, que questionam a validade das produções existentes e, conseqüentemente, mobilizam a formação de novos espaços, discursos e interesses para a atualização desses padrões. Essa condição não exclui a formação de diferentes padrões de autonomia que regem Academias de Letras, Universidades ou o IHGPR.

Quando questionamos a produção histórica, promovemos o desencantamento da memória do próprio ofício; compreender os processos de legitimação e produção da história é importante para a elaboração do conhecimento histórico, mas também para entendermos o alcance social da produção historiográfica. Em uma área constantemente marcada por crises, cabe a nós perceber os meios pelos quais nossos discursos se legitimam, para além da academia, pois sempre desejamos que nossas produções possam ir além dos muros das universidades ou da leitura dos pares. O processo de institucionalização da história no Paraná é exemplar da dimensão do comprometimento de nossa área com a formação de uma consciência e da articulação de projetos para a sociedade.

## Bibliografia

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **A Busca de Valores Identitários: A Memória Histórica Paranaense**. Curitiba, UFPR, 2007, 207f., Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Sonho e Invenção do Paraná: geração simbolista e construção da identidade regional**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo.

BELOTO, Divonzir Lopes. **A criação da província do Paraná: a emancipação conservadora**. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em Economia) - PUCSP.

BELTRAMI, Rafael C. **Da poesia na ciência: Fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, uma história de suas idéias. Curitiba, 1900**. Dissertação de mestrado em história. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

BERBERI, Elizabete. **Impressões: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOISSEVAIN, Jeremy. **Apresentando Amigos de Amigos: Redes Sociais, Manipuladores e Coalisões** In: Feldman-Bianco, Bela (org.). *Antropologia das sociedades complexas contemporâneas: métodos*. São Paulo: Unesp, 2010.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil**. São Paulo: Unesp, 2005.

BROCA, Brito. **Naturalistas, parnasianos e decadistas: vida literária do realismo ao pré-modernismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. **Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná (1853-1953)**. Tese (Doutorado em História). Curitiba: UFPR, 2007.

CANDIDO, Antônio e CASTELLO, J. Aderaldo. **Presença da literatura brasileira** - vol. III: Modernismo. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1981

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos (1836-1880)**. São Paulo: Martins Fontes, 1971

CARDOSO, Luciene. **Os congressos brasileiros de geografia entre 1909 e 1944**. Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.18 no.1 Rio de Janeiro Mar. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702011000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000100006)>. Último acesso em 10/11/2017.

CAROLLO, Cassiana L. Decadismo e Simbolismo no Brasil: crítica e poética. 2 vol. Rio de Janeiro: LTC; Brasília, MEC/INL, 1980.

CARNEIRO, Cíntia Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná**. Curitiba: SAMP, 2013. 202 p.

CARNEIRO, David. **A história da história do Paraná**. Impresso na Secção de Artes Gráficas da Escola Técnica de Curitiba, 1952.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 7.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CORADINI, Odaci Luiz. **“As missões da ‘cultura’ e da ‘política’: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920- 1960).** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 2003. 32, p. 125-144

\_\_\_\_\_. **Os usos das ciências humanas e sociais pelo catolicismo e pelo luteranismo e as relações centro/periferia.** Revista Pós Ciências Sociais, 9(17), p.67-100

CORRÊA, Amélia Siegel. **Imprensa e Política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX.** 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Tinguis, pioneiros e adventícios na mancha loira do Sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense.** Tese (Doutorado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, Curitiba, 2009.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia.** Lisboa: Edições 70, 1999.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FABRIS, Pamella Beltrami. **"Nós, os selvagens, não reverenciamos os símbolos kaiserianos": conflitos em torno de uma identidade germânica (Curitiba, 1890-1918).** Dissertação (História) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1995.

FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959).** Rio de Janeiro: Edições Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010, 308 p.

GOMES, Ângela de Castro. **Essa Gente do Rio... modernismo e nacionalismo.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

. **História e Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996

GUIMARÃES, Lúcia Maria Pascoal. **Da Escola Platina ou Silogeu: Instituto Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “**Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, no. 1, p. 5-27, 1988

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence, (orgs). **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LEÃO, Ermelino Agostinho de. **Dicionário histórico e geográfico do Paraná**. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1926. v.5.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1992.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. 707p. (Coleção Brasileira, v.322)

LIPPI, L. **A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro**. História, Ciências, Saúde Manguinhos vol. V, 195-215 julho 1998.

LUNARDI, Emy Francielli. **Batalha de discursos: o advento republicano e a (re)construção da política catarinense nos jornais partidários (1889-1898)**. Florianópolis, 2008. 241 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2009

MACHADO NETO, A. L. **Estrutura social da república das letras**. (Sociologia da Vida Intelectual Brasileira – 1870-1930). São Paulo: Grijalbo, 1973.

MARACH, Carolina Baron. **Inquietações Modernas: Discurso Educacional e Civilizacional no Periódico A Escola (1906 a 1910)**. Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Corvos nos galhos das acácias: o movimento anticlerical em Curitiba 1896-1910**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

MARTINS, Jefferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)**. 2015. 279 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**. Curitiba: SEC, 1989.

MANNHEIM, K. **The Sociological problem of generation**. In: Essays on the sociology of knowledge. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1952. p. 286-312. Trad. Claudio Marcondes.

MELLO, Sílvia G. B. de. **Esses moços do Paraná: livre circulação da palavra nos albores da república**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. 2008

MICELI, Sérgio. Biografia e cooptação. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001

NEDEL, Letícia Borges. **Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília. 2005.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1926-1930.

NORA, Pierre. **“Entre Mémoire et Histoire”**. In: NORA, P. (org.) Les Lieux de Mémoire. I. La République. Paris: Gallimard, 1997 [1984] v. 1, p. 23-43

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990. 208p

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Àtica, 1990.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **Paranismo: O Paraná Inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de Imprensa no Paraná (1854-1954)**. Curitiba: Instituto Histórico, Etnográfico e Geográfico do Paraná, 1976.

PILOTO, Valfrido. **Rocha Pombo**. Curitiba: Gráfica Mundial, 1953.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200 – 215, 1992.

QUELUZ, Gilson Leandro. **Rocha Pombo: romantismo e utopias (1880-1905)**. Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, UFPR.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSEVICS, Larissa. **O Instituto Histórico e Geographico Paranaense e a construção de um imaginário regional**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Curitiba: UFPR, 2009

SAMWAYS, Marilda Binder. **Introdução à literatura paranaense**. Curitiba: HDV, 1988.

SAPIRO, Gisele. **Modelos De Intervenção Política Dos Ntelectuais: O Caso Francês**. Revista Pós Ciências Sociais, 9(17), p. 19-50

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIGAL, Silvia. 2012. **Intelectuais, Cultura e Política na Argentina**. Revista Pós Ciências Sociais, 9(17), pp. 51-66

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SZESZ, Christiane Marques. **A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas - 1889-1920**. 1997. Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1997.

SZVARÇA, Décio. **O Forjador: ruínas de um mito. Romário Martins 1874- 1944**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Dissertação de Mestrado em História, 1993.

VILHENA, Luis Rodolfo. 1997. **Projeto e Missão. O Movimento Folclórico Brasileiro, 1947-1964**. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getulio Vargas. 332 pp.

VIKTOR, Tiago Alexandre. **Trajetória De Constituição E Fundamentos Do Modernismo Do Grupo De Festa**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

WACHOWICZ, Ruy C. **Os ádvenas e os paranistas na obra de Romário Martins**. Boletim do Dehis, UFPR, s/d.

WILLIAMS, Raymond. **A fração Bloomsbury**. Revista Plural, n°6, primeiro semestre de 1999.

WERNECK, Maria da Luz Portugal. **História da educação no Paraná**. Curitiba: Executive, 1978.

### Periódicos

*A Mocinha*

*A República (1890-1930)*

Boletim do IHGPR

*O Cenáculo*

*O Futuro*

*Ilustração Paranense*

*O Guarany*

*Revista do Club Curitybano*